

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

CAROLINA DOS ANJOS NUNES OLIVEIRA
ORIENTADORA: Prof^a Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen

**ASTÚCIAS DO DESEJO: PRÁTICAS E TRÂNSITOS DE
PROSTITUTAS NA CIDADE DE ITABUNA - BA (1930 A 1960).**

RECIFE

2011

CAROLINA DOS ANJOS NUNES OLIVEIRA

**ASTÚCIAS DO DESEJO: PRÁTICAS E TRÂNSITOS DE
PROSTITUTAS NA CIDADE DE ITABUNA - BA (1930 A 1960).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História. Linha de Pesquisa: Cultura e Memória.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen

RECIFE

2011

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- O48a Oliveira, Carolina Dos Anjos Nunes.
 Astúcias do desejo : práticas e trânsitos de prostitutas na cidade de
 Itabuna – BA (1930 a 1960) / Carolina Dos Anjos Nunes Oliveira. –
 Recife: O autor, 2011.
 186 f. : il. ; 30 cm.
- Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Martins Guillen.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
 CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2011.
 Inclui bibliografia.
1. História. 2. Conflito social. 3. Análise do discurso. 4. Imprensa. 5.
 Prostitutas – Itabuna (BA). I. Guillen, Isabel Cristina Martins
 (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2011-97)

CAROLINA DOS ANJOS NUNES OLIVEIRA

**ASTÚCIAS DO DESEJO: PRÁTICAS E TRÂNSITOS DE
PROSTITUTAS NA CIDADE DE ITABUNA - BA (1930 A 1960).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr^o. Durval Muniz de Albuquerque Junior (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Alcileide Cabral do Nascimento (Examinador externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

RECIFE

2011

*Dedico esta narrativa a minha amada vó Adaltiva
de Oliveira Sales (in memorian) a melhor contadora
de histórias que eu já conheci.*

AGRADECIMENTOS

Eu discordo de quem supõe que o trabalho de feitura de uma dissertação é solitário. Acredito que todos quantos passam e permanecem em nossas vidas nos enriquecem com seu bocado. Por essa razão este texto tem a minha assinatura, a marca da minha retórica e a inspiração e condições de possibilidade tributárias a tanta gente que não poderei lembrar-me de todos.

Agradeço ao meu soberano e maravilhoso Deus por ter me proporcionado essa experiência fantástica. Ao Programa de Pós Graduação em História da UFPE pela oportunidade de cursar o mestrado e ao CNPq pelo auxílio financeiro através da cessão de bolsa de mestrado.

A toda a minha família pelo apoio e demonstrações de orgulho que me impulsionaram. Principalmente aos meus pais Iolanda e Milton pelo estímulo e encantamento com a pesquisa, por me ofertarem um lar invejável, promovendo a minha educação desde que me entendo por gente. A minha irmã Camila pelas palavras de incentivo e crença no meu potencial de pretensa historiadora, por ser um exemplo de sucesso. As minhas tias Neusa e Mara porque me acompanharam passo a passo com tanta dedicação que me via obrigada a dar sempre o melhor de mim. Ao meu irmão Adilton por fazer perguntas que só uma criança é capaz de fazer e ter a inocência de dizer o que crianças dizem: quando eu crescer quero ser historiador igual a você! Todos vocês são o meu porto-seguro.

A minha orientadora Isabel por nortear minhas elucubrações, por me fazer manter o foco, por ter tido muita muita paciência comigo e tanto cuidado no acompanhamento de cada parte do texto, me oferecendo uma visão experimentada e excitante.

A secretária do Programa de Pós Graduação em História da UFPE, Sandra Regina, por ter feito das obrigações e avisos diversão, por nunca perder o sorriso do rosto e a palavra amiga da boca, tão difícil conhecer pessoas como ela.

A todos os professores da linha de Cultura e Memória do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE que ministraram aulas enriquecedoras e impares, vitais para o direcionamento da minha pesquisa. Ao professor Antonio Montenegro especialmente, por ter sido o primeiro e mais incisivo crítico construtivo que eu poderia encontrar, imprensou meu pensamento até que eu pudesse pensar de outras formas. Aos professores que tive a felicidade de ter em minha banca de qualificação, Durval Muniz de Albuquerque Júnior e Aurenéa

Maria de Oliveira, agradeço as observações ofertadas fruto de leituras cuidadosas, generosas e perspicazes.

Aos meus queridíssimos colegas de mestrado: Augusto, Déborah, Eudes, Karuna, Ricardo, Rodrigo e João Paulo pelas discussões e ideias tão sagazes, por terem tornado as aulas cada dia mais interessantes e divertidas, por serem exemplos inspiradores de história. Meu especial agradecimento a irmã e colega de mestrado Saionara Leandro, minha parceira desde que botei meus pés em Recife, com quem construí uma amizade sólida e de troca intelectual, por ter lido tantas vezes meu texto e discutido tantos pontos comigo que inevitavelmente se reconhecerá nas páginas que se seguem.

Meu muito obrigada a todos que conheci e me adotaram em Recife, terra estranha e inóspita para uma baiana. O que dizer dos meus amigos Hagá Galvão e Daniel Araújo? Tanto me ouviram... Meu sincero agradecimento por terem sido minha família, meus guias, minha torcida durante todo o tempo que morei em Recife e mesmo depois, com vocês eu aprendi que sempre é possível ir mais além.

As minhas ex-professoras e orientadoras Kátia Vinhático e Andrea da Rocha Rodrigues por me ajudarem na construção do projeto de mestrado, por me instigarem a pensar e falar de mulheres, por serem tão gentis e solícitas que todo muito obrigada seria pouco.

Aos colegas de ofício que admiro Erahsto Felício, pela leitura minuciosa e valiosas contribuições críticas e de fontes dadas ao meu texto de qualificação. Com certeza você vai encontrar suas observações diluídas nesta escrita. E Philipe Murilo pela generosa ajuda com o direcionamento da pesquisa e concessão de fontes.

A Diego Palma Rocha pelo auxílio nas pesquisas, por suscitar várias questões que podem ser vistas ao longo deste texto, mas principalmente por acreditar neste trabalho e me fazer crê-lo. Sem o seu apoio eu não teria conseguido.

A maraíza Munique minha melhor amiga desde a adolescência por ter ouvido atentamente cada reclamação a cerca da falta de tempo, da quantidade desumana de livros para ler, do quanto era difícil estar longe de casa e da Bahia, por ter me ajudado a seguir em frente.

Ao meu noivo Marcos Andrade Brandão Júnior por suportar todos os meus dramas e dilemas com a escrita desta dissertação, as ausências, por me amar e me fazer sentir uma mulher acolhida, segura e me ensinar a cada dia a ser uma pessoa melhor.

OLIVEIRA, Carolina Dos Anjos Nunes. Astúcias do desejo: práticas e trânsitos de prostitutas na cidade de Itabuna - BA (1930 a 1960). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

RESUMO

A dissertação estuda os conflitos sociais provocados pela presença e as sexualidades das prostitutas na cidade de Itabuna, sul da Bahia, fazendo uma análise dos discursos que apontaram a visibilidade dessas mulheres e confluíram para a negatização de suas práticas. Em meados da década de 1930 as informações-denúncia sobre o comércio sexual, começaram a ser veiculadas com constância nos periódicos de Itabuna tais como: *A Época*, *Diário de Itabuna*, *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, *O Intransigente*, *O Fanal* e *Voz de Itabuna*. A imprensa local mostrou-se preocupada com a sexualidade das prostitutas. Esquadrinhou o território urbano, incumbindo-se de denunciar em suas páginas os comportamentos que, na visão que representavam, desviaram do padrão hegemônico pretendido para as mulheres dessa sociedade. Arelado a isto os discursos provenientes do judiciário e da medicina construíram o comércio sexual da cidade como problema social e de saúde pública. Por sua vez, os documentos oficiais do poder público continham prescrições normatizadoras que buscaram regulamentar os costumes dos itabunenses e os usos desta cidade. Esta teia discursiva atribuiu diversos males à presença das prostitutas, sobretudo nos territórios centrais de Itabuna, os quais seriam supostamente sanados mediante a saída dessas mulheres desses espaços. Na década de 1940 houve uma intensificação da tentativa de controle das atividades das prostitutas, expressa dentre outras formas pela “Campanha moralizadora” do centro da cidade desencadeada em 1943. Ao conduzirem suas vidas de uma maneira peculiar, essas mulheres se destacaram no tecido social por suas práticas sexuais entendidas como “fora da norma”. A partir da década de 1960, as aparições das mulheres que mercavam sexo nos periódicos locais e documentos começaram a rarear, ao passo em que essas mulheres se estabeleceram nos bairros periféricos da cidade.

Palavras-chave: Itabuna BA, Discursos, Prostitutas.

ABSTRACT

The dissertation examines the social conflicts caused by the presence and sexuality of prostitutes in the city of Itabuna, southern Bahia, making a discourse analysis that showed the visibility of these women and converged to a negative of their practices. In mid-1930 the information-reporting on the sex trade, began to be broadcast frequently in Itabuna journals such as *The Age*, *Journal of Itabuna*, *Official Journal of the Municipality of Itabuna*, *The intransigent*, *The Fanal* and *The Voice of Itabuna*. The local press expressed concern with the sexuality of these women. They scanned the urban territory, leaving it up to report on their pages behaviors that, in the view they represented, aside from the hegemonic standard intended for women in that society. Attached to it the speeches of the judiciary and medicine built the city's sex trade as a social problem and public health. In turn, the government's official documents contain normalizing prescriptions that seek to regulate the customs of itabunenses and usages of this city. This web discursive various ills attributed to the presence of prostitutes, especially in central Itabuna territories, which were supposed to be resolved by these women out of these spaces. In the 1940s there was an intensification of attempts to control the activities of prostitutes, expressed among other ways by "Campaign moralizing" of the center started in 1943. By conducting their lives in a peculiar way, these women distinguished themselves in the social fabric by their sexual practices perceived as "outside the norm." From the 1960s, the appearances of the prostitutes in the local papers and documents began to be scarce, while that these women settled in the suburbs of the city.

Keywords: Itabuna BA, Discourses, Prostitutes.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Mapa do Município de Itabuna.....	33
Ilustração 2: Malha viária a partir da cidade de Itabuna.....	34
Ilustração 3: Frutos de cacau.....	36
Ilustração 4: Homens espalhando amêndoas para secagem em uma barça.....	36
Ilustração 5: Elixir 914.....	56
Ilustração 6: SESP - Relação de doenças transmissíveis passíveis de notificação.....	59
Ilustração 7: Praça Adami e Praça Getúlio Vargas com vista para as ruas Ruy Barbosa e Duque de Caxias década de 1940	76
Ilustração 8: Rua Coronel Domingos Lopes década de 1930	95
Ilustração 9: Rua Duque de Caxias década de 1950	95
Ilustração 10: Fantasia carnavalesca de Lindaura Barreto	100
Ilustração 11: Rua Joaquim José Seabra em 1931	106
Ilustração 12: Lavadeiras trabalhando no Rio Cachoeira	108
Ilustração 13: Rua J. J. Seabra em 1950	111
Ilustração 14: O Diário Feminino. Terezinha Maria Kruschewsky Martins	120
Ilustração 15: À esquerda o Bar que não teve o nome divulgado pelo periódico e a direita a casa de residência familiar.....	135
Ilustração 16: O repórter Rubens Correia à esquerda e o Capitão Antonio Lins à direita.....	136
Ilustração 17: Trabalhadora do sexo Erotildes Ferreira Santos, alvejada por arma de fogo.....	156
Ilustração 18: Durval Moura Ferreira.....	157
Ilustração 19: Gráfico de reconstrução do crime onde foi vítima a trabalhadora do sexo Erotildes.....	158
Ilustração 20: Trabalhadora do sexo conhecida como Zélia.....	160
Ilustração 21: Sargento Oldack Matos Costa.....	169

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: População do município de Itabuna (décadas de 1940, 1950, 1960)	118
---	-----

SUMÁRIO

UM INÍCIO DE CONVERSA.....	14
CAPÍTULO 1 - Narrativas sobre a cidade e suas mulheres (in) disciplinadas....	33
1.1. Jorge Amado, os memorialistas e a narrativa tributária.....	35
1.2. Desejo (in) disciplinado: problema de saúde pública?.....	50
1.3. A errância dos desejos.....	62
CAPÍTULO 2 - “Pôr o destino no prazer”: a visibilidade das práticas.....	74
2.1 O fiscal de rendas e os alcances da “campanha moralizadora”	74
2.2 Sobre o amor venal e seus espaços privilegiados.....	90
2.3 Por uma cidade de retas ruas e costumes.....	105
CAPÍTULO 3 - Para lá e para cá... Quem são elas?.....	123
3.1 Movendo territórios: pelo direito de estar.....	123
3.2 “Entre tapas e beijos” era uma vez um crime.....	138
3.3 Deslocamentos urbanos e os labirintos de prazeres.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
FONTES E REFERÊNCIAS.....	177

UM INÍCIO DE CONVERSA...

Em conversas de família os negócios da minha tia avó eram comentados a “bocas miúdas”. Os meus ouvidos atentos se esforçavam para pescar fragmentos de conversas sobre ela, ao passo em que meus olhos, sempre que podiam, deliciavam-se ao ver a foto daquela que nomeiei “minha tia artista de cinema”. Era assim que a criança que eu fui a tinha em conta... Anos depois, adolescente quase jovem, me ocorreu perguntar a minha avó o motivo do falecimento de tia Leo. Conforme diziam, ela teve muito dinheiro, foi querida e respeitada por homens influentes da cidade de Itabuna, sul da Bahia...

Nessa oportunidade é que soube a atividade que ela exerceu durante bons anos de sua vida, ouvi surpresa, histórias sobre o cotidiano dessa proprietária de uma “casa de mulheres”. Como resposta a pergunta que desenrolou os fios da memória de minha avó Adaltiva, ouvi que a carga de poder que tia Leo carregava levou-a a brigas com autoridades políticas e a um ostracismo que lhe custou a vida. Morreu doente, longe de Itabuna, de seus familiares e do atendimento médico. Talvez, isso tenha contribuído para que eu me interessasse por histórias do comércio sexual.

Poderia, é claro, enveredar por outros temas de pesquisa tão importantes quanto, mas, seguramente, nenhuma temática seria tão prazerosa quanto pesquisar esses amores carnavais. Sua pulsação, imperiosa para muitos... Esse “capítulo” da história de Itabuna, para mim, precisava ser narrado. Portanto, estudar as relações que se construíram no comércio sexual e sobre ele são implicações de uma empatia pessoal, marcadas pelo meu lugar de pretensa historiadora, sobretudo “mulher” – categoria nunca natural e estática, tampouco unívoca.

Nas histórias recentes as mulheres – no plural para acentuar as multiplicidades entre elas – ainda apareciam como agentes sem corporeidade. Os corpos dos sujeitos históricos têm emergido na agenda das (os) historiadoras (es) paulatinamente¹. Os personagens principais dessa dissertação, as mulheres que mercaram o prazer, possuem dentre tantas especificidades, o mister de usar os seus corpos para o sustento e barganha. Para estudiosos como Jeffrey

¹ Raquel Soihet, por exemplo, explora as representações que se construíram em torno do corpo feminino nas festas populares do Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do XX. Analisando os depoimentos de viajantes e discursos elaborados por médicos e juristas. SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003, p. 177-197. Para outras perspectivas sobre as relações entre corpo e história ver: SOARES, Carmem Lúcia. (org.) *Corpo e História*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. Para discussões sobre o corpo e a teoria feminista ver: NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, v. 8, n. 2, 2000, pp. 14-15. Para um estudo aprofundado e interdisciplinar sobre o corpo ver a série de três volumes: *História do Corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

Weeks, não há como excluir essa dimensão subjetiva, pois “os corpos não têm sentido intrínseco, a sexualidade é um constructo histórico”². Segundo as teses do historiador Thomas Walter Laqueur as noções de corpo e sexo que hoje reconhecemos, o “modelo de dois sexos” biológicos, por exemplo, foram produzidas em fins do século XVIII. A partir deste período, o organismo feminino, que era interpretado como um corpo masculino interiorizado e imperfeito passa a figurar como seu oposto “incomensurável”. A criação do conhecimento de dois sexos distintos, para Laqueur, já continha uma reivindicação sobre o “gênero”³.

A categoria analítica “gênero”, segundo Guacira Lopes Louro, passou a ser utilizada e divulgada pelas feministas anglo-saxãs como distinta de “sexo”⁴. A mudança de terminologias teve relações com a virada linguística e com as pesquisas pós-estruturalistas. A produção dessa ferramenta analítica pretendia explicitar o entendimento, por exemplo, do caráter histórico da construção dos sentidos e significados relacionados às feminilidades e masculinidades, que desta maneira, não estariam dados na constituição biológica dos seres. Para Joan Wallach Scott o reconhecimento do gênero é “um primeiro modo de dar significado às relações de poder ou ainda gênero é um campo primário no interior do qual ou por meio do qual o poder é articulado”⁵. Portanto, para a estudiosa, os gêneros se constituem nas e pelas relações de poder.

Entretanto, a validade política e conceitual da categoria “gênero”, passou a ser contestada simultaneamente a sua difusão aqui no Brasil. Estudiosas (os) como a filósofa Judith questionaram o binarismo em que se assenta a definição de gênero: o sexo corresponderia à natureza e o gênero a cultura. Para Butler essa divisão acabaria por essencializar também o gênero, pois “pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis de gênero na cultura”. De acordo seus estudos, o gênero deve ser encarado como um efeito e não como uma jaula que aprisionaria os sujeitos⁶. Por seu turno para a antropóloga Marilyn Strathern gênero não é uma categoria analítica, mas

² WEEKS, Jeffrey. O corpo e a Sexualidade. In: Louro, Guacira L. (org.). *O corpo educado – Pedagogias das sexualidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 38.

³ LAQUEUR, Thomas Walter. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

⁴ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 21.

⁵ SCOTT, Joan. “Gênero, uma categoria útil para a análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul-dez, 1995, p. 86.

⁶ BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 2. ed.

um nome que indica diferenciações entre os sujeitos, diferenciações que transcendem seus corpos e o uso que fazem deles⁷.

As mulheres que desfilarão nas páginas desta dissertação foram por mim nomeadas de várias alcunhas, todas colhidas nos discursos da época⁸. Como diria Shakespeare, através da personagem Julieta, no célebre diálogo do balcão: “Nome, o que é um nome?”⁹. Para mim o ato de “nomear” é imbuído de valores, assim, pode ser o pontapé inicial para a (re) afirmação de “identidades” monolíticas. Segundo a cientista social Simona Cerutti “a taxonomia não é um instrumento neutro, que visaria unicamente refletir as realidades”, mas um mecanismo que encontra validação “numa ideia da verdade e do saber: um modelo aristotélico segundo o qual conhecer é sinônimo de ‘fazer aparecer’”¹⁰. Uma destas alcunhas é a de prostitutas, resalto que o meu entendimento é o de que os termos “prostituta” e “prostituição” vem sendo construídos e reelaborados, ao longo dos anos e contextos históricos diversos, imbuídos de negatividade, intencional ou não¹¹.

As primeiras imagens que vêm à cabeça assim que esses termos são encontrados, podem evocar signos depreciativos. Esses signos são atribuídos, em grande medida, para designar mulheres “devassas”, “corruptoras de lares”, “desencaminhadoras da juventude”. E não nos esqueçamos da visão cristã de que as mulheres que vendem prazer são as “pecadoras por excelência”. Reações desencadeadas que remetem a representações “estereotipadas”, com todo o cuidado do uso desses conceitos. Como alertou a jornalista francesa Laure Adler, trabalhar com sexo não é um “estado”, mas, uma atividade; “as moças não são prostitutas na alma”¹².

Deste modo espero despertar a percepção do leitor desta narrativa de que essas mulheres nomeadas de formas diversas pelas fontes que utilizei – em determinados momentos

⁷ STRATHERN, Marilyn. *The gender of the gift*. University of California Press. Berkeley, Los Angeles, London, 1988.

⁸ Esta escolha partiu das observações feitas pelo professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior em minha defesa de dissertação.

⁹ “Não será mão, nem pé, nem braço ou rosto, nem parte alguma que pertença ao corpo. Sê outro nome. [...] Assim Romeu, se não tivesse o nome de Romeu, conservara a tão preciosa perfeição que dele é sem esse título. Romeu, risca teu nome, e, em troca dele, que não é parte alguma de ti mesmo, fica comigo inteira[...]” (SHAKESPEARE, William. Ato II, cena II de Romeu e Julieta, extraído de <http://www.jahr.org> em 13/05/2010). Ver também: Luigi Pirandello em *Um, nenhum e cem mil* onde faz interessantes discussões sobre os nomes e o nome próprio. É dele a frase “Um nome não é mais do que isso: um epitáfio” (2001, p. 217).

¹⁰ CERUTTI, SIMONA. A construção das categorias sociais. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e Editora FGV, 1998. pp. 233-242.

¹¹ Agradeço ao prof. Phd. Antonio Torres Montenegro pelas colocações pertinentes acerca desta discussão, que me fizeram pensar uma outra denominação para essas mulheres.

¹² ADLER, Laure. *Os bordéis franceses, 1830-1930*. Tradução Kátia Maria Orberg e Eliane Fitippaldi Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 11 Em seu livro a autora defende que a prostituição mudou de status no século XIX e, no caso da França, passou a ser alvo de medidas regulamentaristas.

de suas vidas, por questões que não constituíram o foco principal deste estudo – estiveram envolvidas no mercado do sexo. De acordo com as fontes coletadas, grosso modo, essas mulheres alugavam seus corpos a clientes por quantias pré-estabelecidas, porém negociáveis, principalmente em jornadas noturnas¹³. Suas atividades são aqui compreendidas como uma modalidade de trabalho informal, tática de manutenção econômica. Não um suposto “mundo da prostituição”, isolado de outro mundo, como quiseram fazer crer alguns discursos públicos da época. Pois, o comércio do sexo em Itabuna foi uma atividade que organizou relações sociais entre diferentes grupos. Ao longo da narrativa procurei mostrar mulheres que relativamente destoaram de significados ideais de gênero, mas, que não estiveram (a) parte. Esta pretende ser, portanto, uma história das tensões e disputas provocadas pela visibilidade de práticas e trânsitos das deusas do prazer na cidade de Itabuna – sobretudo no centro – o que, em grande medida, provocou uma tentativa de “segregação” espacial¹⁴.

A historiadora Luzia Margareth Rago questionou certa leitura que tende a naturalizar a prostituição, tornando-a categoria supra-histórica, imutável, espécie de fórmula pronta que poderia ser aplicada em quaisquer épocas e sociedades. Nesse sentido, a autora ressaltou que o uso da expressão “a profissão mais antiga do mundo” também reporta a um *continuum* histórico, generalizando o termo “prostituição”. Sem embargo, se conforme essas leituras totalizantes as sociedades em geral conheceram o comércio sexual (a prostituição para Rago), o mesmo não merece problematizações nem questionamentos¹⁵.

Tudo isso para dizer que é uma preocupação latente desde o início da pesquisa, não engessar a percepção dessas mulheres. Para tanto, não compartilho da ideia de uma “identidade” de grupo para as putas. Elas foram mulheres dessemelhantes, singulares entre si, o que não impediu que houvesse solidariedade entre elas, tampouco a existência de um repertório compartilhado e interesses comuns. Contudo, a identificação entre umas e outras exigia certas condições, como um processo sempre incompleto da própria constituição das subjetividades. Para Felix Guattari a subjetividade é “essencialmente fabricada e modelada no registro do social [...] assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares”¹⁶. A

¹³ Para o sociólogo Renan Springer de Freitas (1985), em estudo empírico sobre a prostituição de bordéis realizado em Belo Horizonte entre os anos de 1980-1982, a negociação do “programa” entre prostituta e cliente requer três acordos prévios sobre: as atividades que serão prestadas, o custo do serviço e o tempo disponível. As fontes selecionadas para esta pesquisa dissertativa, infelizmente, abordam muito pouco as minudências da negociação do “programa”.

¹⁴ Ainda que os esforços de parte dos segmentos hegemônicos convergissem para a concentração do comércio sexual em determinados espaços da cidade não foi o que se verificou em Itabuna.

¹⁵ Ver: RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 22-23.

¹⁶ GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Cartografias do desejo*, Petrópolis: Vozes, 1996. pp. 31-33.

subjetividade é um trabalho de construção de si. Elas comerciaram seus corpos, um dos muitos papéis que performaram¹⁷, essa foi uma atividade dentre outras que exerceram ao longo de suas trajetórias, portanto, as possibilidades de identificações¹⁸ são múltiplas.

Dito isto, podemos sutilmente adentrar a cidade de Itabuna, sul da Bahia, onde estas deusas do prazer habitavam e transitavam na área central, aí também estiveram no exercício de seus misteres. À presença das prostitutas no centro foram atribuídos diversos males, os quais seriam supostamente sanados mediante seu afastamento desta territorialidade¹⁹. Em 30 de dezembro de 1941, o Juiz de Direito da Vara Crime da Comarca de Itabuna, José Desouza Dantas, finalizou o *Relatório de Provimento da Correição de 1941*²⁰. O relatório foi enviado em 12 de janeiro de 1942, nele o Juiz Desouza Dantas justificava a demora no encaminhamento, apontando o volume de 80 inquéritos policiais processados no ano de 1941²¹.

Após a *mea culpa* feita na folha de número um do relatório, Desouza Dantas, aí mesmo, prosseguiu com outra justificativa. O Juiz atribuiu o intenso movimento forense “as casas de diversões denominadas ‘Cabarets’”. Segundo ele, seria a existência dos cabarés a causa da alta criminalidade em Itabuna²². Disposto a demonstrar quão nocivos eram os “cabarets”, Desouza Dantas foi mais longe. Os processos relativos a menores, que também ocorreram em grande número naquele ano, para o Juiz, eram de grandeza proporcional a quantidade de “cabarets” na cidade e a “deficiência da respectiva fiscalização” nesses locais. Apontada a causa mor dos distúrbios de segurança pública pelos quais passava a cidade, por que não refrescar a memória do Secretário de Interior e Justiça da Bahia?²³

Talvez o Secretário não se lembrasse, mas, o Juiz José Desouza Dantas afirmou que no *Relatório de Provimento da Correição de 1940*, já havia alertado para a prejudicial influência

¹⁷ Para a filósofa Judith P. Butler a performatividade constitui sua realidade no próprio discurso que a descreve, seria então um movimento de identificação do ser, *no* e *para o* mundo. Nesse sentido, o gênero seria performativo, contudo, não como uma escolha deliberada ou mera teatralização, mas, como ressaltou a estudiosa: uma “prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz efeitos que nomeia”. Nesse sentido, os atos são sempre citações de convenções, atos performativos da linguagem que ocultam as convenções das quais eles são repetição, historicidade. Ver: BUTLER, Judith P. Op. Cit., p. 152.

¹⁸ Identificação aqui entendida conforme a proposição de Homi K. Bhabha, teórico indo-britânico da cultura e literatura, como efeito da própria diferenciação. Ver: BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

¹⁹ A noção de território nesse trabalho é compreendida de maneira ampla, abarcando tanto um espaço vivido, quanto o local onde os sujeitos se sentem em casa. O território é um lugar de apropriações e subjetivações, onde se reconhece e é reconhecido. Deste modo, ele é um dos eixos de toda uma série de comportamentos e de investimentos dos cidadãos. GUATTARI, Félix e ROLNIK, Sueli. Op. Cit., p. 323.

²⁰ O Relatório de Provimento da Correição era obrigatório de acordo com o artigo 247 da Organização Judiciária do Estado.

²¹ APEBa. *Relatório de Provimento da Correição 1941-Itabuna*. Notação 3480-303.

²² Na prática, os processos-crime que envolvem prostitutas são escassos.

²³ APEBa. Op. Cit.

das mulheres de vida livre, tanto para os menores como para sociedade como um todo. Para o Juiz era lamentável “a localização das mulheres de vida livre que habitam nas principais ruas da Cidade”. Possivelmente, ainda mais lamentável pela publicidade dada pelos periódicos locais ao comércio sexual, fato reconhecido por Desouza Dantas no relatório²⁴. Os cabarés do centro de Itabuna representavam, no discurso do Juiz, um elemento desencadeador de instabilidade e insegurança para a população do “grande município, rico e próspero”²⁵.

A preocupação demonstrada pelo magistrado José Desouza Dantas em relação aos cabarés no centro, apontou para a centralidade emergente da tentativa de controle do comércio sexual no período estudado. As tais mulheres de vida livre foram associadas por ele ao crime e corrupção de menores, portanto, eram tidas como indesejáveis para a pretendida cidade ordeira. Ao conduzirem suas vidas de uma maneira peculiar, essas mulheres se destacavam no tecido social por suas práticas sexuais entendidas como “fora da norma”. Com isso, ofereceram a Itabuna, cidade com maior arrecadação no Estado da Bahia nas primeiras décadas do século XX²⁶, uma imagem que destoava do “progresso” com que procurou estar afinada, ou ao menos com a ideia dele.

Entretanto, participar do dia a dia no centro, tendo a vizinhança de homens que possuíam a hegemonia política e/ou econômica nesta cidade, conviver entre o comércio e prédios públicos. Nenhum desses fatores impediu as atividades daquelas mulheres, muito embora, dificultassem sua permanência aí. Entre os anos de 1930 a 1960, não apenas membros do judiciário ressaltaram a “periculosidade” das prostitutas no centro de Itabuna. A imprensa local mostrou-se preocupada com a sexualidade dessas mulheres. Esquadrinhou o território urbano, incumbindo-se conjuntamente de denunciar em suas páginas os comportamentos que, em sua visão, desviavam do padrão hegemônico pretendido para as mulheres dessa sociedade.

A ação da polícia era convocada frequentemente pelos jornais, como se observará no decorrer dos capítulos. Eram também divulgados, além das muitas cobranças, os supostos sucessos dos responsáveis pelo estabelecimento e manutenção da ordem, não só em Itabuna como na vizinha cidade de Ilhéus. Em 14 de novembro de 1942, o jornal *A Época* anunciou

²⁴ APEBa. Op. Cit.

²⁵ Idem, Ibidem.

²⁶ Como exemplo de obras historiográficas que discutiram a condição econômica da Região Sul da Bahia ver: GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaueira no Eixo Itabuna/Ilhéus – 1890-1930*. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado. Salvador: 1977; e FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de, e PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul, Ilhéus 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

aos seus leitores a incursão policial pela “zona alegre” de Ilhéus. Afirmou que “as mulheres ali residentes «emperraram» para não cumprir as determinações da polícia que, como se sabe, *não permitem que as mesmas apareçam nas janelas e portas a não ser depois de determinada hora da noite*”²⁷. Os grifos do jornal esclareciam que a “batida” foi necessária, pois as prostitutas descumpriram os regulamentos da polícia.

Conforme a mesma matéria, ainda pior que se mostrar nas janelas e portas era o recurso usado por elas, de as vezes caminhar pelas ruas de suas residências, já arrumadas e vestidas para a noite. Essa atitude, segundo o jornal, significava ultrapassar os limites, afinal, as famílias da vizinhança não podiam conviver com o comportamento de tais mulheres! Porém, inconformadas mediante a coerção da polícia, duas rameiras não acataram de forma pacífica as ordens estabelecidas. Reivindicaram o direito de poder aparecer nas janelas e portas quando bem lhes aprouvesse, quem sabe destinadas a conquistar mais clientes. Os seus “protestos” levaram-nas a serem conduzidas à delegacia²⁸.

O cotidiano das mundanas no centro urbano de Itabuna também foi marcado pela propalada “inconveniência” dos seus modos de levar a vida. Compreendo as tentativas de controle de presenças e ausências como o exercício de invenção de limites para os sujeitos. A imposição de margens para o viver gera a diferenciação do que é o “nós” e do que são “os outros”, nesse processo algumas condutas são valoradas e outras depreciadas. Todavia, deve-se levar em conta que as margens são tênues, pois os grupos sociais interagem relacionalmente. A necessidade de governo dos modos de viver e trânsitos das mundanas acima exposta pode ter sido influenciada por uma preocupação com a manutenção de um status e imagem para a cidade.

Nesse caso, a punição recebida pelas duas mulheres que “emperraram” contra as ordens da polícia funcionaria como um mecanismo pedagógico: publicizar a infração das regras. A publicidade da punição que receberam as que não se enquadraram nas normas hegemônicas, mesmo que não participantes do segmento social que as constitui e valoriza, tinha o objetivo de produzir um constrangimento disciplinador²⁹. Não apenas para apontar as putas como mulheres desregradas, mas também para mostrar com exemplos às mulheres dos segmentos abastados e médios de Itabuna as consequências de uma “sexualidade

²⁷ *A Época*, Itabuna, ano XXIV, n. 1232, 14 nov. 1942, p. 2.

²⁸ *Idem*, *Ibidem*.

²⁹ MACHADO, Roberto. *Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. p. 303 (Série Saber e Sociedade; v. n. 3).

insubmissa”³⁰. Isto visando a manutenção das hierarquias de gênero, ou seja, que as mulheres continuassem a ocupar lugares para elas “destinados”.

De acordo com o historiador Philipe Murillo Carvalho, a partir das décadas de 1930 e 1940 já é possível divisar que a ideia de “progresso” relacionava-se ao desenvolvimento material e cultural da cidade³¹. Segundo ele os jornais interpretavam as intervenções urbanas em geral, planejamento e realinhamento de ruas, abertura de avenidas e embelezamento de praças e etc., como sinais de progresso. Paralelo a esse “progresso” vinha a noção de civilidade em que deviam se pautar seus moradores³². Uma nova sensibilidade fez com que a convivência entre determinados moradores da cidade de Itabuna e as mundanas, antes toleradas, se tornasse insuportável. Ocorreu que os valores de civilidade propalados pelas municipalidades e imprensa não correspondiam aos costumes das prostitutas.

No contexto de reformas urbanas pelo qual passou a cidade de Itabuna, não seriam necessárias apenas instalações sanitárias e reordenação das ruas centrais, “foi necessário projetar, como se vê na planta de remodelação, o recuo de cerca de 50 prédios nas ditas ruas Seabra e 7 de Setembro” (as principais artérias da cidade)³³. Mas, urgia o saneamento moral do centro urbano de Itabuna que para os segmentos hegemônicos era “causa de vergonha [...] o prostíbulo no coração da cidade [...], doença dessa sociedade, cano de esgoto que infelizmente ainda não pode ser de todo eliminado”³⁴. As meretrizes deviam abandonar esse espaço de Itabuna, agora representado como lócus da administração municipal e vitrine da civilização³⁵ de parte de seus habitantes, os abastados pelo capital gerado na lavoura do cacau. Nesta espacialidade resignificada só havia lugar para um tipo de sexualidade: a sexualidade consentida do matrimônio.

A análise dos modos como diferentes grupos e indivíduos vivenciaram e representaram a sexualidade permite refletir, especialmente, sobre a questão das apropriações diferenciadas de regras e prescrições sociais e, sobre as contradições e brechas intrínsecas a

³⁰ Termo utilizado por Michel Foucault, ver: FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, v.1, 1988. p. 43.

³¹ CARVALHO, Philipe Murillo Santana. *Uma cidade em disputa: tensões e conflitos urbanos em Itabuna (1930-1948)*. Santo Antonio de Jesus: UNEB, 2009. (Dissertação de Mestrado) p. 15. Philipe Murillo foi o historiador que primeiro analisou o processo de modernização na cidade de Itabuna e as relações estabelecidas entre os “de baixo” e o poder público, deste modo, ofertou a todos os que versam sobre a cidade de Itabuna uma obra fundamental.

³² Idem, Ibidem.

³³ DARIN, Manoel, GONÇALVES, Archimedes de Siqueira. *Projeto de Remodelamento e Expansão da cidade de Itabuna*. Salvador, 1927. p. 2.

³⁴ *A Época*, Itabuna, ano XXV, n. 1272, 21 ago. 1943, p. 4.

³⁵ Sobre o conceito moderno de civilização ver: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2v.

essas normas. Segundo o historiador Giovanni Levi “nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação”. Para ele o historiador deve se recusar a entender os processos históricos sob a ótica esquemática de ações e reações. Ressaltando o oposto, que uma aparente desigualdade de poder, mesmo que veemente, deixa margens de atuação para os que estão em situação “desfavorecida”³⁶.

Para Michel Foucault a manutenção do poder está relacionada, entre outras coisas, aos discursos de saber que produz. A ideia é que o poder se materializa através de uma gama extensa de relações pessoais. Assim, as relações de poder se dão em um campo aberto de possibilidades onde, embora se encontre todo o tecido social imerso em uma ampla rede de relações de poder, não se tem como corolário a existência de um poder onipresente, levando a uma situação na qual não haveria espaço para resistências e alternativas de transformação. A capacidade de recalcitrar, de se insurgir, de se rebelar e resistir, para Foucault são elementos constitutivos da própria definição de poder³⁷.

A partir disto, o objetivo deste trabalho é analisar as tensões sociais provocadas pela presença e sexualidades das deusas do prazer na cidade, no período de 1930 a 1960, quando se intensificaram a disputa por territórios e o processo de urbanização em Itabuna - aquilo que Michel de Certeau chamou de percorrer “os caminhos sinuosos que se percebem nas astúcias táticas das práticas ordinárias”³⁸. Para tanto, foi importante identificar e destrinchar os discursos sobre elas buscando compreender: Como a memória oficial se apropriou da questão do comércio sexual em Itabuna? Como foi tecida a trama que pretendeu empurrar as prostitutas para fora do centro da cidade? Quais as suas práticas quotidianas apontadas como “inconvenientes” e “indesejadas”?

Para Reinhart Kosseleck é a relação entre passado e futuro que nos dá a ideia de tempo. É a articulação entre experiência e espera que promove diversas possibilidades e produz o tempo histórico. Na interação do par sucessão/simultaneidade o tempo inclui as dimensões do passado e do futuro, respectivamente: o espaço da experiência e o horizonte de espera³⁹. Destarte, o recorte temporal desta pesquisa que abarca os anos de 1930 a 1960, justifica seu início na intensificação de uma tentativa de controle das mulheres de vida livre

³⁶ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: *Usos e abusos da história oral*. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. 8. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 180.

³⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

³⁸ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 14.

³⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006.

nos anos de 1930. Este fato contribuiu para efervescência de discursos sobre o comércio sexual no centro. A partir de 1930, formadores de opinião em grande medida advindos dos segmentos economicamente favorecidos colocaram em evidência a questão do comércio sexual em Itabuna.

A maioria dos textos das matérias jornalísticas, que foram selecionadas para a dissertação, trouxeram queixas de famílias residentes nas imediações de bordéis. São citados o modo de falar, de vestir e andar das mundanas, as conversas, pilhérias e a música alta. Os moradores das vizinhanças dos bordéis não direcionaram suas críticas exclusivamente às mulheres de vida airada, mas a todos que se envolviam *no* ou negligenciavam a existência *do* comércio sexual. O grande volume de queixas intermediadas pelos jornais contra o cotidiano dessas mulheres pode indicar que as suas sexualidades passaram a ganhar uma visibilidade crescente. Seus comportamentos, principalmente o sexual, só aparecem nos jornais porque deixaram de ser tolerados. As diversas matérias em que figuraram são “manuais” de como não devia se portar uma mulher direita. Os documentos oficiais do município de Itabuna dirigidos à Secretaria de Segurança Pública apontaram no mesmo sentido, confrontando as atividades das prostitutas como um “problema”.

As iniciativas de alargamento de ruas, demolição de casebres e aterramento de brejos são também enfaticamente visualizadas a partir da década de 1930⁴⁰. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, a economia da região consolidou-se na produção da monocultura cacaueteira, atingindo o *status* privilegiado de primeiro produto da pauta de exportações do Estado da Bahia⁴¹. Em 1957, a imprensa divulgou que Itabuna havia sido classificada como a cidade que mais crescia em todo o Estado da Bahia, no mesmo ano foi elencada, em um concurso ocorrido em Brasília, entre os 10 municípios de maior progresso no Brasil⁴². Não obstante, devo ressaltar que o discurso jornalístico nem sempre se embasava em fontes confiáveis e o seu apelo à “verdade” era em grande medida estratégia retórica.

As aparições das rameiras nos periódicos locais e documentos vão começando a rarear em fins da década de 1950. A partir do início da década de 1960, essas mulheres aparecem difusamente em bairros periféricos da cidade. Por essa razão encerro o recorte de pesquisa em 1960, a entrada nesta década representou, não apenas a colonização de outras territorialidades pelas rameiras, mas, relativamente, a desqualificação do comércio sexual na cidade como um

⁴⁰ GONÇALVES, Oscar Ribeiro. *O Jequitibá da Taboca: ensaios históricos de Itabuna, 1849 a 1960*. Itabuna, Imprensa oficial da Bahia, 1960. pp. 127-128.

⁴¹ FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de, e PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Op. Cit.

⁴² *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 1, 20 out. 1957, p. 1.

problema da ordem do dia. Não quero dizer com isto que as críticas e reclamações desapareceram, porém, com a migração dessas mulheres para bairros afastados do centro, a necessidade de expulsão deixou de ser o foco na maioria dos discursos. Estes criticavam o que os vizinhos dos cabarés entendiam como “excessos” dessas mulheres e de seus clientes. Deste modo, passaram a ser construídos muito mais no sentido de uma tentativa de conciliação entre cabarés e as respectivas vizinhanças. Também o controle dos “excessos” promovidos pelas putas, parecia deixar de ser obrigação da polícia e passou a ser responsabilidade das donas/os de cabarés.

Se a sociedade é “dividida” em grupos sociais, com interesses que em muitos casos divergem entre si, então os discursos são espaços de poder⁴³ dentro dessas disputas. As mulheres de vida livre de Itabuna, apenas em excepcionais situações falaram de si mesmas. Em grande medida, suas vivências, sentimentos e histórias eram representados, notadamente por homens, de situação econômica relativamente confortável. Esses foram elementos históricos de tentativa de dominação que os autorizaram, dentre outros fatores, a falar sobre elas e/ou pagar para “desfrutar” seus corpos por tempo determinado⁴⁴.

Condições que tornaram possíveis discursos sobre o comércio sexual, suas trabalhadoras e demais envolvidos. Esses agentes apareceram nas fontes recolhidas na pesquisa para esta dissertação. No tocante aos documentos de prescrições normatizadoras, advindas do executivo itabunense, trabalhei com o Código de Posturas de 1933, em vigor entre as décadas de 1930, 1940 e 1950. Muito embora regulamentasse outros segmentos de trabalhadores da cidade de Itabuna, este código não se expressava diretamente sobre o mercado do sexo. Contudo, acontecimentos desenrolados nas décadas abarcadas por esta pesquisa produziram a necessidade de alteração do antigo Código de Posturas. Em março 1959 foi aprovado o novo Código de Posturas do Município, acrescido do artigo 68 – Da moralidade, sossego e bem estar público – que dispunha sobre o funcionamento de cabarés⁴⁵.

O Código de Posturas foi um documento que se destinou a normatizar os costumes dos itabunenses e regulamentar os usos dessa cidade. Mas, que foi apropriado, significado ou ignorado de formas diversas pelos cidadãos. Já as correspondências jurídicas entre o Governo Municipal e a Secretaria de Segurança Pública do Estado – como relatórios de movimento

⁴³ Poder, no sentido foucaultiano do termo, presente em todas as relações sociais, difuso, descentrado e negociado permanentemente entre grupos ou indivíduos.

⁴⁴ Ao analisar as condições de possibilidade e os mecanismos que inventaram o “orientalismo” Edward W. Said me ajudou a pensar nas formas de tratamento, assujeitamento e construção do “outro”. Ver: SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 33.

⁴⁵ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano XXVI, n. 1404, 8 ago. 1959, p. 9.

forense, provimentos de correição, sumários de relatórios de inquéritos – nos apresentam as mulheres de vida livre sob outros prismas, além de discursos que culpabilizaram o comércio sexual pela grande quantidade de crimes cometidos em Itabuna.

Na mesma esteira utilizei o Regimento da Guarda Municipal de Itabuna, que possuiu artigos de conduta que proibiam a entrada de policiais em cabarés fora de serviço, para ajudar a pensar as relações entre policiais e prostitutas. O citado regimento, concomitante às demais fontes possibilitará a ampliação da discussão da pretensão de padronização da cultura urbana. As relações entre os médicos e o comércio sexual na cidade são a grande lacuna de informações enfrentada nessa pesquisa. Pouco pude encontrar além de alguns exemplares dos *Anais da Sociedade Itabunense de Medicina e Cirurgia*, que não especificam como se davam as relações entre o saber médico e as prostitutas. Porém nesses discursos pude perceber que em alguns casos publicados para apreço da comunidade médica, a paciente, ou melhor, o corpo ali exposto, era de uma mulher mercadora de sexo.

Restou no Arquivo Público do Estado da Bahia uma ínfima parcela da documentação produzida pela saúde em Itabuna. Trabalhei com dados quantitativos dos boletins dos postos médicos de higiene de Itabuna, mapas de doentes, onde a sífilis se destacou como enfermidade preocupante. As incursões feitas nos órgãos de saúde municipais ou municipalizados de Itabuna, como o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), e estaduais como a 7ª Diretoria de Saúde me legaram a triste resposta de que com o passar dos anos e o acúmulo de papel, os arquivos “mortos” dos órgãos de saúde foram incinerados.

No tocante as intervenções urbanísticas, estas foram avaliadas a partir dos projetos de remodelação urbanística e sanitária do município de Itabuna⁴⁶ e também através de matérias jornalísticas. O trabalho já citado do historiador Philippe Murillo foi também analisado e importante subsídio para muitas reflexões sobre o processo de urbanização em Itabuna nas décadas de 1930-1940. Como auxiliar, utilizei o processo de empréstimo contraído entre a Prefeitura de Itabuna e a Caixa Econômica Federal (1939) que teve o objetivo de levantar fundos para diversas reformas e construções na cidade, mesmo que estas sequer tenham saído do papel. As fontes elencadas delineiam a vontade de modernização e civilidade das camadas hegemônicas durante as décadas de 1930, 1940 e 1950 em Itabuna.

⁴⁶ Os projetos de remodelação datam de 1927 e 1935 e são inspirados no modelo progressista e funcionalista (os Ciam, Le Corbusier). Ver: DARIN, M. e GONSALVES, A. *Remodelação e saneamento da cidade de Itabuna – Relatório*. Itabuna: 1927. Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas (APMIJD), S/N; e ESCRITÓRIO DE ENGENHARIA CIVIL E SANITÁRIA F. SATURNINO RODRIGUES DE BRITO. *Saneamento de Itabuna – Relatório*. Rio de Janeiro: 1935. APMIJD, S/N.

Periódicos como os jornais *A Época*, *Diário de Itabuna*, *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, *O Intransigente*, *O Fanal* e o *Voz de Itabuna* compõem o principal corpus documental da dissertação. Com diversas matérias, colunas e notas que trataram sobre variados temas esses jornais me possibilitaram analisar as tensões que acompanharam a trajetória das mundanas. Aí também são importantes temas como: desigualdades de gênero, parâmetros morais, publicações de portarias da Delegacia de Polícia, ações de urbanização, para citar alguns. Quantitativamente foram levantadas 90 edições com notícias, matérias ou fragmentos de matérias que discorriam especificamente sobre acontecimentos no comércio sexual e/ou prostitutas.

Para entender como e por que esses discursos foram produzidos e veiculados é necessário nos deter um pouco na discussão sobre as filiações político-partidárias dos jornais. Tendo em vista sua composição majoritariamente masculina e de membros letrados dos segmentos hegemônicos política e economicamente. Foram homens que dirigiram, escreveram e em grande número leram as notícias propaladas por estes órgãos; pretensamente formadores de opinião, veículos pedagógicos e divulgadores de ideais de civilidade e moralidade.

O jornal *A Época* teve como fundador Gileno Amado⁴⁷, anteriormente político do PSD, partido que elegeu uma boa parte dos prefeitos em Itabuna. No período recortado para a pesquisa Gileno Amado foi chefe político, veiculando em seu jornal matérias favoráveis aos políticos de sua filiação partidária, e atacando pessoalmente os seus opositores. O periódico também destinou críticas aos trabalhadores pobres da cidade, à inoperância da polícia e aos transtornos provocados pelas prostitutas. Publicou ainda, os artigos do Serviço Especial do Circuito Brasileiro de Educação Sexual, mas não deixou de expor com frequência os melhoramentos urbanos atribuídos ao trabalho da prefeitura.

O jornal *Diário de Itabuna* cobre um pequeno período da pesquisa, pois, foi criado em 1957. Teve como diretor e proprietário Ottoni Silva, o qual veremos envolvido em outros periódicos itabunenses. Suas páginas buscavam transmitir ao leitor uma “neutralidade” em relação ao cenário político de Itabuna e da região cacauzeira como um todo. O Diário declarou reunir a sociedade em suas páginas por ser “um órgão regional, sem partidos, sem ódios, sem favoritismos. Colunas abertas a todos os debates, respeitador da honra alheia, censor e crítico sem paixões, a serviço do povo e não de grupos ou partidos”⁴⁸. Ao menos tentavam fazê-lo

⁴⁷ Bacharel em Direito, foi vereador, deputado estadual, deputado federal, secretário da fazenda no governo de Juraci Magalhães e candidato a senador.

⁴⁸ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 102, 25 fev. 1958, p. 5.

não explicitamente! Esse periódico teve como principal diferencial em relação aos demais possuir um caderno destinado diretamente ao público feminino, colocado não por acaso nas últimas páginas do jornal. Além disso, tinha espaço cativo para as mundanas em colunas como “O Diário Policial”.

O *Jornal Oficial* era o órgão de imprensa oficial da Prefeitura de Itabuna, publicava leis, projetos de leis, editais de citação de réus ausentes das varas crime e cível, portarias, designações de receita, nomeações, exonerações e até punições a funcionários públicos. Como é o caso dos membros da Guarda Municipal que tiveram expostas as suas movimentações, infrações e faltas. Foi fonte importante para acompanhar ações e discussões do legislativo e do executivo.

O periódico *O Intransigente*, dirigido por Reinaldo Sepúlveda, Delegado da Comarca de Itabuna, também foi dirigido por Ottoni Silva no início da década de 1950. Foi durante boa parte de sua existência um jornal noticioso que veiculou as falhas da administração da Prefeitura de Itabuna. Reclamando a ordem e a moral, publicou na seção *Queixas e Reclamações*, suposto espaço de fala direta dos leitores, toda a insatisfação dos vizinhos dos cabarés, dentre outras reivindicações. Através das abundantes citações feitas pelo jornal às prostitutas foi possível mapear as áreas em que estas se concentravam em moradia e os locais por onde circularam. Também foi o órgão que protagonizou campanhas em favor da retirada de pobres da zona urbana, como a Casa dos Mendigos que visava o recolhimento dos mendigos. O já conhecido Ottoni Silva, funcionário do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas de Itabuna foi o redator responsável pela polêmica coluna *Bom dia para você* entre os anos de 1951 a 1954, alocada na página dois.

O jornal *O fanal*, que foi veiculado na década de 1930, foi utilizado como suporte a mais para discussões sobre desigualdades de gênero e moral. Procurou ser uma publicação mais literária que noticiosa, dando lugar a poesias e lirismos. Teve ainda como peculiaridade ser um jornal mensal redigido por estudantes, como Ottoni Silva (Sim ele fez carreira como redator! Foi um importante formador de opiniões durante 1930-1970) e José Kfoury que posteriormente tornou-se memorialista da cidade de Itabuna. Já o periódico *Voz de Itabuna*, teve como fundador e proprietário Aziz Maron, político de renome pelo PTB reeleito deputado federal em 1950. Explicitamente varguista, os redatores não pouparam nenhum dos adversários ou detratores do “pai dos pobres”.

A documentação hemerográfica nos diz muito além dos discursos que contém, a própria composição e distribuição física das matérias apresentou distinções de gênero, e segmentações propositais nos jornais. É preciso além disso, não perder de vista que há uma

voz que interpretava os atos que descreve, como os das meretrizes por exemplo, e os condena. Todas as apreciações dos discursos são de responsabilidade dessa voz. Mas, essa voz não fala sozinha, se dirige a interlocutores que possuem semelhante visão de mundo. Portanto, ao construir representações dos gêneros, os referidos jornais produziram e reforçaram uma classificação de lugares a serem ocupados pelas mulheres dos diversos segmentos socioeconômicos de Itabuna.

O que esteve em consonância na maioria dos discursos⁴⁹ que envolveram as deusas do prazer, que seguem nas páginas da dissertação, foi a tentativa de “estereotipização” dessas mulheres. Como afirmou o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. em sua obra *A invenção do Nordeste e outras artes*, a “estereotipização” se configura com afirmações repetitivas. São falas pretensamente superiores, com autoridade e autorização suficientes para afirmar “o que é o outro em poucas palavras”. Segundo o autor, essas generalizações provocam imagens onde as diferenças internas ao grupo são suprimidas, construindo discursivamente uma possível “homogeneidade”⁵⁰. Para Margareth Rago a construção e difusão do “estereótipo da puta” atenderam a necessidade de situar nessas mulheres uma anormalidade sexual e social⁵¹. Na imprensa da cidade de Itabuna, durante o período analisado 1930-1960, pode-se dizer que havia uma crônica jornalística comum para tratar as deusas do prazer. Um repertório aproximado, que variava pouco, para falar destas trabalhadoras.

Contudo, não é bem uma intenção de “desmistificar” esses discursos o que move esta pesquisa, mas, a própria visibilidade que esses discursos deram às prostitutas. Como afirmou a comunicóloga Beatriz Marocco “a regularidade insistente e a relevância com que esses indivíduos foram resgatados da desordem em que viviam e organizados nas páginas dos diários daquele tempo”⁵². A imprensa ao descrever o cotidiano o constrói selecionando notícias e imagens que lhes confere um caráter verossímil. Não se trata de buscar qual é o discurso verdadeiro supostamente escondido sob uma capa falsa, mas, perceber nesses

⁴⁹ A noção de discurso a qual me refiro é a proposta por Michel Foucault em suas obras: *Arqueologia do Saber* (1961) e *Vigiar e Punir* (1975), onde os “discursos” seriam práticas que “sistematicamente” constroem os objetos de que falam.

⁵⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 30. A esse respeito ver também SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. “[...] os terríveis conflitos reducionistas que agrupam as pessoas sob rubricas falsamente unificadoras [...], inventando identidades coletivas para indivíduos que na realidade são muito diferentes uns dos outros.” p. 25.

⁵¹ RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e terra 1985. (Coleção estudos Brasileiros v. 90). p. 86.

⁵² MAROCCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico Porto Alegre, século XIX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. p. 15.

regimes de verdade as relações de forças que os produzem e fazem funcionar. Segundo Michel Foucault “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”. Apesar disto, o estudioso francês deixa claro que o que entende por verdade é todo um conjunto de regras que separa o falso do verdadeiro e impõe ao verdadeiro “efeitos específicos de poder”⁵³. Os regimes de verdades de cada sociedade fundam formas de agir e pensar sobre o homem que o inserem em categorias diversas, clínicas, jurídicas ou de classe, reduzindo seu potencial criativo e sua liberdade de expressão.

O dialogismo também está contido nas fontes, no entrechoque das muitas versões contrapostas e na possibilidade de tirar proveito precisamente destas contradições. O próprio estatuto da fonte se altera, ela não é mais “prova”, no entanto, expõe efeitos múltiplos de “realidade”. A conexão de fontes diversas teve a intenção de permitir que elas se iluminassem reciprocamente. Pois, uma polifonia de aspectos discursivos pode se “esconder” em um texto ou enunciação, aparentemente monológicos. Aí se expressam micro-poderes, micro-relações, o rigor e a flexibilidade dos sistemas repressivos, os mecanismos diversos destinados a colonizar a diferença, ou a subjugar-la e a excluí-la quando esta colonização não é possível.

A pesquisa para o presente trabalho consistiu na leitura e fotografia digital das fontes supra citadas, publicadas em anos variados, que fazem parte, principalmente, do acervo do Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas e do Centro de Documentação e Memória Regional da UESC, possuindo algumas lacunas. Exemplares dispersos e raros de jornais foram pesquisados no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Biblioteca Pública do Estado da Bahia (Sub-gerência para periódicos – setor de periódicos raros). Como a proposta não foi quantitativa, mas qualitativa, no caso dos periódicos as notícias e reportagens mais significativas foram utilizadas na escrita da dissertação. Após uma seleção que levou em consideração critérios como os assuntos ligados as prostitutas, as mulheres desta sociedade em geral e suas relações com o gênero masculino. Ressalte-se que todos os textos dos periódicos transcritos ao longo do texto foram atualizados ortograficamente com o intuito de contribuir para a melhor fluência da narrativa.

Outra fonte que se atrelou a periódicos e a documentos oficiais foram os processos-crime. Nas trilhas dos processos-crime, encontrei fragmentos de histórias de vida de mulheres que trabalharam com sexo. Através deles foi possível transversalizar várias categorias como: gênero, condição econômica, raça/etnia, geração, imigração e nupcialidade. Além de suas

⁵³ FOUCAULT, Michel. 1979, Op. Cit. p. 13.

expectativas, o seu cotidiano, solidariedades e rivalidades. Os discursos e apreciações proferidas por advogados, promotores ou juízes principalmente nos processos relativos a crimes sexuais e agressões, viabilizou também a identificação e discussão dos parâmetros hegemônicos de comportamento para mulheres e homens.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo foi dedicado as representações da região cacauzeira, sobretudo de Itabuna. É a porta de entrada no cenário baiano onde atuaram os personagens desta pesquisa. Além do problema geral de pesquisa, a questão específica que perpassa esse capítulo é a seguinte: De que forma a memória oficial se apropriou da questão do comércio sexual em Itabuna? Como as mulheres que comercializaram seus corpos ficaram registradas nesta memória? Como fontes para este capítulo foram perscrutadas as histórias produzidas sobre Itabuna por memorialistas e escritores de ficção como, por exemplo, Jorge Amado.

O primeiro tópico debateu as construções discursivas de memorialistas da região cacauzeira, como por exemplo, Adelindo Kfoury Silveira, Adriana Andrade-Breust, Oscar Ribeiro Gonçalves e Carlos Pereira Filho. Também analisou o livro de ficção *Cacau*, do escritor Jorge Amado, publicado em 1933. Neste romance o autor construiu representações sobre as putas e os bordéis da região do cacau. O segundo tópico analisou os discursos médicos que trataram direta e indiretamente as prostitutas como problema de saúde pública. Já o terceiro tópico abordou discursos produzidos por um religioso sobre o comércio sexual na cidade e as construções dos memorialistas a cerca da “Campanha moralizadora” no centro da cidade e suas consequências para as mundanas.

O segundo capítulo apresenta os personagens desta dissertação atuando. Inicia com as tensões produzidas em torno da presença das mundanas no centro e como esta questão foi tratada pelo poder público da cidade de Itabuna. Depois desenrola retrospectivamente como foi tecida a trama que pretendeu empurrar essas mulheres para fora do centro da cidade, fazendo uma análise dos discursos que apontaram a visibilidade e confluíram para negatização de suas práticas. Os discursos foram encontrados nos jornais do período (1930-1960) tais como: *A Época*, *Diário de Itabuna*, *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, *O Intransigente*, *O Fanal* e *Voz de Itabuna*. Entendo que os periódicos procuraram apresentar os “projetos políticos e as visões de mundo representativas de setores da sociedade”⁵⁴. Nos jornais é possível identificar discursos contra as sexualidades “divergentes” das prostitutas, como também, a veiculação de uma estereotipização atribuída a elas.

⁵⁴ CAPELATO, Maria H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 34.

Este capítulo é composto por três tópicos, o primeiro estudou a chamada “campanha moralizadora” promovida pelo poder público, contra a localização das rameiras nas principais ruas do centro ocorrida em 1943. Como contrapartida a insistente permanência daquelas mulheres naquele território e as relações que estabeleceram com outros agentes sociais. O segundo tópico discutiu a visibilidade das práticas das prostitutas no centro e as reações dos moradores das imediações de cabarés e formadores de opinião. O terceiro e último tópico apontou para o processo de urbanização em Itabuna e suas implicações para o comércio sexual.

O terceiro e último capítulo se ocupou da expansão das prostitutas pelo território urbano, elas se alojaram em espaços para além do centro da cidade de Itabuna. O primeiro tópico tratou da ocupação progressiva de áreas e bairros próximos ao centro da cidade e da posterior fixação dos cabarés nas periferias. O segundo tópico narrou as ligações de amor, ódio e ciúme entre as prostitutas, “seus” homens e companheiras de serviço, fartamente propalados pelos periódicos itabunenses, como também as correspondências trocadas entre órgãos do judiciário e a Secretaria de Segurança Pública do Estado e os processos-crime onde prostitutas tomaram parte como acusadoras, acusadas ou testemunhas. O terceiro tópico explorou os discursos contra algumas delas que tentaram manter suas atividades no centro da cidade em fins da década de cinquenta e início da década de sessenta, como também o estabelecimento do bairro do Cajueiro como principal “zona de meretrício” da cidade.

Os percursos das meretrizes descreveram passos dados fora dos caminhos habituais para o gênero feminino, no espaço-tempo que baliza este estudo. Nesse sentido, não foram alvos de críticas e apreciações apenas de membros do judiciário. A preocupação essencialmente moral, veiculada pelos periódicos, é acrescida nesses outros discursos de questões de saúde pública. A importância dada à família higiênica, potencial produtora de uma prole saudável, está explícita no combate às doenças sexualmente transmissíveis. Nesse cenário, especialmente a sífilis, era uma enfermidade preocupante, imbuída de muitos significados. Para este tópico foram avaliados os dados numéricos dos dispensários do posto de higiene de Itabuna comparados aos dados de Ilhéus e Itajuípe (cidades vizinhas). Do mesmo modo, *Os Anais da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Itabuna*, veículo de publicação médica que utilizou dentre outros, como exemplares femininos doentes, mulheres dos segmentos pobres e meretrizes de Itabuna na exposição de suas teses.

Enfim, que essa narrativa, uma versão inacabada de muitas tramas onde estiveram envolvidas direta e indiretamente as deusas do prazer de Itabuna, impulse a história a serviço da vida. Desejo que o leitor ao adentrá-la possa sentir-se como um dos “homens

históricos” de Nietzsche, pois, “olhar para o passado os impele para o futuro, acende a sua coragem para manter-se por mais tempo em vida, inflama a esperança de que a justiça ainda está por vir, de que a felicidade está sentada por detrás da montanha para a qual estão se dirigindo”⁵⁵.

⁵⁵ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. (Conexões, 20). pp. 14-15.

CAPÍTULO 1

Narrativas sobre a cidade e suas mulheres (in) disciplinadas.

Itabuna é uma cidade ainda muito jovem, nasceu como município desmembrado de Ilhéus apenas em 1910¹. Com fartas terras férteis banhadas por um rio e seus córregos atraiu a atenção de lavradores, viajantes e comerciantes ainda no século XIX. Já nas primeiras décadas do século XX a produção de cacau foi constituída como principal suporte de crescimento da cidade. As atividades agrícolas eram pouco diversificadas e mesmo a lavoura de subsistência foi escassa durante anos na região sul da Bahia. Não é difícil supor que dada a juventude de Itabuna e a circulação de dinheiro que ostentaram os grandes proprietários agrícolas e comerciantes – muitos patenteados como Coronéis da Guarda Nacional – as memórias escritas sobre a sua constituição e estabelecimento como cidade tenham sido, em grande medida, inspiradas nos personagens que detinham a hegemonia econômica.

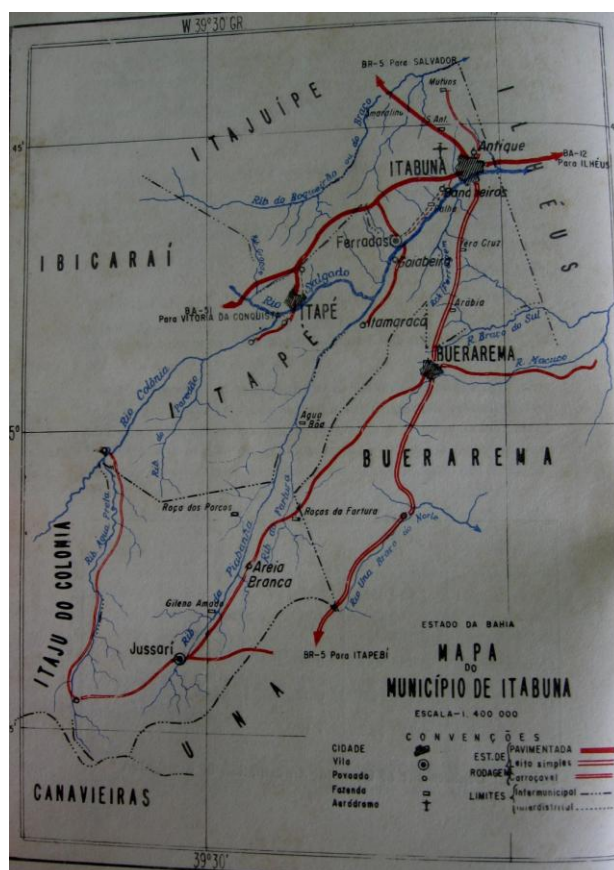


Ilustração 1 – Mapa do Município de Itabuna. Guia Turístico do Cacau. Editora Panorama LTDA, Itabuna. 1964. p. 105. APMIJD.

Itabuna se situa no entroncamento para várias cidades, a partir dela partem estradas e rodagens para distritos e outros municípios. Em poucos anos se consolidou também como

¹ Itabuna passou de Vila a Cidade pela Lei n. 807 de 28 de julho de 1910.

pólo comercial abarcando a demanda de fornecimento exigida pela circunvizinhança. Ao lado de Ilhéus representou a vitrine do sucesso econômico da região cacauceira² onde seus enriquecidos moradores desejaram espelhar não costumes associados ao meio rural, mas uma sociedade afinada com a modernidade e o progresso. Nesse sentido, a memória oficial construída sobre Itabuna privilegiou um determinado segmento, representado por homens proprietários de terras e comerciantes, que segundo consta em seus rols promoveu não apenas seu surgimento como cidade, mas seu crescimento urbano, econômico e social.



Ilustração 2 – Malha viária a partir da cidade de Itabuna. Monografia IBGE Itabuna – 1960 Coleção de Monografias n. 437 (3ª edição). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1960. p. 13.

A partir disto a memória local constituiu uma espécie de roteiro engessado, pelo qual perpassaram muitos que pretenderam narrar a história de Itabuna. Com um enredo aproximado os memorialistas apontaram os proprietários agrícolas e comerciantes como “desbravadores”. A estes homens era atribuído o mérito de serem os principais responsáveis

² Sobre a história da região cacauceira ver: GARCEZ, Angelina N. R. *Mecanismo de formação da propriedade cacauceira no eixo Ilhéus-Itabuna (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1977; FALCON, Gustavo. *Os Coronéis do Cacau*. Salvador: Ianamá, 1995; RIBEIRO, André Luiz R. *Memória e identidade: Reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacauceira (1880-1950)*. Ilhéus, Ba: Editus, 2005; FREITAS, Antonio Fernando G. de. *Caminhos ao encontro do mundo: A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul*. Antonio Fernando Guerreiro de Freitas e Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Ilhéus: Editus, 2001; COSTA, José Pereira. *Terra, suor e sangue: Lembranças do passado. História da Região Cacauceira*. Salvador: EGBA, 1995; FILHO, Adonias. *Sul da Bahia, chão de cacau: uma civilização regional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquia (1889-1934)*. A Bahia na Primeira República brasileira. trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, dentre outras.

pela suposta “prosperidade” e “progresso” do município. O jornalista e escritor Carlos Pereira Filho, em livro publicado nas festividades do cinquentenário de emancipação da cidade em 1960, escreveu o seguinte sobre aqueles que a tradição preservou como coronéis: “em Itabuna [...] bastava comprar um pedaço de terra boa ou uma roça de cacau, e pronto, anos depois, deixava de ser fulano ou beltrano para ser chamado de ‘coronel’ fulano ou beltrano, patente de riqueza, de fortuna, de abastança.”³

1.1 – Jorge Amado, os memorialistas e a narrativa tributária.

As histórias compiladas e elaboradas por memorialistas construíram “os coronéis do cacau” como os promotores da marcha unívoca de Itabuna rumo ao progresso. Eram apresentados como senhores do dinheiro, disputavam cargos e influência política em muitos casos utilizando meios violentos para o sucesso nas empreitadas, estavam acima do bem e do mal. Este cenário foi utilizado à exaustão por Jorge Amado para compor suas tramas sobre a região cacauzeira⁴. A literatura “realista” deste escritor contribuiu para a fixação e propagação do roteiro engessado a que me refiro aqui. O que esta memória legou foi uma versão homogênea de história, tributária aos homens de dinheiro, posses e influência política, onde até hoje, com dificuldades, alguns historiadores tentam introduzir as perspectivas dos segmentos desfavorecidos⁵.

Entretanto, nas histórias sobre Itabuna não foi construído apenas um lado da moeda, os demais agentes como os trabalhadores em geral e as mulheres, também tiveram papéis delimitados nessas versões. Nestes discursos os trabalhadores, sobretudo rurais, eram

³ FILHO, Carlos Pereira. *Terras de Itabuna*. Rio de Janeiro: Elos, 1960. p. 16.

⁴ A título de exemplo ver os romances: *Cacau* (1933), *Terras do Sem fim* (1943), *São Jorge dos Ilhéus* (1944), *Gabriela Cravo e Canela* (1958) e *Tocaia Grande* (1984).

⁵ A historiografia recente sobre Itabuna procura desconstruir o enunciado oficial sobre a região cacauzeira e apresenta versões históricas que privilegiam os segmentos subalternizados. Alguns exemplos são os seguintes trabalhos: SOUZA, Erahsto F. *O Conceição em retalhos de cidade, margens e dono: uma Itabuna-Ba nos territórios subalternos*. Monografia de graduação (história). Ilhéus: UESC, 2007; SOUZA, Erahsto F. *Subalternos nos caminhos da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia (Itabuna, década de 1950)*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Orientadora Edilece Souza Couto. Salvador: 2010; CARVALHO, Philipe Murilo S. de. *Uma cidade em disputa: tensões e conflitos urbanos em Itabuna (1930-1948)*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. Orientador Carlos Zacarias F. Sena Jr. Santo Antonio de Jesus: 2009; MOURA, Giselle Raline da Cunha Fernandes. *Capoeiras, valientes e construção de territórios: criminalização e modernidade em Itabuna na década de 1950*. Monografia de graduação (história). Ilhéus: UESC, 2007; RIBEIRO, André Luiz R. *Família, poder e mito: O município de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus: Editus, 2001; LOPES, Rosana dos Santos. *Morar, trabalhar, brincar e viver!/: Experiência de moradores do bairro Conceição, Itabuna, Bahia, 1950-1997*. São Paulo, dissertação de mestrado PUC-SP/UCSal, 1999.

invariavelmente migrantes de outras regiões do estado e de Sergipe que chegavam sonhando com o enriquecimento através das lavouras de cacau. As mulheres destacadas eram em geral esposas, filhas, filantropas ou trabalhadoras a serviço dos coronéis e dos proprietários. Nesse sentido, foram constituídas como agentes passivas no irremediável caminho de Itabuna rumo ao progresso e a civilização, conduzido pelos “coronéis do cacau”. Todavia, as prostitutas quer nos livros de literatura amadianos quer nas obras de memorialistas da região não deixaram de ser mencionadas.

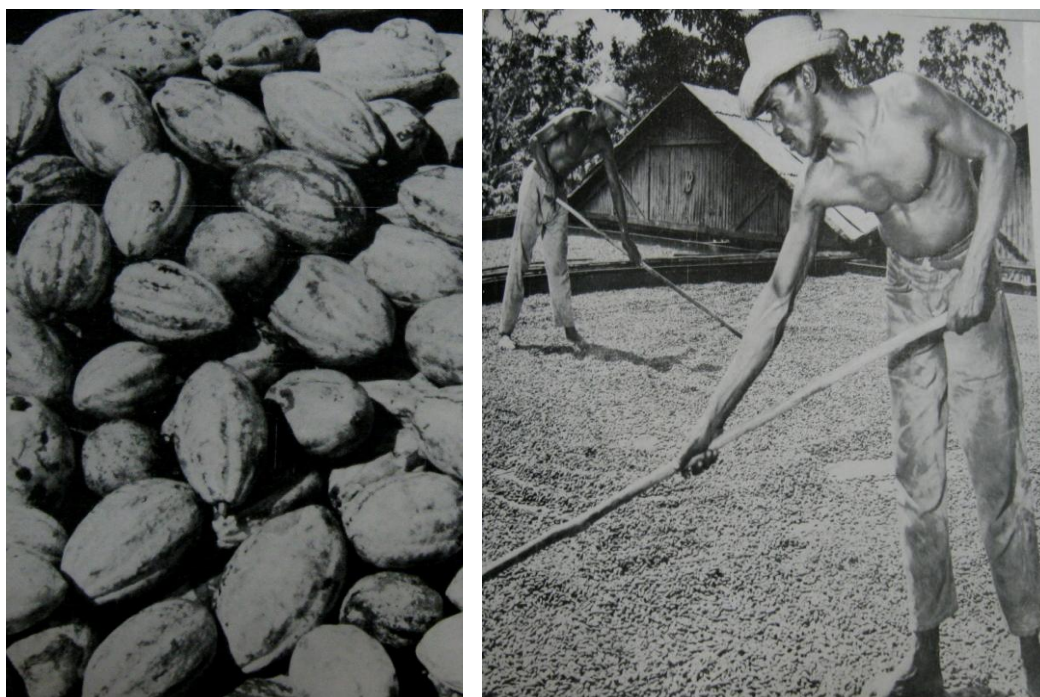


Ilustração 3 e 4 –Frutos de Cacau e homens espalhando amêndoas para secagem em uma barcarça.

Em *Cacau*⁶, romance em que Jorge Amado pretendeu representar o cotidiano das desigualdades de classes nas fazendas de cacau do sul da Bahia, que teve como pano de fundo a cidade de Itabuna e seu distrito Pirangi (atual Itajuípe) as rameiras e raparigas amadianas tem um papel feminino de destaque⁷. Necessário ponderar que *Cacau* é um dos primeiros

⁶ *Cacau* foi escrito no início da década de 1930 e publicado em 1933, portanto dentro do recorte temporal desta dissertação.

⁷ Na obra *Cacau*, as contradições do sistema capitalista transformaram-se em material privilegiado de ficcionalização. Para tanto, as desigualdades entre trabalhadores e empregadores (fazendeiros de cacau), são expostas através de relações de poder em que o proprietário capitalista subjuga o trabalhador. Esse desequilíbrio de poder perpassa todo o romance, onde os conflitos entre possuidores e despossuídos, muitas vezes, ajustam a narração do autor ao discurso ideológico marxista. As assimetrias não se encerram nas relações trabalhistas da trama acompanhando também as relações entre mulheres e homens, que são balizadas por desigualdades de gênero. As representações produzidas por Amado na narrativa de *Cacau* opõem um mundo patriarcal ao espaço do feminino. Os romances da primeira fase do escritor, onde a construção narrativa coincide com sua ativa participação no Partido Comunista Brasileiro, são frequentemente alvo de críticas por seu discurso deliberadamente ideológico-partidário.

romances de Jorge Amado e foi especialmente marcado por orientações ideológicas de cunho marxista. De acordo com Durval Muniz o marxismo é um princípio doutrinário “[...] comprometido com as essências, com as totalidades, com a Razão, que persegue um sentido para a História, um fim último para o ser, que busca o encontro com a verdade do real [...]”⁸. Os elementos elencados pela definição do historiador citado são fartamente encontrados no romance em apreciação. Apesar da chave explicativa marxista que perpassa toda a trama utilizarei alguns trechos de *Cacau* para uma breve análise do discurso que Amado construiu sobre as rameiras da região de Itabuna.

As relações entre História e Literatura suscitam muitos debates, principalmente quanto ao que tange a legitimidade do discurso de uma e outra. Se a história foi forçosa e rigidamente separada da literatura com os “positivistas”, o historiador Roger Chartier afirma que “hoje em dia, contudo, muitas razões ofuscam essa distinção tão clara. A primeira é a evidenciação da força das representações do passado propostas pela literatura.”⁹. Contudo, a História guarda as suas especificidades, as quais não são compartilhadas pelo discurso literário. Tem seus modos de fazer (métodos) e limites de atuação circunscritos às fontes de que dispõe.

No entanto, hodiernamente, correntes teóricas tem apontado as semelhanças e proximidades entre a História e a Literatura. Para Luiz Costa Lima “[...] é um erro supor que um procedimento literário é algo inconsistente com um relato verdadeiro, pode ser antes um modo estilizado de apresentar o que é verdade.”¹⁰ Necessário reconhecer que a História também constrói discursivamente os acontecimentos que pretende narrar. Os historiadores selecionam as fontes que convém a uma determinada explicação da “realidade”, e através de escritos, falas e outros documentos que já são eles próprios interpretações, apresentam através de procedimentos de verificação sua “versão” do ocorrido.

Em meados do século passado Roland Barthes, dentre outros, estampavam em suas aulas e escritos uma ideia que muitos não aceitaram, que “o que hoje descobrem as ciências humanas, seja qual for a ordem, sociológica, psicológica, psiquiátrica, etc., a literatura sempre soube; a única diferença é que ela não o *disse, escreveu*”¹¹. Apesar da academia ainda contar com certas resistências a utilização da literatura como fonte histórica creio que obras de ficção, como o romance *Cacau* de Jorge Amado, se constituem como fonte, enquanto escrita

⁸ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru-SP: Edusc, 2007. p. 134.

⁹ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 25.

¹⁰ LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 92.

¹¹ BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998. p. 12.

de uma sensibilidade, registro no tempo das razões e subjetividades dos homens em um dado momento histórico. Através dessa escrita é possível analisar impressões de vida na explicação de seus atos, na sua forma de qualificar e representar o mundo.

No enredo amadiano a primeira menção a uma prostituta foi inserida quando José – personagem imigrante sergipano que partiu de sua terra em busca de melhores condições de vida no sul da Bahia – em uma de suas conversas ao chegar ao novo Estado afirmou ter iniciado sua vida sexual aos quatorze anos com uma “rameira gasta e sifilítica”¹². Enquanto o personagem se dirigia para seu futuro emprego numa roça de cacau na viagem de trem conheceu outra “rameira”, essa mulher teve um importante papel na ambientação do migrante. Não foi nomeada a princípio, porém foi descrita como sorridente, com maquiagem carregada, dada a conversas com homens, fazia piadas de cunho sexual, e foi um dos poucos passageiros da segunda classe da viagem de trem que possuía dinheiro para lanchar durante o trajeto¹³.

Esta mulher por algumas páginas tratada pelo escritor apenas por “rapariga”¹⁴, tentou contar sua história de vida a José, seu companheiro de assento, mas a viagem de trem acabou antes que ela pudesse iniciar o relato. Os demais passageiros do trem expunham como era o trabalho e a vida nas roças de cacau afirmavam que ali havia pouquíssimas mulheres e que as moças que deixavam de ser castas acabavam nos cabarés¹⁵. Os cabarés segundo o discurso de Amado eram, afinal, a maior diversão tanto dos proprietários de fazendas como de seus lavradores. Os homens compravam roupas especiais e guardavam dinheiro para gastar nestes estabelecimentos, os lavradores tinham ali seus “xodós”, xodós que com o tempo eram oficializados, inclusive com casamentos formais¹⁶.

Nem cinema, nem parque de diversões, nem quermesses, nem circos, no discurso construído por Jorge Amado o que agradava em cheio aos homens do campo do município de Itabuna eram os cabarés. Alguns cabarés idealizados discursivamente por Amado eram exclusivamente bordéis, onde as trabalhadoras viviam e trabalhavam, outros, no entanto, eram bares durante o dia ou durante toda a semana e à noite e aos fins de semana funcionavam como cabarés. Muito embora o ambiente recriado no texto do autor não fosse tão convidativo: “Duas lâmpadas elétricas, umas raras e pobres flores artificiais e as quinze ou vinte rameiras

¹² AMADO, Jorge. *Cacau*. Rio de Janeiro: RECORD, 2000. p. 14.

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 24-28.

¹⁴ Rapariga é um nome popular usado comumente no sul da Bahia para designar mulheres que trabalhavam com sexo.

¹⁵ AMADO, Jorge. *Op. Cit.*, p. 30-31.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 35, 38.

da localidade. [...] Um jazz infame”¹⁷. No discurso amadiano os cabarés aparecem como o lúdico da vida de homens quase escravizados pelo trabalho, ambiente onde podiam colher um pouco de prazer como colhiam cacau dos cacaueiros, como na fala de um dos personagens: “aos sábados íamos a Pirangi pôr o sexo em dia. Alguns levavam meses sem sair da fazenda e se satisfaziam nas éguas da tropa”¹⁸.

A rapariga do trem reencontrou-se com o colega de viagem no cabaré onde trabalhava e teve oportunidade de contar como chegou a ser “mulher da vida”, chamava-se Antonieta. De acordo com ela era de boa família, com irmãs casadas e irmãos graduados em direito e medicina, ela largara o marido e entrara para o cabaré, dizia não se arrepende”¹⁹. Neste encontro no cabaré, José desejou passar a noite com Antonieta ela porém o dispensou dizendo: “Meu filho, não posso andar com você. Prefiro não ganhar o dinheiro. Eu te pegaria doença. Já to quase boa mas assim mesmo...”²⁰ Quando descreveu as raparigas neste romance Amado produziu uma imagem popularmente aceita, de que todas elas eram igualmente focos de doenças: “Mariazinha podia ter dezoito anos, mulata nova. Mas entre ela e Zefa, velha de cinquenta, não havia diferença. A mesma cara gasta e as mesmas pernas cheias de feridas”²¹. Um trabalhador rural amigo de José afirmou que a rapariga Mariazinha tinha contaminado-o e ele estava com “corrimento” por causa de uma doença dela.

A Antonieta de Jorge Amado ao contrário da colega de casa possuía ética para não contaminar um amigo por dinheiro. Contudo, mesmo sem ter conjunção carnal com José ela lhe pediu um dinheiro para despesas pessoais. Ao ser atendida prometeu a ele que quando “ficar boa de todo” ele seria o seu xodó, ou seja, seu homem preferido²². Troca de favores entre iguais, ambos foram construídos discursivamente como migrantes e trabalhadores desfavorecidos. A rua onde estavam localizados os bordéis em Pirangi (distrito de Itabuna onde se desenrola a trama) foi nomeada pelo romancista de Rua da Lama, sugestivo nome para ressaltar uma visão hegemônica de que aqueles locais e as relações que ali se estabeleciam eram impuras, sujas²³.

Em meio ao desenvolvimento do discurso sobre os cabarés de Pirangi e os trabalhadores que os frequentavam Amado introduziu abruptamente, sem texto de passagem, um diálogo entre duas esposas de coronéis, proprietários de terras da localidade. De acordo

¹⁷ AMADO, Jorge. Op. Cit., p. 49.

¹⁸ Idem, Ibidem, p. 39.

¹⁹ Idem, Ibidem, p. 50-51.

²⁰ Idem, Ibidem, p. 51.

²¹ Idem, Ibidem, p. 46.

²² Idem, Ibidem, p. 53

²³ Idem, Ibidem.

com o texto produzido pelo escritor elas tinham medo das putas, pois, perdiam seus maridos e boa parte dos dividendos empregados em seus luxos. Entretanto, no discurso de Amado as esposas pareciam aceitar resignadas sua condição de submissão sem nenhum adendo que demonstrasse que se levantavam contra as vontades daqueles homens:

- A polícia devia proibir aquilo – diziam.
- Ora a polícia é a primeira.
- É mesmo, D. Rosália. Os nosso maridos vão gastar com aquelas misérias, Deus me perdoe, tudo que ganham.
- E eu que preciso de um chapéu e um vestido... Manoel só faz prometer. Eu acho que ele dá dinheiro a essas pestes.
- Elas arrancam...
- Mas Deus castiga, D. Rosália, Deus castiga.²⁴

Com os agentes da ordem aquelas senhoras não podiam contar, os policiais também estavam envolvidos nas teias de relações daquelas mulheres, nas palavras de Amado apenas lhes restou apelar para Deus. Que a divindade ao observar aquele comportamento pecaminoso ele mesmo as fizesse justiça contra as rameiras. Para a historiadora Ana Paula Palamartchuk, Jorge Amado construiu suas putas a partir do estereótipo de mulheres “condenadas”, assim, essas mulheres possuíam em comum “uma trágica história de vida”²⁵. Neste romance além da história de Antonieta, prostituta que se tornou amiga do personagem central, que para fugir do marido “caiu na vida” temos a história de Zilda que aos 11 anos de idade foi “possuída” pelo filho do coronel da fazenda onde seus pais trabalhavam²⁶.

A autoridade dos coronéis e de sua parentela foi ressaltada por Jorge Amado para acentuar o abismo entre estes e seus empregados/subordinados, eles podiam dispor do que desejassem inclusive dos corpos de suas funcionárias. As relações entre fazendeiros (coronéis) e os demais personagens foi tecida como de absoluta desigualdade nesta trama amadiana. Zilda mesmo depois de ser expulsa de casa pelo pai, após ter sido “descabaçada” pelo filho do coronel manteve uma admiração pelo coronelzinho que motivou sua ida para o cabaré. Muito jovem Zilda tinha apenas treze anos, era mulher da vida conformada com o que lhe tinha acontecido como se a atitude do filho do coronel fosse comum e esperada. Ela trabalhava com Zefa de cinquenta anos, Mariazinha de dezoito e Antonieta de vinte anos. A pouca idade não era impedimento para que Zilda soubesse bem os misteres de seu trabalho²⁷.

²⁴ AMADO, Jorge. Op. Cit., p. 53.

²⁵ PALAMARTCHUK, Ana Paula. “Jorge Amado: um escritor de putas e vagabundos?”. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 348.

²⁶ AMADO, Jorge. Op. Cit., p. 54.

²⁷ Idem, Ibidem, p. 53.

Apaixonada pelo homem que lhe ofendeu e causou sua desdita esperou pelo filho do coronel em suas férias da faculdade de Direito. Produziu-se, gastou o que nem possuía para comprar um vestido novo e foi esperá-lo na estrada; ele sequer notou a presença dela. À noite, no cabaré, ela se aproximou dele e fez com que lembrasse quem ela era, ele lhe disse que ela não parecia a mesma, estava feia, “um couro”. A moça desgostosa se matou. Para demonstrar a completa falta de humanidade daqueles que possuíam a hegemonia econômica Amado forjou uma cena em que o coronelzinho viu o enterro da prostituta, ao ter notícia de que era Zilda ele proferiu a seguinte frase “Que seja feliz no inferno...”²⁸.

O enredo faz referências ao catolicismo, o narrador-personagem afirmou que não entendia, o que para ele era ambiguidade, por que os prostíbulos possuíam tantas imagens de santos. Lembrou que Antonieta, por exemplo, rezava antes de se deitar com cada cliente. Mas o padre do distrito fazia sermões contra aquelas mulheres devotas, para o personagem José elas eram “pobres mulheres, que choravam, rezavam e se embriagavam na rua da Lama. Pobres operárias do sexo”. E se questionou: “Quando chegará o dia da vossa libertação?”²⁹. Apesar do carregado tom panfletário de cunho comunista contra a opressão da classe trabalhadora, quem pode afirmar na ficção ou na “realidade” que aquelas mulheres se sentiam mesmo oprimidas, que aquele “trabalho” era a última e mais terrível opção? Queriam elas ser mesmo libertas? Não era o casamento também uma opressão? O reforço discursivo da condição inferior daquelas mulheres foi produzido por Amado com a repetição do vocábulo “pobres”. A condição delas era inferior porque haviam desviado do ideal para o gênero³⁰ feminino naquela sociedade – o casamento monogâmico:

Quantos mananciais de carinhos perdidos, quantas boas mães e boas trabalhadoras. Pobres de vós a quem as senhoras casadas não dão direito nem ao reino do céu. Mas os ricos não se envergonham da prostituição. Contentam-se em desprezar as infelizes. Esquecem-se de que foram eles que as lançaram ali. Eu fico pensando no dia em que a rua da Lama se levantar, despedaçar as imagens dos santos, tomar conta das cozinhas ricas. Nesse dia até filhos elas poderão ter³¹.

²⁸ AMADO, Jorge. Op. Cit., p. 56.

²⁹ Idem, Ibidem, p. 57.

³⁰ Para estudos mais aprofundados sobre as questões de gênero na literatura amadiana ver: ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. As cores e os gêneros da revolução. In: *As cores da Revolução: a literatura de Jorge Amado nos anos 30*. Dissertação de Mestrado defendida na Unicamp/2004; DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro/Natal, Record/UFRN, 1996; LIMA, Joelma Varão; AVELINO, Yvone Dias. *A mulher na obra de Jorge Amado*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994. Dissertação mestrado; GOLDSTEIN, Ilana. *Literatura e Identidade Nacional: o Brasil best-seller de Jorge Amado*. São Paulo, FFLCH/Usf, 2000. Dissertação mestrado; PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Ser intelectual comunista... escritores brasileiros e o comunismo (1920-1945)*. Campinas, IFCH/Unicamp, 1997. Dissertação mestrado.

³¹ AMADO, Jorge. Op. Cit., p. 57.

Na história de Jorge Amado aquelas mulheres estavam sendo desperdiçadas nos cabarés, seriam mais produtivas ocupando um leito de apenas um homem. Para o intelectual cheio de ideias revolucionárias para os trabalhadores em geral a grande revolução para suas putas seria conquistarem o privilégio, assim entendi, de serem esposas e mães. Por fim acabou por referendar um discurso hegemônico ao qual buscava se contrapor, as mulheres tinham uma participação inexpressiva na mudança social que almejava. As suas putas nem a perspectiva cristã de um paraíso pós-vida podiam esperar, eram pecadoras. Não por uma opção deliberada, mas porque haviam sido tragadas por aquele outro modo de levar a vida. Nesse sentido não tinham culpa, não eram senhoras do próprio destino. Como escreveu a historiadora Margareth Rago a alternativa adotada pelas prostitutas subvertia o que parecia ser o padrão de comportamento almejado para o gênero feminino no início do século XX:

[...] o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aos discursos masculinos, moralizadores e que perseguem a todo custo a satisfação do prazer?³²

As mulheres da rua da Lama de Jorge Amado, no desfecho da “consciência de classe” deviam se unir e retomar as rédeas de suas vidas, povoar as casas abastadas. Tomar de volta o que aquela sociedade lhes tinha retirado. Sendo “donas de casa” ou trabalhando em um emprego que lhes conferisse dignidade poderiam almejar ser mães. Na visão marxista de Amado a solução para elas seria saírem do não-trabalho, se tornarem operárias de atividades reconhecidas. O trabalho digno as dignificaria. Neste ponto o discurso marxista do autor não reconheceu que tantas prostitutas, como veremos, tivessem tido seus rebentos em cabarés. Essas mulheres não renunciaram a maternidade, não deixaram de exercê-la em virtude de seu trabalho, até mesmo por que escassos eram os meios contraceptivos à época. As alternativas oferecidas literariamente pelo autor eram escassas e imbuídas de concepções patriarcais de gênero

Segundo Ana Paula Palamartchuk as prostitutas amadianas não estão trabalhando no comércio sexual porque querem, mas porque foram empurradas para este, em virtude disto “sentem-se envergonhadas e desejam uma outra vida, uma vida de mulher casada, dona de casa e mãe”³³. Em *Cacau*, as raparigas narradas pelo escritor tem um papel preponderante

³² RAGO, Luzia Margareth. Op. Cit., 1985. p. 85.

³³ PALAMARTCHUK, Ana Paula. Op. Cit., 1998. p. 350.

sobre as outras mulheres. A despeito do enfoque dado por Amado a mulheres prostitutas, o que poderia ser tomado como um sinal de sua importância no cotidiano da região cacauera da Bahia, a construção dessas personagens foi unívoca, sem variações. O escritor as apresentou como mulheres que o “destino” levou para os cabarés, onde a vida sofrida assume-se desgraçada com o aluguel de seu principal bem: o corpo.

Esse enredo pretendia apontar um abismo social entre classes e a passividade e ignorância dos “oprimidos”. O autor não assinalou possibilidades de escolhas voluntárias ou de manobras e negociações nas relações coronel x trabalhadores rurais ou clientes *versus* prostitutas. Bem como não admitiu a existência destes personagens fora de seus eixos de trabalho, como se suas vidas se resumissem a atividade produtiva (ou não produtiva) que exerciam.

Não se pode perder de vista que o romance em apreço faz parte da coleção da escrita amadiana nomeada como primeira fase³⁴ por ser, sobretudo, constituída de romances que em comum carregam um forte tom de denúncia³⁵ das desigualdades do sistema capitalista. *Cacau* possui um enredo que desconsiderou, em grande medida, as margens de atuação, manipulação e estratégias daqueles que para Amado eram “oprimidos”. Nesse sentido, as memórias veiculadas por este discurso contribuíram para o fortalecimento de estereótipos sobre os gêneros nessa região de Itabuna ao delimitar o espaço de atuação e os papéis para mulheres e homens. Discursos como este, edificados como memória oficial homogeneizaram e, muitas vezes distorceram as práticas e os modos de vida das prostitutas.

Os estereótipos apresentados por Jorge Amado para qualificar as mulheres que trabalhavam com sexo nas primeiras décadas do século XX na região de Itabuna são associados a doença, sujeira, baixa moralidade. Talvez o romance tenha apontado para uma questão que estava na ordem do dia naquelas primeiras décadas, o comércio sexual de Itabuna e suas implicações para a saúde pública. Em muitas outras cidades do país as prostitutas eram representadas em variados discursos como focos de doenças contagiosas.

O discurso ficcional de Jorge Amado em romances que tiveram como cenário a região cacauera acabou elevado pela memória como representação autêntica do passado. Muito

³⁴ A classificação da obra de Jorge Amado em duas fases foi conceituada por Roberto Da Matta em “Do país do carnaval à carnavalização: o escritor e seus dois brasis”. Para ele, a primeira fase da obra amadiana é “caracterizada pela linearidade das grandes narrativas, nas quais no *gran finale* as personagens encontram a luz do Partido Comunista.” A segunda fase amadiana é chamada por ele de “carnavalizadora” constitui-se de obras em que “há um visível abandono dos heróis exemplares, sempre pobres, honestos e politicamente corretos, por uma súcia de malandros, putas e marginais”. p. 126-128.

³⁵ “O sentido de documento, de grito, é sem dúvida a coisa que surge mais clara no novo romance brasileiro [...] Viram esse mundo ignorado que é o Brasil. E o Brasil é um grito, um pedido de socorro” AMADO, Jorge. Apontamentos sobre o moderno romance brasileiro. *Lanterna Verde*, n. 1, maio 1934, p. 48.

embora seus enredos se baseassem em pessoas e fatos que se desenrolaram nesta região sua construção de personagens e enredos criou imagens monolíticas. Cotidiano e pessoas que trabalhavam ou dependiam das roças de cacau no sul da Bahia, foram produzidas como uma espécie de realidades fixas. A sociedade que se constituiu no entorno de um cultivo agrícola predominante se reconheceu em nas linhas amadianas. Afinal, alguns de seus romances de ficção indicam desde a introdução uma vontade pessoal do autor de revelar o que seria a verdadeira história da região cacaueira. Deste modo, em seus livros muitos cronistas e memorialistas de Itabuna e Ilhéus se inspiraram para contar memórias e registrar a suposta história local.

Os memorialistas itabunenses assinalaram a presença das prostitutas nesta região antes mesmo de Itabuna tornar-se município independente de Ilhéus. A elas não foi atribuído nenhum mérito na constituição da cidade, mas os discursos apontam que migraram para Itabuna e lá se estabeleceram desde fins do século XIX. Além destas memórias compiladas em livros sobre o município, não existem outros discursos que possam corroborar com essa afirmação. Segundo o memorialista Adelindo Kfoury Silveira além dos estabelecimentos comuns de uma cidade em formação como padarias, farmácias, lojas, bares, carpintarias, dentre outros, Itabuna também possuía algumas “casas consideradas suspeitas”. Estas casas, de acordo com o discurso do memorialista, despertavam a curiosidade e o interesse dos moradores locais e “começavam a surgir discretamente nas ‘pontas de rua’ [...]”. Na visão de Adelindo a formação do comércio sexual na cidade era uma espécie de ônus cobrado pelo seu suposto crescimento e progresso³⁶. A historiadora Margareth Rago também defende que na primeira metade do século XX a prostituição urbana era tida como signo do progresso³⁷.

Segundo Adelindo Kfoury, ao contrário do que escreveu outra memorialista que logo veremos, estes primeiros cabarés possuíam um plantel que incluía mulheres “polacas ou francesas” que chegavam a Vila de Itabuna através do transporte marítimo e desembarcavam no porto de Ilhéus. A motivação para a suposta chegada de mulheres européias por estas bandas, de acordo com o memorialista, explicava-se na fama de dinheiro fácil que a região cacaueira carregava. Durante muitos anos disseminou-se pelo Estado da Bahia e por outros Estados que as possibilidades de enriquecimento nestas terras era mais fácil. Os memorialistas narram quase em uníssono que foram atraídos por estes discursos que muitos homens e

³⁶ SILVEIRA, Adelino Kfoury. *Itabuna, minha terra!* Itabuna: Gráfica Santa Helena, 2002. p. 41.

³⁷ RAGO, Margareth. Op. Cit., 1991.

mulheres aportaram em Itabuna. Para Adelindo Kfoury e Adriana Andrade-Breust também as prostitutas atinaram para a possibilidade de bons negócios nesta região³⁸.

Contudo, a jornalista e escritora Adriana Andrade-Breust não mencionou a existência de mulheres européias nos bordéis da cidade, que segundo escreveu passaram a surgir a partir dos “idos da década de 1910”³⁹. Através de um trabalho de entrevistas e consultas a documentos e periódicos a jornalista, que durante anos publicou suas pesquisas sobre Itabuna em crônicas num jornal da cidade, fez um apanhado cronológico do que seus entrevistados apontaram como os principais bordéis da cidade e suas respectivas donas. Em seu livro dedicou um pequeno capítulo para o comércio sexual da cidade enfocando o que seus entrevistados apontaram como as principais “cafetinas” da cidade. Ela não tratou das meretrizes em si, mas estas mulheres foram por ela distinguidas como uma das escassas opções de diversão e lazer noturno de Itabuna. O discurso de Breust é um composto de memórias diversas de antigos moradores da cidade. Levando-se em conta o filtro de interpretação da jornalista e todo o trabalho de constituição e reelaboração da memória de seus entrevistados, problematizações que não foram levantadas pela escritora.

De acordo com os entrevistados por Breust, em 1915 uma jovem mineira de Teófilo Ottoni chegou a cidade e se estabeleceu na rua da Garapa (posterior rua Domingo Lopes e atual Duque de Caxias). Com apenas 20 anos de idade a moça que ficou conhecida sob o codinome de Rosa Piasca⁴⁰ transformou um sobrado acanhado em moradia para as 20 funcionárias que contratou⁴¹. Ainda de acordo com as memórias coletadas pela jornalista, Rosa Piasca recrutou mulheres de outras cidades da Bahia como “Alagoinhas, Esplanada, Estância” de outros locais da Bahia e de Sergipe. O estabelecimento era frequentado por “coronéis, profissionais liberais e comerciantes ou rapazes que usufruíam de um certo prestígio econômico na sociedade.”⁴²

O cabaré comandado por Rosa chamava-se *O Caramujo* e dada sua estrutura e frequentadores era tido por bordel de luxo. Porém, Rosa não foi a pioneira no negócio. Quando Itabuna ainda era o arraial de Tabocas e não cogitava tornar-se cidade, haviam

³⁸ SILVEIRA, Adelindo Kfoury. Idem. p. 33.

³⁹ ANDRADE-BREUST, Adriana. *História e estórias de Itabuna*. Ilhéus: Editus, 2003. Apresentação.

⁴⁰ Encontrei referências sobre Rosa Piasca numa edição do periódico *O Intransigente*, um crime acontecido na Rua Domingos Lopes envolveu uma sobrinha de Rosa chamada Arlinda Pereira da Silva Faislon. A reportagem apontou que em 1943, ano da campanha mais acirrada para expulsão das casas de mulheres do centro da cidade, Rosa ainda residia na mesma rua em que estabeleceu sua casa de mulheres, infelizmente o discurso do jornal nada mencionou a cerca do estabelecimento de Rosa Piasca, se mantinha-se em funcionamento ou não. *O Intransigente*, Itabuna, ano XVI, n. 44, 3 jul 1943. p. 1.

⁴¹ ANDRADE-BREUST, Adriana. Op. Cit., p. 89.

⁴² Idem, Ibidem, p. 89-90.

bordéis mais simples na rua do Buri⁴³. Segundo o memorialista Oscar Ribeiro “a rua do Buri era larga e de terreno embrejado, mesmo assim, havia muitas casas comerciais, pensões e casas de meretrizes⁴⁴.” Nesta época, na afirmação de Oscar Ribeiro em fins do século XIX o arraial possuía ruas tortuosas sem qualquer planejamento⁴⁵. Para ele com as primeiras alterações nos traçados urbanos e o aumento das casas comerciais “conseguiram a mudança das mulheres-livres para a rua do Lopes, hoje Duque de Caxias.”⁴⁶

Nos próximos capítulos veremos que as mulheres-livres como as nomeou o memorialista Oscar Ribeiro, não deixaram esta rua. A assertiva do memorialista não se sustenta mediante um considerável número de notas e matérias dos moradores daquela rua e arredores contra a existência de prostitutas naquele espaço. Este território anos depois se transformou na principal artéria viária e comercial da cidade, as mulheres-livres por seu turno permaneceram lutando por suas permanências naquele espaço durante décadas.

Como é de se esperar em qualquer ramo de negócios Rosa Piasca não reinou sozinha no nascente comércio sexual de Itabuna. De acordo com Breust apenas três anos depois da inauguração de *O Caramujo* surgiu um bordel mais simples, cuja dona tinha o pseudônimo de Maria Bizum. *O lambareto* era uma alternativa para os clientes menos abastados “capangas, filhos de operários e comerciários”⁴⁷. Para compor o plantel daquele estabelecimento também foram trazidas mulheres de outras regiões do Estado como “Camamu, Valença, Amargosa, Santo Antonio de Jesus e Alagoinhas”⁴⁸. A casa de mulheres de Maria Bizum localizava-se na mesma rua da de Rosa Piasca. Nas assertivas de Breust a concorrência na antiga rua da Garapa aumentou rapidamente, em 1920 mais um bordel foi inaugurado naquela rua.

Segundo as fontes de Breust, Bárbara Pastor de Jesus, que possuía cacabaré em Salvador “na rua Conselheiro Dantas, na Baixa dos Sapateiros” transferiu-se para Itabuna. Quem sabe os negócios não estavam mais tão lucrativos na capital e tendo notícias do mercado no sul do Estado Bárbara Pastor tenha se animado a vir para Itabuna. Abrigou-se na mesma rua dos outros dois bordéis, e inaugurou *O Corujão da Madrugada*, no discurso de Breust “o mais luxuoso alcouce até aquela data”⁴⁹. A explicação encontrada pela memorialista para o fato de terem as três casas de mulheres se estabelecido na mesma rua central era a de

⁴³ ANDRADE-BREUST, Adriana. Op. Cit., p. 90.

⁴⁴ GONÇALVES, Oscar Ribeiro. Op. Cit., 116.

⁴⁵ Idem, Ibidem.

⁴⁶ Idem, Ibidem.

⁴⁷ ANDRADE-BREUST, Adriana. Op. Cit., p. 90.

⁴⁸ Idem, Ibidem.

⁴⁹ Idem, Ibidem.

que naquele território era permitida a instalação de “casas de prostituição”⁵⁰. Seu discurso construiu espaços dentro do território do centro da cidade, um espaço das prostitutas onde eram admitidas suas presenças e trânsitos e o espaço das famílias. Não coaduno com esta afirmação e no próximo capítulo fundamentarei essa posição, não havia território no centro da cidade “liberado” ou “aceito” para fundação de casas de prostituição, os bordéis que lá se constituíram travaram muitos embates para se manterem em funcionamento. Do mesmo modo não havia condições de o centro ser subdividido em áreas de comércio sexual e áreas familiares ambos, prostitutas e demais moradores do centro a contra-gosto ou não de uma das partes estiveram em contato. A representação de centro noturno produzida pela memorialista dirimiu os conflitos travados entre as meretrizes e demais moradores das ruas centrais pela posse do território.

O corujão da madrugada segundo as pesquisas da memorialista parece ter sido o maior dos três estabelecimentos da rua da Garapa. Possuía moças muito elogiadas e pelo que o discurso da jornalista verteu da memória dos moradores elas vinham de outros Estados e cidades mais distantes como: “Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória da Conquista e Salvador.” Este bordel possuía suas próprias orquestras como *O banzu* e *A maçaneta* que entusiasmava os clientes, também promovia apresentações de dança, esses talvez fossem um dos diferenciais do estabelecimento em relação a concorrência. Segundo Breust também sustentava sua fama e prestígio procurando seguir “o padrão das capitais brasileiras, trazendo novas mulheres, investindo na decoração do ambiente e no vestuário das meretrizes”⁵¹.

Um indício que a pesquisa de Breust legou foi o de que se em uma rua – não levando em conta as demais ruas do centro da cidade que eventualmente possuíam prostíbulos – estavam em atividade três estabelecimentos que comerciavam sexo, havia demanda de clientes suficiente para sustentar as rameiras das três diferentes casas. Os serviços mais e menos sofisticados encaixavam-se nos bolsos e nas preferências dos variados clientes. E quem disse que a concorrência se encerrou nesses três estabelecimentos? Nas pesquisas de Breust muitos outros bordéis foram elencados, instalaram-se não apenas na rua da Garapa atual Duque de Caxias como também na rua do Quartel Velho atual Ruy Barbosa⁵².

Alguns dos estabelecimentos e suas respectivas donas citados foram o “*Amaralina*, dirigido por Celina; *Gaivota*, de Josefa Dantas; *O gavião*, de Albertina Góes [...]; *Arriba Saia*, de Laudilina Borba e o *Almada*, de Raimunda Miranda Almada (Sinhá).” A jornalista

⁵⁰ ANDRADE-BREUST, Adriana. Op. Cit., p. 90.

⁵¹ Idem, Ibidem. p. 91.

⁵² Idem, Ibidem.

ressaltou que apesar do grande número de bordéis num pequeno trecho do centro da cidade, o famoso cabaré de Bárbara Pastor de Jesus se manteve proeminente até o ano de 1946. Entretanto, naquele território se estabeleceram relações nem sempre amistosas e pacíficas entre as donas de casas de mulheres, suas “funcionárias” e a vizinhança de casas de família. No próximo capítulo abordo a complexa coexistência do comércio sexual e as residências familiares no centro⁵³.

Breust refere-se a essas relações como de “rejeição”, “desprezo” e “humilhação” sofridas pelas meretrizes por parte das “mulheres da sociedade”. Estas mulheres sabiam ser seus familiares os clientes das “mulheres-da-vida”. Os trechos das ruas Duque de Caxias e Ruy Barbosa que acumulavam casas de mulheres eram espaços proibidos para o tráfego das moças e senhoras da “boa sociedade”. A autora assinalou em seu livro a grande diferenciação entre o que chamou de “dois grupos de mulheres”. No meio da “briga”, disputados por essas mulheres, estavam os homens. Segundo Breust nessa disputa muitos deles tomaram partido das mulheres-da-vida, defendiam a existência do comércio sexual como “o centro de divertimento da pequena Itabuna”. Cafetinas tinham casos amorosos fixos com estes homens, recebiam manutenção financeira. Em alguns casos eram administradoras de bordéis, mas ali não estabeleciam residência, pois, eram presenteadas por seus “amantes” com casas mais abastadas em outro bairro⁵⁴.

De acordo com Adelindo Kfoury um famoso bar do centro de Itabuna que ficou conhecido como *Folha de Parreira* e posteriormente *Ponto Chic* durante a semana funcionava como bar, assim como os congêneres, porém, nas noites de sábados e domingos era um “elegante cabaré”. Oscar Ribeiro Gonçalves que precedeu Adelindo Kfoury na publicação de suas memórias também afirmou que aos sábados e domingos no bar *Folha de Parreira* “havia danças e mulherio”⁵⁵. Nas memórias de Adelindo quem o frequentava era a “fina nata dos coronéis da cidade, onde gastavam fortunas para conquistar os afagos de lindas e sedutoras ‘polacas’.” As idas destes homens de posses ao bar *Folha de Parreira/Ponto Chic* provocavam, segundo o memorialista citado, graves crises nos casamentos da alta sociedade⁵⁶. Imagina-se que não apenas este bar/cabaré, mas também os demais cabarés mantidos no centro da cidade promoviam alguns desconfortos nos casamentos.

⁵³ ANDRADE-BREUST, Adriana. Op. Cit., p. 90.

⁵⁴ Idem, Ibidem, p. 91-92.

⁵⁵ GONÇALVES, Oscar Ribeiro. Op. Cit., p. 169.

⁵⁶ SILVEIRA, Adelindo Kfoury. Op. Cit. p. 94-95.

Adriana Breust foi mais longe, segundo suas pesquisas com os antigos moradores da cidade estas rusgas entre as mulheres da sociedade e as mulheres-da-vida não ficaram nas intrigas de alcova. De acordo com seu discurso a raiva crescente das senhoras de família levou a um movimento organizado – a cerca do qual não encontrei quaisquer referências documentais, em periódicos ou livros – em prol da retirada dos bordéis do centro da cidade para a “periferia”. Segundo a jornalista a ação dessas mulheres se deu da seguinte forma: durante um tempo colheram diversas assinaturas apoiando sua causa e posteriormente enviaram o pedido formal de transferência dos bordéis para o prefeito da cidade, que na época apontada pela jornalista seria o sr. Armando Augusto da Silva Freire (1945-1948)⁵⁷.

Devido a pressões das mulheres da boa sociedade o prefeito “encaminhou o documento ao governador do Estado, Otávio Mangabeira, e ao secretário do Interior da Bahia, Bernadino José de Souza”. A jornalista ainda citou o nome do suposto delegado que com punho forte conseguiu executar a expulsão das mundanas do centro da cidade, coronel Almerino Werdes⁵⁸. Não encontrei qualquer outra referência a esse delegado que ao que me parece, dado o contexto narrado pela jornalista é na verdade o capitão e não coronel Almerindo Vergne e não Almerino Werdes. Aqui vale acrescentar um parêntese, a jornalista investiu na descrição deste evento sem, contudo, demonstrar de onde retirou as informações que veiculou, se o documento onde consta o abaixo-assinado de fato existiu e se houveram ações das mulheres-da-vida em contrapartida.

Os memorialistas como supõe o gênero literário deveriam ter um comprometimento com a veiculação de fatos que realmente se desenrolaram no cotidiano da cidade. Não foi este o caso com os autores da região. Memórias, crônicas e estórias mesclaram-se nas obras legadas. Onde faltaram acontecimentos vivenciados pelos escritores e suas fontes acrescentou-se o que a imaginação ditou. O caso de Jorge Amado foi mais complexo, era um escritor de ficção que se arvorou de apenas dizer a verdade literariamente. A matéria do dia a dia foi por ele reelaborada, transmutada e vertida em romances marcados por sua subjetividade.

Nos próximos capítulos veremos a partir do discurso legado principalmente pelos periódicos da cidade outras vertentes das histórias do comércio sexual em Itabuna, que divergiram de alguns dos relatos ficcionais e memorialísticos sustentados ainda hoje como versões oficiais. Como as prostitutas entraram na ordem do dia das matérias jornalísticas, a representação que foi construída nos discursos sobre elas. Como foram associadas a questão

⁵⁷ ANDRADE-BREUST, Adriana. Op. Cit., p. 92.

⁵⁸ Idem, Ibidem.

da proliferação de doenças venéreas e entendidas como problema moral preocupante. Como também, quais as soluções apontadas para os conflitos provocados por suas existências no centro da cidade.

1.2 – Desejo (in) disciplinado: problema de saúde pública?

As notícias jornalísticas que denunciavam pejorativamente o comércio sexual e suas participantes em Itabuna podem ser encontradas a partir de 1928. Em uma matéria do jornal *A Época* encontrei referências a uma possível alteração na população e modos de vida em Itabuna. Segundo o *A Época*, Itabuna era até pouco antes de 1928 uma cidade relativamente pacata, e foi com pesar que os redatores observaram que esta urbs “vem sendo invadida por uma chusma de jogadores, vagabundos, meretrizes, indesejáveis de toda espécie”. Não se tratava apenas da instalação das meretrizes na cidade, mas, de outros elementos que “põem em cheque nossos foros de cidade civilizada e fazem-nos perguntar se temos ou não temos polícia de costumes”⁵⁹.

Os periódicos faziam comparações entre as meretrizes e outros “indesejáveis” que transitavam pelas ruas do centro de Itabuna. Por hora, são elas, os jogadores e vagabundos que fizeram a população da cidade e de fora dela, duvidar que Itabuna podia civilizar-se. Vejamos qual foi o tratamento indicado pelo periódico para camuflar as mulheres que faziam parte dessa “chusma”:

Quanto ao meretrício a polícia deve esforçar-se por restringi-lo o mais possível e regulamentá-lo a fim de se evitarem as cenas imorais que frequentemente se verificam, não somente nos bares e café, onde as decaídas sentam-se pelas mesas juntamente com seus fregueses, mas ainda nas ruas por elas habitadas, causando vexames não pequenos às famílias que tem tão incômodas vizinhas. Nas ruas Ruy Barbosa e Coronel Domingos Lopes são quase diários espetáculos degradantes [...] ⁶⁰.

Segundo aconselhou o redator do periódico, a polícia devia “esforçar-se” para diminuir em número as “decaídas” e regulamentá-las. O discurso do jornal apontava duas possíveis causas da “invasão” de Itabuna por “decaídas”. Uma primeira possibilidade relacionou o aumento da repressão policial na vizinha Ilhéus à tentativa de refúgio das prostitutas. A segunda possibilidade indicou uma vultosa circulação de dinheiro na região o

⁵⁹ *A Época*, Itabuna, ano XI, n. 433, 29 set. 1928, p. 1. Material gentilmente cedido pelo colega Philippe Murillo.

⁶⁰ Idem, Ibidem.

que para o jornal poderia atrair mulheres do sertão e do recôncavo da Bahia⁶¹. Na análise do historiador Philipe Murillo, esse discurso correspondia a uma tentativa da imprensa itabunense de atribuir aos forasteiros a responsabilidade pelo meretrício⁶².

É plausível imaginar que o redator conhecesse as medidas regulamentaristas tomadas por alguns países em relação às prostitutas. Conforme a historiadora Uelba Alexandre do Nascimento, que estudou o cotidiano da prostituição em Campina Grande-PB de 1930 a 1950, as ações regulamentaristas foram adotadas pela França já no século XVIII numa tentativa de conter o crescimento do número de prostitutas e bordéis em atividade. As teorias e legislações regulamentaristas naquele país europeu, segundo a historiadora tiveram o apoio de médicos, magistrados e outras autoridades⁶³.

Provavelmente, o redator da matéria que ora se leu sugeriu a mesma tomada de decisão para o controle do comércio sexual itabunense. Quando qualifiquei de interessante a opinião do redator da matéria, o disse pelo fato de seu discurso denotar ser mais exequível regulamentar as atividades no comércio sexual em Itabuna do que procurar extingui-lo. Parece também razoável considerar a possibilidade do meu engano quanto a este ponto, levando em conta que o redator simplesmente pode não ter considerado ou mesmo desejado, que fossem banidas as meretrizes.

Estas são especulações feitas, baseadas nesse e em outros discursos que iremos acompanhar, das quais não acho necessário me livrar para tornar a escrita mais “objetiva” ou “científica”. Acredito que uma das lições legadas pelos estudiosos que se convencionou chamar de “microhistoriadores” é que o historiador produza uma maneira “honesta” de construir a narrativa final. Incorporando as idiosincrasias, os limites da documentação, as perguntas e conjecturas feitas para e a partir das fontes. Numa palavra, as limitações da prática interpretativa do historiador, o caráter construtivo das nossas elaborações.

No discurso dessa extensa matéria de destaque do jornal *A Época*, outros signos podem ser elencados. O articulista responsável por ela não deixou de defender, relativamente, as prostitutas ao pedir que a polícia não utilizasse de meios violentos para com aquelas mulheres. Neste trecho da reportagem o escritor afirmou que “as deusas do prazer” deviam ser tratadas dignamente, pois, poderiam um dia arrepender-se, como a famosa Madalena cristã. Mesmo que suas vidas fossem de “tortuosa perdição”, era necessário “respeitar a desgraça”. A

⁶¹ *A Época*, Itabuna, ano XI, n. 433, 29 set. 1928, p. 1.

⁶² CARVALHO, Philipe Murillo Santana. Op. Cit., p. 108.

⁶³ NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. *O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande: EdUFCG, 2008. p. 31.

imagem que foi construída neste discurso, primeiro expos aquelas mulheres como “deusas do prazer” para logo em seguida atribuir a elas as marcas que se pretendia associar às mulheres que vendiam o corpo⁶⁴.

Assim como a ideia veiculada no discurso do romance amadiano *Cacau* para o redator da matéria as “deusas do prazer” tiveram seus caminhos determinados por aquilo que para o jornalista não podia ser uma escolha, mas, um destino que as arrastava. Algo que ele não deixou claro em seu discurso as impeliu para “essa” vida, da qual podiam ser resgatadas como a mulher adúltera foi perdoada por Cristo. Seguiu indicando que instituições de caridade, notadamente católicas, acolhiam as “mulheres de vida airada” e responsabilizavam-se por elas “ensinando-lhes ofícios que lhes garantam a vitória na luta pela vida”⁶⁵.

Pode-se compreender que no discurso do *A Época*, mercantilizar o corpo, na venda do sexo não constituía um trabalho válido, honesto. Essa foi uma negatização que se tentou colar às mulheres de vida livre, de que eram propensas à vadiagem, pois, seguiam o caminho “fácil” do comércio sexual. Segundo o estudioso Roberto Machado, ao tratar da visão médica em relação aos bordéis no Brasil, os discursos autorizados propalavam que esses estabelecimentos além de desestimularem o trabalho digno, estimulavam o vício⁶⁶.

Na matéria do jornal *A Época*, seu autor mencionou algumas leituras sobre o assunto que discorria. Para embasar seus argumentos regulamentaristas que visavam, de acordo com ele, o “saneamento moral” de Itabuna, citou as seguintes obras: “A prostituição, seus males e seus remédios” de Paulo de Mantegazza e “Crimes contra a honra da mulher” do jurista Viveiros de Castro⁶⁷, que chegou a ser ministro do Superior Tribunal. É possível que o redator da matéria soubesse que o problema que apontava na cidade de Itabuna era comum, e que em outros espaços e tempos, sociedades diversas experimentaram a existência de mulheres que comerciavam seus corpos. Em suas próprias palavras o comércio do sexo seria um “cancro social, cujas consequências fatais a humanidade tem sentido desde os tempos antigos. Atesta-o a História. Mas a História registra, igualmente, as providências que os governos vêm tomando [...] para curar essa chaga”⁶⁸.

⁶⁴ *A Época*, Itabuna, ano XI, n. 433, 29 set. 1928, p. 1.

⁶⁵ Idem, ibidem.

⁶⁶ MACHADO, Roberto. Op. Cit. p. 335.

⁶⁷ Segundo a historiadora Martha de Abreu Esteves, para Viveiros de Castro e outros juristas do período: “os caminhos para a civilização do país estariam numa eficiente legislação que garantisse o ‘respeito e a honra da mulher’.” ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 35.

⁶⁸ *A Época*, Itabuna, ano XI, n. 433, 29 set. 1928, p. 1.

Detendo-nos no ano de 1928, quando as matérias, queixas de leitores e notas policiais sobre o mercado do prazer no centro, ainda não eram uma constante nos periódicos itabunenses, encontramos o peculiar poema de José Bastos: “Dançarina do cabaré”. O autor do poema teve seu livro “Horas líricas” editado anos mais tarde, no cinquentenário de Itabuna, em 1960. Seguem seus versos:

[...]
 Sedutora, sensual, nevrótica, insolente,
 Em desvairados torcicolos de serpente,
 A um tempo, és ao meu ver satânica e divina.

Pois o teu lábio em flor, aberto num sorriso,
 Tua carne a esplender como um mármore eterno,
 É uma escada que toca em cima o paraíso,
 E que está com a base apoiada no inferno.

Ai d’aquela que um dia, ardendo de desejo,
 Entre fumaças de ópio e taças de champanhe,
 Vencido desse olhar, escravo desse beijo,
 Na onda do teu amor, teus passos acompanhe!⁶⁹

Os versos do poeta coadunavam com os signos emitidos no discurso da reportagem do redator do *A Época*, para quem ao passo que as mulheres que alugavam seus corpos podiam ser “deusas do prazer” também carregavam o estigma da imoralidade. José Bastos delineou uma mulher irresistível em seus primeiros versos. Mas, construiu toda a sua lírica numa dicotomia entre o baixo e o alto, o céu e o inferno. Em suas imagens as meretrizes, representadas por uma dançarina de cabaré, eram capazes de abrigar a onipotência de um ídolo e o desprezo (prudente) que se devia nutrir pelo diabo. Temia pelos que se envolviam com elas, pelos que se deixavam levar pelo desejo e a embriaguez. Pois, talvez inebriados, não se apercebessem da outra face de suas divas. Concordando com Jorge Luis Borges, o poema ganha ao imaginarmos que é ele a “manifestação de um anseio, não a história de um fato”⁷⁰.

No poema de José Bastos a “dançarina do cabaré” possuía trejeitos de serpente, símbolo cristão do “pecado original”. Esses modos descritos pelo poeta emitiam signos de animalidade. Os versos de Bastos manifestaram, certamente, não apenas os anseios próprios do autor ao vivenciar o crescimento do comércio sexual em sua cidade e as consequências que ele imprimia a esta situação. Os olhos mediram e desnudaram o corpo da dançarina do cabaré

⁶⁹ *A Época*, Itabuna, ano XI, n. 427, 18 ago. 1928, p. 1.. Material gentilmente cedido pelo colega Philipe Murillo.

⁷⁰ BORGES, Jorge Luis. *O livro de areia* (1975). Tradução Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 14.

e nesse ato de violência o olhar do expectador foi perturbado. Nesse sentido, o poema também pode ser indicativo da ambivalência⁷¹ que os corpos das meretrizes carregam: são construídos discursivamente como objetos de prazer e abjetos. São corpos passíveis de reversibilidade, que trafegam no limite do erotismo em alguns momentos e da abjeção em outros. O poeta não perdeu de vista que o mesmo corpo que elevava ao prazer podia arrastar para a perdição.

Para Magali Engel, historiadora que analisou os discursos médicos sobre a prostituição no Rio de Janeiro imperial, o trabalho com sexo era em geral incluído na lógica da não produção:

Assim, considerada uma atividade remunerada ilegítima, é inserida na categoria de desordem social que, compreendendo desde a noção de delito até a noção de crime, classifica a prostituta entre os tipos considerados socialmente doentes, tais como o mendigo, o vagabundo, o vadio, o capoeiro, o jogador, o bêbado, o ratoneiro, o estelionatário, o ladrão, o malfeitor e o criminoso.⁷²

Segundo a autora, a prostituição na visão médica, era uma doença moral, com consequências físicas. Estas consequências, quais sejam as doenças venéreas podiam afetar não apenas o corpo degenerado da prostituta como comprometer a descendência da família higiênica.

Em Itabuna as enfermidades venéreas estiveram durante muitos anos entre as principais doenças que levaram pacientes adultos e infantes a óbito, de tal forma que os dispensários e postos de saúde tinham programas específicos para combatê-las, principalmente a sífilis. Todavia, grande parte dos documentos médicos das décadas pesquisadas sobre a cidade em tela infelizmente foram eliminados e poucos vestígios pude encontrar através de anúncios de jornais, informes de saúde, boletins e dispensários de serviços dos postos médicos de Itabuna.

Desde o início da década de 1930 a sífilis se destacou como uma das principais enfermidades em Itabuna. Recuando para o ano de 1920 a fim de comparar dados numéricos declarados, no mês de setembro o Boletim dos Trabalhos dos Postos de Saneamento Rural e Dispensário de Lepra e Doenças Venéreas divulgou que só no referido mês foram atendidos 650 novos sífilíticos em Itabuna. O total acumulado do ano contando com aquele número era de 4.881 doentes. Estes pacientes submeteram-se a tratamentos com as seguintes injeções:

⁷¹ Utilizo a noção de ambivalência proposta por Homi K. Bhabha. Ao discutir o discurso colonial Bhabha entende que o “outro”, o “colonizado” é produzido e assimilado como objeto de desejo e repulsa. Nesse sentido, repelir e negar o “outro” são elementos intrínsecos da ambivalência. Ver: BHABHA, Homi K. Op. Cit.

⁷² ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 94.

“arsenicaes, mercuriaes, bismuthadas e ioduradas”⁷³. Em 1930, no mesmo boletim do mês de setembro, eram 4.981 doentes no total acumulado do ano, cerca de 100 pacientes a mais que o mesmo mês na década anterior. A soma dos curativos feitos especificamente para doentes de sífilis no total acumulado até setembro eram 15.368. Os números de doentes somados que sofriam das três principais moléstias venéreas – sífilis, gonorréia e cancro – eram alarmantes: 7.209 no total acumulado até setembro de 1930⁷⁴.

Os postos de saúde da cidade de Itabuna ofereciam tratamentos gratuitos, mas atenderam uma clientela relativamente menos favorecida. Dentre outros fatores talvez a grande circulação de pessoas nos postos de higiene inibisse a procura por tratamentos para combater doenças venéreas ou propiciasse o abandono destes⁷⁵. Em 1940 outros métodos para tratamento da sífilis popularizaram-se, começaram a ser veiculados nos periódicos itabunenses anúncios de remédios avulsos para combatê-la. Médicos clínicos gerais também passaram a publicizar uma de suas especialidades: o tratamento de doenças venéreas. A partir daí os anúncios de milagrosos elixires eram uma fonte de renda publicitária fiel para os donos de jornais.

Num canto inferior a esquerda da página número dois de um jornal *A Época* de 1942, o leitor entretido com as demais notícias pode ter atentado para as promessas de cura do Elixir 914⁷⁶:

⁷³ APBa. Serviço de Saneamento Rural no Estado da Bahia – *Boletim dos Trabalhos executados em setembro de 1920 pelos postos de Saneamento Rural e Dispensários de Lepra e Doenças Venéreas da Capital e do Interior*. Notação 4038-34.

⁷⁴ APBa. Serviço de Saneamento Rural do Estado da Bahia – *Inspectoria de Prophylaxia da Lepra e Doenças Venéreas Dispensários da Capital e do Interior* – setembro de 1930. Notação 4038-34.

⁷⁵ No acumulado até setembro do ano de 1930, 28.771 pacientes faltaram aos tratamentos de doenças venéreas e 2.429 o abandonaram definitivamente. Serviço de Saneamento Rural do Estado da Bahia – *Inspectoria de Prophylaxia da Lepra e Doenças Venéreas Dispensários da Capital e do Interior* – setembro de 1930. Notação 4038-34.

⁷⁶ *A Época*, Itabuna, ano XXIV, n. 1193, 21 fev. 1942, p. 2.



Ilustração 5 – Elixir 914. Anúncio publicado no A Época de 21.02.1942, ano XXIV, n. 1193, p. 2.

O anúncio dizia mais do que possivelmente deveria dizer, se utilizou de uma repreensão a determinado comportamento para chamar a atenção do público masculino. Proclamaram ser um “grande crime casar-se doente”, levar a mácula da relação sexual reprovável para o leito sem máculas do casamento. O discurso do anúncio vai de encontro a uma prática que ele próprio denotou ser comum: homens infectados unirem-se sexualmente a esposas sadias e torná-las doentes. A doença venérea comprometia a saúde da mulher bem como a própria sobrevivência da prole vindoura. Nesse sentido o anúncio advertiu os homens a realizarem um exame pré-nupcial e em caso de sífilis constatada tomar o Elixir 914 chamado de “depurativo”⁷⁷.

O anúncio alertou que a sífilis comprometia todo o organismo do infectado atingindo vários órgãos além de deixar claro que a doença provocaria eventual aborto na parceira grávida doente. O discurso afirmou que o remédio não possui gosto ruim, pois, se assemelhava a um licor e assim combatia a sífilis sem afetar o organismo⁷⁸. Ora, não eram as mulheres da vida as parceiras sexuais extra-maritais mais frequentadas pelos homens daquela cidade? Qual seria, por sua vez, o primeiro grupo de mulheres a recair sobre a acusação de disseminadoras de doenças venéreas? Voltando ao poema “Dançarina do Cabaré” do poeta

⁷⁷ A Época, Itabuna, ano XXIV, n. 1193, 21 fev. 1942, p. 2.

⁷⁸ Idem, Ibidem.

José Bastos na parte final de sua lírica advertiu aos homens que buscavam o meretrício os perigos que o prazer pago às mulheres da vida oferecia:

[...]

Ai d'aquele que um dia, ardendo de desejo,
Entre fumaças de ópio e taças de champanhe,
Vencido desse olhar, escravo desse beijo,
Na onda do teu amor, teus passos acompanhe!

Esse – após o esplendor de uma hora louca e aflita
De prazer – sentirá, entre angústias presagas,
A sífilis sangrenta, essa lepra maldita,
Corroer-lhe o coração, abrir-lhe o corpo em chagas!

Após uma hora só de delícias violentas,
Para o hospital sairás das portas do bordel,
Com a carne moça aberta em pústulas nojentas,
Com o coração ardendo em lágrimas de fel!⁷⁹

Suponho que essas mulheres foram apontadas como problema de saúde pública em virtude das doenças venéreas, sobretudo da sífilis, doença que exigia um tratamento de muita medicação. Para o poeta José Bastos uma hora de “delícias violentas” não podia comprar a saúde dos homens que se expunham ao contato daquelas mulheres. O discurso implícito era de que a “carne moça” deveria ser preservada saudável, portanto longe das carnes “infectadas” das mulheres da vida, para o bem de seu dono e da descendência que este pleiteasse ter. Segundo o poeta, toda a euforia dos momentos desfrutados ao lado daquelas mulheres proporcionava a sífilis e as consequentes incursões obrigatórias ao hospital em razão daquela “lepra maldita”. No discurso de José Bastos a sífilis impregnava o corpo como uma marca do sexo desregrado, espalhava chagas pela pele, sangue e “pústulas nojentas”. O homem que recorria à prostituição recorria a debilitação física e moral, sendo a debilitação física uma expressão carnal da imoralidade⁸⁰.

Em outra edição do jornal *A Época* em 1942, um anúncio de “um novo consultório médico”. O anúncio qualificou o novo consultório como “moderno” o médico responsável era o Dr. Newton Queiroz. Talvez para impressionar a cerca da formação daquele médico o discurso divulgou que ele tinha “longas práticas nos Hospitais do Rio de Janeiro”. Sua especialidade era o aparelho urinário de mulheres e homens e dentre as doenças que trataria estavam as doenças venéreas e “doenças de senhoras”⁸¹. Mais adiante em 1949 o médico A. Fontana, conforme se nomeia, apregoou seu laboratório de análises e pesquisas clínicas onde

⁷⁹ *A Época*, Itabuna, ano XI, n. 427, 18 ago. 1928, p. 1. Material gentilmente cedido pelo colega Philipe Murillo.

⁸⁰ *Idem*, *Ibidem*.

⁸¹ *A Época*, Itabuna, ano XXIV, n. 1236, 12 dez. 1942, p. 4.

especialmente diagnosticava, dentre outras moléstias, a sífilis. Para essa doença específica os exames mais comuns e disponíveis em Itabuna eram a “reação de wassermann” ou o “Item de Hecht”⁸².

No princípio da década seguinte os anúncios de médicos especializados no tratamento da sífilis prosseguiram e aumentaram em número. O médico Henrique Brochado, por exemplo, tratava de doenças do “coração, pulmão e sífilis”. No anúncio deste médico, a sífilis, hoje doença curável e controlada, foi colocada no mesmo patamar de importância de outras doenças; porque assim era considerada ou talvez porque sua considerável incidência sobre os homens de Itabuna levassem o médico a deixar claro que também tratava aquela doença⁸³.

Meses depois o médico Henrique Brochado usou uma abordagem diferente em seu anúncio, seu enfoque passou a ser apenas sua especialidade no diagnóstico e tratamento da sífilis. O discurso do anúncio deixou de ser indireto, propalava que tratava a sífilis através da penicilina e que o atendimento aos sífilíticos ocorriam pela manhã das oito às onze horas, custando trinta cruzeiros ao passo que o mesmo atendimento pela tarde, das quatorze as dezessete horas custaria 50 cruzeiros. A clínica estava localizada no centro da cidade na rua Miguel Calmon⁸⁴. O que levou o médico a mudar a abordagem de seu anúncio publicitário e direcioná-lo exclusivamente para o tratamento da sífilis apenas posso especular. Possivelmente, a cidade vivia um aumento do número de infectados ou uma quantidade considerável dos homens que sofriam dessa doença estivessem enquadrados no público leitor de periódicos, quais sejam os segmentos mais favorecidos economicamente.

No início do ano de 1952 o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) funcionou no prédio do Hospital Regional e publicou no jornal *O Intransigente* os horários para atendimentos de gestantes, crianças, de vacinação e horário para os demais doentes. Segundo o sr. Nilson Britto de Almeida Chefe do Distrito Sanitário de Itabuna, os pacientes não deveriam se misturar para evitar propagação de doenças, por essa razão a divulgação de horários diferenciados de atendimento. Pediu a colaboração de todos para o cumprimento dos horários além da notificação imediata ao SESP em caso de suspeita de doença transmissível. Na oportunidade Nilson Britto anexou à nota uma relação das doenças que deveriam ser comunicadas⁸⁵:

⁸² *O Intransigente*, Itabuna, ano XXII, n. 34, 5 jan. 1949, p. 2.

⁸³ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXII, n. 47, 28 fev. 1951, p. 2.

⁸⁴ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 16, 31 out. 1951, p. 2.

⁸⁵ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 39, 19 jan. 1952, p. 4.

Serviço Especial de Saúde Pública	
Programa da Bahia	
Distrito Sanitário de Itabuna	
Relação de Doenças Transmissíveis de Notificação	
1 —	Sífilis
2 —	Gonorréia
3 —	Outras doenças venéreas
4 —	Lepra
5 —	Tuberculose
6 —	Difteria
7 —	Febres tifoide paratifoide
8 —	Infeccção puerperal
9 —	Tétano umbelical
10 —	Oftalmia do recém-nascido
11 —	Coqueluche
12 —	Sarampo
13 —	Varicela
14 —	Variola, inclusive alastrim
15 —	Bouba
16 —	Malária
17 —	Disenteria amebiana
18 —	Outras disenterias
19 —	Diarréia (1 a 4 semanas)
20 —	Diarréia (4 semanas a 2 anos)
21 —	Diarréia (acima de 2 anos)
22 —	Esquistosomos
23 —	Leishmaniose
24 —	Filariose
25 —	Purú purú
26 —	Meningite cérebro-espinhal epidêmica
27 —	Febre amarela
28 —	Paralisia infantil.

Ilustração 6 – SESP - Relação de doenças transmissíveis passíveis de notificação. Relação publicada no O Intransigente de 19.01.1952, ano XXV, n. 39, p. 4.

Não estavam em ordem alfabética, por esta razão supponho que a forma de enumeração adotada dizia respeito às doenças com maior incidência ou as doenças consideradas de difícil controle e tratamento. Como se vê, numa lista com muitas enfermidades algumas delas letais e que provocaram surtos epidêmicos de maior e menor alcance, foi a sífilis quem ocupou o posto de doença transmissível passível de comunicação número um! Em seguida, a gonorréia e outras doenças venéreas estavam a frente de Lepra, Tuberculose e Tifo, só para citar algumas⁸⁶. Esse é apenas um indício que, talvez, o número de enfermos por doenças venéreas era preocupante.

Nos *Anais da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Itabuna* veículo de publicação de artigos sobre estudos médicos, alguns dos casos analisados envolveram pacientes que eram prostitutas. No artigo “Nossa experiência com a colostomia derivativa no tratamento da Retite Estenosante⁸⁷” os dados de pacientes já tratadas serviram para verificação da eficácia do procedimento adotado. Em meio a frieza dos boletins médicos e de seus números apareceu a paciente Josefa Maria de Jesus, qualificada da seguinte maneira: “30 anos, parda, brasileira,

⁸⁶ O *Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 39, 19 jan. 1952, p. 4.

⁸⁷ As alterações decorrentes da linfoestase crônica pela fibrose de linfonodos podem levar à elefantíase dos genitais externos, ao estreitamento retal que constitui a retite estenosante e a síndrome anogênito-retal, que agrega a elefantíase da genitália, ulcerações, fístulas e ano-proctites. Pode advir de complicações provocadas por doenças venéreas não tratadas.

solteira, prostituta, residente em Itabuna, registro 548”. Josefa deu entrada na Casa de Saúde em 16 de junho de 1935. Segundo o discurso médico especializado seu diagnóstico era de “retite crônica estenosante”. O tratamento consistiu na implantação de “anus ilíaco definitivo” a intervenção ocorreu dia 13 do mesmo mês e Josefa teve alta dia 3 de julho de 1935. A revisão para questionamentos a cerca do procedimento aconteceu seis anos depois em 1941, segundo o Dr. Alício de Queiroz, Josefa estava melhor que antes da operação, engordara 18 quilos, evacuava bem. Estaria ótima, creio eu, não fossem o cancro duro e a blenorragia, ambas doenças venéreas que contraíra anos após a cirurgia⁸⁸.

Maria José de Jesus foi diagnosticada com a mesma retite de Josefa, e obteve o mesmo tratamento que esta em 1937. Tinha 27 anos, era parda, brasileira, solteira, prostituta, morava em Pirangi (atual Itajuípe) e seu registro era de número 778. Maria José passou menos que um mês internada e após isso não retornou para revisões posteriores estava no estudo apenas para contar em número de intervenções cirúrgicas feitas em pacientes de mesmo diagnóstico⁸⁹. O mesmo artigo também trouxe o caso de Maria da Conceição, com 28 anos em 1937 quando fez a intervenção cirúrgica. Parda, brasileira, solteira, prostituta, residia em Pirangi (atual Itajuípe) e constava no registro número 847. Maria da Conceição de igual modo não retornou para revisões médicas após a cirurgia. O não comparecimento para posteriores revisões foi maioria de três entre as quatro prostitutas que apareceram no artigo do médico Alício de Queiroz⁹⁰.

Foi também nos Anais da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Itabuna que pude encontrar a primeira referência pública a trabalhadora do sexo Palmira Oliveira Scher uma das quatro mulheres que citei. Pela qualificação médica Palmira tinha 21 anos em 1937, era parda, brasileira, solteira, prostituta, residia em Itabuna e seu registro médico era o número 717. Palmira sofreu da mesma doença no ânus que as demais prostitutas elencadas no artigo médico. Do mesmo modo que Maria José e Maria da Conceição, Palmira não retornara para revisões posteriores à intervenção cirúrgica. Essa mulher operada em 1937 apareceria anos depois como manchete nas páginas dos jornais itabunenses⁹¹.

De acordo com o periódico *O Intransigente*, no domingo de carnaval do ano de 1952, cerca das 22 horas Palmira encontrava-se na Vila de Ibicaraí, pertencente ao município de Itabuna, próximo ao bar “Brahma Chopp”. Teve a infelicidade de estar na hora e no local

⁸⁸ BPEBa. *Anais da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Itabuna*. Tipografia D’ A Época: Itabuna, 1941. p. 34.

⁸⁹ BPEBa. Op. Cit., p. 36.

⁹⁰ Idem, Ibidem, p. 37.

⁹¹ Idem, Ibidem, p. 36.

errados⁹². As três notícias divulgadas em Itabuna que discursaram sobre o que aconteceu a ela naquela noite foram publicadas em razão de um outro personagem principal. A redação do jornal esclareceu que: “a nossa reportagem, logo que teve conhecimento do fato, seguiu para Ibicaraí, não somente para levar à família enlutada sua solidariedade, como ainda com o objetivo de esclarecer aos nossos leitores, os pormenores da tragédia”⁹³.

Aderbal Assis de 19 anos, casado, pertencia a uma importante família de agricultores e proprietários de Ibicaraí. Ao que consta no discurso jornalístico Aderbal não tinha qualquer envolvimento com Palmira, nem ao menos foi explicitado se se conheciam. No citado bar Aderbal fora supostamente adquirir uma carteira de cigarros, estando lá envolveu-se em uma briga que não era sua. O indivíduo Raimundo Farias Menezes que retornava de uma festa do “Club Social de Ibicaraí” percebeu que seu irmão era um dos envolvidos no tumulto no bar e conseguindo um revólver em uma das prateleiras do recinto fez vários disparos contra Aderbal. Quando foi atingido Aderbal já estava na rua, os disparos o pegaram pelas costas, ele ainda resistiu por aproximadamente uma hora⁹⁴.

Palmira passava pela porta do recinto no momento exato dos disparos, e um tiro lhe atingiu a cabeça. Apesar de socorrida e internada no Hospital Santa Cruz em Itabuna, Palmira não resistiu ao “grave ferimento”, seu carnaval acabara. O capitão Arquimedes de Farias foi a Ibicaraí cuidar do caso, instaurou inquérito e ouviu testemunhas. Dias depois o suposto criminoso Raimundo Farias, que planejava fuga, foi preso preventivamente. Durante os dois discursos que trataram da “tragédia” Aderbal foi constantemente construído discursivamente como jovem “indefeso” ao passo que Palmira foi referida como a “infeliz mundana”⁹⁵. Se Aderbal parecia merecer homenagens do jornal e deixara família importante consternada, acerca daqueles que choraram por Palmira nada se escreveu.

Anos depois a imprensa voltou a noticiar sobre o assassinato de Aderbal e Palmira. Dessa vez para informar ao público leitor o resultado do terceiro julgamento a que Raimundo Farias Menezes foi submetido. Assim como em outros dois pleitos anteriores o júri presidido pelo Dr. Claudionor Ramos absolveu o réu por “cinco votos contra dois”⁹⁶. Raimundo não foi condenado pelos supostos assassinatos que cometeu mesmo com testemunhas oculares e sendo uma das vítimas membro de conceituada família. Possivelmente esta foi a última

⁹² *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 50, 1 mar. 1952, p. 1.

⁹³ *Idem*, *Ibidem*.

⁹⁴ *Idem*, *Ibidem*.

⁹⁵ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 52, 8 mar. 1952, p. 4.

⁹⁶ *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano VI, n. 276, 13 jul. 1954, p. 4.

menção pública ao nome da mundana Palmira Oliveira Scher, que saiu das páginas de um periódico médico para as páginas policiais de um periódico noticioso.

Vejamos agora outros discursos a cerca do comércio sexual na cidade de Itabuna. Especialmente a visão de um religioso de denominação cristã evangélica sobre o tema. Ao menos nos periódicos a igreja católica não se posicionou contra o comércio sexual na cidade. Simplesmente não se pronunciou nos jornais de grande circulação a cerca daquilo que muitos consideraram um problema que não se podia negar. Não se sabe se nas missas os sermões envolviam ou não críticas as prostitutas suas atividades e comportamentos. Por fim saberemos como se posicionaram os memorialistas a propósito da retirada das casas de mulheres do centro da cidade e para onde elas foram deslocadas.

1.3 – A errância dos desejos.

J. P. Barruel de Lagenest, que na década de setenta do século passado foi presidente da Associação Paulista de Amparo à Mulher, expressou em sua obra *Mulheres em Leilão*, publicada em 1973, um pensamento hegemônico em relação às prostitutas, colocando-as na perspectiva de vítimas, reféns de um sistema que as arrasta para um submundo. Para o autor, essas mulheres, em posição de marginalidade em relação ao resto da sociedade desenvolvem nefastas características: “é bem a preguiça o vício por excelência da prostituta: uma preguiça ligada a uma carência quase completa da vontade”. Conforme sua opinião, as prostitutas desaprendiam a dignidade humana, nelas não se reconheciam mulheres, pois, mudavam gestos, hábitos e passavam a viver em um planeta que só funcionava à noite⁹⁷.

Discussões e mais discussões, ano após ano sobre o que fazer para sanar a prostituição na cidade e todos os males adicionais que discursavam se atrelar a ela. O foco das reclamações recaía sempre sobre as prostitutas, em alguns casos também sobre seus clientes e admiradores. Mas a rede de relações e interdependências dessas mulheres extrapolou os homens que lhes alugavam os corpos. Esses outros agentes, como por exemplo as cafetinas, apareceram nas obras de memorialistas da região.

Para Manoel B. de Souza, estudante da faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana do Brasil em Campinas-SP, a prostituição na cidade de Itabuna configurava-se como o

⁹⁷ LAGENEST, J. P. Barruel. *Mulheres em leilão, um estudo da prostituição no Brasil*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 39. É também deste autor outro clássico sobre a prostituição no Brasil: *Lenocínio e prostituição no Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

problema “magno”⁹⁸. Segundo seus artigos publicados pelo jornal *O Intransigente*, Manoel B. de Souza estava hospedado em Itabuna havia um mês, tempo para ele suficiente para realizar uma análise a cerca da condição citadina. Calcado discursivamente na prerrogativa de supostamente ter visitado cidades de seis estados da federação, o acadêmico, em seu primeiro artigo publicado comparou ligeiramente Itabuna às cidades do Sul do País, notadamente de São Paulo e do Paraná. Discursou sobre a prosperidade das indústrias de lá e do grande segredo que as fazia tão ricas: a diversidade dos tipos de lavoura. Observou que na região cacaueira, como o nome bem denotou o cultivo do cacau ocupava boa parte das terras⁹⁹.

De acordo com Manoel B. de Souza a desgraça econômica da região se configurava nessa monocultura, pois, atingido o cacau de alguma maneira, poucas outras lavouras subsistiam e não eram capazes de sustentar economicamente a região. Além de criticar a incipiente industrialização da região e o fato de grande parte do sul do estado da Bahia dedicar-se exclusivamente ao plantio do cacau, não esqueceu de olhar a educação itabunense que para ele muito deixava a desejar. Sem embargo, amenizou as críticas ao que chamou de “falta de visão” dos homens da região afirmando que o comércio da cidade era florescente e superava em alguns casos até mesmo as tão prósperas cidades do sul do Brasil. Que a região era dotada de um manancial de matérias primas que deveriam ser melhor aproveitadas. Notou ainda que os jornais locais dedicavam-se diligentemente a reclamar da falta de água ou da complexa distribuição elétrica. Porém, para Manoel B. de Souza, nenhum desses problemas estruturais suplantou o “magno problema de Itabuna”: a prostituição¹⁰⁰.

Conforme o discurso de Manoel B. de Souza a maior urgência da cidade era pouco observada por seus moradores “[...] é o meretrício descarado de Itabuna. Confesso, e muito escandalizado, ao meu leitor itabunense, que em nenhuma das cidades de seis estados que conheço vi uma prostituição tão desbragada, indecente e ameaçadora como a de Itabuna”¹⁰¹. Como o escritor estava hospedado no centro da cidade, creio que a estadia naquele território particularmente explorado pelas meretrizes o levou a um contato inesperado com parte da rotina daquelas mulheres. Referiu-se, sobretudo, à Rua 7 de setembro, “coração de Itabuna”, principal via da cidade, repleta de estabelecimentos comerciais e casas de famílias. Segundo notou o autor do discurso as famílias estavam abandonando suas casas no centro para preservar sua “integridade moral”. Nesse sentido, em seu discurso Manoel B. de Souza

⁹⁸ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 40, 23 jan. 1952, p. 2-3.

⁹⁹ Idem, Ibidem.

¹⁰⁰ Idem, Ibidem.

¹⁰¹ Idem, Ibidem.

utilizou o nome da rua 7 de setembro para demonstrar que rua tinha este nome para homenagear a independência do país, mas era uma desonra infernal¹⁰².

As meretrizes para ele comportavam-se como autênticas “donas da cidade”. Um bar que cujo nome ocultou para ele era um mero disfarce do proprietário para agenciar a prostituição. Não bastasse isso conservava sempre ligado a pleno vapor um rádio e um alto-falante. A tal “bagunça” que era o centro da cidade para Manoel B. de Souza provocava, na perspectiva dele, acontecimentos inusitados nos moradores de família. Pensões e bares alertavam em suas placas que eram ambiente “familiar”, também segundo observou a pensão *Palácio* reforçou o aviso acrescentando “exclusivamente familiar” em seu letreiro.

Para ele isso denotava que pensões e bares podiam ser prostíbulos disfarçados e que até mesmo as famílias eram colocadas sob suspeição¹⁰³. De acordo com os estudos de Michele Perrot sobre a condição feminina na França em processo de modernização afirmou que naquela época era longa a lista dos lugares em que uma mulher “honesta” não poderia se mostrar sem decair. Por onde quer que se deslocassem principalmente as mulheres dos segmentos mais favorecidos as suspeitas as perseguiram, seus vizinhos espreitavam estreitamente suas reputações¹⁰⁴.

A interpretação de Manoel B. de Souza seguiu a seguinte linha: se as famílias tinham a necessidade de demarcar acintosamente seus espaços era porque a prostituição estava se disseminado entre as “famílias direitas”. Nesse ponto de seu discurso Manoel B. de Souza se colocou como defensor dos membros dessas desamparadas famílias, que de certo não contavam com o apoio das autoridades competentes. Para tanto, apresentou sua solução para o problema “estas infelizes prostitutas, já que abandonaram a dignidade da vida, deveriam ser despejadas para bem longe, num recanto onde a cidade não atinja tão cedo”. Já que aquelas mulheres haviam abandonado o pressuposto de reservar seus corpos a apenas um homem, o destino valorizado para o gênero feminino deveriam ser tratadas sem qualquer dignidade, despejadas em uma área baldia longe do centro urbano¹⁰⁵.

Todavia, Manoel B. de Souza não deixou de lembrar que a demanda de prostitutas atendia a homens “de família”, os quais em suas palavras não tinham caráter, pois, retiravam o sustento da boca de esposa e prole para ofertar no banquete da carne. Segundo notou, o comércio sexual extrapolou os limites das casas de mulheres e o exemplo das prostitutas e

¹⁰² *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 40, 23 jan. 1952, p. 2-3.

¹⁰³ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁰⁴ PERROT, Michelle. “A mulher popular rebelde” In: Perrot (org.) *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 185-231.p. 211.

¹⁰⁵ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 40, 23 jan. 1952, p. 2-3.

homens seduziria a “mocidade incauta” de Itabuna, precipitando-os para a “perdição moral”. A esta altura ele se explicou quanto ao título do artigo afirmando conforme o seu discurso, que a prostituição era o magno problema de Itabuna porque arriscava “o futuro moral da cidade”. Ele entendia que o estado de coisas chegaria a um ponto em que as famílias se retirariam e a prostituição reinaria absoluta. Para Manoel B. de Souza uma cidade assim, desmoralizada, tinha apenas um destino: fracassar¹⁰⁶.

Suponho que o tema do artigo do aspirante teólogo impressionou alguns leitores de *O Intransigente*, do contrário não teria ganhado na edição seguinte novo espaço de publicação para outro artigo que tratou do mesmo tema, sobre outro viés. O segundo artigo trouxe uma particularidade que me levou a pensar no possível impacto que o primeiro artigo de Manoel B. de Souza causou no público, foram adicionadas a simples assinatura do texto por Manoel informações sobre a formação educacional deste e onde residia. Informações talvez cobradas por leitores curiosos ou imperativas dada a polêmica levantada por aquele discurso. Se no primeiro artigo Manoel B. de Souza apenas evidenciou o problema que na sua concepção entendeu ser o mais grave da cidade de Itabuna, abriu o discurso do segundo artigo afirmando que pretendia “clara e cruamente expor o comportamento moral dessas mulheres em Itabuna”¹⁰⁷.

Manoel B. de Souza, talvez, em resposta a debates suscitados pelo seu artigo anterior explanou logo no segundo parágrafo que tinha pena de levantar-se contra as meretrizes. Para ele aquelas mulheres eram coitadas, pois, haviam perdido a “dignidade feminina”. No entanto, tinha também compaixão pelas “jovens mulheres e moças direitas” que sujeitas ao mal exemplo daquelas poderiam sentir-se atraídas pelo comércio sexual. Isto mesmo, Manoel B. de Souza afirmou que a prostituição estava misturada as famílias “honradas” de Itabuna tal qual a “a erva daninha se espalha, traiçoeiramente, por entre os jardins viçosos”. Nessa confusão entre moralidade e imoralidade o autor levantou a seguinte questão: quem ganharia a briga? Sutilmente ele deixou entrever em seu discurso que acreditava que as coisas degradingavam para a imoralidade¹⁰⁸.

Partiu então para o escopo de sua argumentação, definiu a imoralidade, afirmando ser ela o contrário das práticas morais, para culminar na assertiva de que as meretrizes encaixavam-se perfeitamente na sua definição de imoralidade. E elas não legaram a ignomínia de imorais sozinhas, segundo Manoel B. de Souza “note bem, meu bom leitor, não só o

¹⁰⁶ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 40, 23 jan. 1952, p. 2-3.

¹⁰⁷ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 41, 26 jan. 1952, p. 2.

¹⁰⁸ Idem, Ibidem.

comportamento da prostituta, como de todo o homem que com ela vive; pois em questão moral não há diferença de sexo”. Ele reiterou que os homens eram corresponsáveis pelo problema apontado por ele. Sem clientes o comércio sexual não cresceria nem lograria êxito. Logo após Manoel B. de Souza encadeou o porquê de ele taxar as prostitutas como imorais: “usam seu próprio corpo, o santuário do poder feminino, como campo de trabalho para sua manutenção. Tudo quanto é digno, decente, é posto de lado por elas”. Sua ferramenta de trabalho – aqui Manoel B. de Souza supera os discursos de seu tempo ao nomear o comércio do corpo como “trabalho” – qual sejam, os seus corpos, no discurso cristão de Manoel B. de Souza baseado no apóstolo Paulo eram “templo do espírito de Deus”¹⁰⁹.

Como templos do espírito de Deus aqueles corpos não deveriam ser profanados. As prostitutas para ele faziam justamente o contrário, e assim faziam de seus corpos morada de toda sorte de doenças, e é claro do pecado. Ponderando alertas ao longo do discurso, como por exemplo: “e tu, meu leitor amigo se frequentas a prostituição, és a mesma coisa!... Penses bem. Medites na tua situação e vê se pode haver diferença?”. Assumiu discursivamente que seu público leitor era o mesmo que buscava e fomentava as atividades daquelas mulheres. O comportamento das prostitutas era generalizado a partir dos exemplos que Manoel B. de Souza conheceu de ver ou de saber. Para ele todas eram bêbadas, falavam palavrões, brigavam com seus homens, não se portavam com decência nas ruas e possuíam a pele devassada pela sífilis¹¹⁰.

De acordo com as observações que fez não apenas o centro da cidade, mas, também os moradores do bairro Conceição sofriam com as meretrizes ali instaladas. Se o comércio sexual estava se espalhando visivelmente, a culpa era das autoridades incompetentes que não conseguiam conter aquele câncer. Manoel B. de Souza finalizou o segundo artigo afirmando que seu apelo era dirigido às autoridades de Itabuna e bradou que o futuro da cidade apenas seria assegurado se os cidadãos fossem preservados da morte moral¹¹¹. Bem possível que tanto os leitores frequentadores das casas de mulheres da cidade, como os policiais não estivessem satisfeitos com o porta-voz do cristianismo contra o “pecado da luxúria”.

Manoel B. de Souza não parou por aí, bem possível que os seus artigos estivessem provocando os maiores burburinhos na cidade. O tema da prostituição em Itabuna ainda rendeu um terceiro artigo publicado com o intervalo de uma edição no *O Intransigente*. No terceiro artigo Manoel B. de Souza procurou lançar bases para asseverar a negativa influência

¹⁰⁹ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 41, 26 jan. 1952, p. 2.

¹¹⁰ Idem, Ibidem.

¹¹¹ Idem, Ibidem.

da prostituição sobre a mocidade. Neste discurso Manoel B. de Souza procurou não enfocar exclusivamente suas impressões pessoais e trazer para a discussão outro autor e situações que explicassem o sentido de sua argumentação. Talvez, a inserção destes novos elementos no terceiro artigo fossem uma tentativa de torná-lo mais científico. O autor utilizado por Manoel B. de Souza foi o escritor Reverendo Miguel Razzo, paulista, escritor e orador sacro. A citação deste escritor e também de Sigmund Freud foram plantadas no discurso para embasar a tese de que o que é colocado no “centro de nossas cogitações mentais, mais tarde ou cedo, se exteriorizará em nossas atitudes”¹¹².

As investidas psicológicas de Manoel B. de Souza tinham o intuito, segundo as próprias afirmações dele, de alertar para sua constatação de que quando as pessoas presenciavam o bem tendiam a ser bem sucedidas, enquanto se deparassem com o mal reproduziriam-no e seriam mal sucedidos. Para ele a presença do meretrício no centro, a convivência e observação entre moças de famílias e prostitutas provocaria no psicológico das primeiras o perigo de pensamentos sobre a sexualidade livre. Segundo Manoel B. de Souza a puberdade era uma fase delicada da formação moral de moças e rapazes, já seriam “inclinados as grandes aventuras, notadamente amorosas”. Para fortalecer esses “ímpetos” contavam com as representações das novelas e dos filmes de cinema. Não bastasse essa má influência, em Itabuna essa mocidade ainda se deparava com o meretrício que além de fornecer as ideias imorais as expunha em atos¹¹³.

Se as influências advindas de novelas e do cinema não podiam ser controladas Manoel B. de Souza alegou que “o mal da prostituição” poderia ser evitado com o trabalho incisivo das “autoridades de Itabuna”. A retirada do mau exemplo do meretrício do centro seria uma expressão do amor a essa jovem geração. Ele citou garotinhos de doze anos que no centro da cidade proferiram palavras, a suposta cena teria sido tão forte que Manoel B. de Souza afirmou em tom confessional que “as lágrimas quase me vieram aos olhos”. Mas, os meninos não provinham de quaisquer famílias, sem embargo eram “filhos de famílias honestas e trabalhadoras”. Em outras palavras Manoel B. de Souza tentou explicar a tese determinista de que o homem é um produto do meio em que vive. Se a juventude da cidade convivía com a prostituição logo não podia crescer moralizada¹¹⁴.

No fim do terceiro e último artigo Manoel B. de Souza retomou a solução já apresentada no primeiro artigo. Ele não acreditava no fim da prostituição na cidade, e lançou

¹¹² *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 43, 2 fev. 1952, p. 2.

¹¹³ *Idem*, *Ibidem*.

¹¹⁴ *Idem*, *Ibidem*.

mão da afirmação quase clichê que a prostituição era um mal necessário. Nesse sentido, apelou para as consciências das autoridades para que tomassem providências para que famílias direitas não precisassem viver misturadas aos prostíbulos. Essa ação impediria a desgraça das gerações futuras que não presenciando o mal exemplo teriam chances maiores de ter uma formação mental adequada para a prosperidade da cidade¹¹⁵.

As edições do periódico *O Intransigente* naquele ano em específico vieram a público de três em três dias, tempo em que as notícias circulavam. O que me levou a pensar que os artigos não estavam todos previamente escritos no momento de publicação do primeiro número foi o seguinte fato, no primeiro artigo Manoel B. de Souza apenas assinou ao final do texto como uma pessoa comum que teve seu texto aprovado para publicação. Como não era de Itabuna, não podia ser identificado quando, por exemplo, alguém indagasse sobre quem era o tal Manoel B. de Souza. O primeiro texto teve como escopo a defesa de que o principal problema segundo a visão do autor enfrentado pela cidade de Itabuna era o comércio sexual. Tratou do assunto de modo genérico, fez apelos que posteriormente foram repetidos nos demais artigos, e sobretudo foi um discurso que se encerrou em si mesmo, ou seja, não deixou brechas para publicações vindouras.

A partir do segundo discurso Manoel B. de Souza não apenas teve de se identificar e deixar dados que os leitores poderiam discutir quando questionassem sua autoridade em discorrer a cerca daquele tema. O segundo artigo foi iniciado com a retomada do escopo do primeiro artigo e a enunciação de que o seu conteúdo era diferenciado do primeiro e encerrado com a seguinte oração: “Por hoje é só”¹¹⁶. Neste artigo Manoel B. de Souza demonstrou que tinha mais a dizer e gerou no público leitor a expectativa pelo próximo discurso, que a propósito não foi publicado no número seguinte, mas no posterior. O título do terceiro e último artigo deixou claro que aquele discurso era complementar ao anterior, vejamos, no segundo artigo temos o seguinte título: “O meretrício de Itabuna – Seu comportamento”, já o terceiro artigo levou o seguinte título: “O meretrício de Itabuna – Sua possível influência psicológica”.

O discurso de Manoel B. de Souza foi destacado especialmente por apresentar a visão de um religioso sobre a prostituição em Itabuna, mesmo que através de seu discurso ele não tenha discutido o tema exclusivamente sob uma ótica cristã. Um outro discurso encontrado anos depois em um jornal diferente do ora apresentado, não assinado, e colocado na última página da edição apresentou uma discussão não menos interessante sobre o comércio sexual.

¹¹⁵ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 43, 2 fev. 1952, p. 2.

¹¹⁶ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 41, 26 jan. 1952, p. 2.

O discurso não enfocou um lócus específico, transitou entre o Rio de Janeiro, à época capital federal, depois migrou para a análise de um suposto caso acontecido em Salvador para aportar em Itabuna. Seu título explicitou a relação que o autor debateu: “Prostituição e Polícia”¹¹⁷.

Para o autor a solução para o “problema da prostituição” não podia ser alcançada sem uma fundamentação adequada, sem que fosse estudado sob variados aspectos. A polícia que agia sozinha acabava, segundo ele, adotando “medidas descabidas e despidas de resultados positivos”. A prostituição era considerada pelo autor em tela como uma “nódoa social”, provocada pelo “descaso, indiferença e desprezo de uma sociedade mal apoiada”. A polícia por si só era incapaz de conseguir resultados eficazes – e neste ponto o autor utilizou uma metáfora médica -, pois, o “mal” não carecia de uma “terapêutica radical”, nele se abrigavam metástases escondidas que multiplicariam o problema se não tratadas adequadamente. O autor se posicionou contra o simples fechamento das “casas de encontro”, porque para ele essa medida extrema não eliminaria o comércio sexual que encontraria outras maneiras de funcionar¹¹⁸.

O discurso focalizou, mormente, que a agressividade das abordagens policiais unilaterais eram infrutíferas. Nas palavras do autor elas representavam “a ação grosseira, estúpida e humilhante de policiais mal educados, sem instrução, sem alma, impotentes para a obra educativa e humana à que se propõe a polícia”. Para dar peso de realidade a seu discurso o autor utilizou a suposta prisão de uma mulher considerada prostituta no Largo do Terreiro em Salvador. A análise que o escritor fez no artigo foi a de que para os policiais não era bastante prender aquela mulher e conduzi-la a delegacia, mesmo sob as alegações insistentes desta de que não “fazia vida”. Eles “espancaram-na barbaramente toda a noite apesar dos gritos angustiosos da pobre mulher”. De onde o autor retirou o caso narrado não se sabe, se o presenciou não explicitou¹¹⁹.

A questão levantada pelo autor anônimo a partir do espancamento da suposta trabalhadora do sexo foi que a sua atividade, qualquer que fosse, não lhe retirava a condição humana. Segundo ele aquela mulher deveria ao contrário de ser agredida, aconselhada e admoestada, afinal ela e tantas outras incorriam em um erro que “a sociedade lhes determinou”. De acordo com esta argumentação todos eram corresponsáveis pelo acontecimento da venda do sexo e por essa razão a atitude policial deveria trilhar os caminhos da educação e da moralização. “Espancar e humilhar as infelizes vítimas da sociedade que as

¹¹⁷ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano III, n. 635, 11 fev. 1960, p. 6.

¹¹⁸ *Idem*, *Ibidem*.

¹¹⁹ *Idem*, *Ibidem*.

despreza” não acabaria com aquele comércio. Este autor mencionou a história bíblica da mulher surpreendida em adultério – suponho eu e possivelmente supunha ele que o público leitor era constituído de uma considerável parcela cristã – para alertar que naquele caso a Lei de Moisés previa apedrejamento para aquela mulher. No entanto, Jesus convocou a apedrejá-la aqueles que não tivessem pecado. Para o autor esta história bíblica era uma lição aplicável ao problema social da prostituição¹²⁰.

O tratamento dispensado as prostitutas não era o mais adequado, pois, ele advogava que a manutenção do comércio sexual era corroborada por toda a sociedade. Assim sendo, um somatório de saberes e forças poderia modificar a situação das mulheres que comerciavam prazer:

Para a resolução de tão complexo problema, é preciso que se conjuguem Juristas, médicos, professores, sociólogos, e dêem a estas infelizes, vítimas as mais das vezes do meio ambiente, as bases necessárias para esta mudança de "*modus vivendi*", trazendo-lhes conforto para o corpo e o espírito, de modo a lhes assegurar dentro da coletividade, um lugar que lhes proporcione o retorno a uma vida de trabalho construtivo. Integrada assim, na beleza de sua alma feminina, possam elas primeiramente ser mulher – e deste modo cumprir a missão mais sublime que Deus confiou à mulher na terra – ser mãe. (Grifos originais)¹²¹.

Este discurso reprisou as ideias de que o meio era determinante para constituição social dos indivíduos. Se as prostitutas viviam em um ambiente moralmente degradado não podiam regenerar-se sem a ajuda de projetos e iniciativas de homens letrados. Assim como Manoel, autor de outros artigos sobre prostituição o autor ora enfocado admitiu discursivamente que a atividade exercida pelas prostitutas era um trabalho, entretanto, um trabalho que não podia ser considerado construtivo para a sociedade. Em sua visão estas mulheres prestariam um serviço à sociedade se se pautassem nos ideais para o gênero feminino, cumprindo primordialmente o papel de genitoras. A tônica final do discurso referia-se a preocupação com as futuras gerações, que deviam ser civilizadas, saudáveis, instruídas e trabalhadoras¹²². Para tanto demandava mulheres que se unissem em uniões monogâmicas e tivessem um comportamento sexual restrito ao leito conjugal.

Os comportamentos instituídos como hegemônicos para o gênero feminino esboçavam-se propriamente através da detração de seus contrários. No jornal *O Intransigente* do dia 12 de maio de 1951 uma amostra nesse sentido. A pedido de um leitor foi publicada uma carta. Vivaldo Celestino, em seu discurso vertido em carta assinada para o

¹²⁰ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano III, n. 635, 11 fev. 1960, p. 6.

¹²¹ *Idem*, *Ibidem*.

¹²² *Idem*, *Ibidem*.

periódico afirmou que uma mulher conhecida como Jaci de tal, que assegurou ser casada, não parecia sê-lo. Vivaldo descreveu com pormenores as atitudes de Jaci que o levaram a crer que ela não tinha marido. Ele deu início a seu discurso qualificando Jaci como “escandalosa”. Segundo o autor da epístola ao retornar de viagem se deparou com “um quadro demasiadamente vergonhoso e revoltante”. Morava ele no bairro conceição na rua 1º de janeiro e era vizinho de Jaci, quem logo em seguida nomeia de “dona de mau coração”¹²³.

Ao descrever a briga que assistiu onde Jaci era uma das partes naquele dia tirou suas conclusões sobre aquela mulher, ela tinha “olhos fuzilantes e cabelos desalinhados, investia furiosamente, tal qual uma pantera, a rugir, gritando e saltando”. Resolveu ele se intrometer na briga entre uma vizinha e Jaci, esta prontamente “tomando o aspecto diabólico adotou linguagem de baixo calão”. Após o fato ele foi queixar-se com o sargento Valter Fernandes que prometeu tomar providências. Para Vivaldo a polícia devia, de acordo com a lei de costumes do município sancionada no código de posturas, coibir “os elementos perniciosos deste calibre”, já que Itabuna lhe parecia uma cidade “que já tem foros de civilização”¹²⁴.

No final de seu discurso preceitos bíblicos diluídos no texto “indisciplinada mulher que pensa muito mais em destruir, que edificar [...]”. A bíblia, livro sagrado cristão afirma que a mulher sábia edifica sua casa e a tola a destrói. Na carta deste leitor eis os requisitos que o levavam a crer que Jaci não era uma mulher casada, logo direita: escandalosa, dona de mau coração, olhos fuzilantes e cabelo desgrenhado, valente e falava palavrões. Uma mulher que se portava com estes modos, para o autor do discurso era uma mulher sem marido, não se sabe se no sentido de não ter um homem a refreá-la ou no sentido de se assemelhar ela a uma prostituta. Itabuna, para ele uma cidade civilizada, devia livrar-se de habitantes como Jaci, que não condiziam com a imagem de progresso e civilização que a cidade desejava espelhar através de seus moradores.

Nas contas feitas pela jornalista Adriana Breust os bordéis permaneceram em funcionamento nas ruas Duque de Caxias e Ruy Barbosa em Itabuna pelo período de três décadas. Por conseguinte, no discurso construído por ela as senhoras da sociedade acabaram triunfando em 1946 ano em que para Breust “todas as prostitutas foram expulsas do centro da cidade”. Nas pesquisas que realizei para esta dissertação a campanha que ficou conhecida na imprensa itabunense como “Campanha moralizadora” e que empreendeu uma série de evacuações nas casas que abrigavam bordéis no centro aconteceu no ano de 1943. Neste ano o Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, Major Hoche Pulcherio e não

¹²³ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXIV, n. 67, 12 maio 1942, p. 2.

¹²⁴ *Idem*, *Ibidem*.

Bernadino José de Souza, que o sucedeu, recebeu os apelos de alguns homens da sociedade itabunense contra as presenças das meretrizes no centro. Posteriormente a ação policial no centro da cidade recebeu uma coleção de assinaturas de homens que apoiavam as iniciativas do Secretário na pessoa do Capitão Delegado de Polícia Almerindo Vergne¹²⁵.

Segundo Breust após a saída do centro da cidade as prostitutas se instalaram no bairro periférico do Cajueiro, atual bairro de Fátima em Itabuna e também no início da rua 7 de setembro, principal artéria comercial do município, hoje Avenida do Cinquentenário. No início da rua 7 de setembro estava localizado o *Café das Meninas*¹²⁶ estabelecimento que assim como o bairro Cajueiro teremos oportunidade de conhecer mais a fundo no próximo capítulo. O cronista José Japiassú se valeu do tema do meretrício no centro para compor suas emoções, escreveu em sua “Coluna da Juventude” as impressões que lhe legou a “comprida rua Sete de Setembro”, rua que se mesclava à J. J. Seabra. Segundo ele no final daquela rua podia avistar “jovens que o destino arrastou para a sarjeta da vida, se estonteavam na taça do prazer, ao compasso de um ‘jazz-band’, que lançava no ar conturbado, restos de melodia [...]”¹²⁷.

Para o cronista a cena era triste e melancólica, “as mariposas da vida” ao lado de “jovens deformados”, naquele compasso, davam adeus à existência. No seu discurso as mariposas da vida somente existiam numa “pálida lembrança” de dia passados, quando ainda não se haviam entregado ao amor pago. Os homens que as requisitavam eram “jovens deformados”, desviados das feições morais que ele, escritor, talvez, considerasse normais¹²⁸.

O memorialista Carlos Pereira Filho construiu uma descrição do Cajueiro, bairro que Breust apontou como novo abrigo do meretrício na cidade. Para ele este bairro era mais um dos bairros “empobrecidos e proletarizados” de Itabuna, onde os serviços de águas e esgotos não chegavam. O cajueiro tampouco tinha ruas calçadas e a tranquilidade ali não habitava, pois predominavam a noite “os barulhos provocados nos cabarés das pontas das ruas”¹²⁹. Para Carlos Pereira Filho o Cajueiro era um bairro frenético, onde brigas aconteciam, onde policiais não se entendiam entre si, em suma, um bairro de mulheres que trabalhavam

¹²⁵ A *Época*, Itabuna, ano XV, n. 1272, 21 ago. 1943, p. 1.

¹²⁶ O *Café das Meninas* foi outro estabelecimento famoso do centro, que de acordo com os periódicos da cidade não era considerado um cabaré no entanto lá aconteciam encontros entre prostitutas e seus homens. Segundo Adriana Andrade-Breust o *Café das Meninas* não apenas era uma casa de mulheres como também foi a mais conhecida de seu trecho, em virtude disto funcionou até o ano de 1969, quando o imóvel foi vendido e transformado em padaria.

¹²⁷ *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano VII, n. 362, 17 jun. de 1955, p. 10.

¹²⁸ Idem, Ibidem.

¹²⁹ FILHO, Carlos Pereira. Op. Cit., p. 116.

alugando os corpos para o prazer dos homens. O memorialista registrou sua ideia sobre as “mulheres de todo mundo” que habitavam o bairro do Cajueiro:

“Lá existe a mulher que é mulher de todo mundo, que requesta nos cabarés e faz os homens se matarem. A dona do Cajueiro, a mulher do povo, é morena, é bonita, tentadora, não pertence a ninguém, nem tem um coração para o amor. Em seu derredor se ajunta a mocidade sem juízo, a velhice debochada. Quanto mais cresce o bairro mais fica sem jeito e sem serenidade”¹³⁰.

Carlos Pereira construiu uma imagem de que era única para todas as mulheres que exerciam o comércio sexual naquele bairro. Nesse modelo a mulher do Cajueiro era de todo mundo e de ninguém. De todos os que podiam pagar-lhe e de ninguém porque não devotavam amor a um homem exclusivo. Tinha cor de pele e beleza padronizadas atributos que atraíam moços e velhos e podia lhes provocar a desgraça. Daí serem tentadoras, promoverem a tentação do sexo ilícito. A menção de ausência de amor¹³¹ um sentimento considerado tão nobre nessas mulheres funcionou, possivelmente, para demarcar a instabilidade das relações que se estabeleciam nos cabarés ou a retirada da sensibilidade feminina delas. Contudo, ainda assim o autor as menciona como as “donas” do Cajueiro. Será que aquelas mulheres mandavam, faziam e aconteciam naquele bairro?

O êxodo dos bordéis do centro, para a jornalista Adriana Breust aconteceu, em grande medida no ano de 1946. Para ela os poucos bordéis que sobreviveram estavam situadas no início da rua 7 de setembro. A década de quarenta me parece ter sido apenas o começo do acirramento daquilo que entendi como disputas pelos territórios do centro e controle das presenças naquele espaço. E as prostitutas que permaneceram em casas de mulheres no centro, o que aparenta ser um considerável número nas fontes consultadas, certamente não se limitaram ao início da rua 7 de setembro. Conforme veremos no próximo capítulo essas mulheres estiveram espalhadas pelo centro durante toda a década de quarenta e não apenas nela, em desacordo com a vizinhança familiar que as rodeava, disputando espaços e provocando tensões sociais.

¹³⁰ FILHO, Carlos Pereira. Op. Cit., p. 116.

¹³¹ A menção a impossibilidade das prostitutas sentirem amor já havia sido feita por Jorge Amado em seu romance *Cacau* quando uma esposa de coronel analisou a morte da personagem Zilda afirmando que prostitutas eram incapazes de se suicidar por amor, pois para ela se matavam em expiação aos próprios pecados. AMADO, Jorge. Op. Cit., p. 56.

CAPÍTULO 2

“Pôr o destino no prazer”¹: a visibilidade das práticas.

A imprensa itabunense reservou para o 33º aniversário de emancipação política da cidade, comemorado até a década de 1940 na data de 21 de agosto, seu principal trunfo. Uma matéria ocupou página inteira no especial de aniversário da cidade do jornal *A Época*, sua manchete pretendia não deixar margem a dúvidas. Em letras garrafais anunciou “Homenagem de apreço e reconhecimento – a campanha moralizadora iniciada pelo sr. Leopoldo Freire chega a seu vitorioso termo final. Um aspecto deponente da urbs que já não se verifica no dia do aniversário de Itabuna”². Referia-se, ao fiscal de rendas que nas horas vagas tratava de fiscalizar o comércio do sexo no centro. Leopoldo Freire, como um representante das municipalidades, considerava inconciliável a permanência das prostitutas nas principais ruas da cidade, sobretudo, naquela onde morava.

2.1 – O fiscal de rendas e os alcances da “campanha moralizadora”.

O caráter especial da publicação da matéria, uma data comemorativa, onde as benesses promovidas pelos segmentos hegemônicos deviam ilustrar uma cidade no rumo certo do progresso, deve ser levado em conta. Era ocasião oportuna para a construção discursiva da expulsão das prostitutas do centro. No discurso do jornal *A Época* os prostíbulos localizados no “coração da cidade” travestiam-se nas piores metáforas, eram a “doença moral da sociedade” o “cano de esgoto” não saneado, “vírus multi-secular”. Habitando e trabalhando nesses locais as “infelizes” que transmutavam o ato destinado à procriação em “sórdido fator de lucro, através vergonhosa profissão”³. Seguindo o mesmo padrão de estereotipização de discursos recorrentes, o periódico colocou as prostitutas como as frutas podres do balaio.

Todavia, o periódico mal conseguiu dissimular o equívoco de sua própria manchete ao afirmar que a intenção das autoridades era “reduzir ao mínimo as consequências lamentáveis da prostituição”. Essa assertiva não se assemelhava ao “vitorioso termo final” da “campanha moralizadora”. Além da medida reivindicada de afastamento das prostitutas do centro da cidade, o periódico acrescentou, outra alternativa preventiva: “reconduzir as transviadas a

¹ BENJAMIN, Walter. "Sobre Alguns Temas em Baudelaire". In: *Os Pensadores*. SP, Abril Cultural, 1975. p. 237.

² *A Época*, Itabuna, ano XV, n. 1272, 21 ago. 1943, p. 1.

³ Idem, Ibidem.

uma profissão mais condizente com a dignidade da mulher”. Não parece ter sido esse o projeto das “autoridades” de Itabuna em momento algum, afinal, o problema não se configurava por algumas mulheres dedicarem-se a mercantilizar o sexo.

Nesse sentido, entendo que o que a imprensa nomeou de “Campanha moralizadora” não era movida apenas por um desejo de ver o centro da cidade livre dos prostíbulos. Mas, essa campanha entendida em conjunto com outras iniciativas das municipalidades, como as ações de (re) urbanização que logo mais veremos e legislações de costumes se tratavam efetivamente de um projeto civilizador. Uma tentativa de moldar sensibilidades, hábitos, costumes e trânsitos. Nesse sentido as atividades sexuais passam a ser “fiscalizadas” nesse processo. A polícia deveria funcionar como um preposto da implantação dessa nova civilidade em Itabuna, seus agentes preocupavam-se com a visibilidade das “infelizes” e as tensões produzidas no comércio de suas sexualidades. Assim sendo, dirigiam suas iniciativas principalmente contra os bordéis que “se localizavam em duas ruas das mais centrais e importantes da cidade, onde residem famílias, e constituíam passagem obrigatória de transeuntes que demandavam a outros pontos”⁴. Porque o exercício da sexualidade não-consentida, movida essencialmente pelo desejo não devia expor-se as escancaradas. Talvez, por essa razão, os periódicos não concedessem o poder da fala a essas mulheres. Os discursos dos jornais, como o que vem a seguir, falaram sempre *sobre* elas, em nenhuma única edição do período analisado falaram *a partir* delas:

Cenas deponentes eram presenciadas a horas da noite, e de dia, tendo por protagonistas as rameiras e indivíduos despudorados. Olhos de crianças e mocinhas, à saída do cinema, quando demandavam às residências, eram maculados pela bruteza de espetáculos atentatórios à moral. A carência de habitações no centro urbano porém obrigava as famílias, muitas vezes sem outra alternativa, a residirem em tais ruas que as decaídas queriam para seus exclusivos domínios⁵.

Pessoas externas ao comércio do sexo acabaram presenciando alguns de seus acontecimentos. No discurso da matéria eram absurdos como esses que não deviam acontecer, e que graças a ação efetiva do delegado de polícia, atendendo aos pedidos do funcionário público Leopoldo Freire – quem recebeu os maiores méritos – cessaram de ser verificadas. Leopoldo Freire possuía comércio e residia na rua Coronel Domingos Lopes, portanto, era um dos vizinhos dos bordéis lotados naquela rua. A justificativa dada pelo periódico para famílias como a do fiscal de rendas estadual viverem em vizinhança de bordéis era a deficiência de

⁴ A *Época*, Itabuna, ano XV, n. 1272, 21 ago. 1943, p. 1.

⁵ Idem, Ibidem.

disponibilidade de moradias no centro. O trecho final do discurso citado acima alegou que além de ocuparem territórios que deveriam ser destinados a outros fins, as rameiras ainda queriam ser donas da rua. Talvez, porque não se negassem o direito de usufruir daquela espacialidade tanto quanto seus vizinhos “de família”.

De acordo com o discurso do *A Época*, Leopoldo Freire, “grande amigo de Itabuna” havia sido apoiado por muitas pessoas na realização do “nobre ideal” de higienizar a cidade. Cidade de poucos, apenas dos cidadãos nomeados de “conscientes”, pois, estiveram revoltados com o quadro que não “coadunava com os foros de cidade moralizada de que sempre gozou Itabuna”. Freire buscou ajuda do Secretário de Segurança Pública da Bahia quando este esteve de passagem pela zona cacauieira apresentando-lhe o “ambiente que estava se criando pela má localização do meretrício nesta cidade”. O Major Hoche Pulcherio então solicitou que Freire resumisse suas percepções e lhe encaminhasse um memorial, para que fossem norteadas as providências⁶.

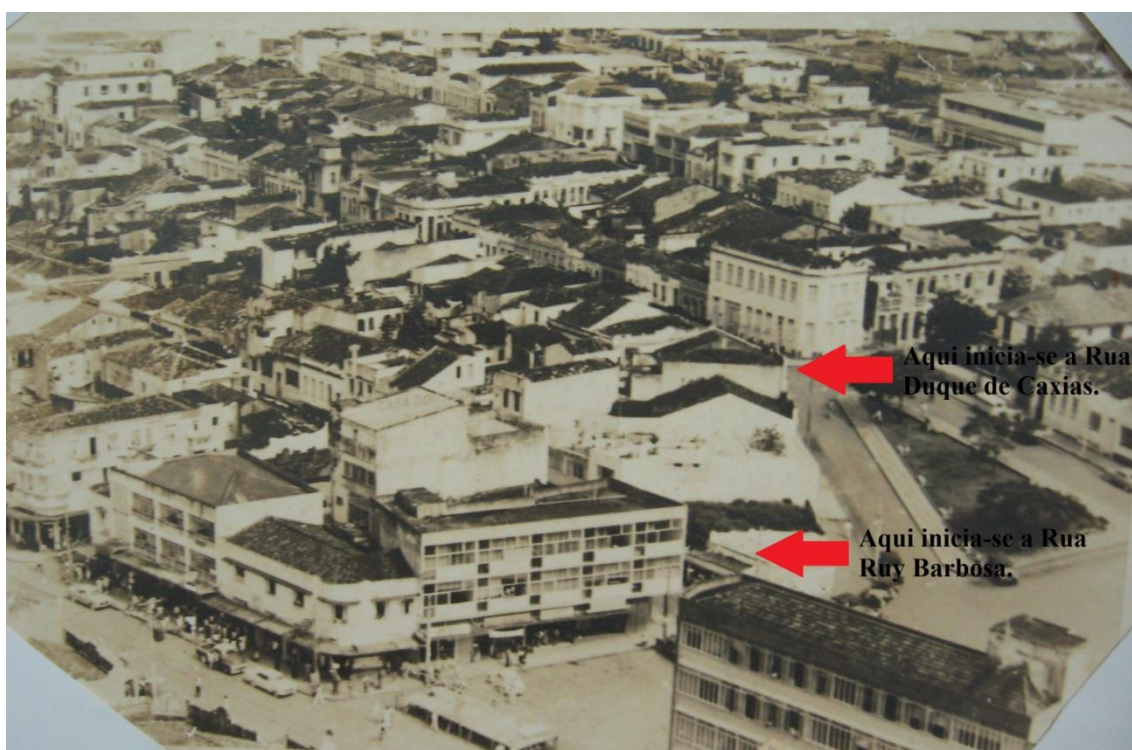


Ilustração 7 – Praça Adami e Praça Getúlio Vargas com vista para as ruas Ruy Barbosa (antiga Rua do Quartel Velho) e Duque de Caxias (antiga rua Coronel Domingos Lopes) década de 1940.

O coletor estadual José de Almeida Alcântara⁷ auxiliou o colega Leopoldo Freire a discorrer sobre a questão em apreço e o resultado foi um extenso documento, reproduzido na

⁶ *A Época*, Itabuna, ano XV, n. 1272, 21 ago. 1943, p. 1.

⁷ Foi eleito prefeito de Itabuna em 1959.

íntegra pela matéria comemorativa do *A Época*. Vale a pena (re) citar o discurso do memorial reproduzido no periódico, quando afirma que o problema itabunense é merecedor:

[...] de uma ação enérgica, drástica mesmo, reparadora, a qual os homens dignos, os que tem trabalhado pela grandeza e pelo progresso de Itabuna, querem dever a V^a Excia., brilhante oficial do nosso exército que vem dirigindo com brilho inextinguível os destinos da segurança e ordem públicas, o seu sossego, sua paz e a sua tranquilidade, procurando deslocalizar «as infelizes» as segregadas da sorte, das ruas principais denominadas «Domingos Lopes» e «Ruy Barbosa» que correm paralelamente, tendo como ponto inicial o coração da Cidade.

É obra de vulto vos posso assegurar senhor, esta, porque tendes de resolver com a inteligência e o senso que vos são peculiares, o meio de localizá-las, dada a insuficiência de habitação apropriada para essas infelizes.

Mas, no entanto urge uma providência porque elas vão se emaranhando entre as casas de famílias, inocentemente ou perversamente. Só sei que a corrupção moral, partindo do centro poderá atingir a promoção moral e social dos itabunenses do futuro, podendo tornar-se uma calamidade pública [...] ⁸.

As ruas centrais, Domingos Lopes e Ruy Barbosa, conforme a matéria habitadas pelas “segregadas da sorte”, possivelmente foram especialmente escolhidas para a abertura de bordéis. Estavam no “coração da cidade”, espaço de trabalho da maioria ativa masculina da zona urbana além de serem, anteriormente às reformas urbanísticas ruas muito estreitas, de passagem ativa de pedestres. Chama a atenção o que se segue no memorial, quando Leopoldo Freire descreveu os constrangimentos dos transeuntes obrigados a transitar por estas duas artérias. Segundo afirmou os homens como ele, que ali caminhavam acompanhados de suas esposas passavam mal bocados, porque as infelizes corriam as janelas para enviar-lhes sorrisos, sinais ou fazerem chacotas. Tudo isto, é claro, comprometia esses homens de família ora vejam! Para corroborar suas queixas o fiscal de rendas ainda citou “cronologicamente” discursos sobre o comércio sexual produzidos pelos dois principais jornais do período: *A Época* e *O Intransigente*. Este último periódico tinha como diretor um ex-delegado de polícia de Itabuna, o Sr. Reinaldo Sepúlveda. Para Leopoldo Freire, esses discursos possuíam tamanha autoridade que dispensavam maiores explicações.

Após a transcrição do memorial enviado ao Secretário de Segurança Pública da Bahia, o jornal apresentou uma extensa lista de 60 homens, “autoridades” que declarou o jornal *A Época*, solidarizaram-se com os propósitos do Sr. Leopoldo Freire. Ou quem sabe simplesmente queriam aparecer no jornal e alcançar as simpatias das autoridades municipais e estaduais. Ao lado desses nomes foi veiculada também a profissão dos citados, eram em geral funcionários públicos, profissionais liberais como médicos e advogados, proprietários de

⁸ *A Época*, Itabuna, ano XV, n. 1272, 21 ago. 1943, p. 1.

algum estabelecimento comercial e negociantes⁹. Em seguida, uma nova reprodução de correspondências; foram também transcritos os telegramas de agradecimento enviados por Leopoldo Freire e José Almeida Alcântara ao Major Hoche Pulcherio. O despacho telegráfico do Sr. Leopoldo Freire afirmou o seguinte:

Agradecendo confiança demonstrada vosso radio aproveito oportunidade comunicar-vos achar se inteiramente saneado meretrício centro cidade causando tal fato grande satisfação visto estar resolvido grande desejo família itabunense. Capitão Almerindo Vergne aplaudido pelos Drs. Juízes Direito, Promotores, Prefeito, imprensa e população sensata virtude sua ação serena, eficiente e enérgica. Apresento eminente Chefe meus sinceros agradecimentos em meu nome e no de Itabuna que possui vossencia em grande benfeitor. Respeitosos cumprimentos, Leopoldo Freire¹⁰.

O meretrício não era alvo único das críticas de Freire que aproveitando o ensejo das reclamações feitas ao secretário, acrescentou em sua lista os bares existentes na travessa Adolfo Leite e ruas Benjamin Constant e Coronel Domingos Lopes. Um dos proprietários de bar inclusive já havia sido processado pela Justiça, mas, foi inocentado por pagar condignamente os tributos para o exercício de seu negócio. O curioso é que o nome do comerciante Elias Griman, dono de um dos referidos bares, figurou naquela relação de “autoridades” solidárias a Leopoldo Freire. Porém, Griman era o proprietário do “Elite Bar”, processado por perturbação do sossego público e inocentado. O bar de Elias Griman era um dos bares que segundo consta no memorial de Freire, promovia o martírio enfrentado pelas famílias que residiam nas adjacências.

Segundo o discurso do jornal *A Época*, não faltaram obstáculos no caminho do fiscal de rendas, todos habilmente contornados, para a felicidade da “população decente e ordeira”. Para o jornal, Leopoldo Freire havia vencido o desregramento das rameiras e seus esforços compensados pela alegria pessoal do “absoluto êxito”¹¹. Denotando uma verdadeira cruzada para a expulsão dessas mulheres do centro da cidade, o jornal também parabenizou o Delegado de Polícia de Itabuna, capitão Almerindo Vergne. Após a formalização da denúncia de Leopoldo Freire feita ao secretário Major Hoche Pulcherio, foi o delegado Vergne quem de fato lidou com o dito “problema do meretrício”.

Agradecer ao Secretário de Segurança Pública do Estado, a meu ver, ia muito mais no sentido de ter ele dado crédito e atenção às reclamações de Freire e tomado iniciativas para tentar resolver o problema, do que ter sido “o problema” completamente resolvido. A matéria

⁹ *A Época*, Itabuna, ano XV, n. 1272, 21 ago. 1943, p. 1.

¹⁰ Idem, Ibidem.

¹¹ Idem, Ibidem.

comemorativa é uma tentativa de construção discursiva da expulsão das meretrizes das principais ruas do centro da cidade. A saída desse território por aquelas mulheres não se verificou fora do discurso excepcional de celebração. Como aquele discurso foi recepcionado, se acalmou ou não os ânimos na cidade não sabemos, posso afirmar que o propalado “problema do meretrício” não foi sanado, pois, estava ele a se mostrar a todos que se propusessem a ver.

Entretanto, autoridades da cidade confirmavam e assinavam embaixo do discurso oficial. Nos relatórios de movimento forense anuais de 1940 e 1941 o juiz José Desouza Dantas culpabilizara as prostitutas pela numerosa ocorrência de crimes na cidade. No relatório do ano de 1943, ano da “campanha moralizadora”, o discurso oficial da justiça itabunense na pessoa de seu maior representante se alterou. Para ele “com a eficiência da autoridade policial militar em exercício, o número de crimes vai decrescendo, porquanto o seu desenvolvimento anterior era, sem dúvida, devido ao grande número de cabarés”¹². De acordo com o juiz, o meretrício não deixara de ser responsável pela quantidade de crimes, mas as ações contra o comércio sexual no centro fizeram os delitos diminuírem.

A obstinação do Sr. Leopoldo Freire teve de fato méritos, conforme informaram outros discursos. Do jornal *O Intransigente*, temos notícia que o bar Carneiro foi fechado¹³, além de um cabaré cujo dono era Otacílio Neris dos Santos. O cabaré que talvez levasse o nome de seu fundador, “Cabaré Abílio Xexeu”, de acordo com o jornal foi fechado pelo delegado de polícia e Otacílio, o dono, ficou em “situação difícil” após este acontecimento¹⁴. Como o estabelecimento de Otacílio outros podem ter sido fechados, talvez temporariamente e suas inquilinas esperaram uma brecha para retornarem. Nessa esteira algumas prostitutas mudaram-se para casas mais afastadas nas mesmas ruas em que residiam anteriormente, ou para transversais menos movimentadas.

É possível que essas mulheres acreditassem que a distância tomada era suficiente para exercerem seu comércio sem transtornos. Mas, permanecendo no centro como não podiam ser vistas? As notícias sobre o mercado sexual no centro da cidade não pararam de se multiplicar. Pouco menos de três meses depois da grande matéria sobre o evacuamento das prostitutas do centro, o jornal *O Intransigente*, denunciou uma região que ficou conhecida como “Buraco da Gia”. A avenida Matos, localizada entre as ruas Ruy Barbosa e Amancio Oliveira, representou um tipo de construção comum até os dias de hoje no sul da Bahia. Habitação semi-coletiva

¹² APEBa. *Relatório de Provimento da Correição 1941-Itabuna*. Notação 3482-324.

¹³ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVII, n. 11, 13 nov. 1943, p. 4.

¹⁴ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVII, n. 9, 29 out 1943, p. 4.

composta de casinhas de um ou dois cômodos com parede dividida, ligadas por um grande corredor.

O *Intransigente* parecia adivinhar as manobras das prostitutas para assegurarem espaços de trabalho, chamou o “Buraco da Gia” de “ponto estratégico” de atuação daquelas mulheres. Ocorre que a avenida Matos não foi completamente ocupada por prostitutas, em outros cômodos moravam famílias pobres:

[...] adeptos da vida noturna, até granfinos, instalaram-se no centro da avenida, sob a proteção de pobre senhora, que faz uns mingauzinhos e certas comidas para os mesmos. Aí foi se formando o foco, o barulho, sob os «psius» e o «silêncio» da dona da casa.

Cognominaram, então, esse lugar de «Buraco da Gia»...

Que vamos fazer contra o «Buraco da Gia»? Nada. Eles e elas precisam viver. Foram jogados para ali e incomodarão outros vizinhos, se dali forem tirados.

Resta-nos apenas apelar: Pessoal do «Buraco da Gia», por favor, façam menos barulho!...¹⁵

Conforme o discurso do periódico o novo refúgio do comércio do prazer era bem frequentado e mais discreto. Uma senhora vendia quitutes enquanto agenciava encontros. Não era um escancarado bordel, tampouco um bar, diante de todos os malogros da polícia ao tentar suprimir atividades sexuais não-canônicas o periódico constatava que oferta e procura não iriam deixar de existir. “Eles e elas precisam viver”, para lá se deslocaram por falta de opções, e se de lá saíssem se tornariam empecilhos na vida de outras vizinhanças. Já que aquelas atividades e o burburinho decorrente eram, inevitáveis segundo o jornal, este propôs então, uma medida apaziguadora... moderar o volume!

Possivelmente as meretrizes continuaram a emitir “psius” na Avenida Matos, aquele território foi se consolidando como ponto de encontros, e em pouco tempo os mingauzinhos não bastaram mais aos clientes. As reclamações passaram a ser veementes através dos periódicos: “que haja aglomeração de «fans» em torno das borboletas do Buraco da Gia, visitas ao local, [...] está direito. São fatos da vida. E o Capitão não se «zanga»... O que não está certo, porém, é que se escolha o local para farras e bebedeiras¹⁶.” Essa nota, em tons pastéis e serenos, não construiu um discurso como os que geralmente se reportavam às meretrizes. Para o seu redator as mulheres do Buraco da Gia eram “borboletas”, que belas e voadoras atraíam um considerável número de fãs. O problema apontado por este discurso diz respeito a inclusão de bebidas alcoólicas naquele território, o que provocava exaltações nos que ali trabalhavam e nos frequentadores.

¹⁵ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVII, n. 11, 13 nov. 1943, p. 4.

¹⁶ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVII, n. 39, 27 maio 1944, p. 1.

Aquele novo espaço foi alçado a visibilidade na vida noturna do centro da cidade, segundo o periódico o barulho que dali decorria incomodava a tranquilidade da vizinhança e as tensões voltaram a se encenar. O policiamento no centro – que o discurso do jornal denotou, estava um tanto mais maneiro com as dinâmicas da venda do prazer – deveria voltar com urgência à ativa. A imprensa local passou a dar mais atenção e publicidade não apenas às “borboletas”, mas, aos clientes que as procuravam. Na mesma matéria citada acima, os homens qualificados de “farristas” e “perturbadores da ordem noturna” eram apontados pelo jornal *O Intransigente* como membros de família, engravatados, “estudantes empregados públicos, comerciários, artistas, etc. etc”. Não deixou de ressaltar, que os fans das mulheres do Buraco da Gia levavam para passear por lá seus ostensivos sapatos *camouflé*. O articulista da matéria assegurou que iria divulgar os nomes daqueles homens de berço, pois, assim consentia o delegado de polícia de Itabuna Almerindo Vergne¹⁷.

Entretanto, após a “campanha moralizadora” de meados de 1943, o delegado Vergne viu que pouco a pouco os bares reabriram e com eles também os bordéis. As borboletas, pode-se inferir, esperaram a “poeira assentar” e voltaram aos territórios costumeiros nas ruas centrais, para o desespero da vizinhança. O proprietário do *Elite Bar*, Sr. Elias Griman, que conhecemos logo atrás, reabriu seu estabelecimento e voltou a ter problemas com a justiça. Para trabalhar como garçonetes no *Elite Bar* foram contratadas menores de idade, sob as alegações do proprietário de que aquela era uma oportunidade para que moças pobres pudessem exercer uma profissão. Mesmo portando autorização dos progenitores das menores e licença da justiça trabalhista, Elias Griman foi processado pela Justiça de Menores de Itabuna¹⁸.

O acusado de infringir o Código de Menores sustentava que a sua intenção era de que as menores pudessem se sustentar ou prover os pais velhos e doentes. Contra ele, além da mão-de-obra em idade inadequada, o fato das menores morarem no mesmo estabelecimento onde trabalhavam. A justiça aplicou-lhe uma multa no valor de Cr\$ 1.200,00, mas, tendo ele recorrido da decisão do juiz para a egrégia Câmara Criminal do Tribunal de Apelação da Bahia, foi inocentado¹⁹. Bem próximo ao *Elite Bar* de Griman, estava o *Café das Meninas*, situado na rua Ruy Barbosa. Aberto a partir das nove horas da noite e sem hora para fechar. Segundo um periódico local, o Café tirava o sono das famílias circunvizinhas. Podia até não ser declaradamente um bordel, mas, era frequentado quase que exclusivamente por prostitutas

¹⁷ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVII, n. 39, 27 maio 1944, p. 1.

¹⁸ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVIII, n. 9, 29 out. 1944, p. 1.

¹⁹ Idem, Ibidem.

e seus boêmios clientes²⁰. As ruas centrais da cidade voltaram a se constituir como ponto de reunião dos “notívagos”, concentrando bem próximos uns aos outros, bares, cafés e bordéis.

Também na rua Ruy Barbosa um “cabaret” era alvo de clamores das famílias adjacentes. A nota de reclamação, supostamente espaço do periódico destinado as queixas dos cidadãos itabunenses, não revelou o nome do “escandaloso cabaret”. Contudo, expôs os motivos de aborrecimento das famílias contíguas: “lá pras tantas da madrugada, quando termina o Cabaret os senhores dançarinos, completamente embriagados, saem pronunciando nomes indecentes e indecorosos em tom alto”. A extrapolação dos limites do cabaré era considerada um abuso. Que bebessem, dançassem e praticassem o sexo ilícito, isto era relativamente tolerado, porém sair à rua de madrugada para conversar a plenos pulmões não! O novo delegado, o advogado Lafaiete de Borborema, foi convocado através da reivindicação a dar termo aqueles excessos²¹.

As notícias sobre o Buraco da Gia são um caso especial, em 1947 uma agressão ocorrida por lá no tornou-se pública. Ao ouvirem os gritos da vítima, a meretriz Doralice Maria de Jesus, várias pessoas correram ao local²². Dez anos depois outro crime pintou as telas das páginas da imprensa itabunense, quando uma tentativa de homicídio teve como cenário um cômodo na Avenida Augusto Matos. Gizélia Gonçalves dos Santos ferira à faca Joaquim Alves dos Santos²³. Deterei-me mais nesses fatídicos episódios mais a frente, no terceiro capítulo. As atividades, territórios de atuação, burburinhos e tensões *do* e provocadas *pelo* comércio sexual no centro, caíram na rotina jornalística, escasseavam edição após edição.

Abrandar as notícias sobre as atividades dessas mulheres de vida airada e enfocar os crimes em que de alguma forma estiveram envolvidas, pode sugerir o bom andamento das negociações entre aquelas mulheres e as autoridades municipais. Ou mesmo uma tentativa oficial de regulamentar, controlar, tirar da ilegalidade os cabarés. Uma inclusão no projeto de lei nº 65 que versava sobre a Designação da Receita de Itabuna para o ano de 1948, ajuda a iluminar a mudança de foco dos temas dos periódicos da cidade, no que diz respeito às prostitutas. Em 6 de novembro de 1948, o Jornal Oficial do Município de Itabuna publicou dentre as variadas fontes de renda da cidade o imposto de licenças, tabela n. 4. Dentre as

²⁰ *O Intransigente*, Itabuna, ano XIX, n. 14, 3 nov. 1945, p. 1.

²¹ *O Intransigente*, Itabuna, ano XIX, n. 11, 24 out. 1945, p. 1.

²² BPEBa. Subgerência de periódicos – Setor de periódicos raros. *A Época*, Itabuna, ano XXIX, n. 6157, 25 out. 1947, p. 1.

²³ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano XXIV, n. 1238, 16 jan. 1958, p. 6.

modalidades de casas de diversões a número 73 chamava atenção, a licença correspondia ao “seu funcionamento anual quando funcione cabarés Cr\$ 360,00”²⁴.

Outras casas de diversões como as que vendiam bebida alcoólica e onde eram praticados jogos tolerados tinham um valor de licença muito superior Cr\$ 1.000,00. A diferença de valores não se justifica, sobretudo, quando se lembra que os cabarés, em grande medida, comercializaram bebidas. Um pouco mais adiante, na tabela de n. 7, “Imposto sobre jogos e diversões”, observa-se que a prefeitura passou a cobrar imposto para “cabarés: por cada noite de funcionamento” no valor de Cr\$ 24,00²⁵. Para as demais casas de diversões, inclusive aí circos e cine-teatros o imposto era fixado em 10% da receita total do dia. Financeiramente falando, abrir um cabaré custava menos que abrir um bar ou bilhar, estaria a prefeitura flexibilizando a existência desses estabelecimentos?

O policiamento das chamadas zonas do meretrício também me levou a mesma pergunta. Afinal se os guardas conheciam os espaços de ação das prostitutas, os horários de funcionamento dos estabelecimentos onde atuavam, por que não coíbiavam suas práticas ou reprimiam seus “excessos”? A imprensa sinalizou durante anos a fio, que havia algo censurável na relação entre as prostitutas e os agentes responsáveis pela sua fiscalização. Se nem sempre os policiais se portaram como representantes da ordem, talvez seus contatos com o comércio do sexo não fossem tão ásperos. As conexões maleáveis entre aquelas trabalhadoras, os guardas e delegados de polícia viabilizaram a manutenção do meretrício no centro. Talvez porque aquele território, também fosse oportuno para certos clientes “engravatados” membros das municipalidades.

O órgão de imprensa do município o Jornal Oficial publicou em algumas de suas edições os nomes de guardas autuados por haverem transgredido o Regulamento da Guarda Municipal de Itabuna. As infrações recorrentes são por brigas ou estímulo a elas em via pública e o alcoolismo²⁶. Porém, outras transgressões são citadas, Adail Argentino de Albuquerque, por exemplo, perdeu dois dias de trabalho por ter abandonado seu local de serviço, encontrado na Pensão Riacho Fundo²⁷. Em outra ocasião, os guardas Adelino Oliveira de Melo e Dado Sinval Lago perderam os vencimentos de respectivamente: cinco e oito dias de trabalho, por terem sido encontrados em cabarés, fardados e fora de horário de

²⁴ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano XVI, n. 887, 30 out. 1948, p. 4.

²⁵ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano XVI, n. 888, 6 nov. 1948, p. 7.

²⁶ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 108, 1 maio 1933 p. 6; e *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano V, n. 231, 24 ago. 1935, p. 8. Apud. CARVALHO, Op. Cit., p. 67.

²⁷ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano V, n. 229, 5 ago. 1935, p.6.

serviço²⁸. O Regulamento, através do artigo nº 37, deixava patente que era “absolutamente” proibido aos membros da guarda frequentar cabarés uniformizados e fora de serviço²⁹.

O jornal *O Intransigente* não perdeu uma oportunidade de alfinetar: “As Brancas de Neve”, mercê do descaso policial [...] bebericam pelos cabarets, de dia ou de noite, disputam as prezas, [...] discutem em meio das ruas, enfim, tudo praticam sem o menor receio dessa polícia que parece ter vendas nos olhos, para melhor enxergar”³⁰. No ano anterior em notícia do mesmo jornal a reclamação de que no trecho do bar A miscelânea, localizado na rua Ruy Barbosa, a “desordem” e “anarquia” era produzida “nos *basfonds* das casas de bebidas situadas n’aquela zona, pelo baixo mulhierio, pelos farristas da meia-noite, soldados de polícia”³¹. As acusações de que os policiais faziam vistas grossas para as tensões causadas pelas “brancas de neve” podem ser encontradas ao longo de todo o período de 1930 a 1960.

Já em 1950 encontramos cinco policiais de Itabuna envolvidos em uma briga no denominado Cabaré Danúbio Azul. O referido cabaré localizava-se na rua 7 de Setembro e de acordo com o *Auto de Prisão em Flagrante* do suspeito, nela esteve se divertindo o soldado Eduardo de Oliveira Pereira. Ele observou que Sebastião Cândido, indivíduo comum que dançava com a mundana Marinalva Silva Gusmão ao mesmo tempo em que dançava também a maltratava. O soldado interviu na dança e tentou expulsar Sebastião do Danúbio Azul quando foi ferido por este com uma faca. Nos depoimentos prestados foram citados os policiais: Arlindo Ramos da Silva, Paschoal, Otavio Amaro da Silva e Antonio dos Santos todos eles presentes no Cabaré Danúbio Azul. Em seus depoimentos os policiais alegaram que estavam na cena da briga, pois, “estavam no patrulhamento da zona do meretrício” verificando os cabarés que ainda se encontravam abertas devido a proibição de funcionarem após a meia-noite³².

Naquela oportunidade o depoimento dos policiais parece ter sido prestado apenas por praxe, pois, o delegado Eudes Fontes Briglia demonstrou no relatório que enviou ao Juiz, sua “certeza” *a priori* da culpa do acusado Sebastião:

Sebastião Candido, não gosta de gente fardada. De vez em quando tem encrencas com a polícia.

²⁸ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano V, n. 231, 24 ago. 1935, p. 8 apud CARVALHO, Op. Cit., p. 67.

²⁹ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 45, 25 mar. 1933, p. 5.

³⁰ *O Intransigente*, Itabuna, ano XI, n. 14, 5 de dez. 1936, p. 4 apud CARVALHO, Op. Cit., p. 111.

³¹ *O Intransigente*, Itabuna, ano X, n. 1, 7 de set. 1935, p. 7.

³² Processo crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Sebastião Cândido. *Auto de prisão em flagrante*. 13 de fevereiro de 1950. s/p. Material gentilmente cedido pelo colega Erahsto Felício.

A última mesmo foi, para si, quase que desastrosa, não fosse sua própria vítima um rapaz de bom coração, talvez tivesse ido desta para melhor! Já que os camaradas do referido tentaram reagir o que não fizeram a pedido deste.

Sem o menor motivo, Sebastião toca a peixeira em um jovem soldado, Eduardo, moço, bom e seu amigo. Feriu, felizmente sem gravidade, apesar da natureza do ferimento.

O interessante é que Sebastião nega o crime! Preso em flagrante, na porta de um cabaret, onde se encontrava bebendo e dançando, (Sebastião é casado e tem filhos) à noite, com a faca na mão, nega (é muito pior, cremos a mentira que o próprio delito praticado que foi de natureza leve)³³.

O Delegado censurou, possivelmente para desqualificar a conduta do acusado, a ida de Sebastião aquele cabaré, justificando que além de casado ele tinha filhos. Para Briglia era reprovável um pai de família bebendo e dançando num cabaré. Em momento algum atentou para o fato de seu subordinado Eduardo, estar se divertindo no Danúbio Azul, ou todos os policiais disponíveis no centro estarem na porta daquele local após a meia-noite e fardados. A agressão ao soldado Eduardo aconteceu, conforme os depoimentos dos próprios policiais, às duas horas da manhã! Ressalte-se o fato de que o soldado Otavio Amaro da Silva afirma que na hora do ocorrido o bar *Café das Meninas*, frequentado por meretrizes, também desrespeitava as ordens policiais mantendo-se aberto³⁴. Os soldados que patrulhavam o centro da cidade reportavam a seu superior a “Relação de casas encontradas abertas”, posso afirmar isso, pois, em apenas uma edição – possivelmente para preencher espaço vacante no jornal – o periódico *O Intransigente* publicou a tal relação. As campeãs foram as ruas Ruy Barbosa, Duque de Caxias e Sete de Setembro, com sete estabelecimentos abertos desobedecendo a ordem policial de fechar as portas à meia-noite³⁵.

Nas intrincadas redes de solidariedade das meretrizes e mantenedores de cabarés as relações amistosas com os policiais podiam ofertar possibilidades. Maria Laura do Aragoão, apontada como mulher de vida livre no relatório do inquérito em que figurou como vítima que o diga. Foi socorrida por policiais e não por quaisquer outros amigos (as) quando foi agredida por Domingos Farias e Orestes Mota. Os policiais que a defenderam levaram em consideração ser ela uma mulher grávida. Testemunharam a seu favor afirmando que o motivo da agressão “era de somenos importância”, e ainda que tivesse tido apenas “ferimentos leves, no caso em apreço graves ocorrências poderiam agravar o estado da vítima, pois a mesma se encontra grávida”³⁶.

³³ Processo crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Sebastião Cândido. *Relatório*. 7 de março de 1950.

³⁴ Processo crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Sebastião Cândido. *Assentada*. 7 de março de 1950.

³⁵ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 92, 23 jul. 1952, p. 4.

³⁶ APEBa. *Relatório de Inquérito contra Domingos Farias e Orestes Mota*. Caixa 6477-35 maço 2.

Através das negociações das prostitutas com esta categoria foi possível serem protegidas de homens como Domingos Farias e Orestes Mota e valentões bêbados como Sebastião Cândido. E ainda burlar determinações de delegados de polícia, conservar os estabelecimentos abertos até a madrugada, livrar-se da prisão, sustentar seus territórios de vivência e trabalho mesmo com as pressões para sua saída. Contudo, apenas os policiais não bastavam, era preciso ter homens favoráveis a sua causa operando junto as municipalidades. Nesse sentido, a afeição de um cliente de posses podia ser uma relação interessante para ambos os lados.

Por meio dos discursos de uma disputa na Vara Cível da Comarca de Itabuna encontramos Maria Gerosina da Silva, que foi “concubina” do Coronel Berilo Pereira Guimarães. Pelas mãos do Cel. Berilo Guimarães, Maria Gerosina recebeu “várias doações, diretas e indiretas, claras e disfarçadas” inclusive o terreno e o prédio onde morava na rua Ruy Barbosa³⁷. O coronel Berilo Guimarães foi um abastado morador de Itabuna que colaborou com a prefeitura doando terrenos para grandes obras públicas³⁸, também teve suas terras loteadas em sociedade com a Empresa de Terrenos Urbanos para dar lugar ao bairro planejado “Cidade Jardim”³⁹. Faleceu em 18 de abril de 1944, no seu testamento legou a prefeitura bens que deveriam ser empregados como subsídio para obras na Santa Casa de Misericórdia e Casa dos Mendigos⁴⁰.

A dita concubina, amásia, do Cel. Berilo Guimarães ainda residia no centro de Itabuna mesmo após a campanha de expulsão das prostitutas em 1943. Não se sabe, contudo, se sendo amásia de Berilo, Maria Gerosina deixou de alugar o corpo a outros. Nesse caso específico, pode-se aludir que foi considerável para ela ter em seu nome, e não alugada, uma casa dada de presente por seu influente amante. Após a morte do Coronel, no entanto, sua viúva e inventariante Isolina da Silva Guimarães juntamente com seu filho e herdeiro legítimo Zildo Pedro da Silva Guimarães, recorreram à justiça no intuito de anular as doações feitas a Maria Gerosina. Alegaram que pretendiam “por um natural pudor das situações escandalosas, e respeitando a memória de seu esposo e pai, cercar de silêncio a situação da suplicada”⁴¹. Porém, Maria Gerosina reivindicou judicialmente o aumento do seu patrimônio após a morte do amásio.

³⁷ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano XII, n. 676, 16 maio 1944, p. 2. Material gentilmente cedido pelo colega Philipe Murillo.

³⁸ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano VI, n. 270, 30 maio 1936, p. 1.

³⁹ *A Época*, Itabuna, ano XV, n. 892, 19 ago. 1937, p. 1.

⁴⁰ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVII, n. 34, 22 abril 1944, p.4.

⁴¹ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano XII, n. 676, 16 maio 1944, p. 2.

A tentativa por parte de Maria Gerosina de obter mais vantagens, segundo o discurso da viúva do Cel. Berilo, gerou uma revolta que culminou na petição judicial impetrada por ela e pelo filho para desfazer as benesses que Gerosina havia obtido de Berilo. Bem possível que a viúva e o filho de Berilo Guimarães não tenham conseguido resgatar as propriedades de Maria Gerosina. No *Jornal Oficial* de 30 de maio de 1944, O gabinete do Prefeito, especificamente a Seção de Lançamentos e Registros, certificou que a casa residencial de n. 129 situada na rua Ruy Barbosa, estava legalmente em nome de Maria Gerosina⁴².

Como neste caso, é possível dizer que outras mulheres que estiveram no comércio sexual em Itabuna, mediante negociações e tramas sociais, conseguiram se manter nos territórios das ruas centrais dessa cidade. Em 1949, o trecho final da principal artéria da cidade, rua Sete de Setembro, era citado pelo jornal *O Intransigente* como “zona do mulherio”⁴³. Os vizinhos e vizinhas dessa nominada zona pareciam não acreditar mais que o mulherio fosse desocupar aquela região. Apelavam via jornal para que os proprietários de bares naquele local não somassem mais barulho, para garantia do sono noturno bastava que ao menos eles diminuíssem o “volume de rádios e vitrolas”⁴⁴.

Em junho de 1951 famílias vizinhas ao prédio n. 177, na rua Ruy Barbosa, buscaram auxílio junto a Prefeitura e ao Delegado para “impedir que seja aberta ali, uma casa de tolerância”. A senhora que alugou todo o prédio sequer tinha aberto seu negócio, mas, para aqueles moradores não valia a pena pagar para ver a inauguração. Afinal, segundo afirmou a nota do jornal *Voz de Itabuna*, para eles já era suficiente “ter o Buraco da Gia perto, e mais além a zona de vida livre, com todos os seus inconvenientes”. Note-se que a reclamação dos moradores da rua Ruy Barbosa não se dirigiu as atividades do Buraco da Gia, ou da chamada zona de vida livre, mas, procurou evitar que mais uma casa de tolerância se alojasse por ali⁴⁵.

No mesmo ano e mês, novamente os moradores da rua Ruy Barbosa, supostamente se utilizaram da imprensa itabunense para alertar desta vez o dono do bar Ruy Barbosa. Segundo a nota de aviso no jornal, uma “pessoa de responsabilidade” gostaria de avisar ao dono do referido bar que se aproveitando de sua ausência as mundanas estavam abusando no seu estabelecimento. O discurso não esclareceu quais os tais abusos cometidos pelas mundanas, no entanto, advertiu que aquelas mulheres não deviam se pautar na tolerância de seus vizinhos, mas nas restrições policiais que lhes eram impostas⁴⁶.

⁴² *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano XII, n. 678, 30 maio 1944, p. 1.

⁴³ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXIII, n. 30, 17 dez. 1949, p. 4.

⁴⁴ *Idem*, *Ibidem*.

⁴⁵ *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano XXIV, n. 105, 8 jun. 1951, p. 4.

⁴⁶ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXIV, n. 78, 20 jun. 1951, p. 4.

Acompanhando os jornais de Itabuna descobre-se que a “tolerância” com o comércio sexual no centro durou pouco. Seis meses depois o periódico *Voz de Itabuna* publicou o que seriam as queixas de um leitor “nervoso e inquieto”. O dito leitor morava nas imediações do bar de Pedrito e afirmou para o redator que ali pela manhã era costume dos frequentadores atirarem para o alto com revólveres e pistolas. Segundo observou o suposto leitor, a cena lembrava um filme de *far-west* nela, alguns atores eram “pessoas de responsabilidade, pais de família, com empregos públicos”. Ele temia que por acidente um desses tiros acabasse um dia com a vida de algum inocente morador das imediações. Talvez a alusão feita por aquele leitor do *Voz de Itabuna*, não associasse apenas os tiros para o alto com o *far-west*, mas, por ser aquele bar um lugar que a lei não alcançava, onde os frequentadores agiam a seu bel-prazer⁴⁷.

Todavia, não foram apenas os tiros que inquietaram o leitor do periódico, para ele pior do que aquilo era o ultraje ao pudor público promovido pelas “mulheres de vida livre, que existem aos cardumes naquela zona [...]”. As exhibições promovidas por aquelas mulheres deviam superar em audiência as salvas de tiros. Importante destacar que de acordo com o discurso do jornal, as atividades do comércio sexual iniciavam-se cedo naquele território, “a partir das 17 horas não mais existe o menor vestígio de respeito”. Esta notícia é um exemplar das escassas referências aos tão propalados “transtornos” produzidos pelas mulheres de vida livre. Segundo nela consta aquelas mulheres saíam “de seus limites, invadem o território das famílias, abordam transeuntes na rua, de forma indecorosa, não se falando no palavreado que acompanha, geralmente, tais cenas”⁴⁸.

As mulheres que vendiam prazer estavam folgando uma brecha temporária na repressão contra suas atividades no centro da cidade. Aproveitando-se disso talvez, ensaiaram antecipar o início de suas atividades para o fim da tarde, quem sabe na tentativa de fisgar o cliente trabalhador que rumava para casa. Ampliaram seus territórios, saindo das casas onde esperavam seus clientes para o meio da rua, onde podiam convidar e seduzir outros interessados em pagar-lhes o amor. Estas experiências, entretanto, expunham-nas além do “tolerado”, acentuavam com cores vívidas a visibilidade de seus misteres. Sobretudo, colocavam-nas no mesmo espaço de trânsito de famílias. O articulista da matéria a encerrou de maneira peculiar, para ele a moral desta história era que as famílias não teriam outro caminho a não ser pedir “socorro” ao delegado de polícia⁴⁹.

⁴⁷ *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano XXV, n. [?], 21 dez. 1951, p. 4.

⁴⁸ Idem, Ibidem.

⁴⁹ Idem, Ibidem.

No ano seguinte, uma comissão de moradores da rua Sete de Setembro, ao lado de suas famílias procuraram o prefeito da cidade para pedir ações contra um cabaré instalado naquela localidade, cujo dono disseram ser Pedrito. Seria esta uma referência ao antes chamado bar do Pedrito, que acabamos de ver foi foco de protestos, ou o próprio bar camuflava um cabaré? Em matéria do *O Intransigente* o redator afirmou que o Cabaré de Pedrito funcionava de dia e de noite produzindo uma “algazarra infernal”. Nesta reportagem também são explicitados os fatos que tanto perturbaram os moradores vizinhos: “as ‘borboletas’ muitas vezes em trajes menores, embriagadas, provocam tumultos de toda natureza e dão causas a tiros, palavrões, berros, enfim toda a sorte de arrelia”⁵⁰.

Esse discurso tentou atrelar as tensões que se desenrolaram naquele território à suposta presença nociva das prostitutas, os “tumultos”, “tiros”, “palavrões” e “arrelias” aconteciam motivados pelas “borboletas”. Os vizinhos daquele cabaré buscaram então o prefeito da cidade, mas, a resposta as reivindicações não foi satisfatória. Mobilizaram-se na construção de um abaixo-assinado que seria entregue ao Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia. Mas, o prefeito se defendeu, afiançou à imprensa que pediu providências ao Capitão Arquimedes Farias, delegado de polícia de Itabuna. Neste contato, conforme a notícia do periódico, o prefeito foi surpreendido, o delegado Arquimedes garantiu a ele que nada podia fazer, pois o cabaré funcionava assegurado por uma ordem da Delegacia Regional⁵¹. Esta ordem poderia corresponder a um favorecimento ao funcionamento daquele cabaré ou referir-se ao alvará para jogos e costumes, expedido pela Delegacia Regional.

A determinação do delegado regional Dr. Alberto Galvão, favoreceu o funcionamento do Cabaré de Pedrito. De acordo com a notícia do *O Intransigente* nem as autoridades policiais se entendiam. O discurso do jornal também apresentou a possível rede de solidariedade estabelecida entre o dono do bar/cabaré e suas funcionárias, com a Delegacia Regional. O contato e negociações com aquela instância superior de polícia embargou as possíveis ações de retaliação do delegado de Itabuna contra aquele cabaré. O capitão Arquimedes Farias, afirmou à imprensa itabunense que conchavos tramados entre o comércio sexual e autoridades policiais, os quais não explicitou quais seriam e como se deram, eram a causa da ineficiência de seu policiamento⁵².

⁵⁰ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 36, 9 jan. 1952, p. 1.

⁵¹ *Idem*, *Ibidem*.

⁵² *Idem*, *Ibidem*.

A situação pareceu tão séria que o delegado, capitão Arquimedes José de Farias, publicou um ano depois uma advertência curiosamente dirigida às “mulheres de vida airosa” no mesmo periódico:

Advertência: Quando da chegada desta autoridade nesta cidade, uma das suas primeiras observações foi sobre o procedimento das mulheres de vida airosa que tomavam conta dos principais pontos destinados ao recreio das famílias – jardins, praças e principalmente à rua Dr. J. J. Seabra. Adotando medidas condizentes com tal estado de coisas, baixou instruções *regulando o trânsito dessas mundanas, procurando evitar que elas continuassem a se confundir com as famílias*. Por muito tempo, elas se retraíram em obediência àquelas instruções. Entretanto, depois que surgiu a interferência de uma Delegacia Regional mal dirigida, sob um propósito deliberado de fazer decrescer o produto da boa ordem, essas decaídas retomaram suas ilegais atividades, e presentemente, quase que se não pode distingui-las entre as famílias. Renovando as instruções daquela época, faço ver a tais senhoras, que só poderão sair à rua, mesmo que não seja com destino àqueles pontos de recreio, depois das 22 horas, em caráter de suas atividades.

Itabuna, 25 de abril de 1953.

Ass. Cap. Arquimedes José de Farias – Delegado de Polícia⁵³. (Grifo meu).

A “advertência” dirigida às mulheres de vida airosa, pelo delegado de polícia Arquimedes José de Farias, nos fala que essas mulheres não se furtavam aos passeios de recreio em virtude de seu trabalho. A necessidade de cercear o trânsito dessas mulheres e fazer com que observassem estritamente os “limites”, deveria impedir que elas fossem “confundidas” com as pessoas de “família”. A tentativa de “separar o joio do trigo”, sinaliza que o livre caminhar dessas mulheres trazia problemas para o seu controle e identificação, pelos “agentes da ordem”.

Mais do que isto, um pequeno comunicado do delegado de Itabuna, permite rastrear as astúcias desenvolvidas pelos indivíduos nos sistemas que os comprimem, suas negociações, sua margem de inventividade. Contudo, para que essas negociações se tornassem possíveis na manutenção do comércio sexual em Itabuna a tensão entre meretrizes e autoridades públicas passou por um processo. Esse processo teve como ponto nevrálgico a tentativa de disciplinarização dos comportamentos e sexualidades através da “campanha moralizadora” – cujo principal expoente foi o fiscal de rendas do estado o Sr. Leopoldo Freire – que como vimos teve um curto alcance e não foi uníssona.

2.2 – Sobre o amor venal e seus espaços privilegiados.

⁵³ *O Intransigente*, Itabuna, p. 4, ano XXVII, n. 67, 29 abril 1953.

Procurou-se conciliar a “necessidade” da existência do comércio sexual com o desejo de civilização e modernização pensado pelos segmentos hegemônicos para a sociedade itabunense. Para tanto, não pretendiam acabar com as atividades das prostitutas, mas retirá-las da visibilidade e do foco que o centro possuía. O discurso da “necessidade” das atividades das prostitutas, raciocínio naturalizante, supunha que os homens possuíam um “instinto sexual animalesco”⁵⁴, que carecia ser neutralizado sem o prejuízo da pudicícia das famílias burguesas. Com esse discurso coadunaram juristas, como Viveiros de Castro e médicos como Herculano Augusto Cunha ao afirmar: “[...] convencidos, pela história e pelo estudo do homem, da inutilidade e do perigo de qualquer lei proibitória da prostituição, cremos que esta víbora deve ser tolerada, vigiada e regulada em seus movimentos até certo ponto”⁵⁵. Segundo a interpretação de Roberto Machado, o pensamento médico que advogava o regulamentarismo da prostituição pregava que “a relação sexual permitida pela existência da prostituição impede a desmoralização da sociedade, assegura a tranquilidade, honra e sossego das famílias; garante a satisfação de um instinto e, através desta satisfação, contribui para a diminuição de crimes [...]”⁵⁶.

As teses médicas analisadas por Machado defenderam e argumentaram a favor da regulamentação do comércio sexual no Brasil, ao contrário da legislação que se convencionou chamar “abolicionista”, que não se posicionava em termos legais claros quanto às prostitutas. Para uma parcela dos médicos cariocas, o caminho para amainar os problemas provocados pela prostituição passava longe de proibir sua existência que, deste modo, devia ser “vigiada” e “regulada”. Segundo a análise desses discursos efetuada por Machado, o papel desempenhado pelas mulheres que vendiam prazer não podia ser menosprezado, afinal, a custa delas as famílias mantinham-se moralizadas e os crimes em baixo número. O que fazer com a demanda por satisfação do instinto sexual masculino senão canalizá-la para onde, ou quem, fosse menos danosa?

As prostitutas eram peças chave num discurso que sustentava sua funcionalidade enquanto mediadoras do pregado processo de vazão dos ímpetos sexuais masculinos. Para Peter Gay, os burgueses do século XIX em diante passaram a encarar a prostituição produtivamente como “um recurso para os perversos, conforto para os deslocados ou escola

⁵⁴ *O Fanal*, Itabuna, ano VI, n. 5, 1 set. 1938, p. 1.

⁵⁵ CUNHA, Herculano Augusto. Dissertação sobre a prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845. p. 33 apud MACHADO, Roberto. Op. Cit. p. 340.

⁵⁶ MACHADO, Roberto. Op. Cit., p. 340.

para os inexperientes”⁵⁷. Utilidade social defendida por uns e motivo de estremecimentos morais para outros. De acordo com Gay, o médico Alexandre Parent-Duchâtelet⁵⁸ sustentou o discurso da inevitabilidade da prostituição: “as prostitutas, escreveu, evitam que os homens lascivos ‘pervertam suas filhas e suas criadas’ e, desse modo, ‘contribuem para a manutenção da ordem e da tranquilidade da sociedade’”. Outros estudiosos como August Bebel no fim do século XIX também propalaram, com grande aceitação, a tese de que a prostituição era “uma instituição social necessária ao mundo capitalista”⁵⁹.

Além das mulheres em geral carregarem o dever de saciar os impulsos sexuais de seus maridos, eram confrontadas com o intertexto nem explícito e nem velado de que não eram, nem deviam ser, suficientes para tal empreitada. Para as mulheres pertencentes aos segmentos mais abastados devia imperar o instinto materno “equivalente feminino ao instinto sexual do homem”⁶⁰. Além desse discurso médico como analisou Maria Izilda Santos de Matos, circularam nas primeiras décadas do século XX outros dois discursos estereotipadores: de um lado que a mulher era passiva sexualmente, e de outro que a prostituta carregava no seu corpo o perigo⁶¹.

No ano de 1937 o Serviço especial do Circulo Brasileiro de Educação Sexual, programa do Governo Federal, divulgou as “considerações sobre o instinto sexual” do Dr. José de Albuquerque. Com um discurso embasado na teologia católica o médico alertou que muitos consideravam o “instinto” sexual desprezível caminho para o “vício”, a “degradação” e o “mal”. Porém, para Albuquerque, tudo dependia da maneira como a “criatura” humana conduzia esse “instinto”. Para ter sabedoria ao lidar com esta questão a “criatura” devia ser devidamente educada para que não se transformasse em um cavalo bravo “obediente aos caprichos de sua sexualidade, muita vez desorientada e perversa”⁶². Pertinente metáfora, já que para o médico eram os homens, e nesse caso apenas eles, comparados aos demais animais em termos sexuais: seguiam impulsos inconscientes e precisavam ser adestrados.

Albuquerque dedicou seu discurso a grande importância, na visão que representava, da adoção da educação sexual como uma medida eficaz no combate a desvios sexuais como a

⁵⁷ GAY, Peter. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud*. v. 2. A paixão Terna. São Paulo: Companhia das Letras, 1988-1990. p. 307.

⁵⁸ Médico francês autor da obra *La prostitution dans la ville de Paris* de, avec un portrait de l'auteur grandioso estudo sobre a prostituição parisiense publicada em 1836. Foi um dos maiores expoentes do “regulamentarismo europeu”.

⁵⁹ GAY, Peter. Op. Cit., p. 313.

⁶⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003.

⁶¹ Idem, Ibidem.

⁶² *A Época*, Itabuna, ano XV, n. 879, 20 jul. 1937, p. 3.

recorrência dos homens à prostituição. Para Ottoni Silva, redator do mensário *O Fanal* em 1936, caberia a mãe chamar para si a responsabilidade de instruir sobre as “coisas do amor” e suas relações com a vida sexual. Segundo ele as coisas da natureza não eram imorais, e para evitar tropeços era necessário o ensino da “verdade sexual”. Ottoni não explicitou o que seria essa verdade, mas, afirmou que as mães que ilustravam seus rebentos teriam o prazer de ver em breve uma sociedade “moralmente sã” e “fisicamente perfeita”⁶³.

Deste modo, as prostitutas eram sujeitos “híbridos” que concomitantemente inspiraram semelhança e ameaça. Afinal elas performaram outros papéis sociais: mãe, filhas, amásia, esposa, e etc, identificaram-se com outras categorias de trabalho: doméstica, costureira, lavadeira, dentre outras. Entretanto, as disparidades entre os gêneros eram sentidas no número de homens e mulheres letradas, nas possibilidades de emprego ocupadas por uns e outras. Desigualdades que expunham quão estreitas eram as probabilidades de sustento em uma sociedade onde o casamento burguês devia ser uma meta independentemente do grupo social ocupado pela mulher.

No início da década de 1940, mais especificamente a partir de 1942 teve-se conhecimento das ações mais veementes da polícia em relação ao comércio sexual da cidade. A pesquisadora Sueann Caulfield defendeu em artigo sobre a prostituição no Rio de Janeiro que o caráter impreciso da legislação brasileira – não criminalização da prostituição – favorecia a entrega da vigilância do comércio sexual à guarda dos policiais. Além desta especificidade Caulfield observou que na capital federal entre os anos de 1850-1942 as campanhas moralizadoras promovidas pela polícia eram esporádicas e não intermitentes⁶⁴.

Um acontecimento em março de 1942 assinalou a tensão latente na relação policiais – prostitutas. Leopoldo Freire, o já conhecido fiscal de rendas do estado, publicou na imprensa uma nota de agradecimento aos serviços do sub-delegado Edgar de Barros. Em nome dos “chefes de família” que como ele, habitavam a rua Coronel Domingos Lopes (Atual Duque de Caxias), Freire aplaudia as providências tomadas pelo sub-delegado contra a “perturbação da ordem e do sossego público”. Referia-se na nota a ação de Edgar de Barros de prender 16 rapazes cujos nomes apenas foram ameaçados de serem publicados pelo jornal e intimação de comparecimento a sub-delegacia de 6 “meretrizes beberronas”. Ao contrário dos nomes dos

⁶³ *O Fanal*, Itabuna, ano IV, n. 2, 1 jun. 1936, p. 1.

⁶⁴ CAULFIELD, Sueann. *O nascimento do Manguê: raça, nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. Tempo*. Rio de Janeiro, n. 9, pp. 43-63.

rapazes, os nomes das meretrizes foram divulgados: Izaurinha, Julieta conhecida como Jujú, Ernestina, Maria, Corina e Minda conhecida como Fala Fina⁶⁵.

Os discursos dos periódicos indicavam como as meretrizes vivenciaram a tentativa de implantação de um projeto de civilidade em Itabuna, e como contribuíram ou não para ele. Aquelas mulheres foram acusadas por Leopoldo Freire autor da denúncia ao sub-delegado, de acordo suas próprias observações, propaladas na nota de agradecimento, de terem causado conflitos⁶⁶ (não especificados) na madrugada do dia 18. Izaurinha, Jujú, Ernestina, Maria, Corina e Minda permaneceram no bar do sr. Carneiro até as quatro horas daquele dia. Freire exigiu ações enérgicas do sub-delegado Edgar de Barros que determinou a proibição do funcionamento de bares naquela rua após a meia-noite, como também, a prisão irrestrita de quaisquer anarquista ou meretriz “desordeira”. O policiamento do movimento noturno da rua Domingos Lopes ficou sob responsabilidade do Sargento Brito M. D. comandante do destacamento do centro⁶⁷.

Num dia de inverno do ano seguinte, 1943, os leitores do jornal *A Época*, possivelmente depararam-se com a matéria de primeira página que trazia a seguinte manchete “Medidas acertadas do Capitão Delegado de Polícia”. O periódico referiu-se ao Capitão Almerindo Vergne e louvava sua resolução de afastar o meretrício do centro urbano. Falando em nome da opinião pública, o redator da notícia não assinada afirmou que a medida do delegado havia despertado grande simpatia. Afinal, segundo a versão deste periódico, a ação policial consistiu na mudança do “mulherio” da Avenida Duque de Caxias, descrita como “uma das mais belas e centrais artérias da cidade”⁶⁸.

⁶⁵ *A Época*, Itabuna, ano XX, n. 1195, 21 mar. 1942, p. 4.

⁶⁶ Aqui utilizo o conceito de conflito como manifestação de interesses diferentes e/ou contrários, em que um dos lados procura superar a resistência do outro buscando a realização do seu interesse, quer por meio de cooptação e convencimento, quer pela anulação dos interesses do outro. Todo conflito implica, portanto, oposição e luta.

⁶⁷ *A Época*, Itabuna, ano XX, n. 1195, 21 mar. 1942, p. 4.

⁶⁸ *A Época*, Itabuna, ano XVI, n. 1266, 10 jul. 1943, p. 1.



Ilustração 8 – Rua Coronel Domingos Lopes (atual Duque de Caxias) década de 1930.



Ilustração 9 – Rua Duque de Caxias (antiga Rua Coronel Domingos Lopes) década de 1950.

A Avenida Duque de Caxias, antiga rua Coronel Domingos Lopes, era o local de residência de várias famílias e localização de variadas casas de comércio. Rua estreita e acanhada e como os jornais apontaram mal iluminada, até o início da década de 1950, quando foi alargada, teve o traçado retificado e foi completamente calçada de paralelepípedos. Foi um dos espaços privilegiados do amor venal, lá também estavam localizados bordéis, cabarés ou pensões. Mediante as queixas dos vizinhos do comércio sexual, que provavelmente

enfocavam a inconveniência do horário de funcionamento daqueles estabelecimentos e barulhos contumazes dali advindos, a polícia tomou providências. Atitude que como vimos, nem sempre foi uma constante na relação policiais-prostitutas. O jornal *A Época*, apontou que a ação policial foi exitosa, pois, dali se retiraram aquelas mulheres em direção a “pontos mais afastados da urbs”⁶⁹.

O periódico prosseguiu a matéria enfatizando que aquela atuação visou o restabelecimento da moralidade pública e citava uma rua contígua, a rua Ruy Barbosa, onde dizia que as mesmas providências se impunham. Muito embora, conforme o mesmo periódico, naquela rua já tinha sido fechado “o sórdido cabaré que ali funcionava”. Bem, se o cabaré em atividade na rua Ruy Barbosa teve suas portas cerradas, por que a insistência do jornal em afirmar que também aquela rua merecia ser de domínio exclusivamente familiar? É possível que, esta rua, paralela à antiga Domingos Lopes, não abrigasse apenas *um* “sórdido cabaré”, mas outros, ou ainda, o fechamento daquele cabaré tenha sido um blefe de pouca duração.

Sorte temos e talvez não tenham tido os leitores do *A Época* de confrontar a versão produzida por este periódico com outro discurso, o do jornal *O Intransigente*, datado do mesmo dia⁷⁰. Também em matéria de primeira página *O Intransigente* procurou caracterizar a repressão policial contra as meretrizes como uma autêntica “guerra relâmpago”. Segundo narrou o jornal, o comércio sexual estaria há mais de trinta anos na antiga Rua do Lopes, como era popularmente conhecida⁷¹. Nesta matéria, tem-se uma pintura um tanto mais elaborada do desenrolar dos acontecimentos. Por que não dizer mais “realista”...

No quadro apresentado pelo jornal *O Intransigente*, o capitão delegado Vergne havia intimado formalmente as proprietárias das casas de mulheres há mudar-se de lá para outro lugar em até 48 horas. Prevenido como devia ser, o delegado Vergne esclareceu as donas dos estabelecimentos que o não cumprimento da ofensiva de guerra acarretaria “pena da lei, sem recursos e nem agravos”. Ante tal ameaça, o periódico constatou que a ordem estava sendo cumprida e “a revoada das andorinhas do amor não se fez tardar”. Talvez para demonstrar quão desprovidas eram as andorinhas do amor, o jornal relatou o movimento de carroças grandes e pequenas, incumbidas de levarem os pertences daquelas mulheres⁷².

⁶⁹ *A Época*, Itabuna, ano XVI, n. 1266, 10 jul. 1943, p. 1.

⁷⁰ Os principais jornais de Itabuna, como por exemplo o *A Época* e *O Intransigente*, eram tributários de determinados partidos e coligações políticas. Isto me fez pensar na possibilidade de que os leitores optassem pela compra do periódico que veiculasse as idéias políticas as quais era filiado.

⁷¹ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVI, n. 45, 10 jul. 1943, p. 1.

⁷² Idem, Ibidem.

Entretanto, *O Intransigente* expos que apenas metade ou mais das casas de mulheres haviam sido evacuadas, sugerindo que nem todas as andorinhas levantaram vôo. O que aconteceu às mulheres que permaneceram naquele território, em suas moradias e locais de trabalho, não se sabe. Sem embargo, o periódico informou que as passarinhas que acudadas voaram, dirigiram-se a ruas afastadas do centro da cidade, tendo algumas ido localizar-se nos bairros periféricos do Pontalzinho, Conceição (Absônia), Jaqueira e Caixa D'Água. Por fim, o jornal completou a exposição incentivando os moradores daquela “saneada” rua familiar a investirem no embelezamento de suas construções, já que a polícia e a prefeitura haviam cumprido seus papéis⁷³.

Nos periódicos itabunenses do período da pesquisa, as ideias de “progresso” apareciam com frequência ao lado de ideais de civilidade e moral⁷⁴. Os segmentos hegemônicos da cidade pretendia apresentar sua “modernização”, para tanto, desejaram que os hábitos dos moradores daquela *urbs* estivessem afinados com seu progresso. Provavelmente por isso eram censurados os comportamentos nomeados de atrasados ou incivilizados, apontados nos jornais como exemplos de anti-urbanidade. Afinal, de nada valeria ostentar um crescimento econômico e cultural se os cidadãos contradissem esses discursos com seus modos de viver.

As ações discursivas dos periódicos de Itabuna prestavam serviço e eram tributárias de segmentos específicos dessa sociedade: dirigentes políticos, funcionários públicos, comerciantes, fazendeiros e profissionais liberais⁷⁵. Os jornais eram veículos de propaganda dos ideais burgueses⁷⁶, um dos mecanismos de defesa da moral pública. Ao se prestarem dentre outras coisas a essa maquinaria, os periódicos tornavam-se peças importantes do aparelho repressivo policial-judiciário. De acordo com Beatriz Marocco “os jornais se

⁷³ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVI, n. 45, 10 jul. 1943, p. 1.

⁷⁴ Para uma discussão aprofundada sobre as idéias de progresso, civilidade e modernidade na cidade de Itabuna ver: SOUSA, Erahsto Felício de. *Subalternos nos caminhos da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia*. (Itabuna, década de 1950). Orientadora Dr^a Edilece Souza Couto. Salvador: 2010. (Dissertação de mestrado em História Social). pp. 30-43. Neste trabalho o historiador Erahsto Felício analisou as recorrências, intencionalidades e ambivalências das ideias de modernidade, civilidade e progresso nos periódicos itabunenses. Segundo Felício, existiu nesta cidade um padrão enunciativo, observável nos periódicos em circulação na década de cinquenta. Para que esses termos fossem citados na imprensa não era necessário explicá-los ou que fossem feitas quaisquer conexões com o assunto tema em abordagem, eles eram auto-explicativos.

⁷⁵ Nomeio esses segmentos de hegemônicos, pois, possuíam autorização e autoridade para intervir na cidade e produzir discursos sobre ela.

⁷⁶ Para mais informações sobre os ideais e experiências burgueses ver: GAY, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. Tradução Sérgio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1988-1990. Volumes 1, 2, 3 e 4.

encarregavam de seguir, localizar e denunciar os indivíduos suspeitos, agindo como se fossem ‘auxiliares da polícia’⁷⁷, mesmo que não fossem convocados para isso.

As duas reportagens de jornais diferentes denotaram que o cerco estava se fechando, discursos diversos tratando o mesmo assunto: a tentativa policial de afastar as prostitutas do centro da urbs – aquilo que um periódico tratou como “medidas acertadas do Capitão Delegado de Polícia” e o outro como uma “guerra relâmpago”. Parece-me, como denotou o discurso do *O Intransigente*, que aquela “guerra” tinha apenas começado, que seu resultado era imprevisível e as “inimigas” duras de serem vencidas. A polícia da cidade resolveu então tomar novas providências, as quais abarcaram não só o perímetro central.

As resoluções foram publicadas como conteúdo de um ofício redigido pelo delegado Almerindo Vergne, dirigido aos sub-delegados dos distritos e bairros de Itabuna. Ao todo 7 distritos oficiais, a sede, o distrito de Ferradas, Macuco (atual Buerarema), Itaúna (atual Itapé), Jussari, Palestina (atual Ibicaraí) e Itapuí (atual Itororó). O primeiro ponto das determinações foi “fichar todas as meretrizes residentes nesse Distrito, afastando-as também do centro, onde residem famílias”. O terceiro ponto era conclusivo: “não permitir cabarés afim de não perturbar o silêncio público e evitar desordens ou conflitos”. Por fim o sexto e último ponto ordenava “registrar os hotéis, pensões e casas de cômodos, para isto fornecendo a respectiva ficha de entrada e saída de hóspedes”⁷⁸.

Na documentação levantada nada foi encontrado a cerca desse cadastramento das meretrizes. O que pode sugerir, dentre outras coisas, que essa resolução não chegou a ser executada pelos sub-delegados – esta é a distância nunca calculável entre os discursos e as práticas. Quanto à ordem de afastar as meretrizes do centro, ela reiterou as medidas publicadas em 10 de julho do mesmo ano, 1943. O que nos leva a crer que *O Intransigente*, naquela oportunidade, estava certo ao afirmar que metade ou pouco mais das casas de mulheres foram fechadas. Afinal para quê reafirmar a ordem de expulsão das meretrizes se não houvessem outras a descumprir as determinações anteriores? No tocante a proibição do funcionamento de cabarés para evitar os tumultos e confusões, indica que os prostíbulos passaram então, a ser significadas nos discursos oficiais como espaços onde os conflitos emergiam, locais propícios a transgressões. Por fim, a necessidade de ir além, fiscalizando outros estabelecimentos como “hotéis, pensões e casas de cômodos”. Possivelmente tratou-se de uma medida complementar, que colocou em suspeição outros lugares como cabarés camuflados. Não é sem razão que os anúncios de importantes hotéis e pensões da cidade

⁷⁷ MAROCCO, Beatriz. Op. Cit., p. 69.

⁷⁸ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVI, n. 50, 14 ago. 1943, p. 4.

traziam sempre as informações: “rigorosamente familiar” como o Itabuna Hotel de Ilberto Bastos, ou “exclusivamente familiar” como a Pensão Internacional de Lafaiete Alves de Sá⁷⁹. Não parecia fácil fazer uma distinção a respeito de quais os locais de pernoite que não eram utilizados por mundanas.

Locais nominados como pensões podiam ao menos servir como escape temporário para que as prostitutas pudessem exercer as suas atividades sem transtornos e problemas com a polícia ou com os jornais vigilantes da sexualidade feminina. Possivelmente, por essa razão, geraram suspeitas as construções que não se sabia ao certo quem era o dono ou que iriam ser alugadas quando prontas. E os jornais, que não ficaram de fora de quase nada do que aconteceu com os segmentos que pretendiam representar, receberam reclames de famílias como as da Rua Ruy Barbosa. Nessa localidade central, mesclada por casas de mulheres e residências outras, um edifício erguido ao lado do n. 177 foi alugado por alto valor a uma senhora⁸⁰.

Os vizinhos do prédio, conforme o periódico que publicou suas suspeitas, teriam fortes razões para crer que aquele lugar abrigaria um “prostíbulo elegante”. A locatária esquivava-se das inquirições garantindo que no andar térreo montaria um restaurante e alugaria os vários cômodos do primeiro andar para rapazes de boa procedência. Apesar disso, aquela vizinhança era de “gatos escaldados”... temiam água fria. Antes mesmo de verem confirmadas suas suposições ou de recorrerem ao jornal, já haviam buscado informar o secretário responsável por obras na prefeitura, que lhes assegurou que o caso era de competência única do delegado⁸¹.

Pode-se aventar também, que a polícia itabunense pressionada pelos segmentos hegemônicos, publicasse suas ações e normas nos periódicos a fim de dar satisfações sobre suas tentativas de controle do comércio sexual. Parece ser o caso, por exemplo, das proibições e interdições veiculadas nos periódicos da cidade nos períodos carnavalescos. Em fevereiro de 1954 a delegacia de polícia expediu portaria para o carnaval em que constava o seguinte item: “e) não permitir a entrada de casais, sem prévia identificação em casas, pensões e hospedarias de má reputação”⁸².

Anos depois o delegado de polícia Capitão Admar Queiroz Pinto divulgou os regulamentos para o carnaval que traziam a novidade do artigo 15: “proibir o uso de short, na

⁷⁹ Ver: *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano, n. 361, 10 jun. 1955, p. 2.

⁸⁰ *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano, n. 105, 8 jun. 1951, p. 1.

⁸¹ Idem, Ibidem.

⁸² *O Intransigente*, Itabuna, ano XXVIII, n. 66, 15 fev. 1954, p. 3.

via pública por parte das meretrizes a qualquer hora do dia ou da noite”⁸³. A existência deste artigo já supõe que as meretrizes brincavam o carnaval de rua em Itabuna confundindo-se na multidão com as “moças e senhoras de família”. De acordo com Durval Muniz o carnaval é um período de “brincar com os códigos sociais, de ultrapassamento de fronteiras estabelecidas pelos costumes, valores e hábitos, [...] momento de brincar com as identidades e construir o diferente”⁸⁴. Talvez, a restrição imposta às meretrizes pela delegacia de polícia fosse uma tentativa de que seus trajes não fossem de encontro com a moral das demais mulheres.



Ilustração 10 - Fantasia carnavalesca de Lindaura Barreto. Foto de Armando Mendes publicada no Diário de Itabuna de 22.02.1958, ano I, n. 100, p. 5.

O fato é que pensando em termos práticos ou de controle das circulações das mundans no carnaval, coibir o uso do short como um traje extravagante ou devasso aproximava

⁸³ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 94, 13 fevereiro 1958, p. 6.

⁸⁴ ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino* (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003. p. 80-81.

relativamente essas das outras folionas. O surpreendente desse regulamento carnavalesco foi o uso invertido: as mulheres da “boa sociedade” itabunense trajaram shorts curtíssimos nas fantasias de carnaval daquele ano. A foto acima em que figura a senhorita Lindaura Brandão membro de abastada família itabunense é só um exemplar de tantas outras que desfilaram naquele carnaval. O uso do short pelas damas da sociedade durante a festa de momo, hipoteticamente, pois nada sabemos da obediência ou não das mundanas àquela norma, foi possível mediante o desuso por parte destas. As prostitutas deveriam cobrir seus corpos para que as outras mulheres pudessem mostrá-lo.

No período carnavalesco ou nos demais dias do ano eram as ruas do centro de Itabuna, os periódicos afirmam com insistência, os lugares mais animados da cidade. As ruas Ruy Barbosa, anteriormente chamada de rua do Quartel Velho e a rua Duque de Caxias, antiga rua Coronel Domingos Lopes são campeãs de destaque pelos periódicos locais, e posteriormente por memorialistas como os principais territórios ocupados pelo meretrício. De acordo com o lançamento das décimas urbanas de Itabuna no ano de 1940 localizavam-se na rua Ruy Barbosa 45 casas de comércio dentre elas 8 bares, 11 bilhares e 3 pensões⁸⁵. Uma delas era certamente a Pensão/Cabaré São Pedro da qual falarei no próximo tópico. Vimos acima o quanto as pensões eram alvos de suspeição por parte dos habitantes do centro da cidade e dos policiais. De acordo com a lista de impostos prediais itabunenses em uma única rua o hóspede podia decidir-se, pelo menos, entre três opções!

A concentração de estabelecimentos na rua Ruy Barbosa voltados para a diversão de seus frequentadores levou a imprensa local a propalar que “a vida noturna ali é mais intensa” e a defini-la como “refúgio da população notívaga da cidade”⁸⁶. As famílias que residiam naquela rua não se cansavam, segundo os periódicos locais, de queixar-se contra o barulho e o que denominavam “desordens”. Mas, nem sempre a culpa recaiu exclusivamente sobre as prostitutas, alguns periódicos citaram os homens que as procuravam, que as seguiam, notadamente os ébrios... além de outros agentes da cidade:

Todos os dias recebemos reclamações das famílias residentes à rua Ruy Barbosa, trecho do bar A miscelânea, contra a desordem e anarquia produzidas nos *basfonds* das casas de bebidas situadas n’aquela zona, pelo baixo mulherio, pelos farristas da meia-noite, soldados de polícia, etc, que ali se reúnem em grupo, quebrando o silêncio e a paz tão necessários aos meios em que residem famílias. A pornografia, ao que fomos informados, é a canção predileta dos frequentadores das orgias noturnas da rua Ruy Barbosa. As famílias não podem ter o gozo de uma janela.[...] É um inferno enfim, garantiram-nos as pessoas ali residentes. Urge, portanto que o Sr.

⁸⁵ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano IX, n. 456, 17 fev. 1940, p.1-3.

⁸⁶ *O Fanal*, Itabuna, ano III, n. 12, 1 abril 1935, p. 2.

Delegado tome as providências adequadas ao caso, pois Itabuna não comporta mais situações desta natureza⁸⁷.

Vale lembrar ainda a citação feita páginas atrás extraída do jornal *A Época*, que em 1928 publicou que “nas ruas Ruy Barbosa (Quartel Velho) e Coronel Domingos Lopes (Duque de Caxias) são quase diários os espetáculos degradantes, que põem em xeque nossos foros de cidade civilizada”⁸⁸. O cruzamento desse discurso, com o de outro periódico de anos mais tarde, me levou a pensar no por que de aquele primeiro discurso colocar que os espetáculos proporcionados pelas atividades pelo mulherio eram “quase diários” e não apenas “diários”. A quebra da frequência das atividades daquelas mulheres no discurso talvez aponte para possíveis dias de folga, que podiam também ser os de movimento menos intenso. Ou de acordo com o redator do mensário estudantil *O Fanal*, dias santificados que as prostitutas, e/ou as donas e gerentes de casas de mulheres não deixaram de guardar⁸⁹.

Em 1936 o professor Hermenegildo Souza colocou que em passagem pela rua Ruy Barbosa, em dia de Sexta-feira da Paixão, observou “que alguns bares conservavam suas portas meio cerradas e outras totalmente lacradas” e o “mulherio não formigava na porta dos cabarés, como nos outros dias”⁹⁰. O professor não deixou de fazer um elogio aquela atitude que ele gostaria de ver replicada nos dias não santificados: a observância dos princípios da moral. Sugeriu que os moradores e meretrizes da rua Ruy Barbosa podiam adotar a postura cristã de “uma Sexta-feira da Paixão interior”⁹¹. Porém, revelou aos leitores do mensário que aquela ausência de efervescência não representava o cotidiano daquele território, era uma exceção.

Entretanto, o relato de Hermenegildo Souza me levou a refletir que ainda que aquele dia fosse uma sexta-feira e feriado – possivelmente cheio de homens ociosos e a procura de diversões fora de casa – os bordéis da rua Ruy Barbosa não tiraram vantagens disso. Tal como se esperava das moças e senhoras de família, que guardassem aquele dia santificado, assim também procederam as prostitutas. O não funcionamento das casas de mulheres naquela sexta-feira escapou a estereotipização produzida, em grande medida pela imprensa. Mesmo que os papéis sociais atribuídos a estas mulheres ignorassem a possibilidade de serem elas cristãs e dissessem respeito apenas a seus corpos como territórios do prazer pago, elas seguiram o comportamento socialmente valorizado de reverência ao sagrado. É possível pensar que as

⁸⁷ *O Intransigente*, Itabuna, ano X, n. 1, 7 set. 1935, p. 7.

⁸⁸ *A Época*, Itabuna, ano XI, n. 433, 29 set. 1928, p. 1. Material gentilmente cedido pelo colega Philippe Murillo.

⁸⁹ *O Fanal*, Itabuna, ano IV, n. 2, 1 jun. 1936, p. 1.

⁹⁰ *Idem*, *Ibidem*.

⁹¹ *Idem*, *Ibidem*.

mulheres não abriam os bordéis na sexta-feira santa porque sabiam que haveria pouca freguesia já que seus clientes também partilhavam de seus valores religiosos, era dia de jejum carnal. Foi apenas um dia, um momento para mostrar a sociedade que as identidades construídas sobre o “outro” são movediças.

Oficialmente, desde 1943, a polícia itabunense passou a fiscalizar casas, pensões e hospedarias suspeitas de servirem ao comércio sexual, das quais ao menos no papel, exigia-se o registro dos hóspedes. Esta determinação voltou a ser difundida na imprensa no carnaval de 1954 com o acréscimo de que os guardas deveriam agora solicitar a identificação dos casais antes de autorizar sua entrada nesses estabelecimentos. Ora, não existiam sequer policiadores suficientes para realizar essa tarefa. Mesmo que houvesse contingente humano essa medida entraria em choque com os interesses dos donos de cômodos que pagavam à prefeitura de Itabuna licença e impostos para funcionarem. Como também com o interesse dos casais, dentre eles os formados por mulheres de vida livre e os respectivos clientes.

É razoável supor a essa altura que os leitores dos periódicos em circulação em Itabuna, talvez curiosos (as) ou quem sabe apreensivos (as) com questões polêmicas de seu tempo, leram aquela extensa matéria comemorativa de 1943, repleta de agradecimentos pela eliminação do comércio sexual no centro da cidade discutida no início do capítulo. Perceberam que este assunto não deixou de ser publicado em matérias, notas, queixas e artigos nos periódicos, em meses e anos seguintes. Interessados (as) nas tensões provocadas pelas prostitutas esses leitores ficaram informados (as), pelo discurso da imprensa, dos pontos onde se podia encontrá-las.

Entretanto, nossos leitores (as) provavelmente não ficaram surpresos com esses textos jornalísticos. Em Itabuna, nos anos de 1930 a 1960, assim como em outros lugares da Bahia e do Brasil⁹², as prostitutas negociaram as possibilidades de exercício de suas atividades. A historiadora Margareth Rago ressaltou que uma política de confinamento da prostituição em São Paulo processou-se nos anos de 1940, durante a ditadura conhecida como Estado Novo. De acordo com ela as prostitutas foram segregadas no bairro judeu do Bom Retiro. Outras obras historiográficas abordaram a questão da prostituição em diferentes contextos, é o caso, por exemplo, de “As decaídas”, da historiadora Ivonete Pereira, que trata da prostituição em Florianópolis também na primeira metade do XX⁹³. Florianópolis, no estado de Santa

⁹² RAGO, Margareth. “Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940)”. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. (orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. pp. 51-60. p. 57.

⁹³ PEREIRA, Ivonete. *As decaídas: prostituição em Florianópolis (1900- 1940)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

Catarina, assim como Itabuna na Bahia, são alguns dos muitos exemplares de cidades que passaram a incomodar-se e criar medidas para conter a prostituição no contexto de urbanização. As novas feições estéticas dessas cidades, e essa história se repete em muitas outras do país, provocaram um atrelamento da imagem e das práticas sexuais das prostitutas à incivilidade. As áreas centrais deviam apresentar uma imagem progressista e ordeira, para os setores abastados dessas sociedades as prostitutas distanciavam-se desses propósitos construindo o cotidiano por meio de práticas de reutilização dos espaços.

Ilhéus, cidadezinhas e distritos de Itabuna passaram por situação semelhante, meretrizes instaladas nas ruas centrais e demais moradores que reclamavam sua expulsão daquelas localidades: foi o caso de Itapé, Ibicaraí e Floresta Azul. Conforme me referi na introdução, desde o início da década de 1940, a polícia da vizinha cidade de Ilhéus já tentava fazer valer suas determinações de contenção das meretrizes. Em uma batida na “zona alegre” advertiu aquelas mulheres que não deveriam aparecer em janelas e portas antes de determinada hora, tampouco se expor nas ruas durante o dia. Naquela oportunidade, duas meretrizes esbravejaram contra as limitações que lhes eram impostas e foram presas na delegacia. Possivelmente as “transgressões” das balizas infundidas pela polícia para as mundanas continuaram, nos permitindo dizer que essas mulheres afrontaram os representantes da ordem no intuito de garantir sua sobrevivência e o exercício de suas atividades.

A prisão das duas prostitutas que acharam por bem falar contra as determinações da polícia – que possivelmente consideraram arbitrárias – nos informa de uma maquinaria destinada a excluir a diferença. Diferença que aquelas mulheres talvez desejassem ver reconhecida. Como afirma Gilles Deleuze, ao estudar Michel Foucault: “a luta pela subjetividade se apresenta então como direito à diferença e direito à variação, a metamorfose”⁹⁴. Ora, a polícia repreendeu as moradoras das casas de mulheres por aparecerem nas janelas e portas, por transitarem nas proximidades. Isso em nome de outros segmentos da sociedade que se chocavam com a imagem dessas mulheres, que se incomodavam com seus trânsitos e práticas.

Em novembro de 1944, algumas famílias de Itapé (distrito itabunense à época) recorreram ao periódico itabunense para reclamar contra um “ruidoso cabaré” e pedir auxílio à polícia. De acordo com o discurso de queixa “o cabaré está localizado bem no centro do distrito”⁹⁵, a convivência com as famílias vizinhas causou tensões e disputas pelo território. Numa matéria sobre o que Ibicaraí (outro distrito de Itabuna) não possuía o jornalista R.

⁹⁴ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 113.

⁹⁵ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVIII, n. 9, 4 nov. 1944, p. 4.

Galvão demonstrou toda a sua insatisfação ao proclamar que aquele distrito era dotado apenas de um cinema e da “zona proibida”, não dando alternativas aos “pais de família”⁹⁶. No município de Floresta Azul, Hipolito Piloto assassinou Marinho de Tal por ciúmes de uma “mundana” dentro de um “cabaré” na rua Camacã⁹⁷.

Além das referidas ruas Ruy Barbosa e Coronel Domingos Lopes, as ruas J. J. Seabra e 7 de setembro, consideradas as principais da cidade, também compunham a cartografia de ocupação das prostitutas no centro. Aqueles que não se envolviam no comércio do sexo bradavam contra sua existência: “Moradores à rua 7 de setembro pedem a atenção da Polícia para a insuportável algazarra que meretrizes, ocupantes de um conhecidíssimo sobrado ali situado, vêm fazendo todas as noites, das 9 horas até alta madrugada”⁹⁸. A rua Sete de Setembro, que durante o dia abrigava o comércio de Itabuna e as mais importantes firmas de comércio e exportação de cacau, a noite se transformava em reduto de folias e prazeres. Porém, o núcleo do centro da cidade que abarcava as ruas supracitadas, não conservou suas primeiras feições. Este território itabunense passou por um processo de intervenções urbanísticas onde as configurações dessas ruas foram alteradas, neste bojo o estabelecimento do comércio sexual nessa espacialidade passou a ser questionado. As meretrizes se tornaram *personas non gratas* no centro da cidade de Itabuna.

2.3 – Por uma cidade de retas ruas e costumes.

Desde 1927 as municipalidades passaram a produzir projetos visando melhoramentos urbanos em Itabuna. O primeiro Plano de Remodelação e Saneamento da Cidade foi apresentado ao Intendente Municipal da ocasião, coronel Henrique Alves dos Reis, pelos engenheiros Manoel Darin e Archimedes de Siqueira Gonçalves. Além do objetivo de remodelar e expandir a cidade apresentados no plano, também eram enfoques deste, a criação de um sistema de abastecimento de água e uma rede de esgotos. Nos anexos do plano estava inclusa uma descrição das oito plantas que compunham seu *corpus*. Nesta descrição, os engenheiros responsáveis informavam do cuidado no preparo do projeto, segundo eles, guiado por diretrizes propostas pelos mestres do urbanismo e do saneamento⁹⁹

⁹⁶ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 471, 18 jun. 1959, p. 1.

⁹⁷ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 16, 31 out. 1951, p. 1.

⁹⁸ *A Época*, Itabuna, ano XVI, n. 928, 15 dez. 1937, p. 1.

⁹⁹ DARIN, Manoel, GONÇALVES, Archimedes de Siqueira. Op. Cit., p. 2.

Apresentavam aquela que seria a principal e mais importante artéria de Itabuna, produzida com a junção das ruas J. J. Seabra e 7 de setembro. A futura Avenida Central se estenderia em linha reta por cerca de dois quilômetros, paralela ao rio Cachoeira. Contudo, as duas ruas que dariam vida a Avenida Central eram de traçado irregular, com cinquenta prédios desalinhados. Estes edifícios nomeados de “inconvenientes”, de acordo com a proposta dos engenheiros deviam ser recuados, a fim da construção do “eixo da cidade futura” e seus donos devidamente indenizados. O possível prejuízo da prefeitura, previsto pelos engenheiros, não devia representar nada, afinal, queriam aqueles dirigentes ver o “aleijão” que se tornaria a avenida caso fossem preservadas as referidas construções?¹⁰⁰



Ilustração 11 – Rua Joaquim José Seabra em 1931 (trecho da atual Avenida do Centenário).

Estavam previstas pelos engenheiros mais três avenidas que se ligariam a essa artéria central formando ligações transversais e longitudinais. Ruas adjacentes a essas artérias também deveriam ser alargadas, com o prejuízo de várias construções antigas, inclusive da catedral da cidade, que seria erguida em outra localização em momento oportuno. O “efeito estético” era levado em alta monta pelos engenheiros, que projetando avenidas, abastecimento de água e sistema de saneamento propuseram ainda a construção de um belo parque com

¹⁰⁰ DARIN, Manoel, GONÇALVES, Archimedes de Siqueira. Op. Cit., p. 3.

bosques. Todas as sugestões de melhoramentos não perderam de vista o “rápido desenvolvimento futuro” e em favor dele diziam: “a cidade atual terá de sujeitar-se a despesas mais elevadas para poder servir também a cidade de amanhã”¹⁰¹.

Anos depois, em 1935, o prefeito de Itabuna, o médico Claudionor Silvestre Alpoim, reacendeu a vontade de alguns segmentos de assistir a constituição de uma cidade planejada. Alpoim encomendou ao escritório do famoso engenheiro Saturnino de Brito revisões do plano anterior. Recebeu como resposta um relatório que aproveitou alguns preceitos do projeto antigo, mas, que veio recheado de apreciações e novas medidas necessárias para o progresso da cidade. Saturnino Brito Filho citou importantes obras de seu pai, e aconselhou o prefeito e “ilustre médico” Claudionor Alpoim, a projetar um novo bairro na margem direita do rio, já que as construções e habitações de Itabuna restringiam-se principalmente a margem esquerda¹⁰². Suas propostas de engenheiro preocupado com o futuro não param por aí, o leito cheio de poças do rio da cidade carecia de uma barragem, que além de aformoseá-lo sanearia seu aspecto.

No leito do rio, mais precisamente nas poças identificadas por Brito Filho trabalhavam lavadeiras e banhavam-se segmentos menos favorecidos da cidade – a despeito das proibições estabelecidas pelo Código de Posturas, de banhos interditados pelo artigo 333 e lavagens de roupa proibidas pelos artigos 642 e 643¹⁰³, no trecho do rio Cachoeira que margeava a cidade. Os banhos no Cachoeira foram causa de incessantes campanhas da imprensa local, que bradava contra excessos e absurdos de “banhistas indecentes”, em “trajes de adão” e etc¹⁰⁴. No tocante aos impedimentos dos trabalhos das lavadeiras chegaram ao ponto dessas mulheres terem de recorrer à justiça, para assegurarem o exercício de suas atividades.

¹⁰¹ DARIN, Manoel, GONÇALVES, Archimedes de Siqueira. Op. Cit., p. 4-5.

¹⁰² Escritório Saturnino de Brito. Op. Cit., p. 1.

¹⁰³ Ver: *Código de Posturas do Município de Itabuna*. Ato n. 184, 9 jun. 1933, Itabuna: Tipografia D'A Época, 1933. p. 55 e 102.

¹⁰⁴ Ver: *A Época*, Itabuna, ano XVI, n. 930, 15 dez. 1937, p. 1. e *A Época*, Itabuna, ano XXIV, n. 1238, 26 dez. 1942, p. 4.



Ilustração 12 - Lavadeiras trabalhando no Rio Cachoeira. MENDES. Helena. *Figuras e fatos de Itabuna*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1967, s/p.

Em 1946, Adail Amaral de Oliveira, Marina Souza e outras, nas palavras de seu representante legal, apelaram em segunda instância contra a Prefeitura Municipal de Itabuna¹⁰⁵. Reivindicaram o artigo 319 do Código de Processo Civil brasileiro, que previa mandado de segurança para direitos violados por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal. Na petição inicial objetaram que “nunca dantes em qualquer outra administração Municipal já se viu semelhante constrangimento profissional”. A Prefeitura, ré no caso, bradou que nada tinha a ver com as ingerências de administrações anteriores, que o trabalho das apelantes era proscrito e a proibição de seu exercício amparado em dispositivos de lei legítimos¹⁰⁶. Lavar roupa no intervalo urbano do rio Cachoeira, a frente dos hotéis e principais lojas de comércio da cidade era uma prática não tolerada, mais um traço de incivilidade que aquela administração pública desejava banir.

No relatório redigido por Brito Filho, mencionado acima, ele desaprovou as casas do subúrbio por sua falta de higiene. Para atenuar suas críticas aos segmentos menos favorecidos de Itabuna declarou que fatos como os que reprovou eram “circunstância geralmente peculiar

¹⁰⁵ O “Caso das Lavadeiras”, como foi chamado pela imprensa, foi analisado detidamente pelo historiador Philipe Murillo. Ver: CARVALHO, Philipe Murillo Santana. Op. Cit., p. 141-142.

¹⁰⁶ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano XIV, n. 784, 12 jun. 1946, p. 3-5.

à primeira fase do desenvolvimento das cidades”¹⁰⁷. De acordo com a historiadora Margareth Rago é mister levar em conta o saber-poder dos reformadores urbanos. Estes responsabilizavam a moradia dos pobres pelos comportamentos “desviantes”, como a prostituição e o crime, práticas que supostamente revelavam sua baixa moralidade¹⁰⁸. Para o engenheiro Brito Filho, a necessidade de livrar as margens do rio de moradores era veemente, a ponto de afirmar: “não hesitamos em propor que a prefeitura proíba desde já a edificação marginal do rio Cachoeira e dos córregos urbanos”. Porém, a essa época o principal córrego urbano, denominado Lava-pés já possuía habitações em suas margens¹⁰⁹.

A explicação dos engenheiros restringia-se a enunciar que habitações aí localizadas, invariavelmente encaminhariam seus dejetos para a água próxima, dificultando a construção de esgotos, o saneamento do rio e contribuindo contra a higiene pública¹¹⁰. Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr., engenheiros e médicos no começo do século XX sofreram “um verdadeiro surto messiânico de investimento na construção do moderno e na higienização e desodorização do espaço urbano”¹¹¹. Por ser uma área próxima ao centro da cidade pode-se inferir que, talvez, o embargo dos urbanistas não se justificasse apenas no saneamento daquele curso d’água. Os moradores (as) ali estabelecidos (as)¹¹² preocupavam a imprensa da cidade:

vendo de longe, um pequeno riacho que corre por entre a cidade. De repente, eis que nos sentimos horrorizados, diante de tanta miséria e imundície. Um espetáculo doloroso se nos apresenta, às vistas. É o mangue. É o mercado de carne, em que predomina a lei da oferta sobre a da procura. Mulheres se oferecendo pelo preço mais barato e homens sorrindo da miséria alheia¹¹³.

O artigo do periódico *O Fanal*, de janeiro de 1938, sugere que haviam meretrizes naquela espacialidade, vendo e sendo vistas no seu cotidiano. O discurso do repórter Léo estava carregado de signos de negatividade, aquele espaço da cidade *ocupado por aquelas mulheres* lhe deixava “horrorizado”. Suas palavras remetiam a imagens de “miséria”, “imundície” e dor. A projeção que o repórter idealizava para Itabuna aproximava-se do discurso científico dos engenheiros e não das atividades das meretrizes.

¹⁰⁷ Escritório Saturnino de Brito. Op. Cit.

¹⁰⁸ RAGO, Luzia Margareth. Op. Cit., 1985, p. 194-195.

¹⁰⁹ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano VI, n. 304, 30 jan. 1937, p. 7.

¹¹⁰ Escritório Saturnino de Brito. Op. Cit., p. 2.

¹¹¹ ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. 2003, Op. Cit., p. 108.

¹¹² CARVALHO, Philipe Murillo Santana. Op. Cit., p. 85.

¹¹³ *O Fanal*, Itabuna, ano V, n. 9, 1 janeiro de 1938, p. 4 apud CARVALHO, Op. Cit., p. 85.

Apenas um ano depois da entrega do relatório por Brito Filho, em 1936, a prefeitura já iniciava a desapropriação de alguns casos de desalinho no centro da cidade. Em decretos frequentes, publicados no *Jornal Oficial*, moradores tinham suas casas tomadas “por necessidade pública” em troca de indenizações. Foi o caso de Maria Angélica Alves Gomes, residente a rua Joaquim Nabuco, que teve sua casa e terreno desapropriados em 29 de outubro do referido ano¹¹⁴. E de outros proprietários como Elias Constantino Faskomy, Jorge Constantino Grego, Claudemiro Cruz e herdeiros de Dona Chispina Grego. Todos eles tinham terrenos situados entre a praça João Pessoa e a rua Benjamin Constant, e estavam sendo desapropriados, pois ali seria iniciada a construção do futuro Paço Municipal e de uma nova rua, de acordo com o plano de urbanização da cidade¹¹⁵.

Mais tarde, em 1941, em um único decreto a prefeitura desapropriou quase cem casas e terrenos para alargamento e retificação das ruas J. J. Seabra e Benjamin Constant¹¹⁶. A população da cidade talvez não estivesse tão voltada assim para a reurbanização da cidade e mostrou desagrado com as ações da administração municipal. Para um dos periódicos itabunenses, os moradores que se colocavam contra a derrubada de suas construções ou tomada de seus terrenos, eram exemplos de “espíritos egoístas ou de tardia compreensão”. Segundo o jornal *A Época* a iniciativa particular devia acompanhar os esforços do “operoso prefeito”¹¹⁷. Em meio às reformas urbanas, desapropriações de casas e terrenos, sem contar a fiscalização policial no centro da cidade, as meretrizes sustentavam seus territórios de atuação. Necessário ressaltar que essa é uma sociedade de baixa cidadania, não republicana, onde o que funcionava era a troca de favores, o apadrinhamento, as homenagens, a proteção, o nepotismo, e essas mulheres faziam parte dela e negociavam em seus termos.

¹¹⁴ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano V, n. 263, 7 nov. 1936, p. 1

¹¹⁵ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano V, n. 265, 10 nov. 1936, p. 1.

¹¹⁶ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano VIII, n. 51, 5 abril 1941, p. 1.

¹¹⁷ *A Época*, Itabuna, ano XV, n. 811, 30 jan. 1937, p. 1.



Ilustração 13 – Rua J. J. Seabra em 1950. Acervo CEDOC/UESC.

A modernização de Itabuna não impediu a sobrevivência de práticas contrárias à concepção higiênica e elitista de cidade. Como poderá se observar, as mundanas deram panos para as mangas dos homens produtores e leitores desses discursos, transgredindo as verborragias dos códigos e normas de conduta. Suas atividades incomodavam os segmentos hegemônicos, que pretendiam fazer valer os seus projetos de cidade. Comportamentos significados pelos discursos dos periódicos como “transgressores” apreciam nos jornais para que fosse reforçada a ideia de que não eram mais aceitos socialmente. As diversas matérias que se ocuparam em narrar as práticas das prostitutas constituíam-se como manuais de como não se deve comportar um ser civilizado, no caso as mulheres. Para Michel de Certeau “toda ‘renovação’ urbana dá preferência à tabula rasa em cima da qual vai escrever em cimento a composição feita no laboratório à base de ‘necessidades’ distintas às quais quer dar respostas funcionais”¹¹⁸. As prostitutas impunham como contrapartida, maneiras insistentes de ocupar e atribuir significados ao espaço urbano.

A vontade de promover o “progresso” não faltava aos dirigentes locais, faltava-lhes o dinheiro necessário para execução das obras. No final do ano de 1935, a prefeitura municipal iniciou o processo de empréstimo requerido a Caixa Econômica Federal, tendo como fiador o

¹¹⁸ CERTEAU, Michel de. Op. Cit., p. 309.

Estado da Bahia e devidamente avalizado pelo Conselho Consultivo Municipal de Itabuna. O empréstimo correspondeu à quantia vultosa de três mil e duzentos contos de réis a serem pagos à Caixa com juros de 8% ao ano, num prazo de dez a quinze anos. Segundo o parecer da Caixa o dinheiro devia ser aplicado nos serviços de abastecimento de água e construção da rede de esgoto, da pequena barragem no rio Cachoeira, construção do edifício da Prefeitura, do mercado modelo e na ampliação e acabamento do prédio da cadeia pública¹¹⁹.

Através do memorial enviado pelo gabinete do Prefeito Municipal de Itabuna para o governador do Estado, Capitão Juracy M. Magalhães, apareceu novo tópico. Correndo por fora dos pretendidos melhoramentos estava a grande dívida que a prefeitura de Itabuna tinha com a Companhia Luz & Força, responsável pela energia elétrica do município¹²⁰. Quem sabe em virtude das dívidas da prefeitura, o serviço da Luz & Força fosse tão irregular. As deficiências da distribuição elétrica acabaram sendo criticadas por uns e aproveitadas por outros (as). Os moradores das ruas da Misericórdia e Antonio Bastos que o digam, com o caminho às escuras reclamaram ao jornal *O Intransigente* ao verem suas portas transformadas em sede de namoros “indecentes e escandalosos”¹²¹.

As iniciativas do prefeito Claudionor Alpoim, segundo matéria do jornal *A Época*, animaram sucessores como aqueles que criaram a C.E.P.I. – Comissão Executora do Plano de Itabuna. Composta exclusivamente por engenheiros, a comissão tinha como prerrogativa estudar os “complexos problemas de urbanismo” da cidade e apoiados nos planos feitos para saná-los, buscar sua perfeita consecução. Seus membros, os jovens Henrique Baptista, Enéas Gonçalves e Diogenes Rebouças atuaram como suporte técnico das municipalidades. Elaboraram, segundo o periódico, um programa de “continuidade construtiva para as realizações em execução ou em projeto”¹²².

A criação dos dois planos de remodelação sanitária e urbanística de Itabuna, a contração de um empréstimo para fazê-los acontecer e a constituição de uma comissão para assegurar sua continuidade, no entanto, não foram suficientes para tirar todos os sonhos de “progresso” do papel. Em 1950 o redator do jornal *Voz de Itabuna* lamentou a incompletude dos projetos previstos: “com uma arrecadação anual superior a sete milhões de cruzeiros o município não possui em sua sede um mercado, a Prefeitura não tem uma praça de desportos

¹¹⁹ APEBa. *Processo de empréstimo contraído entre a Prefeitura de Itabuna e a Caixa Econômica Federal* (1935). Notação 3460-150.

¹²⁰ Idem, *Ibidem*.

¹²¹ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVII, n. 13, 27 nov. 1943, p. 4.

¹²² *A Época*, Itabuna, ano XV, n. 890, 14 ago. 1937, p. 2.

à altura de sua população, não há luz, a água é um problema”¹²³. As tentativas de projetar uma nova cidade pelos segmentos hegemônicos podem ser compreendidas como fruto de uma vontade de ver a chegada do progresso e da modernização e de apresentar em formas concretas aos visitantes a prosperidade financeira que os favorecia.

Os planos de remodelação urbanística e sanitária não foram ferramentas únicas para a construção do projeto de cidade almejado pelos segmentos hegemônicos. Itabuna devia tornar-se uma cidade de ruas retas e grandes avenidas, ao modo funcionalista de Le Corbusier¹²⁴. Porém, também seus habitantes deviam ser corrigidos, saneados e fiscalizados. Conforme o historiador Philipe Murillo, esses planos emergiram atrelados a outros mecanismos de controle citadino como a criação da Guarda Municipal de Itabuna em 1933, ato n. 178, e da revisão do Código de Posturas do Município também em 1933¹²⁵. De acordo com o Regulamento da Guarda Municipal, esta corporação teria por objetivo “o serviço permanente de fiscalização geral e de polícia de costumes”, além de, é claro, “coibir a prática de atos incompatíveis com o progresso da cidade”¹²⁶.

Imagino que os tais atos incompatíveis com o progresso deviam envolver uma vasta gama de atividades dos moradores da cidade, sobretudo aqueles menos favorecidos economicamente. Tanto que a prefeitura publicou em 1941 instruções aos guardas da corporação. No discurso, pediu aos guardas que fossem polidos com os pequenos contribuintes da cidade, evitando “espancamentos ou atrocidades”, mas, que cumprissem com seus deveres sem se acovardar¹²⁷. Mais além, a prefeitura solicitou àqueles homens que agissem energicamente “contra a atitude de indivíduos de péssimos costumes, que tentam contra a tranquilidade da família”¹²⁸. A criação da Guarda Municipal correspondeu a uma intenção de constrangimento exercida efetivamente contra os segmentos menos favorecidos.

Por seu turno, o Código de Posturas instituído pela lei nº 133 de 1924, ampliado em 1933, deveria regulamentar os usos da *urbs* pelos citadinos. Os espaços, os trânsitos, as

¹²³ *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 38, 4 de mar. 1950, p. 4.

¹²⁴ Le Corbursier ou Charles Edouard Jeanneret-Gris importante arquiteto francês cuja principal preocupação era a funcionalidade. Para ele as edificações eram projetadas para serem usadas. Le Corbursier foi um dos primeiros a perceber que a vida moderna produzia a necessidade de uma nova planificação urbana.

¹²⁵ CARVALHO, Philipe Murillo Santana. *Op. Cit.* p. 9.

¹²⁶ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 43, 11 mar. 1933, p. 5.

¹²⁷ Talvez, esse trecho do discurso da prefeitura para os membros da Guarda Municipal de Itabuna fosse uma alusão ao medo dos policiadores em relação aos brigões e capoeiras. Para uma análise sobre as relações entre a Guarda Municipal e os *valientes* na cidade de Itabuna ver: MOURA, Gissele Raline da Cunha Fernandes. *Capoeiras, valientes e construção de territórios: criminalização e modernidade em Itabuna na década de 1950*. Universidade Estadual de Santa Cruz, curso de licenciatura em história. Orientadora: Ms. Kátia Vinhático Pontes. Ilhéus: 2007. (Monografia de graduação em História).

¹²⁸ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano VIII, n. 52, 23 ago. 1941, p. 2.

construções, os comércios, nada deveria se realizar na cidade sem que houvesse uma fiscalização. Para reconfiguração do Código e sua própria elaboração é possível afirmar que a prefeitura e os segmentos hegemônicos que a compunham tinham em vista determinados comportamentos dos moradores da cidade que desejavam tolher. A legislação de costumes, nesse sentido, foi um discurso que duplamente tentou coibir certas ações e promover uma homogeneidade civilizada e ordeira. O Código esteve em vigência durante toda a década de 1930, 1940 e 1950.

Contra as prostitutas concorreram vários artigos do Código de Posturas Municipais. No capítulo VII – Dos hábitos urbanos – poderiam ser presas ou repreendidas conforme a letra do artigo 341 que puniria aqueles que em logradouros públicos proferissem palavras obscenas ou praticassem atos ofensivos à moral e aos bons costumes¹²⁹. Em caso de dúvidas, para reiterar o artigo anterior, o 342 deixou claro: “na mesma pena do artigo anterior incorrerão as meretrizes que por palavras, gestos ou atos ofenderem a moral pública, ou se apresentarem em lugares públicos sem a necessária decência”¹³⁰. Na forma da lei, que as prostitutas e mesmo os policiadores possivelmente ignoravam, elas deviam estar sempre atentas ao seu particular modo de falar e gesticular, coibindo-os, além de medirem bem suas roupas antes de aparecerem em público.

O artigo esboça um empreendimento contra as práticas costumeiras de viver daquelas mulheres e, por que não dizer, indispensáveis para o exercício de suas atividades. Mostrar-se com sensualidade e irreverência de roupas, maquiagem, palavreado e gestuais era explicitamente o que os discursos proferidos sobre elas utilizavam para diferenciá-las das demais mulheres. Aquilo que era elencado como especificidade no discurso da imprensa funcionou principalmente para enquadrá-las em um bloco e era justamente o que censurava a legislação de costumes de Itabuna. As prostitutas ainda poderiam ser autuadas por perturbação do sossego dos habitantes da cidade, artigo 343, embriaguez e prática de “desatinos” artigo 354 ou por estarem em “estado de vagabundagem”¹³¹ artigo 358. O que eu pretendo mostrar com isso é que ainda que este mecanismo de regular a urbanidade dos moradores da cidade se voltasse punitivamente para a pobreza em geral, possuía dispositivos específicos em relação às prostitutas.

¹²⁹ Entendo os “costumes” no sentido que Durval Muniz de Albuquerque Jr. atribuiu a esse conceito: não “[...] como simples procedimentos estereotipados, recebidos e produzidos por um grupo, como procedimentos dotados de uma rigidez repetitiva e que impõem lugares fixos. Procuramos as astúcias, as artimanhas na forma de atualizar e repor esses costumes”. Ver: ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. 2003, Op. Cit., p. 28.

¹³⁰ *Código de Posturas do Município de Itabuna*. Op. Cit., p. 56.

¹³¹ Idem, Ibidem, p. 58.

A princípio suas sortes dependiam dos ânimos dos policiais e da rigidez do delegado de polícia do momento. Antes mesmo da ampliação do Código de Posturas, ainda em 1928 uma mulher de vida livre que é nominada pelo jornal *A Época* como Caboclinha foi presa por alguns praças. Segundo o jornal, Caboclinha era amante de João Simplício da Cruz, tudo corria bem entre eles, mas, quando ela bebia excessivamente virava “valente contra seu companheiro”. O discurso que envolve a história da prisão de Caboclinha informou que ela foi detida por brigar com João. Mas, também, porque estando embriagada passou a proferir palavras obscenas e palavrões. De acordo com o jornal, toda a cena aconteceu no meio da rua onde Caboclinha residia, rua Coronel Domingos Lopes, por volta das seis horas da tarde¹³².

Para o azar de Caboclinha, de acordo com o jornal, o carcereiro da cadeia pública passou por aquela rua exatamente no momento em que ela gritava. Este correu para avisar ao sargento que, designou três praças para efetuar a prisão da “desordeira”. No entanto, ainda que acusada de embriaguez e descontrole no discurso do periódico, Caboclinha teve sobriedade o bastante para perceber a aproximação dos praças e fugir antes de ser pega. No seu lugar foi preso João Simplício, tido por seu amásio. Segundo a historiadora Natalie Zemon Davis em antigas leis inglesas e francesas, o marido era punido no lugar da mulher. Alguns séculos atrás nesses países, as mulheres eram consideradas “incapazes”, portanto, não eram inteiramente responsáveis por seus atos¹³³.

A multidão que a esse tempo se aglomerava naquela rua em Itabuna, protestou contra a prisão daquele que era artista gráfico e considerado homem de bom procedimento. Os protestos geraram enfrentamento dos praças com transeuntes que tentaram impedir a prisão de Simplício¹³⁴. Um dos atingidos na confusão foi Miguel de tal¹³⁵ “empregado da padaria do senhor Leopoldo Freire”, também movido para a prisão. O jornal se posicionou contra a atitude da força pública, pois se “excederam em violências contra Miguel”. Horas depois a polícia encontrou Caboclinha, levando-a presa e liberou João Simplício, preso em sua caução. Caboclinha só deixou a cadeia no dia seguinte, não se sabe se na noite mal dormida chegou a apanhar também. Sobre ela o jornal emitiu apenas más e incompletas referências: que tinha má conduta, bebia demasiadamente e era dada a espetáculos públicos. Encontrada nas notas

¹³² *A Época*, Itabuna, ano XI, n. 401, 18 fev. 1928, p. 1. Material gentilmente cedido pelo colega Philippe Murillo.

¹³³ DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo*. Sociedade e cultura no início da França moderna. São Paulo: Paz e Terra, 1990. p. 124.

¹³⁴ *A Época*, Itabuna, ano XI, n. 401, 18 fev. 1928, p. 1.

¹³⁵ A expressão “de Tal” é utilizada pelos periódicos quando se referem a alguém que de que só se conhece o prenome.

policiais daquele periódico, o jornal sequer informou-se a cerca de seu nome, tratou-a por sua alcunha, que possivelmente se justificasse na cor de sua pele¹³⁶.

As mulheres de vida livre como Caboclinha dividiram espaços no centro, no caso dela em uma das principais ruas, vivendo ao lado da padaria de um importante homem, Leopoldo Freire, comerciante e fiscal de rendas estadual. Neste locus privilegiado, os moradores pobres eram vistos como empecilhos e não como usuários/consumidores do território que estava sendo reconstruído. Nesse sentido, o espaço ocupado pelos cabarés e pensões “suspeitas” no centro da cidade também rivalizaram com a demanda por territórios disponíveis para aluguel, negócios e residências. As prostitutas e suas sexualidades “desregradas”, visíveis no centro, não correspondiam à imagem que se tentava cunhar de prosperidade, civilização e progresso. As iniciativas da administração pública e os discursos da modernização, que segundo Louro regulam, normalizam, instauram saberes e produzem “verdades”¹³⁷ concorriam então para a homogeneidade, buscando camuflar as diferenças.

Em meados da década de 1930 as informações-denúncia sobre o comércio sexual, começaram a aparecer nos periódicos de Itabuna. Em 1935, *O Intransigente*, transmitiu as reclamações de “uma pessoa de responsabilidade” moradora da Rua Ruy Barbosa e vizinha de um estabelecimento ora chamado de pensão, ora de cabaré. O local de nome “São Pedro” era moradia de mulheres de vida livre, o que no discurso do jornal, já era por si só fato de flagrante desrespeito às famílias que ali moravam. Segundo Marocco Beatriz “os jornais enfocavam os grandes e pequenos acontecimentos da transgressão e os indivíduos que poderiam transformar-se no objeto perfeito de uma retórica de defesa da norma”¹³⁸. Em geral, as notícias que constroem discursos sobre as prostitutas vêm associadas ao barulho inoportuno à noite ou a brigas e crimes passionais. Os segmentos hegemônicos haviam identificado as prostitutas como elementos que remetiam a incivilidade e ao atraso da cidade.

O escopo da crítica era a reivindicação uníssona, como se verá, daqueles que habitaram as vizinhanças de casas de mulheres: o barulho qualificado como “infernado”, que se estendia até altas horas da noite¹³⁹ dificultando o descanso noturno. Anos mais tarde, em 1937, o *A Época* conclamou a polícia, pois, os moradores da Rua 7 de Setembro (principal rua do centro de Itabuna) não suportavam a “algazarra” das meretrizes ocupantes de um prédio daquela localidade. Segundo a nota policial do jornal *A Época*, havia atividades no

¹³⁶ *A Época*, Itabuna, ano XI, n. 401, 18 fev. 1928, p. 1. Material gentilmente cedido pelo colega Philipe Murillo.

¹³⁷ LOURO, Guacira Lopes. Op. Cit., p. 26.

¹³⁸ MAROCCO, Beatriz. Op. Cit., p. 54.

¹³⁹ *O Intransigente*, Itabuna, ano IX, n. 40, 8 jun. 1935, p. 4.

estabelecimento todas as noites das 9 horas da noite “até alta madrugada”. Além da generalização comum da falta de silêncio por parte das meretrizes, aquele discurso acrescentou quais as tão incomodas práticas daquelas mulheres. De acordo com a nota, elas prejudicavam “grandemente a tranquilidade das famílias”, pois, não tinham respeito ao pronunciar determinadas palavras, davam gargalhadas, provavelmente altas e, nos passeios da rua faziam “correrias”¹⁴⁰.

Modos de agir e experiências que certamente não eram compartilhadas por todas as meretrizes, mas, que nos discursos dos periódicos estavam dados como costumes de todas essas mulheres. Reconhecimento e repúdio das diferenças em acontecimentos discursivos repletos de signos de instabilidade. Afinal, nos jornais, não apenas no que diz respeito àquelas que alugavam o corpo, mas, as mulheres em geral eram apresentadas como categoria universal, no singular. Com a grande diferença de que as sexualidades das mulheres menos favorecidas economicamente eram expostas nos jornais como exemplos a não serem seguidos. Frequentemente eram acusadas, ao lado das meretrizes, de ofender a moral da “sociedade” com suas posturas.

Os modos de namoro das mulheres de segmentos menos favorecidos eram também vigiados e ameaçados de denúncia à polícia. Segundo reclamações dirigidas a um periódico itabunense, eram essas senhoritas quem procuravam sempre a meia luz para namorarem em “posições pouco dignas”. A responsabilidade pelos amores na penumbra era atribuída a essas mulheres pobres, os homens que certamente as acompanhavam na empreitada não foram chamados à atenção. As mulheres é que deviam impor-se e preservar a dignidade. Como bem colocou o título da nota “assim é demais senhoritas!”. Elas deviam atentar para a sua honra para que não acabassem confundidas com prostitutas¹⁴¹.

Entretanto, comercializar seu sexo era para aquelas mulheres uma oportunidade econômica onde, é preciso salientar, as atividades femininas fora do casamento eram a exceção de um padrão de comportamento. O município de Itabuna em 1940 contava 96.879 mil habitantes, dez anos depois a população já era de 147.730, em 1960 a população caiu para 116.967 quando vários distritos foram desmembrados. Na população contabilizada em 1940, 51.053 eram homens e 45.826 eram mulheres, em 1950, 76.307 eram homens e 71.423 eram mulheres já em 1960, 58.870 eram homens e 58.097 eram mulheres¹⁴². Nos três censos

¹⁴⁰ *A Época*, Itabuna, ano XVI, n. 928, 15 dez. 1937, p. 1.

¹⁴¹ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVI, n. 4517 jul. 1943, p. 4.

¹⁴² Censo demográfico 1940 (população e habitação) – Estado da Bahia. Série Regional, parte XII (Bahia), tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950; Censo demográfico 1950 – Estado da Bahia. Série Regional, volume XX, Tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1955; Fundação IBGE. *Monografia IBGE*

demográficos a população masculina é maior. Economicamente o município crescia a custa do comércio e da lavoura cacaueteira. A situação estatística se altera e inverte apenas quando são contabilizados os que não sabem ler e escrever, os desquitados, divorciados e os viúvos.

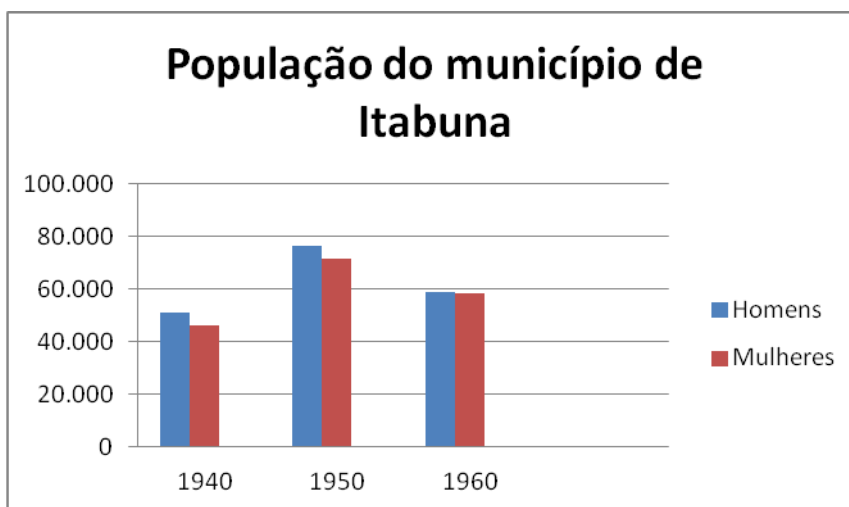


Tabela 1- População do município de Itabuna, homens e mulheres nas décadas de 1940, 1950 e 1960.

Em 1950, por exemplo, de um total de 82.741 que não liam nem escreviam, 42.437 eram mulheres. Quanto as divorciadas/desquitadas eram 66 mulheres contra a metade de homens e 3.070 viúvas contra apenas 1.232 viúvos¹⁴³. A desigualdade de acesso à educação se reflete nas atividades elencadas pelos recenseadores como exercidas por homens e aquelas exercidas por mulheres. A mulher dificilmente trabalhava fora do lar, quando o fazia exercia funções predominantemente femininas. No censo de 1940, por exemplo, a maioria das mulheres se enquadrava na categoria de atividades domésticas e educação, eram 27.059 contra 1.810 homens. A maioria masculina concentrava-se na agricultura: 22.252 homens contra apenas 615 mulheres nos campos¹⁴⁴.

Nesse sentido, a pequena variedade de postos de trabalho disponíveis para mulheres e a parca qualificação da maioria, tornavam o aluguel do corpo uma das possibilidades femininas de ir além da busca por conquistar um bom marido. Eram, como disse Joan Wallach Scott ao historicizar a experiência do diferente, “práticas e valores alternativos cuja existência desmente construções hegemônicas de mundos sociais [...]”¹⁴⁵. A homogeneidade

Itabuna – 1960. Coleção de monografias, n. 437 (3ª edição). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1960.

¹⁴³ Censo demográfico 1950. Op. Cit., p. 93 e 224.

¹⁴⁴ Censo demográfico 1940. Op. Cit., p. 103.

¹⁴⁵ SCOTT, Joan Wallach. “A invisibilidade da experiência”. In: *Projeto História*. Cultura e Trabalho n. 16. São Paulo: Educ, dez. 2002. p. 300.

dos sujeitos pretendida por essas “construções hegemônicas” são suportes para legitimar a superioridade de determinados segmentos a despeito de outros.

Em 1949 o Serviço especial de Saúde Pública (SESP) anunciou na imprensa itabunense a abertura de vagas de emprego para “visitadoras sanitárias”. Entre os requisitos para preenchimento das vagas não foi citado o grau de instrução exigido para as pretendentes, que seriam devidamente treinadas para exercer a função. No entanto, o perfil de mulheres desejadas para as vagas ficou claro no discurso do representante do SESP:

Precisamos de moças de alto padrão. Jovens dotadas de vocação e que acreditem e saibam transmitir aos que não crêem os princípios por que lutam. Necessitamos de moças que tenham personalidade, que se imponham e saibam inspirar confiança junto ao público; moças de boa família e conduta moral irreprochável¹⁴⁶.

O recrutamento do SESP restringia o emprego a um perfil de moças. Que apenas se apresentassem aquelas que tivessem família, que esta família tivesse nome, fosse por assim dizer “boa”. Sobretudo, a candidata precisava ser considerada decente e reta moralmente. Mesmo nos trabalhos oferecidos às mulheres dos segmentos menos favorecidos é possível encontrar exigências, como neste anúncio, a procura de uma ama: “procura-se uma ama que tenha bons costumes para se empregar numa fazenda [...]”¹⁴⁷. Ou neste outro, onde buscavam uma empregada doméstica: “precisa-se de uma de qualidade, solteira, alfabetizada, de meia idade e boa saúde [...]. Tratar a rua Paulino Vieira n. 332”¹⁴⁸.

Notadamente, as mulheres dos segmentos hegemônicos apareciam em colunas distintas das que ocupavam as prostitutas e mulheres pobres nos jornais da cidade. Para essas mulheres apontadas como honestas, os periódicos reservavam espaços onde apareciam como viajantes, aniversariantes, modelos, moças casadoiras ou recém-casadas, professorandas, filantropas e etc. No Diário de Itabuna fundado em 1957, para citar um periódico em especial, a primeira página era ocupada por manchetes políticas. A segunda página continha colunas e crônicas como a “Meu cantinho”, “O diário na sociedade”, também figuravam aí casamentos, mortes, aniversários. As demais páginas eram ocupadas por notícias variadas, dentre elas as policiais onde volta e meia eram notícia as prostitutas.

¹⁴⁶ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXIII, n. 1, 7 set. 1949, p. 7.

¹⁴⁷ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVI, n. 24, 13 fev. 1943, p. 3.

¹⁴⁸ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 218, 19 jul. 1958, p. 3.



Ilustração 14 - O Diário Feminino. Terezinha Maria Kruschewsky Martins. Foto publicada no Diário de Itabuna, 15.03.1958, p. 5, ano I, n. 118.

Por fim, este periódico foi pioneiro entre os grandes da cidade de Itabuna por trazer em suas últimas páginas o caderno “O Diário Feminino”. Este caderno destinava-se ao público feminino, trazia informações e dicas sobre saúde, beleza e moda além de atentar para os cuidados da mulher com a família.

Por isso, madame itabunense, escute, apenas sôbre o meu recado de hoje: se a senhora descansa um pouco do trabalho insano que a condição de mulher lhe impõe, levante-se, revigore-se, acorde completamente, porque a senhora não pode e não deve cochilar sequer. Cuide intensamente dos seus filhos, minuto por minuto, segundo por segundo. Veja só a corrente maravilhosa em que a senhora se constituiu- mulher, esposa, mãe, célula da nacionalidade, da alma, do corpo, da humanidade. Toda a vida que vier de sua vida é uma oração de abnegação, trabalho, dôres, sorrisos, deveres que Deus e a vida lhe pedem¹⁴⁹.

¹⁴⁹ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 25, 20 nov. 1957, p. 6.

Interessante notar que seus nomes são sempre apresentados juntamente ao dos maridos, dos pais, ou de ambos, o que não verifiquei com as trabalhadoras em geral. Discursos e espaços nas páginas dos jornais que lhes atribuíam papéis e lugares sociais¹⁵⁰.

Os periódicos emitiram discursos que reforçaram as hierarquias de gênero e ridicularizaram, em grande medida, as mulheres economicamente favorecidas com piadas misóginas. Uma série de notas e comentários publicados no jornal *O Intransigente*, sob o título de “Assim Falava Zaratustra”, de autoria de José Leite¹⁵¹, vão nesse sentido. Segundo Leite, “todas as vezes que a mulher quis ser igual ao homem na vida prática ou na vida pública, aumentou o número de adultérios. A mulher que se atira à campanha das praças públicas ou é viúva, ou governa o marido”. Em seu discurso as mulheres que se arriscavam na vida pública eram potenciais adúlteras que, ou tinham um marido ausente (morto), faltando-lhes assim, um homem para controlá-las ou eram mulheres que traziam os maridos na rédea curta.

Em outra tira da mesma edição do jornal afirmou que “quando um povo se deixa governar por uma mulher é que este povo é todo de mulheres. Com a exceção da mulher que o governa, a única que é o homem do lugar”¹⁵². O humor sarcástico de Zaratustra, personagem do filólogo e filósofo Friedrich Nietzsche, “autorizou” José Leite a proferir discursos que, talvez, tentassem organizar e/ou combater inversões nas hierarquias entre os gêneros. Esses discursos manifestaram o desejo de manutenção de uma ordem ameaçada: a superioridade e controle do masculino sobre o feminino.

As décadas de 1930 e 1940, conforme observamos, pareceram decisivas no cerco às prostitutas. Foi um período marcado pela execução de ordens de despejo e diversas ações exigidas aos sub-delegados de todos os distritos itabunenses contra as atividades dessas mulheres. A imprensa deu publicidade ímpar aos acontecimentos do comércio sexual. Não que não houvessem prostitutas nos anos anteriores a esse período em Itabuna, mas, a partir da década de 1930 essas questões passaram a obter visibilidade e destaque. Quando as prostitutas apareceram insistentemente, de alguma forma, em algum espaço dos periódicos da cidade. Muito embora, frequentemente combatidas por segmentos da imprensa, das municipalidades e supervisionadas pela polícia, as prostitutas e suas práticas colonizaram Itabuna.

¹⁵⁰ O livro da historiadora Joana Maria Pedro faz uma grande discussão sobre distinção e discriminação social de mulheres através dos periódicos de Florianópolis/Desterro. Ver: PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

¹⁵¹ Era Fiscal Federal em Ilhéus, casado e com filhos.

¹⁵² *O Intransigente*, Itabuna, ano XXII, n. 51, 09 mar. 1949, p. 1.

Com a “campanha moralizadora” do centro em 1943, nem todas as meretrizes permaneceram naquelas ruas, encontraram estratégias para se situar naquele contexto. Algumas mulheres deslocaram-se para territórios supostamente mais tranquilos e menos visíveis, deixaram o centro no tempo em que foi conveniente fazê-lo, não necessariamente no tempo dos urbanistas ou no tempo da polícia. De todo modo continuaram presentes com força no cotidiano desta urbe. No próximo capítulo veremos que a maioria das reclamações, contra as tensões geradas pelas atividades das prostitutas, deslocaram-se para os bairros itabunenses. Todavia, a imprensa não deixou de publicizar, principalmente, os amores, os desamores, os ciúmes dessas mulheres que “punham o destino no prazer” e dos homens que com elas se envolveram; sentimentos de amor e ódio que impulsionaram crimes. A expansão das prostitutas por outros territórios itabunenses e suas relações com clientes e amásios, e a Medicina em Itabuna são o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

Para lá e para cá... Quem são elas?

Mediante as disputas por territórios no centro urbano da cidade de Itabuna, as prostitutas passaram a expandir suas áreas de atuação. Ocuparam primeiro territórios muito próximos ao centro, bairros fronteiriços. Porém, encontraram também aí grande resistência por parte dos vizinhos (as). Concomitantemente buscaram estabelecer-se em bairros novos e periféricos, onde as habitações cresciam, além de acompanhar o estabelecimento da cidade do outro lado do rio Cachoeira. A nova cartografia do comércio sexual em Itabuna foi exposta através dos periódicos da cidade, principalmente em notas e matérias que divulgaram a inconciliação entre as atividades das mulheres que alugavam o corpo e o cotidiano das famílias que moravam nas imediações. Esta cartografia também foi delineada através de variados acontecimentos policiais: crimes passionais, agressões, tentativas de homicídio, dentre outros.

3.1 – Movendo territórios: pelo direito de estar.

O bairro do Alto Maron – separado das principais ruas do centro pelo canal do Lava Pés – parece ter sido um dos primeiros bairros fronteiriços ao centro a ser ocupado por prostitutas e donas (os) de cabarés. Estas (es) possivelmente encontraram dificuldades para alugar casas no centro da cidade, nas já referidas ruas: Ruy Barbosa, J. J. Seabra, Duque de Caxias, Sete de Setembro e ruas contíguas pelo crescente número de estabelecimentos comerciais e casas de importantes cidadãos. As famílias do Alto Maron recorreram aos jornais desde o início da década de cinquenta para “denunciar” o meretrício “que ali se instalou sorrateiramente”¹. Uma nota do jornal *O Intransigente* destacou a indignação dos moradores do bairro com a “desordem” e “desrespeito”², segundo a matéria provocados pela presença das prostitutas. No ano seguinte, nova publicação no *O Intransigente*, desta vez uma carta aberta à comunidade assinada pelas “Famílias do Alto Maron”, vejamos o conteúdo impresso:

[...] Nós moradores do Alto Maron pedimos a este vibrante jornal, porta-voz impoluto da defesa dos itabunenses oprimidos, uma providência enérgica junto às autoridades policiais, para que cesse o descalabro e desrespeito atentatório à

¹ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 8, 3 out. 1951, p. 1.

² Idem, Ibidem.

tranquilidade e paz das famílias, como se vem passando no Alto Maron, nesta cidade, por parte de mulheres decaídas.

Ali fora um bairro familiar, pacato, onde havia respeito e harmonia. Acontece porém que, de algum tempo para cá, alguns proprietários alugaram suas casas ao mulherio de vida livre, tornando-se em quatinhos de verdadeiro antro de obscenidades.

Essas mulheres de vida livre vem tomando conta da rua, desrespeitando acintosamente as famílias, blasonando que ali o bairro é delas. De fato não podemos mais chegar a uma janela ou porta, porque além dos palavrões imorais, em altas vozes, exibem-se com gestos e atos ofensivos ao pudor em acinte às famílias, no firme propósito de humilharem as pessoas de respeito, que estão coagidas e retraídas dentro das próprias casas. É contra isto que se pede uma providência enérgica, para que as autoridades policiais façam cessar tão incomodo estado de coisas.

Em nome das famílias do Alto Maron, fazemos este apelo, por intermédio deste jornal, para que volte a reinar ali todo respeito e tranquilidade. Aguardamos confiantes providências e agradecemos.

AS FAMÍLIAS DO ALTO MARON.

A disponibilidade de casas para aluguel no bairro do Alto Maron associada à favorável proximidade deste local às principais ruas da cidade pode ter sido incentivo a instalação de casas de mulheres naquele território. Para que aquele bairro se consolidasse na nova cartografia do comércio sexual em Itabuna, possivelmente, era imperativo que aquelas mulheres mostrassem que estavam ali localizadas. Para tanto, se apresentaram fora de seus locais de trabalho, buscando clientes pelas ruas, arrumadas para o serviço. Ocorre que os modos de agir, falar e apresentar-se dessas mulheres eram tidos como ofensivos pelas famílias da circunvizinhança. Alguns comportamentos das “mulheres decaídas”, suas sexualidades “desregradas” e do outro lado as concepções de mulher dominantes na sociedade itabunense do período entraram novamente em choque.

Peter Gay, ao tratar da sexualidade burguesa na era conhecida como vitoriana reiterou o pensamento de sociólogos que afirmam que “a sociedade fabrica seus desviantes definindo a normalidade e, assim, atribuindo a anormalidade às minorias que realizam o que os indivíduos mais inibidos se limitam a sublimar, sonhar ou reprimir totalmente”³. As sexualidades das prostitutas estavam fora do que os discursos oficiais definiam como “normal” para as mulheres da época. Porém, elas eram uma “minorias” barulhenta que queria consolidar seu espaço⁴ de atuação. Os que não partilhavam do comércio do sexo, para não assistir as performances tão necessárias ao mister daquela minoria de mulheres que alugavam o corpo, deixaram de frequentar suas janelas e portas.

³ GAY, Peter. Op. Cit., p. 180

⁴ O conceito de espaço ao qual adiro foi dado por Durval Muniz no artigo “Às margens d’O mediterrâneo Michel Foucault, historiador dos espaços”, quando afirma que: “Os espaços são acontecimentos, tanto como conceito, quanto como práticas e relações” (2008, p. 106).

O discurso da carta colocou as famílias do Alto Maron como vítimas de humilhação e coação por parte das prostitutas. Os periódicos eram, nesse sentido, veículos para tornar público o desagrado de determinados segmentos e os conflitos desencadeados pela dita perda do “respeito” e da “tranquilidade”. Mediante a informação da sociedade que os lia – e devemos pensar que aí estavam incluídos principalmente profissionais liberais, funcionários públicos e agentes da ordem – pressionar, sobretudo estes últimos a intervirem contra as prostitutas. Quem sabe, a favor dessas mulheres estivessem os proprietários das casas alugadas, que aferiam os lucros das locações, os clientes mais corajosos e alguns policiais “amistosos”. Nesta carta aberta, o termo genérico “As Famílias do Alto Maron” impede que saibamos ao certo quem eram os incomodados. Indefinição que não se repetirá em manifestações semelhantes a esta, como veremos mais a frente.

Em 1953, aquele novo território ocupado pelas meretrizes foi manchete policial. Na rua Querubim Oliveira n. 17, avenida do canal Lava Pés e início do bairro Alto Maron, Maria Madalena de Santana foi morta a facadas por seu antigo companheiro. O jornal *O Intransigente*, fez questão de não apenas noticiar a morte de Maria Madalena, mas também descreveu brevemente a história que culminou no fatídico dia. Conforme o periódico, ela morava em Ibicarai (distrito de Itabuna) com o companheiro Orlando Teles dos Reis e sofria maus tratos provocados por ele. Deixou-o em Ibicarai e rumou para Itabuna com seus cinco filhos em busca de melhores condições de vida, encontrou emprego no “Bar de Bitá”. Talvez, a quantia que ali percebeu não foi suficiente para alimentar tantas bocas e ela tornou-se uma das “funcionárias” da casa de mulheres de Laura Ferreira de Oliveira no referido bairro Alto Maron.

De acordo com o discurso jornalístico, apenas dois dias após o ingresso de Maria Madalena naquela casa de mulheres, Orlando, o ex-marido, foi a sua procura com promessas de ser um homem melhor para a família. Madalena não só confiou na promessa como pediu que ele a esperasse trocar de roupa. Orlando pediu um abraço, no que foi atendido por ela. Foi enlaçada nele que Madalena recebeu oito golpes de faca e morreu na hora. O jornal deu detalhes periciais da localização das perfurações, dos órgãos atingidos e expostos ao chão. Completou afirmando que o assassino fugiu e não foi pego. O redator da matéria, no entanto, não eximiu Orlando de sua culpa com o subterfúgio de um suposto ciúme em relação ao usufruto do corpo daquela mulher por outros homens. Ao contrário, o redator estava convicto de que o crime decorreu da “irresponsabilidade de mau chefe de família e de perverso

indivíduo, frio, premeditado, bárbaro”. Não se preocupou em criticar a nova atividade de Maria Madelena, qualificou-a como mulher honesta, que apenas queria “ganhar a vida”⁵.

Algumas passagens do cotidiano das novas moradoras do bairro Alto Maron, como os crimes em que estiveram envolvidas, ficaram registradas. Nas trilhas de um processo-crime saberemos um pouco da mundana Valdelina⁶. Os processos-crime são fontes para a história, diria especialmente para a “história das mulheres”. Através deles é possível transversalizar categorias como: gênero, condição econômica, raça/etnia, geração, migração e nupcialidade. Além de apresentarem discursos sobre o cotidiano, solidariedades e rivalidades. O estudo dos crimes sexuais e agressões viabiliza também a identificação dos parâmetros utilizados nesta sociedade para designar os padrões hegemônicos⁷ de comportamento para mulheres e homens.

As páginas do processo-crime onde apareceu Valdelina foram produzidas por diferentes versões de depoentes, por advogados, delegados e pelos escrivães. Segundo esse documento construído por várias “mãos”, era noite em Itabuna no bairro do Alto Maron, próximo das sete e meia do dia 30 de maio de 1949, quando a meretriz Valdelina Maria de Jesus (vulgo Bezinha) foi coagida, mediante arma de fogo, a ter conjunção carnal com Agenor José Pereira (vulgo Paraíba). Conforme depoimento dos autos, Valdelina sequer conhecia Agenor quando este chegou à porta da casa onde ela morava, procurando por sua colega chamada Nilda. Como aquela não se encontrava em casa respondeu ao homem que Nilda não estava⁸. Para Agenor José Pereira, soldado da polícia do Estado da Bahia, a negativa de Bezinha pareceu não ser o bastante. Contando com a sua condição de homem e soldado, motivado sabe-se lá pelo quê, Agenor arrastou a suposta vítima pelo braço até o quarto dela.

Valdelina disse ter cogitado gritar e pedir socorro, mas temeu ser morta. Conforme narrou em seu depoimento, que chegou até nós traduzido pelo escrivão da polícia, Agenor “estava parecendo um bicho”. De acordo com os discursos do processo-crime, após o coito forçado, estando Valdelina ainda nua, o soldado lhe bateu e sacou o revólver na tentativa de atingi-la. Frente ao perigo de perder a vida, Valdelina viu-se obrigada a correr, nua, encontrando abrigo na casa de uma vizinha. Foi na casa da vizinha Eulina que Bezinha

⁵ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXVIII, n. 26, 28 fev. 1953, p. 4.

⁶ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Agenor José Pereira*. 30 de maio de 1949.

⁷ Peter Burke ao citar conceitos de Antonio Gramsci definiu que a “hegemonia cultural” se configura quando “[...] as classes dominantes exercem poder não apenas diretamente, pela força e pela ameaça da força, mas porque suas idéias passam a ser aceitas pelas ‘classes subalternas’” (2005, p. 38)

⁸ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Agenor José Pereira*. Termo de declarações de Valdelina Maria de Jesus. 31 de maio de 1949. p. 5-6.

decidiu ir à polícia, usando um vestido emprestado por aquela. Comunicou a notícia crime e foi acompanhada pelo guarda Aníbal até o local do suposto crime. O guarda, segundo seu depoimento, presenciou o estado em que ficou o quarto de Valdelina. O acusado pelas violências, porém, já havia fugido⁹.

No “Termo de Declarações” para o depoimento foi feita a “qualificação” da presumida vítima, Valdelina Maria de Jesus. Neste documento, o Delegado Regional Wally de Oliveira Lima obteve as informações que seguem. Contava vinte e dois anos, era de cor parda, deixara para trás pai e mãe, era solteira, não possuía instrução escolar, era de condição econômica pobre, professou ser católica e o médico atestou que seu estado de sanidade era “aparentemente bom”. Por fim Bezinha declarou-se doméstica, como também o fez uma testemunha arrolada a seu favor, a mulher que o suposto agressor procurava, Nilda Ferreira Guimarães, que ao ser questionada sobre o procedimento da colega de casa respondeu: “Bezinha é uma mulher direitinha”¹⁰.

Nos autos da investigação do caso, Bezinha foi sucessivamente chamada de “mundana”, “mulher de vida livre” e “mulher de vida fácil”. Talvez a insistência em qualificar Bezinha de acordo com sua atividade sexual visasse ressaltar que ela não poderia ser considerada como as demais mulheres. No atestado de pobreza encaminhado ao Juiz e provavelmente lido para ela, que era analfabeta, apareceu a mesma designação de profissão: mundana¹¹. No entanto, quando depôs, ela achou por bem não falar de suas atividades, parecer uma “mulher direitinha”. A mesma profissão de doméstica foi declarada por Nilda, sua testemunha e companheira de moradia. Não se sabe as razões que as levaram a se declararem domésticas, mas talvez, acreditassem deste modo inspirar mais confiança em suas versões ou apenas não quisessem se declarar prostitutas.

Todavia, suas atividades eram notadamente de conhecimento público, e o que me interessa aqui é que mesmo vivendo do sexo, Bezinha não se calou ao ter seu corpo violentado. Procurou a polícia para queixar-se dos abusos sexuais sofridos pelas mãos de um soldado de polícia! O processo-crime desencadeado pelo estupro sofrido por Bezinha arrastou-se durante anos na Comarca de Itabuna. Logo depois de oferecida a notícia crime foi aberto o inquérito e subsequentemente o processo-crime, ambos no mesmo ano do fato

⁹ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Agenor José Pereira*. Termo de declarações de Valdelina Maria de Jesus. 31 de maio de 1949. p. 5-6.

¹⁰ Idem. Assentada, 2ª testemunha, Nilda Ferreira Guimarães. p. 8.

¹¹ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. Op. Cit., Atestado de Pobreza (sic) de Valdelina Maria de Jesus. p. 10b.

ocorrido, 1949. O réu não compareceu em juízo a nenhuma das intimações, tendo o advogado dativo formulado a defesa deste nos seguintes termos¹²:

[...] A prova dos autos não é daquelas que nos levem ao pedido de condenação do réu, pelo contrário, podemos nas entrelinhas do presente processo, vislumbrar uma simulação da mundana, aquela que leva a ‘vida livre’ e cheia de artil [...]. Por falta de provas robustas e concludentes, em crime de tal natureza, a defesa acha por bem pedir a absolvição do denunciado, como um princípio de justiça.

A defesa, como se leu, sustentou sua argumentação na falta de provas conclusivas, mas, principalmente, atacando a autoridade moral da ofendida. O advogado de defesa alegou que por ser a suposta vítima de estupro uma “mundana”, que este fato por si só levava-o a “vislumbrar uma simulação”. Conforme Martha de Abreu que analisou crimes de amor no Rio de Janeiro da Belle Époque “as ofendidas se tornavam, mais que os acusados, o centro de análise dos julgamentos. Os juristas avaliavam se mereciam, ou não sofrer o crime; se os comportamentos e os atos facilitavam e justificavam a ocorrência de uma agressão”¹³.

Destaque-se que no caso Valdelina, não se procedeu ao exame de corpo de delito, tendo o soldado Aníbal, aquele que primeiro ouviu a reclamante, confiado tão somente em suas declarações. Interessante ressaltar que nos processos-crime de acusação de estupro ou defloração, o exame de corpo de delito constituía a principal prova do crime cometido e foi, em geral, indispensável. Segundo Sabina Loriga o pesquisador deve atentar para a burlas da norma, como também “na ineficácia normativa, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, ‘façam’ eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder”¹⁴. O procedimento que parecia ser praxe em crimes sexuais não foi seguido no caso Valdelina. Por alguma circunstância ela não foi encaminhada para perícia, ou suas relações com a polícia eram de camaradagem ao ponto de seu discurso ser considerado o bastante. O soldado Aníbal afirmou no depoimento que ao chegar ao quarto onde, havia transcorrido o abuso sexual notou sinais de que ali acontecera uma violenta luta. Segundo ele enquanto inspecionou o quarto, Bezinha chorava e queixava-se de um ponta-pé que tinha levado, como também da agressão sexual sofrida¹⁵.

¹² Arquivo Permanente do Poder Judiciário. Op. Cit., Alegações finais pelo denunciado Agenor José pereira, vulgo Paraíba. p. 18.

¹³ ESTEVES, Martha de Abreu. Op. Cit., p. 41.

¹⁴ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. (org.) *Jogos de escalas, a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 249.

¹⁵ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. Op. Cit., Assentada, 3ª testemunha Soldado Aníbal de Almeida Franco. p. 9.

Através dos autos do processo-crime podemos saber que as duas mulheres que testemunharam a favor de Bezinha, Rita Assis Dias e Nilda Ferreira Guimarães, eram também prostituição. Contudo, Rita e Nilda possuíam instrução primária, sabendo ler e escrever, ao contrário da suposta vítima. Viviam as três mulheres no Alto Maron, bairro próximo do centro de Itabuna, e tanto Bezinha quanto Nilda moravam na mesma casa, onde ainda habitavam outras mulheres. Segundo o depoimento do soldado Aníbal “as outras mulheres da casa estavam todas corridas, com medo do soldado Paraíba [Agenor]”. Estas circunstâncias apontadas nos relatos, reunidas, podem ser um indicativo de que naquela residência funcionava um bordel¹⁶.

Uma outra perspectiva levantada pelo depoimento de Rita Assis Dias, companheira de moradia de Valdelina (Bezinha) é a possibilidade de que as prostitutas concilhassem a maternidade ao exercício de suas atividades sexuais. Conforme relato da própria Rita, vertido e “filtrado” pelo escrivão, ela “procurou refugiar-se dentro da casa, no seu quarto, pois, estava com o seu filhinho e não queria que o soldado se voltasse contra ela”¹⁷. Rita alegou que furtou-se de tentar defender a companheira Bezinha, pois, seu filho estava presente.

Decorridos cinco anos da abertura do processo, a suposta vítima e as testemunhas foram novamente ouvidas pelo juiz. Esse tempo foi suficiente para que se modificassem e reelaborassem as memórias dos depoentes a cerca do ocorrido. Na segunda oportunidade de depoimento, já no ano de 1954, o soldado Aníbal que acompanhou a denúncia de Bezinha, acrescentou novos dados ao juiz. Afirmou que o réu Agenor era um homem de bem antes de entrar para a polícia, mas, que depois disso “passou a proceder mal, tornando-se arruaceiro”¹⁸. Que o denunciado se encontrava em Itabuna, no bairro da Mangabinha e disse-lhe que esperava retornar ao seu posto na polícia. Nilda, outra testemunha do processo, no segundo depoimento modificou substancialmente suas declarações¹⁹.

Nilda afirmou ser apenas “vizinha” da vítima, não mais colega de casa, e não ter notado “sinais de pancadas nem manchas de sangue” no corpo da reclamante. Também a depoente Rita, na segunda oportunidade de depor, acrescentou: “a vítima não estava ferida”. Não sabemos através dos autos as perguntas que foram feitas no segundo depoimento as três testemunhas, pois, não foram transcritas. Tampouco as motivações que levaram à mudança

¹⁶ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. Op. Cit., Assentada, 3ª testemunha Soldado Aníbal de Almeida Franco. p. 9.

¹⁷ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. Op. Cit., Assentada, 1ª testemunha, Rita Assis Dias. p. 7.

¹⁸ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. Op. Cit., Assentada, 1ª testemunha, segundo depoimento, Soldado Aníbal de Almeida Franco. p. 15.

¹⁹ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. Op. Cit., Assentada, 2ª testemunha, segundo depoimento, Nilda Ferreira Guimarães. p. 16.

das afirmações no transcurso dos cinco anos que separaram os depoimentos. Entretanto, pode-se aventar que neste meio tempo Bezinha não trabalhava mais na mesma casa de mulheres que suas antigas colegas e que por essa ou outras razões elas já não eram tão próximas.

O réu Agenor José Pereira não se apresentou em nenhuma das convocações e por fim foi condenado a três anos de reclusão, pena mínima prevista pelo artigo 213 do código penal da época para o crime de estupro. Na sentença do juiz, foi possível analisar o aspecto – que assim como o soldado Aníbal – o levou a acreditar na asseveração de culpa de Agenor proclamada pela vítima e pelas testemunhas²⁰:

Ponderadas as provas reunidas, conclui-se pela existência de positivos elementos de convicção quanto à responsabilidade do denunciado, não obstante as omissões resultantes do tempo decorrido e as contradições, que também podem ser levadas à conta da velhice do processo. [...] Por certo Valdelina não teria fugido despida e procurado a polícia se o denunciado simplesmente a houvesse possuído usando de grosseria. Em sua vida desgraçada, já estaria acostumada à brutalidade de muitos. Para chegar a tal extremo sem dúvida [...] algo de grave precisava ocorrer, aterrorizando-a [...].

No discurso do juiz, uma mundana, como era Valdelina, devia estar habituada ao tratamento desumano e violento, sendo este parte de seu cotidiano “desgraçado” de vida. Para ter o ímpeto de buscar a polícia para se posicionar contra um policial, essa mulher, na visão do juiz tão experimentada nos tratamentos indignos, certamente havia sofrido uma brutalidade maior que as costumeiras.

Escapa-me dizer se o impulso de Valdelina em reclamar sua condição de violentada, e cobrar justiça à polícia deveu-se exclusivamente ao abuso sexual em si, como acreditou o juiz. Ou se as relações entre polícias e prostitutas eram mais estreitas do que se podia supor, tornando o ato de ir à delegacia não uma atitude extrema, mas o recurso a um personagem corriqueiro em sua rede de sociabilidade. A despeito dessas especulações, os guardas noturnos eram responsáveis pela fiscalização das atividades e comportamentos das prostitutas.

Percorrendo ainda as trilhas do processo-crime de Valdelina sabe-se que em 1955, preso na cadeia pública do Estado, Agenor apelou para o Tribunal de Justiça do Estado contra a sua condenação. Na oportunidade, seu advogado alegou dois fatores para sua absolvição. O primeiro foi o de que Agenor não teria sido notificado pelo Batalhão de Polícia de Ilhéus (cidade vizinha a Itabuna), onde era lotado, a cerca da intimação. O segundo argumento foi que em se tratando de suspeita de estupro deveria ter sido produzido o exame de corpo de

²⁰ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. Op. Cit., Vistos do Juiz Claudionor Ramos. p. 19-22.

delito na suposta vítima, o que não ocorreu²¹. O advogado de Agenor, no entanto, foi refutado em sua primeira argumentação pelo documento emitido pelo batalhão de Polícia de Ilhéus que comunicou à justiça de Itabuna que Agenor era “passado ausente, cujo o destino é ignorado por este comando”. E contra o segundo argumento prevaleceram as impressões do juiz que cuidou do caso. O réu teve o pedido de apelação da sentença negado em 1957.

O problema da visibilidade das prostitutas e seus trânsitos no centro da cidade de Itabuna provocaram, como vimos nos capítulos anteriores, diversos discursos a favor da saída do meretrício desse território. Para os moradores daquelas importantes artérias o “magno problema” de Itabuna, o comércio sexual, estaria sanado se as relações sexuais “inconvenientes” fossem escondidas fora do centro urbano. No entanto, ficará claro que apenas o impasse desses moradores estaria resolvido. Como veremos logo mais as prostitutas se deslocaram em grande medida para outros espaços fora do centro, contudo, as novas áreas ocupadas evidenciavam as mesmas dificuldades de convivência entre prostitutas e famílias circunvizinhas.

Passearemos agora por diversificados fragmentos de vidas de meretrizes que buscavam estabelecer seus territórios de atuação. Estes fragmentos nos apresentarão discursos sobre *flashes* de suas existências, capturados em meio a momentos de tensões. A documentação utilizada ao longo desta dissertação foi marcada por discursos que apenas expunham as meretrizes em circunstâncias de crise. Possivelmente o dia a dia dessas mulheres não foi tão tumultuado como parece ser o caso, mas os instantes que ficaram registrados são praticamente unívocos nesse sentido.

A ocupação da cidade de Itabuna por estas mulheres se expandiu alcançando bairros um pouco mais afastados do centro. Um desses bairros foi o Conceição localizado do outro lado do Rio Cachoeira, que cortava/corta Itabuna. O bairro Conceição era habitado por segmentos menos favorecidos da cidade. Esse bairro de trabalhadores, ligado a cidade por uma ponte, foi igualmente nova sede para casas de mulheres. Em 1949, os moradores da rua Santa Catarina pediram a atenção dos agentes da ordem para:

[...] a maneira com que vêm se portando as meretrizes residentes numa avenida localizada naquela rua, onde raro é o dia em que não se registram cenas de pancadaria, algazarra, e etc... e além do mais o desrespeito que as mencionadas mundanas vêm impondo àquele setor, com palavras indecorosas e outras indecências²².

²¹ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. Op. Cit., Apelação de Agenor José Pereira pela Egrégia Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Bahia. p. 23.

²² *O Intransigente*, Itabuna, ano XXII, n. 51, 9 mar. 1949, p. 4.

Possivelmente as meretrizes da referida avenida na rua Santa Catarina formassem um grupo de prostitutas semelhante às das casas de mulheres do centro da cidade, pois, exerciam seu comércio e moravam no mesmo local. Mas, os periódicos divulgavam outras formas de atuação provavelmente desenvolvidas por outras mercadoras do prazer do bairro Conceição. Este outro grupo desenvolveu a estratégia de interceptar os clientes “na fonte”, ou melhor, na ponte! Local de trânsito obrigatório no retorno dos homens que trabalhavam durante o dia no centro, a ponte do Goés Calmon passou a ser ponto de desfile daquelas mulheres²³. Todavia, a ponte não era frequentada apenas por homens, tampouco estritamente por homens interessados no prazer pago. O cenário da confusão esteve armado, meretrizes em busca de clientes e transeuntes horrorizados com aquela nova demanda. Novamente a disputa por mais um território, que para os reclamantes não deveria ser visitado por meretrizes.

Já em 1939 a ponte do Goés Calmon havia aparecido na justiça itabunense através de um processo-crime. Este documento judicial tratou da agressão promovida por Graciliano Marques dos Santos vulgo “Curinga”, engraxate, contra José Alves dos Santos, jornalista, ferido por aquele por um canivete. O móvel da agressão foi um desentendimento ocorrido no cabaré de José Candido no bairro Conceição. Após a saída de vários homens, nas imediações da ponte do Goés Calmon, José Alves ia acompanhado de duas mundanas uma chamada Maria e a outra não identificada, por motivos de ciúme de Maria, “Curinga” atingiu José Alves com o canivete. Foi preso em flagrante delito por policiais que faziam ronda no local e considerado culpado pela justiça²⁴.

Anos depois, em 1951, os moradores do bairro Conceição expressaram-se revoltados, agora em virtude de um “cabaré pertencente a Anita de Tal”. Segundo a nota do jornal, aquela casa de mulheres não tinha policiamento, o que diziam propiciava o abuso dos seus frequentadores. Antes de recorrerem ao jornal, as famílias queixosas foram ter com Anita, a proprietária, que de acordo declararam ao periódico disse-lhes: “os incomodados que se mudassem”²⁵. Alguns meses depois os moradores tornaram a reclamar ao jornal *O Intransigente*, clamando que a polícia tomasse alguma providência contra um “cabaré que desde cedo põe intransitável por famílias as suas adjacências”²⁶.

²³ *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 41, 25 mar. 1950, p. 4.

²⁴ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Graciliano Marques dos Santos*. 19 de jun. de 1939.

²⁵ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXIV, n. 61, 20 abril 1951, s/p.

²⁶ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXIV, n. 94, 15 ago. 1951, p. 4.

Em 1954, o país sofria o abalo da morte do Presidente da República Getúlio Vargas, tanto a imprensa contra como a imprensa pró-vargas concordavam que “todo o país vive sob uma pressão emocional das mais trágicas”²⁷. Em meio ao turbilhão dos acontecimentos de 1954 a igreja católica levantou-se contra a instituição legal do divórcio no Brasil, defendida na câmara pelo deputado baiano Nelson Carneiro²⁸. Para o Cardeal Primaz da Bahia todos quantos apoiavam o projeto de lei do já apelidado pela imprensa “Nelson Divórcio Carneiro”, sofriam uma “triste cegueira voluntária, ou requintada malícia ingênita os dois únicos pontos de apoio a tão malsinado empenho”²⁹.

Enquanto isso, em Ilhéus, cidade vizinha, o comércio sexual e suas adeptas debatiam-se para permanecer em seus costumeiros territórios no centro urbano. O final da década de cinquenta também foi nevrálgico para as prostitutas daquela cidade, o cerco policial parecia ter maior rigidez e publicidade. O jornal *Diário de Itabuna* publicou, via o correspondente Manoel Victal, as disputas por espaços entre “famílias” e prostitutas. Talvez, as reportagens sobre o comércio sexual de Ilhéus aparecessem como um contraponto a Itabuna, pois, o poder público não conseguira avançar sobre os lugares de moradia daquelas mulheres. Assim é que se teve notícia em Itabuna dos empreendimentos do Major Arquimedes de Farias transferido dali para Ilhéus. O novo delegado de Ilhéus não mudou apenas de jurisdição, mas galgara promoção na carreira, deixara de ser Capitão de polícia para ser Major³⁰.

Deveria corresponder as expectativas dos abastados cidadãos ilheenses que preocupavam-se com a localização dos prostíbulos dentre as famílias enriquecidas pelo comércio, pelo cacau e pela política. Os moradores do centro, conforme o discurso do correspondente do jornal, bradavam contra “a invasão há tempos, do trecho da rua Rui Penalva, pelas mulheres de vida fácil”. A questão não se restringia a presença e moradia das mulheres de vida fácil naquela rua central, os vizinhos acusavam que a instalação delas naquele local trouxe consigo “malandros desclassificados”. Estes malandros juntamente com suas parceiras de noite, segundo os periódicos, faziam farras e festas que tornavam o sono das famílias das imediações impossível. Outras queixas direcionavam-se aos “palavrões que ecoam constantemente, arruaças, os enganos que sempre se repetem, de se bater erradamente,

²⁷ *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano VI, n. 288, 27 ago. 1954, p. 1.

²⁸ O deputado baiano Nelson Carneiro apresentou ao congresso o projeto n. 786 que em termos gerais assegurava a possibilidade de anulação do casamento após cinco anos de desquite sem reconciliação. O deputado já havia sido consagrado por histórica vitória na câmara com a transformação de seu projeto na Lei n. 883 de 21 de outubro de 1949. A lei dispunha sobre a equiparação entre os direitos dos filhos legítimos e ilegítimos e o reconhecimento legal destes últimos. Nelson Carneiro foi duas vezes deputado federal, pela Bahia e pelo Rio de Janeiro e posteriormente senador por três mandatos consecutivos.

²⁹ *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano VI, n. 298, 01 out. 1954, p. 4.

³⁰ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 50, 19 dez. 1957, p. 6.

às portas das famílias, enfim, uma série de fatos os mais escabrosos, que incomodam a mais paciente das criaturas”. As famílias, de acordo com o discurso jornalístico, já haviam sido informadas das ordens do Major Arquimedes para que as “as mulheres de vida airosa” deixassem aquela rua e confiavam que o trabalho dele reestabeleceria a tranquilidade da rua Rui Penalva³¹.

De acordo com a imprensa itabunense o Major Arquimedes também promoveu a “evacuação do meretrício da Rua Carneiro da Rocha e adjacências”. Onde a mescla entre casa de mulheres e residências outras era tão intensa quanto na rua Rui Penalva, os frequentadores do comércio sexual batiam e adentravam em casas erradas. Segundo o discurso do jornal a situação chegou as raias do absurdo de algumas casas terem à frente a indicação em letreiros onde se podia ler “FAMILIAR”³². As casas de mulheres ilheenses não eram adeptas da famosa indicação com a luz vermelha na fachada? Parece que excepcionalmente em alguns trechos do centro em Ilhéus eram as famílias que não estavam envolvidas com o comércio sexual que deveriam deixar claro este fato.

Em março de 1958 novas repercussões do meretrício de Ilhéus chegaram à imprensa de Itabuna. Um bar localizado em uma das principais ruas do centro, próximo inclusive da sede da Associação Comercial de Ilhéus, provocou denúncias. Segundo o discurso do periódico itabunense a situação representava uma verdadeira “calamidade”. A partir da meia noite os fregueses do bar se agitavam a espera da saída das meretrizes de um “night clube” próximo. O bar era um ponto de encontro além dos bordéis, talvez, onde aquelas mulheres pudessem divertir-se com um pouco mais de liberdade, de escolha ou de negociação. O discurso acusou que quando da chegada das meretrizes no bar o decoro público era afrontado e a “baderna termina geralmente entre 3 e 4 horas da manhã”. O grande problema era o fato de ao lado do bar haver uma residência familiar “parede com parede”³³.

³¹ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 50, 19 dez. 1957, p. 6.

³² *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 86, 4 fev. 1958, p. 6.

³³ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 114, 11 mar. 1958, p. 4.

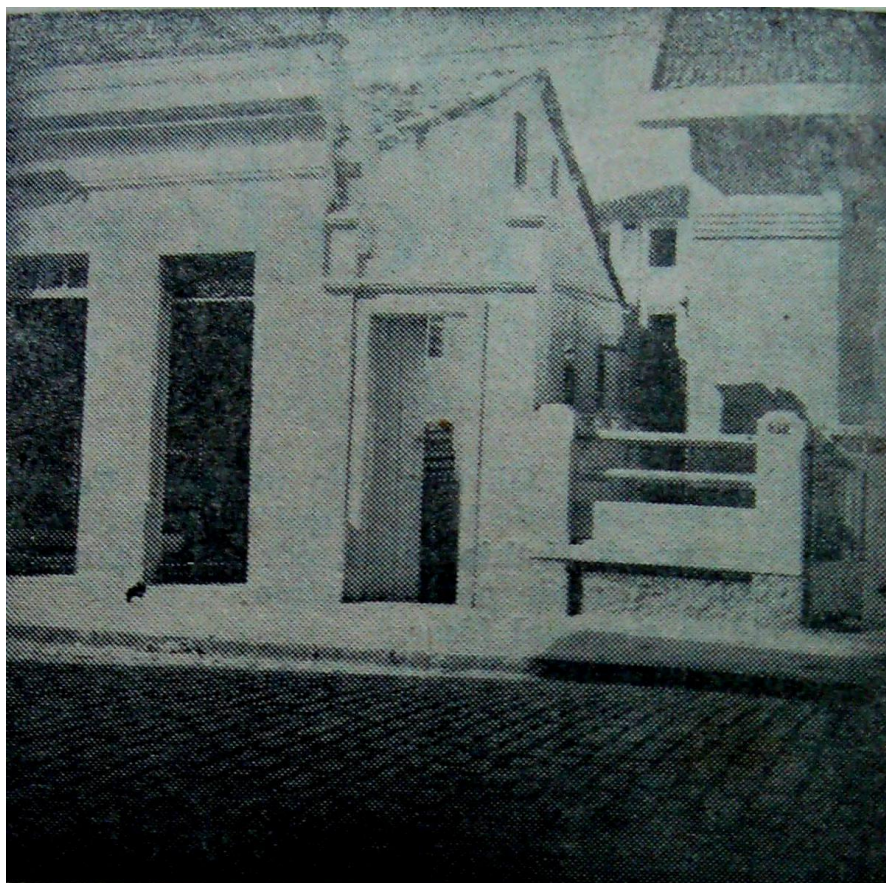


Ilustração 15 – À esquerda o Bar que não teve o nome divulgado pelo periódico e a direita a casa de residência familiar. Foto publicada pelo jornal *Diário de Itabuna* de 11.03.1958, ano I, n. 114, p. 4.

O proprietário do Bar não tomou partido da família que residia vizinha a seu estabelecimento e os motivos são plausíveis, ele visou seu próprio lucro. Para que as conversas e demais atividades do bar não fossem ouvidas por aquela família suas medidas foram aumentar o volume de sua radiola, e colocar uma proteção “junto ao muro divisório da residência”. Nada disso funcionou, no entanto, a família vizinha desistira de qualquer ação contra o bar e seus clientes. Apelava através do jornal para que a delegacia de polícia de Ilhéus enviasse um ou dois soldados para tentar “evitar a bagunça” já que o Bar funcionava madrugada a dentro e os clientes a certo ponto ficavam embriagados³⁴.

Em fins de 1959, o delegado em Ilhéus já havia sido substituído e por força de “mostrar ao que veio” asseverou o cerco contra a permanência das prostitutas em ruas residenciais. O jornal *Diário de Itabuna* não perdeu a oportunidade de sondar o posicionamento da nova autoridade policial no município vizinho. O correspondente Rubens Correia marcou uma entrevista exclusiva com o Capitão Antonio Lins, publicada, é claro, pelo periódico. O acontecimento discursivo especial dessa matéria é o posicionamento

³⁴ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 114, 11 mar. 1958, p. 4.

explícito do repórter Rubens Correia quanto a questão. Ele tomou partido das mundanas e iniciou o texto da matéria da seguinte forma: “É miserável e desesperadora a situação das mundanas de Ilhéus. Além das circunstâncias trágicas que cercam sua vida, estão agora ameaçadas de despejo”. Em todo o discurso o repórter rebateu as opiniões do capitão de polícia, muito embora, afirmasse compreender que era papel daquele repreender aquelas mulheres³⁵.



Ilustração 16 – O repórter Rubens Correia à esquerda e o Capitão Antonio Lins à direita. Foto publicada pelo jornal Diário de Itabuna de 16.09.1959, ano II, n. 532, p. 2.

O Capitão Antonio Lins baixou ordem municipal para que todas as prostitutas se retirassem de ruas residenciais, e sua ordem não era restrita apenas ao centro da cidade. O repórter questionou a ordem do policiador ao dizer que “esse é um problema dos mais difíceis, porque até mesmo nos mais longínquos subúrbios ilheenses, residem famílias. Para

³⁵ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 532, 16 set. 1959, p. 2.

onde irão as mundanas? Esta é a pergunta para a qual o capitão Antonio Lins não procurou resposta”³⁶. Na opinião do repórter o delegado foi movido apenas pelo ímpeto de impor sua autoridade. Por essa razão achou por bem iniciar, através da imprensa, uma “campanha para que o problema do meretrício seja estudado em toda a sua extensão e solucionado com medidas eficientes, mas humanas, e não com decisões drásticas que não podem ser realizadas”³⁷.

Rubens Correia confrontou as ordenações do Capitão Lins como drásticas e irrealizáveis. Para o repórter pareceu impossível impedir que as mundanas morassem em quaisquer lugares onde residissem famílias. Ora se toda a cidade de Ilhéus era habitada por famílias, para onde elas iriam? Após expor suas considerações a cerca das medidas do delegado, e iniciar a sua “campanha” em favor de um estudo vasto a cerca do “problema do meretrício”, o repórter transcreveu a contrapartida do delegado:

O capitão Lins, entretanto, não concorda com esse ponto de vista e na palestra que teve com esse repórter declarou textualmente: “Já dei ordem para que as mulheres se retirem e elas terão de deixar as ruas onde residem famílias. O prazo é de 30 dias. Eu estou cumprindo o meu dever de delegado. As famílias estão exigindo a saída das mundanas e minha ordem será cumprida: sinto muito mais a sua defesa não vai adiantar nada”³⁸.

O delegado parece ter sido claro, estava pressionado por famílias que não admitiam a convivência com as vizinhas meretrizes, tomou sua decisão, baixou a ordem e estipulou prazos. No fim, não deixou de reiterar que a campanha/defesa do repórter não seria eficaz. De todo modo Rubens Correia prosseguiu seu discurso de “defesa”, alegou que sabia as consequências do não cumprimento das determinações do delegado pelas meretrizes. Seriam elas despejadas de uma maneira que lhe soava pouco humana. Tentou ainda naquele discurso uma última jogada retórica, sobre a possível ocorrência escreveu “não acredito que isso venha a acontecer, porque o nosso delegado é homem de elevado sentimento, não é violento nem arbitrário, sabe respeitar os fracos e é humano também”³⁹. Aquelas mulheres, para ele, mereciam o mínimo de valimento como pessoas humanas.

Para o repórter tanto elas mereciam e tanto estava ele empenhado em asseverar isso que arrematou a matéria declarando que se “tivesse a felicidade de possuir muitos milhões de cruzeiros iria construir três grandes edifícios”, em locais de mata e pouco explorados em

³⁶ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 532, 16 set. 1959, p. 2.

³⁷ *Idem*, *Ibidem*.

³⁸ *Idem*, *Ibidem*.

³⁹ *Idem*, *Ibidem*.

Ilhéus. Os três grandes edifícios se destinariam a “abrigar estas infelizes mulheres”⁴⁰. Discursivamente o repórter sensibilizara-se com a possibilidade de ficarem as “infelizes” sem moradia, idealizou que se ele próprio pudesse resolver o problema de alocação o faria, dando a elas moradas dignas, porém afastadas. Em nenhum discurso jornalístico pude encontrar qualquer defesa em favor das meretrizes de Itabuna, mesmo em relação a Ilhéus essa matéria foi ímpar. O que moveu o repórter a se posicionar e defender publicamente uma causa que não era a sua não saberei, não pude encontrar nenhuma outra informação sobre quem era Rubens Correia. Sobretudo porque na questão da localização das meretrizes uma boa parte de seu público leitor, composto de camadas médias e abastadas da região cacauzeira, concordava com o delegado Capitão Antonio Lins.

A reportagem de Rubens Correia foi uma exceção ao tratamento corriqueiro dispensado pela imprensa às prostitutas. Em grande medida as manchetes onde apareceram estas mulheres e os casos que tomaram publicidade a cerca de seu cotidiano referiram-se a crimes. As páginas mais ordinárias eram as policiais, suas brigas, seus amores, seus sentimentos eram prato cheio para a imprensa, devidamente autorizada para criticar suas sexualidades e apontar as consequências, as vezes funestas, de seus modos de ganhar a vida. Conforme vimos uma parcela desses acontecimentos estampou não apenas páginas de jornais, mas preencheu autos de processos-crime onde as prostitutas foram supostas réis ou vítimas.

3.2 – “Entre tapas e beijos” era uma vez um crime.

A associação entre o comércio sexual e os crimes na cidade de Itabuna já havia sido feita pelo Juiz de direito José Desouza Dantas, conforme vimos na introdução e no capítulo anterior. Desouza Dantas mencionou ao menos em três relatórios de movimento forense de Itabuna – o dos anos de 1941, 1942 e 1943 – o que para ele era fato que não merecia dúvidas: os altos índices de criminalidade na cidade decorriam do grande número de mulheres de vida livre e seus respectivos cabarés. Esse tipo de discurso reducionista foi fundamental para criminalizar práticas que, muito embora não fossem enquadradas como delitos pela Justiça, eram entendidas como crime por uma parcela significativa daquela sociedade. Se na visão de alguns aquelas mulheres provocavam crimes, e elas mesmas os cometiam, eram criminosas por excelência. A imprensa local não deixou de reforçar essa associação publicando muitos

⁴⁰ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 532, 16 set. 1959, p. 2.

crimes onde estiveram envolvidas como acusadas, vítimas ou incitadoras as mulheres de vida livre.

Quando no papel de vítimas essas mulheres eram invariavelmente apresentadas pelos discursos jornalísticos como um grupo vulnerável a todo o tipo de agressões. As mulheres em geral daquela época o eram, de acordo com as prerrogativas de controle e exclusividade do gênero masculino sustentadas por um arsenal de práticas e discursos. O diferencial foi o fato de que nem todas as agressões eram denunciadas a polícia, tampouco os jornais julgaram passíveis de exposição agressões cometidas contra mulheres legalmente casadas, por exemplo. Nos casos em que a mulher agredida era uma prostituta, o intertexto talvez fosse o de que se elas alugavam o corpo estavam sujeitas a todo tipo de violação, porque buscavam isso ao contrário de um trabalho dignificante e uma união marital monogâmica. Por outro lado quando eram construídas como agressoras era a crueza de suas condições de vida e trabalho que provocavam reações não esperadas para o gênero feminino. Foram expostas publicamente, através das ações policiais e dos discursos de processos-crime e jornais, que mostraram de forma “concreta” às demais mulheres a triste sorte de quem trilhara caminhos socialmente desvalorizados.

Foi o caso da mundana Maria dos Anjos Ribeiro, vulgo “Maria Cabocla”, vítima em um processo-crime contra quatro pessoas: Agapito de Sousa Cavalcanti, Evangelina Maria de Jesus, Maria Rosa de Jesus e Jovem de Tal. Maria dos Anjos sequer moveu denúncia, o ocorrido chegou ao conhecimento do subdelegado de polícia de Itaúna (distrito de Itabuna), Joaquim dos Santos Lisboa que determinou que se procedesse a investigação através de inquérito policial competente. Segundo consta no citado processo-criminal a denúncia do subdelegado partiu do princípio de que os quatro acusados “espancaram covardemente a mundana Maria dos Anjos Ribeiro, fazendo-lhe ferimentos graves, tendo o primeiro denunciado utilizado, para isso, de facão [...]”. Os autos do processo continham várias testemunhas que ou viram as agressões acontecerem ou tentaram proteger e resgatar Maria Cabocla do espancamento⁴¹.

As causas que levaram Agapito, sua esposa, sua sogra e sobrinho a agredirem Maria Cabocla foram descritas pela vítima e pelas testemunhas como “velhas rixas e intrigas”. Se agrediam verbalmente sempre que se cruzavam. O exame de corpo de delito produzido em Maria julgou graves os ferimentos recebidos pela vítima, “impossibilitando-a, certamente, por

⁴¹ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Agapito de Sousa Cavalcanti, Evangelina Maria de Jesus e Maria Rosa de Jesus e Jovem de Tal*. 22 de janeiro de 1938. Denúncia do promotor público Jonathas Milhomens.

mais de 30 dias, a exercer serviço ativo”. Seja o comércio com o corpo ou qualquer outra atividade exercida por Maria para os médicos estava ela inviabilizada de exercê-las pela condição física em que se encontrava após o espancamento. Além do exame Agapito “confessou livremente seu crime”, foi considerado o maior responsável pelas agressões⁴². No discurso do promotor público Jonathas Milhomens:

A prova da autoria se fez eloquentemente com o depoimento das 3 testemunhas de fls. a fls. De fato, os denunciados: "espancaram muito, de maneira covarde, a mundana" (1ª test.), "formando os quatro um grupo de agressores covardes" (2ª test.), que "espancaram barbaramente e a luz do dia Maria dos Anjos Ribeiro" (3ª test.). No foro, pelo menos no nosso foro, e em matéria crime, dificilmente encontraríamos testemunhas mais eloquentes. É que o crime, praticado por 4 covardes agressores (2 homens e 2 mulheres) contra uma pobre mulher desarmada, indefesa, revoltou todas as almas, todas as pessoas que da redondeza, viram ou assistiram⁴³.

O exame, a confissão e o depoimento das testemunhas do fato produziram, segundo o promotor, provas materiais suficientes para a condenação dos quatro acusados. Martha de Abreu ao analisar processos-crime que envolveram mulheres das camadas pobres do Rio de Janeiro entendeu-os como intrincados cenários onde “[...] se cruzavam valores e discursos diferentes, representando vivências diversas, que, ao serem relatados, esmiuçados e julgados, nos palcos da Justiça, iam especificando e divulgando os padrões de honestidade e os comportamentos que mereciam ser punidos ou incentivados”⁴⁴. Para o Promotor Público o depoimento das testemunhas por si só conformavam prova suficiente da agressão, para ele gratuita.

Segundo o Promotor aqueles que presenciaram o crime o narraram de forma “eloquente”. Demonstrando com detalhes a crueza das agressões simultaneamente sofridas por Maria, que era apenas uma, mulher e desarmada, contra quatro pessoas que investiram sobre ela munidos do que puderam arranjar. Ele mesmo, o Promotor, deu a entender ao Juiz que mediante estes relatos e o exame de corpo de delito qualquer um, inclusive ele, se convenceria da culpa dos denunciados. O Juiz julgou procedente a pronúncia dos acusados e foram “condenados por terem cometido crime impelido por motivo reprovado e com o

⁴² Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Agapito de Sousa Cavalcanti, Evangelina Maria de Jesus e Maria Rosa de Jesus e Jovem de Tal*. 22 de janeiro de 1938. Conclusão do inquérito.

⁴³ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. Idem. 22 de janeiro de 1938. Vistas do Promotor Público Jonathas Milhomens.

⁴⁴ ESTEVES, Martha de Abreu. 1989, Op. Cit., p. 38.

emprego de diversos meios” ao grau máximo da sanção do artigo 303 da Constituição Penal Brasileira à época⁴⁵.

Em outro processo-crime encontrei a meretriz Maria de Lourdes na posição contrária, como agressora. Esta não foi abordada pela polícia, mas por um cidadão comum, não fugiu, não se deixou agredir. De acordo com os autos do processo o cidadão Crylon Gonçalves Dias, negociante, casado, com quarenta e dois anos de idade e algum conhecimento da lei foi quem deu voz de prisão a Maria de Lourdes. Segundo os autos o delito se deu na Avenida Garcia – não confundam este local com a já conhecida Avenida Augusto Matos (Buraco da Gia) – um pouco adiante do centro da cidade de Itabuna. De acordo com Crylon, no “auto de prisão em flagrante”, ele encontrou Osvaldo Fernandes da Silva com um ferimento no pescoço, o qual indicou Maria de Lourdes como ofensora. Ainda de acordo Crylon, Maria “se achava em pé na porta, muito exaltada, dizendo: -‘viu canalha, como se bate em mulher; já cortei um, e cortei o segundo’”⁴⁶.

Osvaldo acusou Maria de ter-lhe feito um corte no pescoço com uma navalha. Com a ajuda posterior de dois policiais Crylon conduziu Maria de Lourdes à Delegacia. Em seu depoimento Maria declarou ser solteira, ter apenas quinze anos de idade, não saber ler nem escrever e ser doméstica. Negou ter produzido o ferimento em Osvaldo e disse apenas que houve uma indisposição entre ambos porque Osvaldo queria dormir com ela contra a sua vontade e ela respondeu-lhe que “não lhe dava osadia”. Osvaldo deu-lhe um tapa e ela revidou com uma sombrinha e não com uma navalha, “até porque nunca possuiu navalha”⁴⁷. Osvaldo, por seu turno, inquirido no Hospital Santa Cruz no dia três de agosto de 1936, declarou ter dezenove anos de idade, também solteiro e também não sabendo ler nem escrever, sem profissão declarada. Afirmou que encontrou Maria, mulher de vida livre na porta da casa onde esta residia sozinha, essa começou a insultá-lo e ele lhe revidou com um “sopapo”, Maria o agarrou pela camisa e depois um amigo dele por nome Augusto separou os dois. Passos a frente da casa de Maria, Osvaldo se deu conta de que sua camisa estava ensanguentada, foi quando passou a mão no pescoço e descobriu o corte⁴⁸.

⁴⁵ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Agapito de Sousa Cavalcanti, Evangelina Maria de Jesus e Maria Rosa de Jesus e Jovem de Tal*. 22 de janeiro de 1938. Vistas do Promotor Público Jonathas Milhomens.

⁴⁶ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Maria de Lourdes*. Auto de prisão em flagrante. 31 de julho de 1936.

⁴⁷ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Maria de Lourdes*. Auto de prisão em flagrante. 31 de julho de 1936.

⁴⁸ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Maria de Lourdes*. Auto de perguntas feito a Osvaldo Fernandes da Silva. 3 de agosto de 1936.

Foi Osvaldo quem atribuiu que o corte havia sido produzido por navalha, e no seu depoimento descreveu a agressão de Maria como rápida e calculada. Para ele, ela agarrou-o com a navalha escondida na mão e aplicou-lhe sutilmente o golpe. Quatro dias depois Maria foi novamente interrogada na delegacia onde se achava detida desde a prisão em flagrante. O delegado Dr. Lafayette de Borborema questionou se Maria insistiria em negar a autoria do crime, e ela respondeu afirmativamente, negando todas as acusações proferidas contra ela. Neste novo interrogatório o delegado a apresentou a navalha encontrada na cena do crime e perguntou se ela era de conhecimento de Maria, que novamente negou, alegando que havia batido em Osvaldo com uma sombrinha e apenas depois de levar um tapa dele⁴⁹.

A primeira testemunha foi Augusto José Miranda, o homem que separou momentaneamente a briga entre Maria e Osvaldo. Ele declarou que estava em uma “pensão” na Avenida Garcia quando percebeu a discussão entre acusada e vítima, tentou separá-los enquanto Maria xingou Osvaldo e esse bateu nela, que também revidou. Em algum momento da briga Osvaldo caiu, o depoente Augusto o ajudou a deixar as imediações da casa de Maria, mais adiante descobriram o ferimento no pescoço de Osvaldo. Voltaram ele e a vítima à casa de Maria de Lourdes onde Osvaldo indicou Maria como agressora e esta foi presa pelo cidadão Crylon que impediu a saída de Maria de sua casa até que chegassem os guardas para levá-la a delegacia. Dada a palavra a Maria de Lourdes ela não discordou de nada no depoimento de Augusto⁵⁰.

A segunda testemunha arrolada, Valdemar Batista de Oliveira, além dos acontecimentos expostos nos autos de prisão em flagrante e de perguntas as partes acrescentou que Maria de Lourdes possuía um amante chamado Avelino de tal. Que no dia do crime esteve em casa de Maria de Lourdes com Avelino, pois, este levou a ela uma cama. Valdemar afirmou que estando no quarto de Maria pôde avistar uma navalha “jogada em um canto do quarto, metida em um buraco”. De posse da navalha Valdemar a entregou a seu patrão Abílio Xexeu, conforme presumi anteriormente dono de um cabaré que era chamado por seu próprio nome, e este a encaminhou a delegacia. Na mesma sala em que Valdemar foi ouvido estava presente Maria de Lourdes a quem foi novamente apresentada a navalha e perguntaram-lhe se ela a reconhecia. Maria prosseguiu negando conhecer a navalha, que de

⁴⁹ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Maria de Lourdes*. Auto de perguntas feito a Maria de Lourdes. 7 de agosto de 1936.

⁵⁰ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Maria de Lourdes*. Assentada 1ª testemunha - Augusto José Miranda - 19 de agosto de 1936.

acordo sua declaração poderia pertencer a uma antiga moradora do quarto; do mesmo modo também negou a autoria do ferimento em Osvaldo⁵¹.

A última testemunha foi Anita Pereira Gomes, amiga de Maria de Lourdes, com presumidos dezoito anos, também prostituta e sem escolarização. Anita confirmou em grande medida as afirmações de Maria de Lourdes, que Osvaldo dera início a “alteração”, que bateu em Maria que apenas se defendeu deste com uma sombrinha. Tudo isto ela depoente teria assistido de sua janela. Apenas no dia seguinte soube que Osvaldo fora ferido a navalha e Maria de Lourdes logo após a discussão foi ao “cabaré de Abílio Xexeu” de onde foi removida para casa e onde Crylon deu-lhe voz de prisão. Que não foi apenas aquele dia que Osvaldo aborreceu Maria, que isso já vinha de dias anteriores e que Osvaldo pronunciava nomes indecorosos⁵². Depois de encerrado o depoimento de Anita foi dada a palavra a Maria de Lourdes que cometeu um deslize que prejudicou sua defesa:

[...] por esta foi dito que nada tinha a contestar o depoimento da testemunha, por ser a expressão da verdade; que foi obrigada a defender-se, pois não tinha intenção nenhuma de ofender a Osvaldo, o que fez depois deste lhe ter descomposto e batido; declara ainda que a navalha encontrada em sua casa não é dela respondente, pois a sua e com a qual se defendeu jogou fora logo que se separou de Osvaldo⁵³.

O delegado entendeu esta declaração de Maria como uma confissão de culpa e concluiu o inquérito afirmando que ela havia sido autora do ferimento de Osvaldo e que ocultara a arma do crime. Tendo Maria declarado ter supostamente quinze anos de idade, e o Promotor Público ter declarado de pronto que desconfiava desta afirmação solicitou um exame de idade presumida, necessário a instrução do processo. No laudo do exame os médicos Victor Maron e Moisés Hagge periciaram Maria e asseveraram que ela possuía entre vinte e vinte e dois anos incompletos de idade. Havia Maria dissimulado a idade ou não sabia quantos anos realmente tinha? Dada a incerteza da idade de Maria que podia ser menor, lhe foi designado como curador o advogado Nathan Coutinho que procurou fazer-lhe uma defesa buscando sensibilizar moralmente o Juiz da Vara Crime da Comarca de Itabuna:

A denunciada, menor de vinte anos, é uma infeliz, atirada as sargetas da sociedade, vivendo do comércio do próprio corpo. Nos ambientes sórdidos onde respira é claro que a sua formação moral é imperfeita, não podendo ela ter a educação e a pureza de

⁵¹ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Maria de Lourdes*. Assentada 2ª testemunha - Valdemar Batista de Oliveira - 19 de agosto de 1936.

⁵² Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Maria de Lourdes*. Assentada 3ª testemunha – Anita Pereira Gomes - 19 de agosto de 1936.

⁵³ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Maria de Lourdes*. Assentada 3ª testemunha – Anita Pereira Gomes - 19 de agosto de 1936.

sentimentos das que vivem em esferas superiores. Ofendida fisicamente, e injuriada, por Osvaldo Fernandes da Silva, o seu primeiro movimento, instinto natural em todas as criaturas da sua condição, foi vingar a afronta que a atingiu. E para isto serviu-se da arma que trazia, e que é quase um objeto indispensável às decaídas, sujeitas que estão as mais torpes explorações, as mais cruéis vicissitudes que o destino lhes impõe [...]”⁵⁴.

O discurso do curador de Maria procurou isentá-la da culpa do crime cometido baseado no determinismo, “o homem é produto do meio”, e numa visão estereotipada do cotidiano de quem comercializava sexo. Nathan Coutinho afirmou que o meio onde vivia Maria, o aluguel de seu corpo provocaram atitudes como a de agressão desta para com Osvaldo. Para o bacharel em direito, comparativamente, Maria não podia, diante da situação que viveu, ter a mesma atitude de uma moça “bem criada”. Nas mulheres da mesma condição de Maria o instinto natural não é o comedimento e a parcimônia daquelas, mas o revide e a vingança quando atingidas. A arma utilizada, a saber, uma navalha era segundo as informações culturais de Nathan Coutinho “um objeto indispensável” a mulheres que recebiam dinheiro pelo usufruto que outrem fazia de seus corpos. Elas eram vulneráveis ou propensas a um tratamento desumano. De acordo com Martha de Abreu, sobretudo nos nomeados crimes de amor, “estigmatizar” os comportamentos de mulheres que desviavam do discurso hegemônico para o gênero feminino era uma eficaz propaganda da pretendida “mulher higienizada”⁵⁵. O advogado discursou a favor de Maria valendo-se das impressões que possuía a cerca do comércio sexual.

No fechamento de seu discurso o curador acentuou para o Juiz a baixa moralidade de Osvaldo ao afirmar que aquele era frequentador assíduo de bordéis “onde com certeza não aprendeu que uma das maiores baixeiras a que pode chegar um homem é espancar uma mulher, seja ela embora do nível social da pobre Maria de Lourdes [...]”. A tentativa de desqualificação da suposta vítima (Osvaldo) perpassou pelo argumento de que ele não era homem de bons costumes, e que supostamente havia batido na ré. A manobra para a tentativa da impronúncia da acusada foi astuta: que a vítima não tinha bom comportamento e que agrediu primeiro a acusada, o que configuraria defesa própria. No entanto, o Juiz não entendeu da mesma forma que o curador de Maria de Lourdes, tampouco, sensibilizou-se com

⁵⁴ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Maria de Lourdes*. Pela denunciada por seu curador Nathan Coutinho. 22 de agosto de 1936.

⁵⁵ ESTEVES, Martha de Abreu. 1989, Op. Cit., p. 50.

o discurso moral deste advogado. Pugnou pela pronúncia da acusada na sanção mínima do artigo 303 da Constituição Penal do Brasil na época⁵⁶.

No ano em que os periódicos da cidade alardearam a “Campanha moralizadora” no centro da cidade uma prostituta foi manchete numa situação inversa a de Maria de Lourdes. A matéria policial do jornal *O Intransigente* que sugeriu possibilidades interpretativas. O discurso especificou as causas que levaram Agenora Camila Alves a ser agredida por José Reis⁵⁷. Agenora Camila era mundana, residente na rua do Quartel Velho (atual Rua Ruy Barbosa), e segundo o jornal eram os ganhos do aluguel de seu corpo que sustentavam José. Em um dado dia, José foi buscar “uns cruzeiros” com Agenora, mas essa não tinha dinheiro para lhe ofertar, em troca levou uma pedrada no olho. Infelizmente, não disponho de nenhum documento policial para confrontar com o discurso do jornal. Segundo este, a mãe de Agenora foi à delegacia e denunciou José Reis pela agressão, pedindo “providências contra o sanguessuga de sua filha”⁵⁸. O resultado é que o delegado prendeu não só José Reis como também Agenora Camila Alves.

Não foi Agenora quem buscou a polícia contra seu agressor, mas sua mãe. O que sugere que não era um pressuposto o afastamento da família para com as meretrizes em virtude de suas sexualidades. O discurso me fez questionar por que Agenora não fez ela mesma a denúncia. Possivelmente por vergonha de sua condição, medo da polícia ou de seu gigolô, ou conformismo em relação aos altos e baixos na relação com José Reis. Algumas meretrizes tinham “gigolôs” ou “cafetões” e raramente eles foram mencionados no *corpus* documental que coletei para essa dissertação. Agenora Camila, apesar de suposta vítima também foi presa. Teria cometido ela algum delito que justificasse a detenção ou para o delegado a sua maneira de ganhar a vida era o bastante para tratá-la como criminosa?

Em outro periódico, o *Jornal Oficial do Município*, que além de publicar decretos, leis e resoluções da administração pública divulgava editais de citação para réus ausentes a história de uma filha tornada trabalhadora do sexo pelo pai. O processo foi movido pela Promotoria da Comarca da cidade contra Agnelo Marques dos Santos, 40 anos de idade, dito pedreiro e morador de Itabuna. O réu ausente e reclamado em até trinta dias para comparecer à justiça era acusado de três crimes combinados e com agravantes. Primeiro: em fevereiro de 1943 havia hospedado a menor Lindaura Rodrigues dos Santos na rua Ruy Barbosa 57,

⁵⁶ Arquivo Permanente do Poder Judiciário. *Processo-crime da vara crime da comarca de Itabuna contra Maria de Lourdes*. Libelo Crime acusatório. 19 de setembro de 1936.

⁵⁷ *O Intransigente*, Itabuna, ano XVI, n. 35, 30 abril 1943, p. 4.

⁵⁸ Idem, Ibidem.

residência da meretriz Laura Maria de Jesus. Segundo a justiça a menor de cerca de quinze anos havia sido entregue a prostituição. Contudo, ainda de acordo com o sumário publicado, as “companheiras de profissão” de Lindaurea perceberam que ela estava sendo vítima de um rufião. Inexperiente e sob os comandos daquele que era seu próprio pai a menor era “deplorada miseravelmente”. Nas palavras do promotor, a desumanidade do pai da menor atingiu as “raias do absurdo” quando para fiscalizar os rendimentos da filha, alugou um quarto anexo ao de Lindaurea na casa de Laura⁵⁹.

Com esta medida, Agnelo dos Santos constrangia a filha a acelerar e aumentar sua clientela, chegando Lindaurea a atender dezenas de homens em uma única noite. O dinheiro obtido com seu corpo era-lhe extorquido pelo pai, que assim adquiria o sustento. Segundo: na noite do dia 24 de fevereiro daquele ano, depois de ter Lindaurea trabalhado toda a noite, Agnelo a levou para sua casa, na estrada de Pirangi (atual Itajuípe) onde a espancou “cruelmente”. Não satisfeito com os golpes dados na filha, Agnelo ainda retirou a roupa da menor e atirou água fria sobre o seu corpo “moído”. Após todo o feito, talvez receoso das consequências, ou simplesmente desejoso de restabelecer Lindaurea o quanto antes para o trabalho, Agnelo ministrou remédios a filha⁶⁰.

Terceiro: atemorizado com a possibilidade de ser descoberto o denunciado ameaçou a filha de morte e recolheu-a em cárcere privado por 48 horas até que a polícia, após denúncia chegou a sua casa. Deste modo a justiça processava-o por incorrer nos artigos: 230 (rufianismo)⁶¹, combinado com o 227 (mediação para servir a lascívia de outrem) e o agravante de ser o agente ascendente da vítima, 129 (lesão corporal) e 148 (sequestro e cárcere privado). Não entrei em contato direto com o processo-crime de Agnelo, mas é razoável supor que sua situação era bastante comprometedoras frente às provas materiais de menoridade e laudo pericial do espancamento. Sem contar com o depoimento das testemunhas arroladas, cinco ao todo, dentre elas as meretrizes Laura Maria de Jesus e Alzira Passos⁶².

Através do discurso do sumário de acusação, do edital de citação de réus ausentes, pode-se inferir outros detalhes desse caso de rufianismo. Em 1943 o comércio sexual era ativo no centro de Itabuna. Lindaurea passou a morar, possivelmente, em uma casa de mulheres ou pensão que servia como tal, cheguei a essa conclusão por constar no sumário de denúncia que

⁵⁹ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano VIII, n. 52, 7 set. 1943, p. 8.

⁶⁰ *Idem*, *Ibidem*.

⁶¹ “Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça [...]”.

⁶² *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano VIII, n. 52, 7 set. 1943, p. 8.

a casa na rua Ruy Barbosa onde ela passou a morar tinha vários cômodos, que eram alugados e neles viviam outras mulheres. Também é possível afirmar, que a despeito da atuação da polícia, algumas meninas menores de idade eram aceitas para a atividade por donas de prostíbulos. A denúncia do caso Lindaura só foi feita por suas “companheiras” a partir do momento em que se aperceberam que ela era “inexperiente” e “explorada” pelo pai⁶³. Nestas casas, ainda que vigorasse uma concorrência entre as meretrizes havia também a preocupação de umas sobre as outras, o que se configurava como uma rede de solidariedade.

Alguns crimes particularmente tinham cobertura especial da imprensa e tornaram-se manchetes de primeira página. Vítimas ou agressoras a chave de leitura ofertada pela imprensa itabunense era a de que suas atividades sexuais determinavam não apenas os momentos enfocados, mas marcaram negativamente suas vidas. Foi o caso do homicídio cometido no centro da cidade na Avenida Augusto Mattos, que ficou famosa por sua alcunha popular, “Buraco da Gia”. Doralice Maria de Jesus morava e oferecia serviços sexuais no Buraco da Gia, Raymundo Alves Mello de apenas 18 anos de idade assassinou esta mulher com quem desfrutara momentos de prazer.

Os vizinhos que correram em socorro da vítima ouviram as discussões entre o casal e afirmaram ao jornal que estas foram desencadeadas pelo não pagamento do dinheiro devido a Doralice. Raymundo havia cravado uma faca no tórax da meretriz, tão certo que em apenas um golpe desferido tirou-lhe a vida. Saiu do local, segundo as testemunhas que falaram ao jornal, portando a arma do crime banhada em sangue. Raymundo foi preso em flagrante e conduzido à delegacia de polícia onde confessou o crime. Doralice fora o alvo de Raymundo porque estava sujeita a reações violentas de clientes que não queriam pagar pelos serviços sexuais obtidos⁶⁴.

Em 13 de abril de 1949 o jornal *O Intransigente* fez a cobertura de um “espancamento” que também foi noticiado em primeira página. A prostituta Alzira Maria de Jesus, segundo as impressões do redator colhidas na delegacia, foi “espancada barbaramente pelo indivíduo Sizenando de tal”⁶⁵. O inusitado é que não foi Alzira Maria quem foi prestar queixa na polícia, mas Sizenando, que afirmou ao delegado ter apanhado da mulher. Alzira foi então intimada a comparecer na delegacia e não disse palavra, apenas mostrou ao delegado “o estado miserável de seu corpo”⁶⁶. Alzira havia apanhado de facão. Segundo a imprensa o

⁶³ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, Itabuna, ano VIII, n. 52, 7 set. 1943, p. 8.

⁶⁴ BPEBa. Setor de periódicos raros. *A Época*, Itabuna, ano XXIX, n. 6157, 25 out. 1947, p. 1.

⁶⁵ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXII, n. 51, 13 abril 1949, p. 1.

⁶⁶ Idem, Ibidem.

delegado revoltou-se com a desfaçatez de Sizenando, que aguardava ali mesmo na delegacia providências em relação a sua queixa. Ele foi preso, e as testemunhas que apresentou foram autuadas por falso testemunho⁶⁷.

Alzira Maria e Doralice não foram as únicas meretrizes a ter os nomes expostos no jornal como mulheres vítimas de crimes. Outras viveram a mesma situação, como Nil, da qual só sabemos a alcunha. Ela trabalhava na pensão de Porfíria no bairro do Pontalzinho, próximo ao centro. Dois homens espancaram Nil, um deles, Fernando Alves de Oliveira, após o espancamento levou a mundana para a Casa de Saúde, onde foi internada para tratamento. De acordo com o discurso do periódico a polícia tomou conhecimento do fato, quando os autores do delito foram cientificados disto removeram a agredida para outra casa no Pontalzinho, número 33. O delegado Arquimedes Farias foi até o local para proceder ao exame de corpo de delito e arguição de Nil. A mundana recusou-se a dar quaisquer informações sobre os agressores, segundo o delegado, ela juramentou apenas que havia tido bom atendimento na Casa de Saúde onde todas as suas despesas médicas foram pagas pelos agressores. A polícia então anunciou a recompensa em dinheiro para quem denunciasse os espancadores de Nil⁶⁸, porém não logrou êxito.

Outra “cena de sangue” que rendeu longa matéria e primeira página no periódico *Voz de Itabuna* foi o incidente ocorrido entre José de Tal e a lavadeira e também meretriz conhecida como Preta. Segundo o jornal, José, caseiro na chácara do Sr. Godofredo Almeida no bairro Conceição, convidou Preta para um “encontro amoroso”. Preta não foi ao encontro planejado. No fim de semana promoveu uma festa em sua casa, na rua Bela Vista no bairro Conceição, “espécie de ensaio de batucada” na qual compareceram muitas pessoas inclusive José. De acordo com o discurso da matéria, ao contrário dos demais na festa, José não desejava se divertir, mas vingar-se de Preta. Em determinado momento José sacou a arma que trazia consigo, uma “mauзер” e tentou disparar contra a organizadora da festa por três vezes, sem êxito. Os que lá estavam, amigos de Preta, contiveram José e conseguiram desarmá-lo⁶⁹.

Possivelmente, por ter ouvido sobre a confusão no bairro o irmão de José foi à casa de Preta e ao ver o irmão rendido, sem saber as razões de tantos homens segurando-o conseguiu pôr nas mãos de José uma faca. Um dos convidados, conhecido como Braz foi atingido por José ao tentar defender Preta, tomou várias facadas. O capitão Arquimedes Farias foi ao local,

⁶⁷ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXII, n. 51, 13 abril 1949, p. 1.

⁶⁸ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXV, n. 19, 10 nov. 1951, p. 5.

⁶⁹ *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano V, n. 233, 26 jan. 1954, p. 1.

o criminoso havia fugido e só restou-lhe encaminhar a vítima ao hospital⁷⁰. O derramamento de sangue foi um motivo recorrente nas reportagens sobre confusões, brigas e crimes que envolveram meretrizes. O discurso das matérias não tentou convencer da passionalidade dos crimes, mas de estereótipos de degeneração em relação às atividades sexuais que, nesse sentido, não poderia produzir histórias com um final pacífico.

Da mulher que o discurso do jornal tentou convencer que foi o estopim do esfaqueamento supracitado sabe-se apenas que era conhecida pela alcunha “Preta”, que assim como a já conhecida “Caboclinha”, poderia ser assim chamada em razão da sua cor de pele. Ganhava dinheiro com outra atividade, a de lavadeira, no entanto, foi o ganho obtido com o aluguel de seu corpo que prevaleceu como pano de fundo para explicar seu não comparecimento a um encontro de amor. Ser ela uma mulher solteira, com comportamentos considerados liberais demais como promover uma festa na qual estiveram presentes diversos homens, a levou a ser alvo da fúria de um deles.

Não apenas Preta, mas outra prostituta do mesmo bairro Conceição esteve envolvida em uma briga, quase um homicídio. Na rua Duque de Caxias daquele bairro, que não é a mesma do centro da cidade, o indivíduo conhecido como Duca e tido por “valiente” por pouco não engrossou a lista de criminosos da cidade. Segundo o jornal que publicou o acontecido, na versão dos populares que presenciaram a ira de Duca, a prostituta Sizinia de Tal “insultava constantemente a sua companheira”, no caso a mulher de Duca. No meio da rua Duca interceptou Sizinia com um facão na mão e vários palavrões. Transeuntes acalmaram os ânimos do homem que deixou Sizinia apenas com agressões verbais, porém ameaçando-a. No discurso do jornal os maus modos de Sizinia quase provocaram um homicídio. A notícia foi parar na primeira página do jornal porque os moradores do bairro Conceição pediram a intervenção da polícia naquele território para evitar que outros crimes acontecessem⁷¹.

Até aqui tratei de crimes onde prostitutas foram parte ocorridos em bairros localizados em áreas próximas ao centro, ou de fácil acesso a este. No entanto, no processo de dispersão das prostitutas por Itabuna territórios pouco habitados e/ou ermos também foram ocupados. O discurso da imprensa não se alterou, com ou sem numerosa vizinhança as prostitutas pareciam ser imãs arrebatadores de confusões e crimes. Bairros distanciados do centro da cidade, próximos a estradas de rodagem para outros distritos e cidades entraram no circuito do comércio sexual na cidade. No extremo oposto ao bairro Conceição, afastado do centro e da concentração de moradias instalou-se o cabaré Confeti. Segundo o jornal *O Intransigente* ele

⁷⁰ *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano V, n. 233, 26 jan. 1954, p. 1.

⁷¹ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXVIII, n. 42, 18 jan. 1954, p. 1.

localizava-se no início da rodovia para Ibicaraí (distrito de Itabuna), saída da cidade de Itabuna, e próximo ao Clube Grapiúna (espaço recreativo e de festas dos segmentos mais abastados da sociedade)⁷².

O nominado cabaré Confeti apareceu nos periódicos itabunenses não em virtude de queixas e reclamações dos moradores de suas imediações. O território que ocupava era parcamente habitado na época, aquela casa de mulheres ficou conhecida pelas recorrentes brigas e crimes mais graves que ali tomaram lugar. De acordo com o periódico *O Intransigente* “ali se reúnem os piores elementos, desordeiros e valentões e um mulherio bem vagabundo”⁷³. Pela localização, talvez pelas instalações, mas principalmente pela “qualidade” do seu plantel, o cabaré Confeti era tido como inferior, segundo divulgou a imprensa.

Estreando nos cartazes policiais o cabaré Confeti inspirava o título da matéria do jornal *O Intransigente* – “Os sucessos sangrentos do cabaré Confeti”⁷⁴. Naquele cabaré da saída de Itabuna estava o guarda Felisberto de Tal quando adentrou o recinto José Bispo de Almeida, conhecido como Granja. O problema entre eles, no discurso do jornal, decorreu da disputa pelos amores de uma mulher de vida livre. O guarda Felisberto sabendo da discórdia, preventivamente tentou desarmar José Bispo, mas uma luta corporal teve início. De um lado José Bispo de facão do outro lado o guarda Felisberto com um punhal⁷⁵.

Tendo José Bispo retirado o punhal do guarda este, em desvantagem na briga, apelou para seu revólver. O guarda disparou três vezes: um dos tiros acertou José Bispo o outro atingiu José Francisco Gomes, o terceiro tiro não acertou ninguém. O dono deste cabaré como o de outros do centro da cidade chamava-se Pedrito, o jornal não esclareceu se se tratava do mesmo homem. Depois da ocorrência compareceram no cabaré o sargento Ernany Souto Camilo e os praças Alírio Menezes e José Mendonça que transportaram os feridos para o hospital e ouviram testemunhas⁷⁶. Dias depois o mesmo periódico noticiou em pequena nota o falecimento de José Bispo de Almeida, vulgo “Granja” que não havia resistido as complicações do tiro que levou⁷⁷. Não se soube através daquele discurso quem era a mulher de vida livre por quem os dois homens disputavam a preferência, nem o destino do guarda Felisberto, que se antes respondia por um crime de menor potencial ofensivo teve sua situação de réu agravada com a morte de José Bispo.

⁷² *O Intransigente*, Itabuna, ano XXVIII, n. 96, 29 mar. 1954, p. 4.

⁷³ Idem, Ibidem.

⁷⁴ Idem, Ibidem.

⁷⁵ Idem, Ibidem.

⁷⁶ Idem, Ibidem.

⁷⁷ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXVIII, n. 95, 31 mar. 1954, p. 4.

O dito cabaré Confeti passou a figurar com constância nas páginas policiais dos periódicos em Itabuna. A explicação dada ao leitor para o destaque da referida casa de mulheres foi feita pelo próprio periódico “quase todas as suas noites terminam em pancadaria”⁷⁸. O discurso daquela matéria acrescentou que em geral o motivo das brigas internas ao cabaré Confeti eram “fúteis”, como aquela que ocupou sua primeira página e passo a descrever. Na madrugada de sábado para domingo o indivíduo conhecido como “José Buraco” entrou no salão de danças do referido cabaré anunciando aos presentes que ninguém se metesse com ele, pois, naquela noite estava “danado”. Num canto do salão encontrou outro indivíduo conhecido como “Marca Passo” que estava acompanhado de uma mulher com quem conversava. “José Buraco”, segundo o jornal, advertiu “Marca Passo” a “não bater na mulher porque ele agiria”⁷⁹.

“Marca Passo” se deu ao trabalho de explicar que apenas conversava com a mulher e o clima entre eles era amistoso, não havia com o que se preocupar. “José Buraco” fingiu dar dois tiros com a mão em pose de revólver, no recinto todos riram crendo ser uma brincadeira e voltaram a suas danças. Logo depois “José Buraco” sacou sua arma e atirou várias vezes, “Marca Passo” levou dois desses tiros e faleceu na hora, “outro tiro atingiu o braço de uma mundana”. Mais dois projéteis foram atingir “Antônio Boca de Ouro”. No cabaré Confeti estavam quatro policiais, dos quais o jornal deu poucas referências, eram conhecidos como Borracha, Cornélio, o inspetor de polícia Sururú e o soldado Julinho. Divertiam-se no cabaré e nada fizeram para prender “José Buraco”⁸⁰. Note-se que todos os abrangidos pela matéria são citados apenas pelo primeiro nome ou por suas alcunhas. Fato revelador, pois a imprensa da cidade de Itabuna costumou citar por alcunha apenas os elementos (o que inclui as mulheres) tidos por “desclassificados”.

O indivíduo “José Buraco” segundo aquele discurso atirou sem motivos conhecidos, matou um homem com o qual não tinha desavenças públicas e ainda atingiu uma mundana. O nome da mulher, e se foi ela atingida por acidente ou propositalmente não foram mencionados. O outro indivíduo atingido foi “Antônio Boca de Ouro” que os guardas removeram para o Hospital Santa Cruz. O jornal não cogitou em seu discurso a possibilidade de o crime ter sido motivado por ciúmes, apenas esclareceu que não era a primeira morte atribuída a “José Buraco”⁸¹. Presumo que não havia revista nos homens que entravam naquele

⁷⁸ *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano VI, n. 274, 6 jul. 1954, p. 1.

⁷⁹ *Idem*, *Ibidem*.

⁸⁰ *Idem*, *Ibidem*.

⁸¹ *Idem*, *Ibidem*.

cabaré, em dois episódios publicados em jornais houveram tiros no ambiente. Talvez, as mulheres de lá bem como o dono do estabelecimento acreditassem que a presença amigável de alguns policiais era suficiente para coibir a violência, não foi o caso. Na primeira reportagem um policial acabou tirando a vida de um frequentador e nesse último episódio quatro policiais não agiram mediante os tiros de “José Buraco”.

Nessas matérias ficou patente que os policiais da cidade, responsáveis pela manutenção da ordem e fiscalização do comércio sexual frequentavam cabarés, mesmo que o estatuto da classe os proibissem de fazê-lo. Suas “alcunhas” em reportagens como as citadas mesclaram-se com as de criminosos e elementos tratados pela imprensa como desordeiros. Com o pequeno efetivo com que contava Itabuna estariam quatro policiadores de folga no mesmo dia e no mesmo cabaré? Difícil sustentar essa possibilidade, mais plausível seguir a linha dos discursos que defendiam que os guardas itabunenses faziam “vistas grossas” ao funcionamento do comércio sexual porque também eram frequentadores deste.

Mesmo afastadas do centro da cidade de Itabuna os modos de levar a vida das prostitutas eram matéria prima para os periódicos locais. Suas atividades sexuais não convencionais foram apontadas como causa geradora dos episódios criminosos que participaram. Não seguiam o pressuposto hegemônico de serem mulheres de um homem só, por seus leitos muitos passaram. Deste modo, as prostitutas eram envoltas em uma rede discursiva que as qualificou como desviantes e apontou os crimes em que estiveram envolvidas como implicações de suas vidas desregradas. Nenhuma positividade era atribuída às suas trajetórias pelos jornais, as tragédias que uma ou outra enfrentaram foram construídas como o destino irremediável da transgressão cometida por todas elas.

3.3 – Deslocamentos urbanos e os labirintos de prazeres.

Entretanto, se na década de cinquenta algumas prostitutas partiram a explorar outras áreas da cidade que ficaram marcadas nas páginas dos jornais, volta e meia os periódicos anunciavam que algumas lutaram para se manter em seus territórios nas ruas centrais de Itabuna. Em 1954, elas foram manchete de capa num periódico: “Pedem o evacuamento da irregulares”. Os moradores do trecho final da principal artéria da cidade a rua J. J. Seabra, próximo ao Bar Atlântico informaram ao jornal que queriam reiniciar uma campanha para afastamento do meretrício do centro⁸²:

⁸² *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano V, n. 236, 5 fev. 1954, p. 1.

[...] estiveram nesta redação, em comissão, para nos cientificar de que estão dispostas a iniciar, de agora por diante, uma campanha no sentido de conseguir o evacuamento das irregulares que ali mourejam. Segundo nos certificaram, já não é mais possível às famílias residentes naquelas imediações, dormir à noite, isso devido não somente aos gritos inconvenientes que ali são costumeiras, mas ainda a outras inconveniências que não podem ser publicadas. [...] Trazendo maiores esclarecimentos a esta folha, declarou a mesma comissão, que as autoridades competentes precisam solucionar o problema o mais rápido possível, trazendo a tranquilidade aos lares do fim da rua J. J. Seabra. Um dos métodos mais indicados para a solução do estado de coisas, é o evacuamento das irregulares daquele trecho para outro local menos inconveniente. Há em Itabuna regiões outras onde as referidas irregulares, podem ser localizadas, sem prejuízo da moral familiar. Adiantaram os reclamantes, que de certa hora da noite em diante, também ninguém mais pode sair à porta, em virtude das cenas indecorosas que ali são costumeiras, e que depõem contra a moral e o respeito das famílias naquela região da cidade. Não poucas vezes, são ouvidos tiros e outras inconveniências, constituindo isso além do mais um atentado à vida das mesmas famílias, as quais podem ser atingidas, através de uma janela, por uma bala assassina. Este jornal comunga inteiramente com o apelo acima enunciado. Não é de agora que as famílias que mourejam no fim da rua J. J. Seabra, vem se queixando do descaso dos poderes competentes no que toca a este ponto, e no entanto os seus apelos de nada tem adiantado. Vejamos se, de agora por diante, se dará maior atenção ao problema⁸³.

Nesta matéria as mulheres que se envolviam no mercado do sexo foram nominadas “irregulares”, foram assim chamadas aleatoriamente? Irregulares, no sentido legal do termo não eram, pagavam aluguéis ou eram donas das casas onde habitavam e trabalhavam, também pagavam impostos a prefeitura municipal pela abertura e funcionamento dos estabelecimentos. Quanto à legislação penal da época, era demasiado incerta e não as criminalizava. Podiam ser irregulares por exercer uma atividade não reconhecida como trabalho legal, e considerada por muitos desonrosa. Nessa sociedade, assim como em tantas outras, os pressupostos morais que eram produzidos pelas camadas abastadas deviam ser compartilhados por todos os segmentos sociais⁸⁴.

Com todas as pressões e instabilidades agravadas pela visibilidade de suas atividades sexuais no centro algumas daquelas mulheres passaram a ocupar, nas mesmas ruas centrais, trechos mais afastados. Foi assim com as ruas Sete de Setembro, Ruy Barbosa e Duque de Caxias, conforme exposto no capítulo anterior. Seguiram com a mesma ação na rua J. J. Seabra (continuação da antiga rua Sete de Setembro). Para os moradores daquela importante artéria o problema permanecia inalterado. Sentenciaram via o periódico que a única solução aceita e a mais indicada era “o evacuamento das irregulares daquele trecho para outro local

⁸³ *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano V, n. 236, 5 fev. 1954, p. 1.

⁸⁴ ESTEVES, Martha de Abreu. Op. Cit. p. 47.

menos inconveniente”. Menos inconveniente para aqueles que não desejavam presenciar seus trânsitos ou vislumbrar suas práticas.

Mais uma vez apareceu a menção de desterritorialização do meretrício do centro. A matéria não revelou a vontade dos moradores vizinhos de que as “irregulares” deixassem de trabalhar, que suas atividades fossem proibidas ou coibidas. O discurso insistiu que estando elas postas em um local onde não pudessem entrar em contato constante com as demais famílias, onde não pudessem ser vistas, o problema de suas sexualidades “irregulares”, as tensões provocadas por suas presenças, estaria resolvido. A polícia como de costume foi convocada e foi apontada sua negligência em relação a situação dos reclamantes. Os vizinhos das irregulares não queriam ser expectadores de suas performances, os costumes pareciam não se harmonizar num mesmo território.

No mesmo ano de 1954, as confusões advindas do comércio sexual apontadas pelos moradores do final da J. J. Seabra pareciam confirmar-se. Em frente ao bar *Atlântico* as mundanas Cremilda de Tal e Maria Adelaide brigaram, além da luta corporal a última foi atingida por golpes de navalha⁸⁵. Algumas reportagens policiais apresentaram brigas entre meretrizes, em grande medida, por causa de ciúmes de amásios ou clientes. O comércio sexual possivelmente tinha relações de estabilidade, como clientes que buscavam com constância a mesma mulher, e situações em que regras internas, como respeitar o amante das colegas ou seus clientes fidelizados, eram fundamentais para o equilíbrio entre elas. Nem sempre esses possíveis códigos internos foram respeitados e acabaram nas páginas jornalísticas.

No caso desta briga, o discurso do periódico evidenciou que o estopim da briga foi o ciúme de Cremilda. O discurso do jornal narrou os acontecimentos, segundo ali consta Cremilda aproximou-se “da mesa onde os dois se encontravam, praticando de início ligeira arruaça com a quebra de copos e garrafas, no que foi contida por várias pessoas presentes, que a puseram fora do referido bar”⁸⁶. Cremilda enfureceu-se com a situação, foi expulsa do bar, mas ao contrário de ir para casa permaneceu na porta do estabelecimento aguardando a saída de Maria Adelaide. Quando Maria Adelaide deixou o bar com seu companheiro, Cremilda iniciou a agressão, primeiro as duas tiveram uma luta corporal acompanhada pelos transeuntes. Alguns populares tentaram sem sucesso apartar a briga, quando

⁸⁵ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXVIII, n. [?], 13 abril 1954, p. 4.

⁸⁶ *Idem*, *Ibidem*.

“inesperadamente, Cremilda retira uma navalha que trazia oculta às vestes e desfere dois golpes em Adelaide, atingindo um a região mamária e outro o ante-braço direito”⁸⁷.

Rapidamente o policiamento do centro da cidade comandado pelo sargento Abílio Farias se deslocou para as proximidades do bar *Atlântico*. Cremilda foi desarmada e presa em flagrante delito. Maria Adelaide foi encaminhada para o hospital. O que fez o homem pelo qual as duas brigavam o jornal não narrou, se tentou evitar a briga, se se manteve a parte, se fugiu... Adelaide havia saído com o homem por quem Cremilda tinha interesse, sabia ela disto? Passara por cima dos sentimentos da companheira em nome do homem ou do dinheiro dele? O discurso do jornal diz que o referido homem era um “fan” de Maria Adelaide e não mencionou se este conhecia e se relacionava com Cremilda.

Outro acontecimento ocorrido no centro envolvendo uma meretriz ganhou as páginas do jornal *Diário de Itabuna*, com respectiva fotografia publicada, não apenas da mulher envolvida, mas também do homem. O delito em apreço teve como cenário as ruas do centro da cidade. Segundo o periódico a “cena de sangue” ocorreu próxima ao *Sport* bar, na travessa da rua Sete de Setembro para a rua Rui Barbosa, numa casa de mulheres vizinha ao *Café das Meninas*. O crime aconteceu em plena luz do dia, por volta das 15:40 horas. Os repórteres do *Diário de Itabuna* foram informados do acontecimento e correram ao local, tendo cruzado com um Jipe onde apontaram que a vítima ia nele. Os repórteres decidiram acompanhar o veículo até o hospital⁸⁸.

No hospital Santa Cruz colheram informações da vítima, tiraram-lhe fotografia e souberam de seu estado. Tratava-se de Erotildes Ferreira Santos, “de 24 anos de idade, cor morena, prostituta”. Foi atingida por disparos de arma de fogo, no entanto, conseguia falar sem dificuldade. De acordo com o discurso do jornal ela narrou aos repórteres as causas do acontecido, e como tudo se desenrolou naquela tarde. “Há cerca de um ano, vivia maritalmente com Durval Moura Ferreira proprietário do caminhão 36201 que faz a linha Itapebi-Ilhéus. Há pouco tempo, Durval notificou-lhe que estava noivo. Ela foi cordata e o aconselhou a romper relações”. Muito embora estivesse vivendo com Durval, Erotildes compreendia que tendo ele encontrado uma mulher para noivar e casar, ser “exclusivamente” sua esposa, ela devia deixá-lo. Não podia oferecer, ou não foi chamada a oferecer exclusividade, conhecia as implicações de suas atividades.

⁸⁷ *O Intransigente*, Itabuna, ano XXVIII, n. [?], 13 abril 1954, p. 4.

⁸⁸ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 118, 11 mar. 1958, p. 5.

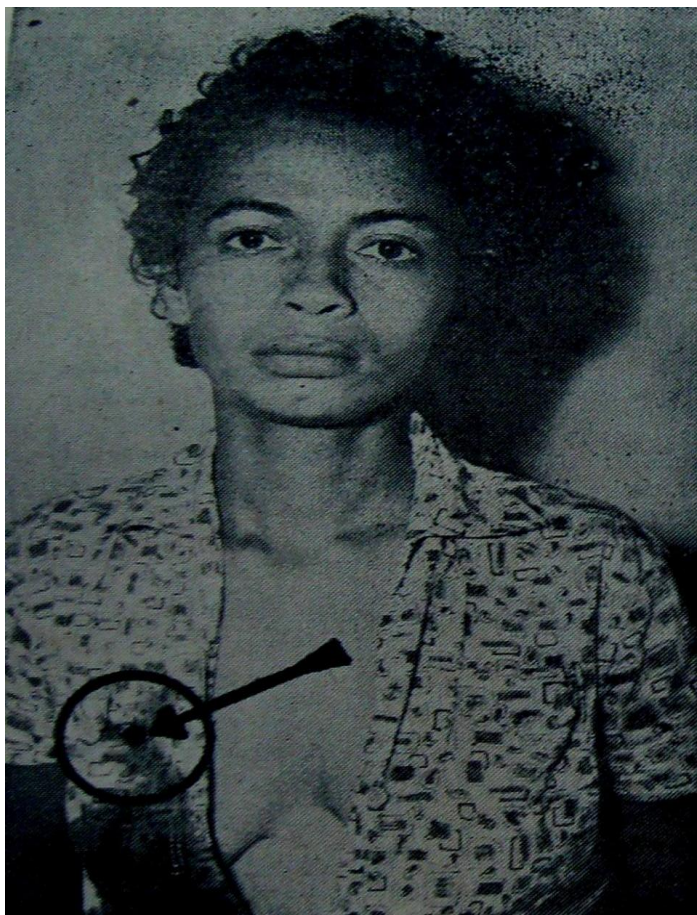


Ilustração 17 – Trabalhadora do sexo Erotildes Ferreira Santos, alvejada por arma de fogo. Foto publicada no Diário de Itabuna de 11.03.1958, ano I, n. 118, p. 5.

Durval Moura, todavia, parecia querer manter as duas: matriz e filial. Não aceitou o fim de seu relacionamento com Erotildes, nas palavras dela continuou “intrometendo-se em sua vida”⁸⁹. Foi à procura dela na casa de mulheres onde morava, próxima ao *Café das Meninas*, e num quarto fechado buscou “convencê-la a aceita-lo novamente”. Não obtendo a satisfação de seu intento Durval atirou em Erotildes, que estava na cama. O disparo atingiu seu peito direito, como se pode ver na foto publicada na edição do jornal e reproduzida acima, que ainda teve um círculo e seta indicativos do local exato onde a bala a acertara. O lado direito da roupa que Erotildes usava estava manchado de sangue, com os botões abertos, revelando um pouco de seus seios. Na foto, a postura ereta dela não revelou vergonha ou embaraço⁹⁰.

⁸⁹ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 118, 11 mar. 1958, p. 5.

⁹⁰ *Idem*, *Ibidem*.

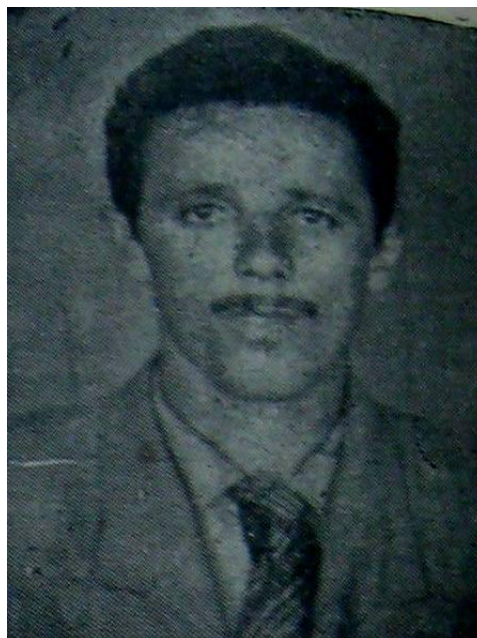


Ilustração 18 - Durval Moura Ferreira. Foto publicada no Diário de Itabuna de 11.03.1958, ano I, n. 118, p. 5.

O incidente não terminou no primeiro disparo, Erotildes conseguiu escapar do quarto e correu em direção ao fundo da casa. Durval a perseguiu e atirou em uma de suas pernas, o segundo tiro não apareceu na foto que foi publicada no jornal, talvez por falta de espaço na editoração a foto tirada de Erotildes foi do busto para cima. Outro tiro foi ainda disparado e passou por uma mesa na sala de jantar onde estavam três mulheres jogando, possivelmente companheiras de casa de Erotildes. Esse tiro atingiu a cristaleira. Erotildes ferida sentou-se em uma cadeira “no cômodo seguinte à sala de jantar, a espera de socorro. Durval fugiu em seu caminhão”. Um sargento que não teve o nome publicado, socorreu Erotildes e conseguiu que o veículo Jipe a levasse ao hospital Santa Cruz⁹¹.

O discurso do periódico informou além, sobre o comportamento intempestivo de Durval Moura. Poucos dias antes de baleiar Erotildes ele havia se envolvido numa briga de bar em Itapebi onde atirou num homem. Convocaram a polícia para que agisse e prendesse Durval para evitar outros crimes com arma de fogo. Logo após os disparos em Erotildes na casa de mulheres no centro da cidade Durval fugiu, o que sugere que a foto publicada no jornal, onde ele aparece de terno, tenha sido cedida pela própria vítima.

O jornal ainda ilustrou a matéria policial com um gráfico que buscou “reconstituir o crime” para os leitores. Bem simples, a ilustração pretendeu traçar a trajetória dos disparos cometidos por Durval e da fuga de Erotildes. Na ilustração apareceram também as três mulheres que se divertiam jogando cartas quando a agressão aconteceu. O incidente se deu

⁹¹ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 118, 11 mar. 1958, p. 5.

numa tarde e ao menos quatro mulheres estavam naquele estabelecimento num horário em que não tinham expediente, o que possivelmente indica que, talvez, ali também moravam⁹². Uma das poucas casas de mulheres em funcionamento no centro da cidade em fins da década de cinquenta.

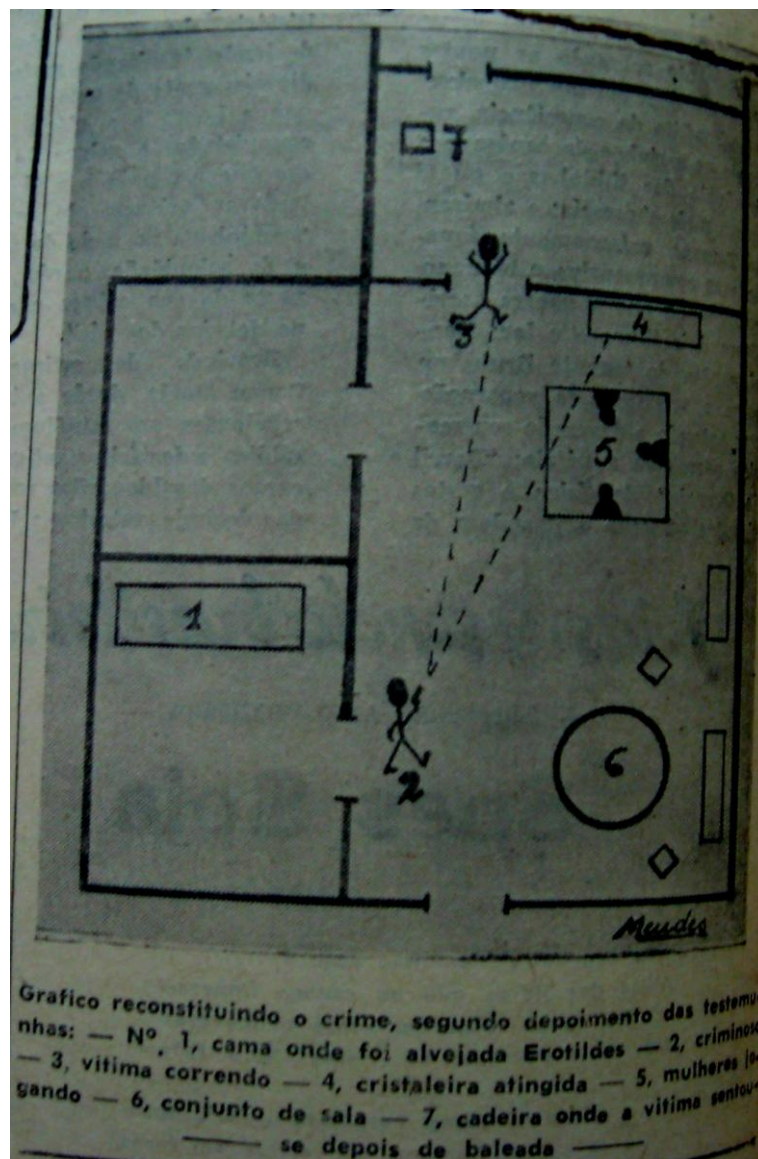


Ilustração 19 – Gráfico de reconstrução do crime onde foi vítima a trabalhadora do sexo Erotildes. Foto publicada no Diário de Itabuna de 11.03.1958, ano I, n. 118, p. 5.

O motorista Durval, dias depois, foi intimado em virtude do inquérito que corria contra ele e compareceu à Delegacia de polícia de Itabuna. Durval foi ouvido pelo delegado, que encerrou o inquérito concluindo que o crime que este praticara havia sido “de ferimentos leves”. A nota da Delegacia de polícia publicada no jornal não esclarece, no entanto, se

⁹² *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 118, 11 mar. 1958, p. 5.

Durval foi imediatamente liberado ou se ficou detido. Suponho que ele tenha sido liberado, junto aos inquéritos concluídos havia uma matéria avaliando que o trabalho da Justiça em Itabuna era rápido. Porém, a cadeia municipal encontrava-se superlotada com mais de 50 presos e sem capacidade para abarcar outros⁹³. Não cabe a mim julgar as conclusões do delegado Capitão Admar Queiroz, nem as motivações legais e/ou externas que fizeram com que o crime contra Erotildes fosse interpretado como sem gravidade, muito embora, tenha sido premeditado, cometido por sujeito conhecidamente violento e com intenção de matar e não apenas de ferir a vítima.

Os recursos de impressão jornalística estavam mais avançados permitiam o uso de fotografias, como vimos até um gráfico feito à mão foi reproduzido por um periódico. Nesse cenário um território bem próximo ao centro passou a figurar com constância nas páginas dos jornais da cidade. A Avenida Augusto Mattos conhecida popularmente como “Buraco da Gia” foi um dos pontos que passou a ser utilizado por prostitutas, como uma espécie de alternativa. Elas alugavam quartos na Avenida que utilizavam para morar e trabalhar, outros populares também estabeleceram seus negócios por lá. A região do “Buraco da Gia” era limítrofe com a região mais movimentada do centro da cidade e passou a ser acompanhada com interesse pela imprensa. O periódico *Diário de Itabuna* apresentou ao público leitor as intrigas da mundana apelidada de Zélia e o bodegueiro Joaquim Alves dos Santos, ambos moradores daquela avenida⁹⁴.

Os vizinhos Zélia e Joaquim desentenderam-se quando esta foi até o quarto de número 3, quitanda de Joaquim, para comprar algo de que precisava. Entretanto, não possuía o dinheiro para a compra e o bodegueiro não quis vender “fiado”. Houve discussão, Zélia irritou-se com a recusa de Joaquim e o destratou. Este por sua vez atingiu Zélia com vassouradas. A recusa da venda e o enxotamento com a vassoura não foram recepcionados de forma pacífica pela mundana, ela sacou uma faca e atingiu direto o peito de Joaquim. O médico Dr. José Pinto que morava perto atendeu o ferido no local e retirou-o de lá para o Hospital Manoel Novais⁹⁵.

Acredito que o fato de o “Buraco da Gia” ser um território colado ao centro da cidade contribuiu para que as notícias sobre o acontecimento entre Zélia e Joaquim se alastrassem. Tamaña foi a repercussão e os comentários a cerca do evento que dias depois o *Diário de*

⁹³ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 141, 14 abril 1958, p. 1.

⁹⁴ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 54, 24 dez. 1957, p. 10; *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 56, 27 dez. 1957, p. 6; *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 56, 27 dez. 1957, p. 6; *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 86, 16 jan. 1958, p. 6.

⁹⁵ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 54, 24 dez. 1957, p. 10.

Itabuna publicou uma nota para informar que ao contrário dos boatos que corriam na cidade Joaquim não morreria, escapando do ferimento grave com vida. Naquela oportunidade, quem sabe para saciar a curiosidade do público leitor, estampou a foto da mulher responsável pelo estado de saúde delicado do bodegueiro.



Ilustração 20 – Trabalhadora do sexo conhecida como Zélia. Foto publicada no Diário de Itabuna de 27.12.1957, ano I, n. 56, p. 6.

Aquela que o jornal nomeou de “mundana Zélia”, pareceu esquivar-se da fotografia que lhe tiraram, possivelmente a contragosto. Pela fotografia legada pela imprensa Zélia parecia não ser mais tão jovem, atributo muitas vezes sugerido como pressuposto para aquelas que alugavam o corpo. De todo modo parece-me que Zélia não atravessava um momento de bons ganhos financeiros, pois recorreu a Joaquim buscando uma venda à crédito. Não saberia, nem poderia dizer, se a negação de Joaquim decorreu do simples fato de não querer vender “fiado” a Zélia, ou se esta já lhe devia dinheiro de compras anteriores não pagas. Segundo narrou a imprensa, os dois primeiro discutiram verbalmente, depois Joaquim procurou expulsar Zélia de seu estabelecimento com pancadas de vassoura. Zélia poderia ter deixado o local após isso, mas não deixou por menos a agressão sofrida e surpreendeu Joaquim com uma faca que ela já carregava consigo.

Zélia não foi a primeira mulher de vida livre, tampouco a última a aparecer nas páginas da imprensa de Itabuna portando faca. Possivelmente não era incomum que as

mulheres que lidaram diretamente com homens garantissem uma “carta na manga”, ou um punhal/faca/navalha escondida sob as vestes, para eventual defesa. A atitude de Zélia, talvez, tenha despertado interesse e publicidade por tratar-se de uma mulher que agrediu um homem, e não o oposto. Zélia não enquadrrou-se na imagem de um gênero feminino passivo, mas foi enquadrada na imagem de mundana desvairada e presa⁹⁶. Porém, a história da agressão no “Buraco da Gia” rendeu ainda mais para a crônica jornalística. Poucos dias depois de internado no Hospital Manoel Novais em Itabuna, Joaquim Alves dos Santos fugiu.

Exatamente, Joaquim fugiu do Hospital, cárcere diferente do de Zélia, mas certamente privativo. O bodegueiro foi encontrado na feira, caído e fraco. Quando localizado afirmou ter fugido do Hospital porque lá estava “passando fome”⁹⁷. No leito em que se encontrava, Joaquim estava sendo preparado para uma cirurgia que repararia os danos da facada recebida de Zélia. Certamente sua alimentação foi restrita, e ele “reclamava alimento pesado, todos os dias”. Os médicos foram buscá-lo para a cirurgia que estava agendada, Joaquim fugiu exatamente naquela manhã, segundo o jornal seu estado era alarmante⁹⁸. Em 16 de janeiro, o mesmo jornal ainda noticiara que o inquérito sobre a agressão à faca sofrida por Joaquim havia sido encerrado pela polícia e remetido a justiça. Apenas nesta última nota, talvez por tratar-se de um despacho da justiça, o periódico publicou o nome completo de Zélia, chamava-se Gizélia Gonçalves dos Santos⁹⁹.

Em julho de 1959 era uma meretriz a agredida e não agressora no centro da cidade. De acordo com o discurso do periódico uma dupla de policiais que estava fixada nas imediações do *Sport* bar foi chamada para “tomar conhecimento de uma alteração”. De onde provinha a tal “alteração”? Do conhecidíssimo “Buraco da Gia”! Um homem chamado Julio Lima Santos espancou a meretriz Maria de Lourdes Conceição. O discurso da imprensa não colheu entre as testemunhas as motivações da agressão. Contou apenas que os policiais recolheram Julio após apreender “uma pistola de dois canos” que estava em sua posse. O Capitão Admar de Queiroz interrogou Julio Lima, e a atitude tomada assemelhou-se ao termo do episódio de Erotildes (levando em conta ter sido aquele muito mais grave que este). Após ouvir Julio Lima e não a sua agredida, ressaltou-se este fato, o Capitão “o aconselhou a não repetir o feito e em seguida colocou-o em liberdade”¹⁰⁰.

⁹⁶ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 54, 24 dez. 1957, p. 10.

⁹⁷ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 61, 4 jan. 1958, p. 1.

⁹⁸ *Idem*, *Ibidem*.

⁹⁹ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 86, 16 jan. 1958, p. 6.

¹⁰⁰ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano, n. 487, 11 jul. 1959, p. [?]

Pode-se inferir com base nos dois casos em apreço que o Capitão delegado de polícia de Itabuna não teve como procedimento punir homens agressores de meretrizes. Posso aqui levantar a suspeita de que Admar Queiroz, talvez, pela frequência com que ocorriam “alterações” na relação entre meretrizes e seus homens não entendia gravidade nesse tipo de violência. Uma outra hipótese gira em torno de o delegado desmerecer a condição de vítimas daquelas mulheres em virtude de alugarem seus corpos a quem lhes pagasse. Nesse sentido, estariam sujeitas a não obterem o devido respeito e tratamento dos homens com os quais se relacionaram. De todo modo as relações entre os gêneros naquela época em muitos casos pressupunha a violência a mulheres cometida por homens.

No mesmo mês, em localidade próxima ao “Buraco da Gia”, na Avenida Garcia, houve briga e agressão entre duas mulheres. Uma foi denominada pelo periódico como “a meretriz Maria de Lourdes Santos”, vítima, enquanto a outra foi apresentada como autora do crime “a mulher Maria Alves da Silva”. Esse discurso é revelador no tratamento que dispensou as duas mulheres. Enquanto uma era apenas meretriz, usurpada discursivamente de sua condição feminina, a outra por não exercer estas atividades sexuais foi apresentada como “mulher”. O substantivo feminino foi utilizado apenas para Maria Alves da Silva, suponho que num lapso o escritor da matéria identificou esta mulher às prerrogativas de gênero valorizadas na sociedade itabunense da época. A meretriz agredida, Maria de Lourdes, não podia ser nominada mulher por sua atividade retirá-la do enquadramento em regras hegemônicas para o gênero feminino.

Nessa mistura heterogênea de acontecimentos as prostitutas dividiam-se e revezavam-se entre as terminações das ruas no centro da cidade, em variados bairros fronteiriços deste e também em arrabaldes periféricos. Novos pontos da cartografia do comércio sexual em Itabuna na década de cinquenta já foram mencionados, entretanto, nenhum outro território colonizado tornou-se zona de meretrício como o bairro do Cajueiro. Originalmente composto por mata e fazendas, naquele bairro periférico, localizava-se o trecho inicial da estrada de chão que ligava Itabuna a Ilhéus. Lá foi instalada uma base para o maquinário da companhia Luz & Força que cuidou à época da distribuição elétrica de Itabuna. Aos poucos, os lotes do bairro desabitado começaram a abrigar casas e ruas. Não tardou para que as prostitutas de Itabuna e que chegavam à Itabuna lá estabelecessem uma relevante “comunidade”.

As poucas ruas do bairro do Cajueiro transbordaram prostíbulos de todos os tipos, das mais humildes as tão requintadas quanto os famosos cabarés do centro da cidade. Teriam as prostitutas encontrado o local perfeito para morar e exercer suas atividades, longe dos olhares das famílias e casas de comércio do centro? Aquele bairro de população crescente era de fato

afastado do centro, tanto quanto desejavam aqueles que discursavam sobre a inconveniência da permanência do comércio sexual no “coração da cidade”. Contudo, o bairro não era exclusivo delas e possivelmente os baixos preços dos lotes, dos aluguéis, atraiu bastante moradores. As famílias que passaram a dividir as ruas do Cajueiro com o meretrício onde mundanas viviam se desagradaram e também recorreram aos periódicos itabunenses.

As queixas não eram menores que as dos vizinhos do centro e passaram a ser veiculadas com regularidade pela imprensa. O jornal *Diário de Itabuna* solidarizou-se com a manifestação de uma comissão de senhoras que lá aportou pedindo ajuda. Antes de publicar a carta entregue para divulgação pela referida comissão, o redator fez questão de emitir sua opinião, ele concordou com a comissão como quem já havia visto ou vivenciado a “algazarra terrível” que diziam era o bairro. Entretanto, esclareceu, ao passo em que criticou, alguns dos frequentadores daqueles estabelecimentos: “não somos perseguidores dessas que vivem à margem da sociedade [...]. Somos diferentes dos que tomam parte em bacanais e depois apontam as infelizes como culpadas. São eles, os moralistas, os filhos de família, que colaboram com essa algazarra”¹⁰¹. Para caracterizar a tal “algazarra” enumerou alguns fatos, como o grande movimento de carros, palavrões e os horários de funcionamento dos prostíbulos.

O redator como a maioria dos outros comentaristas e críticos de matérias que envolviam o comércio sexual além da reivindicação do policiamento tinha seu parecer a dar: “o problema é de localização do meretrício. Compete à polícia, ao prefeito, ao poder judiciário, à sociedade enfim, determinar um bairro em formação, para sua localização, e teremos, de uma vez, resolvido o problema”¹⁰². Mais uma vez o cerne do problema era a visibilidade das meretrizes e as disputas pelo território que ocupavam. No discurso do escritor da matéria o problema era de fácil resolução: criar um bairro ocupado exclusivamente por elas. Confinar o comércio sexual em bordéis e criar uma espécie de “gueto” especial e apartado para abrigar esses estabelecimentos. No entanto, o desejo de pôr as meretrizes a parte, de isolá-las de uma suposta “sociedade decente” não encontrou condições de possibilidade, ou não era tão popular e imperativo como queriam fazer acreditar os alardes da imprensa local.

As famílias do centro ansiaram por ver o meretrício deslocando-se para a periferia e quando lá aquelas mulheres instalaram-se também seus vizinhos bradaram contra a sua permanência. Na esmagadora maioria dos discursos apresentados, volto a repetir, a intenção

¹⁰¹ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 110, 6 mar. 1958, p. 6.

¹⁰² Idem, Ibidem.

de acabar, exterminar o comércio do amor venal na cidade não é patente. O discurso do articulista do *Diário de Itabuna* comungou com uma opinião majoritária: de que a “dor de cabeça” não eram as práticas sexuais extra-maritais, mas o espaço onde elas deveriam acontecer, preservando o olhar dos que deste comércio não faziam parte.

A carta em si, da comissão de moradores, publicada pelo jornal, não mencionou a “solução” apontada pelo redator. Conforme veremos restringiu-se a revelar os “transtornos” sofridos pelas famílias do Cajueiro e implorar por uma ação, a qual não foi especificada, ao sub-delegado do bairro. Após a opinião do redator vamos à carta:

Ilmo. Sr. Diretor do "Diário de Itabuna"

Nesta, Prezado Senhor:

Nós firmadas abaixo, representando em comissão as famílias do bairro do Cajueiro; aqui estamos para pedir a V. S. o apoio moral do seu conceituado jornal, face ao apelo que as famílias estão dirigindo ao Sub-delegado do Bairro no sentido de manter o respeito, impedindo que se continue por quase toda noite a partir das 22 horas, os gritos, palavrões, por parte das mulheres e seus habitués bem assim uso de buzinas de carros, rádios e ampliadores nas casas das mesmas. A dita comissão dirige-se a ilustre Câmara de Vereadores solicitando providências imediatas, contra esta escola de corrupção dos sentimentos da juventude. Contra este sistema ilegal e corrupto em que vivem as mundanas num verdadeiro acinte as famílias e num desrespeito impressionante. As famílias que têm a infelicidade de residirem perto das casas destas vivem sem liberdade, sobretudo sem terem direito ao repouso necessário e útil em face do acima exposto.

Somos agradecidas, ao seu Jornal, pela acolhida que der ao nosso justo pedido.

Subscrevem-se pelas Senhoras do Bairro:

Itabuna, 5 de Março de 1958.

A Comissão

Maria Isbela Miranda de Oliveira.

Rute Rocha dos Santos Brandão.

Celina Freitas dos Santos.

Laurentino Pereira.

Euni de Souza Campos¹⁰³.

Ainda que a carta tenha sido redigida no feminino, pois era o discurso de “senhoras do bairro” que falavam em nome das famílias do Cajueiro, um nome masculino figurou entre os representantes da comissão. Laurentino Pereira, ao lado de quatro mulheres compôs o grupo que se dirigiu ao jornal. Não é possível especificar as razões de sua assinatura; esposo (digo legítimo) de nenhuma delas ele era, pois, nenhuma possuía seu sobrenome. Para mim isso permitiria afirmar que não foi compelido pela sua mulher a colaborar com a causa. Pode ter assinado porque simplesmente incomodou-se tanto quanto aquelas senhoras com a situação das “mundanas” no bairro ou estava na lista como representante masculino para legitimar que aquela reivindicação não se tratava de ciúmes de mulheres.

¹⁰³ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 110, 6 mar. 1958, p. 6.

Deixando as razões de Laurentino para trás, o discurso da carta da comissão é revelador por, *grosso modo*, ter listado as motivações da reivindicação ao sub-delegado. Segundo ali constou o movimento dos cabarés iniciava-se às vinte e duas horas e seguia madrugada a dentro, as mulheres e seus clientes falavam alto, “gritavam”; nessas conversas palavras tomavam lugar¹⁰⁴. Como ouvir e ser ouvido em meio ao som dos rádios¹⁰⁵ e ampliadores? Um bom número de clientes, suponho, tinha que se deslocar de outras partes da cidade para o Cajueiro, os “habitués” iam de carro e lá buzonavam¹⁰⁶. Na relativa rotina de “silêncio” noturno, não só daquele bairro como da cidade em geral, ampliadores de rádio e veículos automotivos eram novidades. O que certamente provocou naquelas vizinhanças uma sensibilidade maior àquele tipo de barulho, sem querer diminuir a questão.

O estranhamento em relação as novidades do bairro do Cajueiro foi narrado numa crônica de Carlos Romeu Silva¹⁰⁷, publicada no jornal *O Intransigente* com o título “Cajueiro ida e volta”¹⁰⁸. O personagem narrador da crônica disse ter se afastado do Cajueiro e de Itabuna por oito anos, e tendo retornado ali ao fim da década de cinquenta ele “ficou constrangido: parecia mentira, mas agora não sabia mover-se com segurança nas ruas afastadas do centro da cidade. Se naquele momento os amigos o abandonassem, ele não encontraria o cabaré e custaria muito achar o asfalto e voltar para casa”¹⁰⁹. O lugar estava transformado, as mulheres que ali trabalhavam tinham uma rotina de trabalho a cumprir, “ele quis continuar abraçado, mas a mulher falou que não podia, já estava na hora; outro dia sim, porque simpatizara com ele; aquela noite ela prometera a outro; se ele tivesse aparecido mais cedo... Ele pagou e saiu andando”¹¹⁰.

O personagem de Carlos Romeu não se conformou por ter de deixar a moça com quem se deitara, gostou dela, mas, seu corpo era alugado, seu tempo tinha acabado e outro chegaria para tomar o seu lugar nos braços dela. “O cheiro das carnes da mulher rescendia por dentro da camisa, vindo de baixo. Era um cheiro gostoso pensou e fechou os olhos”¹¹¹. E o personagem o que faria ao sair daquele lugar? Não podia permanecer com a mulher que queria, não estava acompanhado dos amigos “que ficaram enlaçados nos corpos nus das

¹⁰⁴ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 110, 6 mar. 1958, p. 6.

¹⁰⁵ A primeira emissora de rádio de grande alcance de Itabuna foi a Rádio Clube, inaugurada em 1956.

¹⁰⁶ Também em 1956 Itabuna ganha uma revendedora de carros em grande escala a Mercedes Benz. Porém, na cidade já circulavam há algum tempo os veículos Jipe Willys.

¹⁰⁷ Cadete da Academia das Agulhas Negras.

¹⁰⁸ *O Intransigente*, Itabuna, ano [?], n. [?], 1 ago. 1958, p. 2.

¹⁰⁹ Idem, Ibidem.

¹¹⁰ Idem, Ibidem.

¹¹¹ Idem, Ibidem.

mulheres na casa das mulheres”¹¹². Segundo o cronista aquele homem se deu conta das mudanças, das idas e vindas do tempo naquele momento, “a menina de outrora, tímida, era agora moça orgulhosa, orgulho feito em oito anos... Chegou a morena alta que fuma e muitas outras morenas, louras, ruivas e pretas”¹¹³. A variedade de mulheres saltava aos olhos, seus hábitos também, eram de todas as cores, fumavam, tinham o tempo certo para o cliente determinado. Sem acordos nem amores para o personagem do cronista, só a simpatia.

Não era a primeira vez que o cronista do *Diário de Itabuna*, Carlos Romeu Silva, dedicava-se a falar do comércio sexual e suas trabalhadoras. Em dezembro de 1957 escrevera uma outra crônica cujo título era “A casa de Joana”, um discurso sobre glórias, beleza e velhice¹¹⁴. As crônicas por tratarem de um assunto conhecido dos leitores (as), porém, veiculado nos periódicos invariavelmente de forma negativa, também se encerraram expondo o pessimismo do autor em relação ao comércio sexual. A Joana de Carlos Romeu era uma “rapariga” de muitos homens, por ser demasiado bonita e bem feita de corpo não lhe faltaram clientes, ao contrário, a porta de sua casa tinha fila de espera de homens ávidos por alugar seu corpo para o prazer.

Joana era amada por muitos homens e desprezada, por ciúme, pelas mulheres do lugar onde vivia, elas sabiam que o amor de seus maridos pertencia àquela trabalhadora do sexo. As esposas corriam a porta de Joana, ameaçavam-na, porque segundo o narrador elas não possuíam o que só Joana tinha. A polícia também lá batia, a mando das esposas revoltadas, para refrear Joana, mas, dela se encantavam e juntavam-se aos seus já numerosos clientes. Contudo, o tempo passou para Joana, a velhice lhe subtraiu os atrativos, os homens deixaram de procurá-la e as mulheres de incomodá-la, com o tempo também se foi Joana e na casa tão movimentada e perfumada restaram apenas fantasmas¹¹⁵. Talvez, e essa é uma suposição muito cuidadosa, a crônica pretendesse ter um fundo moral, que ressaltaria um dos imperativos para o gênero feminino. Expunha que os encantos da juventude tinham prazo de validade e acabavam como fantasmas solitários as mulheres que em tempo não dedicavam seus amores a um só homem e sua descendência.

As mulheres do Cajueiro, como a morena da crônica anterior ou a Joana desta última, fizeram fama e repercutiram negativamente na imprensa. O assunto pareceu o preferido dos jornais itabunenses. Reclamações de comissões inteiras, queixas de particulares, algumas de

¹¹² *O Intransigente*, Itabuna, ano [?], n. [?], 1 ago. 1958, p. 2.

¹¹³ Idem, Ibidem.

¹¹⁴ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano I, n. 47, 16 dez. 1957, p. 5.

¹¹⁵ Idem, Ibidem.

cortar o coração dos leitores: “um humilde pedreiro, cujo nome pede silenciemos, para evitar perseguições, porque o mal tem sempre protetores, enviou-nos uma carta comovente, em que conta sua desdita”¹¹⁶. O suposto pedreiro do discurso do jornal *Diário de Itabuna* temeu revelar o nome, pois, podia sofrer represália de suas vizinhas mundanas. Segundo o jornal ele era morador do bairro Cajueiro onde residia com a esposa e três filhas. A falta de respeito era muito grande, afirmou o suposto pedreiro, mesmo com toda a boa vontade que ele e sua família tinham. Sofria com as “pornografias do mulherio” e de seus frequentadores, sendo pobre não tinha condições de abandonar sua casa para ir viver em outro bairro, por isso pediu ao periódico que chamasse a atenção do policiamento para que fosse “severo”¹¹⁷. Indícios de que policiais e mulherio negociavam uma convivência amistosa naquele território?

Das duas uma, ou o bairro do Cajueiro contava com muitos pedreiros, ou o pedreiro do discurso do *Diário de Itabuna* era hipotético. Por que os detalhes sobre a profissão e a família se a intenção era que não fosse descoberto?! Ou o apelo discursivo da nota não atingiria o público leitor sem o subterfúgio da profissão honesta, família grande e de mulheres e condições humildes de sobrevivência? Marcel Proust ao escrever sobre a camada aristocrática da sociedade francesa afirmou que liam “[...] os jornais como se ama, com uma venda nos olhos” (2004, p. 54). O pedreiro da referida reportagem não queria ser identificado, insinuou que as prostitutas tinham “seus protetores”, que talvez poderiam prejudicá-lo, a ele e sua família. Em todo caso, o pedreiro do discurso do jornal ressaltou que o policiamento apenas deveria ser severo “até que as mulheres sejam localizadas em bairro novo, apenas para elas”¹¹⁸. E retornou a idéia de um bairro exclusivo para localizar o meretrício. O cotidiano dessas mulheres mal-ditas, mal-faladas pela imprensa itabunense sobretudo, não podia se exercer no mesmo território que as demais famílias do centro da cidade, também na periferia em formação eram um problema para os vizinhos. A idéia do bairro/zona de meretrício ganhou força, mas não ações que a efetivaram.

A situação do Cajueiro, após abaixo-assinados enviados por comissões de famílias à câmara de vereadores e autoridades policiais, foi enfim levada em conta. O sargento Oldack Matos Costa foi nomeado para a sub-delegacia daquele bairro. Os moradores que estavam em confronto com o mulherio acharam por bem, via jornal, agradecer a providência tomada. Na oportunidade a carta de agradecimento foi publicada e assinada por 24 representantes, vale a pena conferir:

¹¹⁶ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 317, 20 nov. 1958, p. 6.

¹¹⁷ Idem, Ibidem.

¹¹⁸ Idem, Ibidem.

Nós que há muitos anos residimos neste bairro, fomos assaltados por uma onda de acontecimentos desde que para aqui transferiram o mulhério, desordens, desrespeitos e aborrecimentos vários. [...] Como nem tudo está perdido, com a nomeação do sargento Oldack Matos Costa, para sub-delegacia deste bairro a ordem fora restabelecida. Essa continua, porém, eles responsáveis pelo desassossego público, encontraram nesta autoridade zelosa e cumpridora de seus deveres o embargo aos seus maus hábitos. Nós do Bairro do Cajueiro, desejamos das autoridades superiores apenas isto: A manutenção desta autoridade na sub-delegacia do bairro em quanto ela exercer a missão que está exercendo de policiar em função do Direito do justo, e do bem estar público, e estaremos compensados da esperança de confiança que depositamos nas autoridades de haver ainda quem os representando, pudesse manter a ordem e o respeito neste populoso bairro do Cajueiro.

Itabuna, 3-12-1958

Francisco Alves Oliveira, Julio Brito dos Santos, Eliezer Figueiredo, Enock Souza Pinho, Lucilia Alcantara, Antonio Rodrigues do Rosario, Marildes Pereira, José Domingos Barros, Aurelino Sena, Crescencia Rodrigues, Waldemar Brandão, José Gabriel de Andrade, Levino José de Oliveira, Severino Alves Gonçalves, Cristobal Batista Bonfim, Pedro Barros Muniz, Antonio Muniz Barros, José Paixão Oliveira, José Correia Guimarães, Augustinho Hermes de Souza, Rosalvo Teles Santana, Josino Rocha, Arthur Araújo, Antonio de Araújo¹¹⁹.

O discurso da carta de agradecimento faz crer que o Cajueiro era já um bairro populoso antes da instalação dos cabarés por lá. O argumento foi possivelmente utilizado – e aqui não há como passar a largo de que se trata de um conflito especialmente territorial – para referendar a ideia implícita de que aquelas mulheres, leia-se intrusas e inconvenientes, deveriam sair do bairro. A chegada delas foi apresentada no discurso da carta como fruto de uma “transferência”, melhor dizendo para lá “transferiram o mulhério”¹²⁰. Quem as deslocou, ou impeliu que se deslocassem de um território para outro não estava explícito na carta. Mas, espero que o leitor se recorde das tensões e pressões que a localização do meretrício no centro produziu, vimos isso no capítulo anterior. O centro da cidade se tornou um espaço conflituoso e lugares mais afastados alternativamente foram colonizados por aquelas mulheres.

A chegada delas no bairro do Cajueiro foi atribuída toda a desordem que perturbou seus moradores. Luigi Pirandello “Mas a máquina social exige, para manter-se em pé e reproduzir-se, uma engrenagem constante, um sistema de normas de comportamento dotado de um mínimo e, as vezes, de um máximo de coerência de expectativas; numa palavra a sociedade requer uma forma”¹²¹. Na introdução expus que o juiz de direito José Desouza Dantas também culpabilizou as prostitutas, pela grande ocorrência de inquéritos policiais na comarca de Itabuna. No caso do Cajueiro as autoridades se mobilizaram e o sargento

¹¹⁹ *O Intransigente*, Itabuna, ano II, n. 336, 9 dez. 1958, p. 6.

¹²⁰ *Idem*, *Ibidem*.

¹²¹ PIRANDELLO, Luigi. *Op. Cit.*, p. 8.

nomeado sub-delegado do bairro conseguiu acalmar os ânimos dos moradores. Estes prontamente aplaudiram o trabalho do sargento Oldack, entretanto, conheciam a influência que as prostitutas poderiam ter contra quem lhes desagradasse. Recorreram ao jornal para talvez, preventivamente, impedir que o sargento fosse de lá deslocado. Essa é uma demonstração sutil do poder que poderiam ter aquelas mulheres, poder reconhecido de forma velada, mas não subestimado.

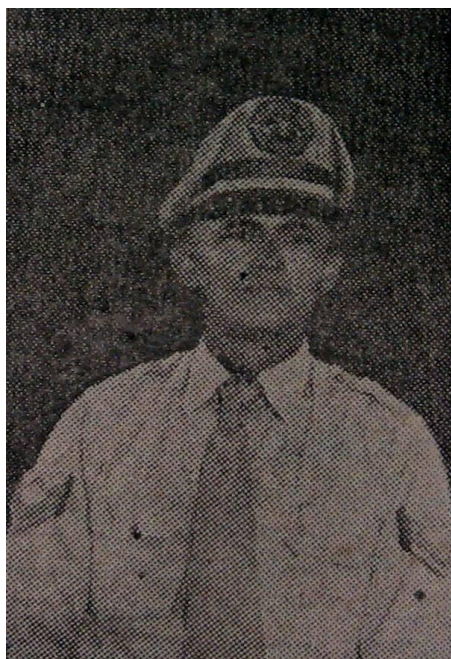


Ilustração 21 – Sargento Oldack Matos Costa. Foto publicada no jornal Diário de Itabuna de 06.04.1959, ano II, n. 422, p. 6.

Publicada no jornal e assinada por 24 pessoas onde apenas 3 eram mulheres certamente deram um caráter diferente aquela carta. Não era reivindicatória, mas de agradecimento e pedido de manutenção de um estado de coisas. Os abaixo-assinados eram em grande medida comerciantes do bairro e profissionais liberais que lá moravam. Desta vez as “desordens, desrespeito e aborrecimentos” não foram especificados, nenhuma exegese moral foi composta. Importante ressaltar que a grande maioria dessas publicações críticas sobre a presença e práticas das prostitutas não revelou seus nomes, nem de suas cafetinas, tampouco de seus contumazes frequentadores. O discurso foi sempre genérico. Seria isso também por temerem possíveis represálias de alguns desses agentes do comércio sexual? E os clientes estariam entre eles abastados e/ou autoridades que não podiam comprometer suas imagens?

Enfim, a paz de ânimos durou muito pouco, no mesmo mês o *Diário de Itabuna* recebeu novas queixas desta vez dos moradores da Rua São Francisco, uma das principais do

bairro do Cajueiro¹²². Segundo a nota jornalística, para exemplificar a balbúrdia desencadeada pelas prostitutas os moradores daquela rua descreveram um suposto fato ocorrido: “um indivíduo que parecia estar embriagado andava pelas ruas com um jipe com duas bocas de alto-falante a fazer declarações às meretrizes, proferindo obscenidades”¹²³. Os termos genéricos, como “indivíduo”, foram recorrentes, o indivíduo foi observado e os vizinhos das prostitutas possivelmente sabiam quem ele era, ao menos seu carro ficou conhecido.

O discurso da reclamação prosseguiu afirmando que “a situação é pior ainda na noite de sábado para domingo, quando alguns granfinos amanhecem bêbados em plena rua, praticando atos indecorosos”¹²⁴. Nesse texto uma referência aos clientes das casas de mulheres do Cajueiro, nos finais de semana homens ricos, “granfinos”, podiam ser vistos embriagados logo ao amanhecer nas ruas. Ainda de acordo com o publicado no jornal eles promoviam “escândalos, gritaria e atos imorais”. E quanto ao sargento Oldack Matos e seu destacamento? Por fim pediram sua atenção àquela rua e reafirmaram sua capacidade e eficiência enquanto policiador, imagino eu que compreendiam quem nem tudo podia ser de fato controlado por ele¹²⁵.

Os descontentamentos pareciam proporcionais ao grande número de prostíbulos num só bairro. Uma moradora da rua São José no Cajueiro reclamava contra “os atos indecorosos que são praticados por mulheres da vida livre naquela rua, atentando contra a moral e a ordem”¹²⁶. Na nota de reclamação a suposta moradora da rua São José disse não conformar-se “principalmente com duas casas de mulheres cujo barulho, gritos, palavrões, etc. põem em sobressalto toda a vizinhança”¹²⁷. O discurso da queixa não esclareceu se apenas existiam duas casas de mulheres naquela rua ou mais que duas, por que a moradora faria questão de ressaltar que seus problemas são “principalmente com duas casas de mulheres”? Os motivos da revolta contra as mulheres de vida livre são repetitivos: o barulho, a fala alta, os palavrões... E a essa altura o sargento Oldack já não tinha mais o controle da situação.

No mesmo mês e ano a rua São José do mesmíssimo bairro do Cajueiro retornou às páginas do periódico, segundo as reclamações desesperadas prosseguiram “os desrespeitos das mulheres da vida livre às famílias residentes na rua S. José”¹²⁸. Se em outras queixas de

¹²² A título de informação, a casa de mulheres a que se referiram os reclamantes da Rua São Francisco pertencia a minha tia-avó Leo, mais conhecida por Mama.

¹²³ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 339, 17 dez. 1958, p. 6.

¹²⁴ Idem, Ibidem.

¹²⁵ Idem, Ibidem.

¹²⁶ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 461, 1 jun. 1959, p. 6.

¹²⁷ Idem, Ibidem.

¹²⁸ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 478, 26 jun. 1959, p. 4.

moradores do mesmo bairro tivemos notícia de um mulherio que abria as portas às vinte e duas horas, os reclamantes da rua São José afirmaram que “as duas casas de mulheres de frente ao n. 600” daquela rua iniciavam os trabalho as vinte horas¹²⁹. O problema, talvez, e a suposição é minha, se desse justamente em virtude da demanda de muitas mulheres de vida livre no mesmo território. Ocorreram eventualmente os “escândalos” propalados pelos queixosos: “as mulheres por sua vez saem para rua de qualquer jeito e como entendem, até de camisa de dormir”¹³⁰. Quem sabe a concorrência no comércio sexual do bairro levou alguns estabelecimentos e suas ocupantes a alterarem a rotina em busca de vantagens com os clientes.

O tumulto crescia no bairro Cajueiro, prato cheio para o sensacionalismo da imprensa! O sargento Oldack Matos Costa não chegou a completar sequer um ano na sub-delegacia do bairro, e talvez, não tenha nem sido necessário que uma ou outra mulher de vida livre ou dona de casa de mulheres “mexesse os pauzinhos” para removê-lo. Em 30 de junho de 1959, uma matéria sobre ele era capa daquela edição do *Diário de Itabuna*, e o discurso iniciava assim: “O bairro do Cajueiro é infeliz com suas autoridades”¹³¹. A culpa pelo malogro não era atribuída apenas ao sargento, afinal os moradores reconheciam “alguma dificuldade no policiamento de uma zona onde infesta a prostituição, criando vexames às famílias ali residentes, ainda mais quando muitos moços exaltados por bebidas ou pela falta de educação ali procuram fazer desordens”¹³². O sargento Oldack, de acordo disseram, havia perdido o suposto controle no bairro, prendeu um “moço de boa família”, porém, antes de conseguir isto caçou o indivíduo “igual animal” e disparou tiros. Depois disto a própria população recorreu ao prefeito Gileno Amado para que nomeasse outro sub-delegado para o bairro¹³³.

No mês seguinte a autoridade convocada através das queixas no jornal era outra, o sargento João Martins, o novo sub-delegado. Repreendido para que melhor vigiasse a posse e uso de armas brancas e revólveres no bairro do Cajueiro¹³⁴. Essa ordem partiu do Capitão Admar Queiroz Pinto comandante de polícia do município de Itabuna, não sem razão. O pedido do capitão ao sub-delegado aconteceu no início do mês, no final dele a rua da Palmeira no bairro Cajueiro registrou uma briga grave entre uma mulher conhecida por Dedé e a mundana Almerinda Barbosa Santos. Dedé feriu a faca, com cortes profundos, a mundana

¹²⁹ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 478, 26 jun. 1959, p. 4.

¹³⁰ Idem, Ibidem.

¹³¹ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 480, 30 jun. 1959, p. 1.

¹³² Idem, Ibidem.

¹³³ Idem, Ibidem.

¹³⁴ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 487, 11 jul. 1959, p. 6.

Almerinda, braço e mão foram atingidos, por motivos não relatados na reportagem policial do periódico. O novo sargento João Martins tendo chegado tarde à cena do ocorrido tomou providências e instaurou inquérito para apurar as responsabilidades¹³⁵.

As reportagens policiais e notas de queixas tiveram o bairro do Cajueiro como palco principal década de sessenta a dentro. Os moradores das imediações de casas de mulheres não se conformavam com a presença das prostitutas, as fontes supracitadas que trataram deste bairro foram apenas uma amostra dos primeiros conflitos em torno daquele território. O recorte temporal desta pesquisa encerra-se aí, pois, a década de sessenta consolidou aquela região da cidade como principal zona de meretrício. As matérias jornalísticas que criticaram o comércio sexual no bairro não deixaram de ser veiculadas. Porém, em menor frequência e com a alteração de seu motivo recorrente, a necessidade de saída do meretrício daquele território, para lamentações pela perda da rotina de silêncio noturno do bairro.

¹³⁵ *Diário de Itabuna*, Itabuna, ano II, n. 496, 31 jul. 1959. p. 6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os valores morais propalados, sobretudo, pelos segmentos economicamente favorecidos reservaram um lugar para idealizada “moça de família”. Para tanto, esses discursos contavam com a existência das prostitutas para mantê-las intocadas e valorizadas. Na convivência mais ou menos tolerada entre as prostitutas e demais munícipes, a maneira de atuação sobre o tecido urbano dessas mulheres transformou certos lugares citadinos em espaços de resistências. Nesses territórios, essas mulheres lutaram cotidianamente para não se desfazerem dos seus costumes, espaços e práticas. Esforçaram-se dentro de seus limites de atuação e redes sociais, para não serem colonizadas, para não dar lugar a outras práticas descoladas de suas vivências.

De certo modo, entendo que as mulheres que se envolveram no comércio do sexo da cidade de Itabuna desestabilizaram os significados culturais hegemônicos, apresentando concepções alternativas de mulher e da sexualidade feminina. Ao construírem suas subjetividades elas apresentaram singularidades, dirigiram suas vidas negociando estratégias de convivência com as donas dos bordéis, clientes, amantes, entre elas os vizinhos e mesmo com a polícia. Todavia, a própria existência destas meretrizes corroborou com as prerrogativas de gênero hegemônicas nesta sociedade.

A procura dos homens pelo sexo pago era visto como resultado de seu desejo (diferenciado do feminino) concebido como força natural. As diferenças entre os gêneros, construídas social e culturalmente, marcaram profundamente a formação de uma imagem da mulher prostituta na primeira metade do século XX em Itabuna, assim como a definição de espaços sociais femininos e masculinos. Discursos reforçavam que esse desejo masculino, não era passível de ser reprimido então, instituições como os bordéis foram inventadas para acomodá-lo. Essas instituições não eram amplamente reconhecidas muito embora não fossem invisíveis.

Era justamente a sua visibilidade que ameaçava a ordem. Tanto que as casas de mulheres eram espaços específicos para os homens. Não eram um espaço das e para as mulheres, mas um local de trabalho. Assim elas enfrentaram dificuldades e careciam sempre de um espaço próprio. As mulheres de determinados segmentos da sociedade deveriam ser “preservadas” sexualmente, preparadas para a concepção de uma prole higienizada, legítima e sadia, a despeito das mulheres dos segmentos menos favorecidos para as quais este não foi um imperativo. Entram em jogo as prostitutas, mulheres que desviaram do caminho “natural” do

casamento, que deviam cumprir suas partes na satisfação dos desejos dos homens que as procuravam.

Nesse sentido os variados discursos que instauraram a utilidade ou falência moral da prostituição se revestiram de negatividade. Discurso entendidos ao longo desse texto como materialidade, como prática instituinte que cria os objetos de que fala. As nomeações, alcunhas, descrições, espaços de jornais e mesmo as fotografias veiculadas nestes pareciam demonstrar a situação inferior e deslocada das prostitutas. Os closes captaram cabelos desgrenhados, roupas desalinhadas, corpos descuidadamente revelados, a afronta das detidas por crimes ou vítimas deles. Porém, o ato de execrar, constranger, foi também o ato de enunciar, tornar público, dar visibilidade e importância. A imagem delineada sobre as meretrizes pelos discursos pesquisados tentaram estabelecer no público leitor uma rejeição aqueles modos de levar a vida, encerrando-as em suas atividades. Os discursos que desqualificaram mulheres que atuaram no comércio sexual buscaram apontar através do avesso como deveria se portar uma mulher honesta em Itabuna.

A pretensão deste trabalho foi rachar esse discurso unívoco de prostituta, mostrar outros vieses minguando essa imagem essencialista construída sobre as mulheres que alugaram seus corpos. Entretanto, reconheço que a documentação utilizada ao longo de toda a dissertação partiu apenas de um dos lados da história que narrei. Por ser proveniente maciçamente da imprensa, dos poderes públicos municipais e estaduais, da medicina e de memorialistas as fontes desta narrativa contém discursos sobre as prostitutas e não a partir delas. Na narrativa o cotidiano de relações dessas mulheres dá ares de ser muito conflituoso, no entanto, me parece que não foi constantemente assim ou não tão acirrados. Os conflitos ficaram em destaque devido ao uso e proveniência das fontes. A escolha destas foi feita para propiciar a busca de outros significados nessas falas que em geral depreciaram as prostitutas.

As resistências, as negociações a rede de relações dessas mulheres, espero eu, puderam ser analisados através dos gritos, do sair as ruas, mostrar-se nas janelas, bares, pontes e etc. Na permanência das casas de mulheres no centro mesmo com a “campanha moralizadora”, ignorando ou recusando as determinações da polícia, nem sempre vilã. Processos históricos que através do discurso apresentam as experiências dos sujeitos. Como coloca Joan W. Scott “não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência”¹. As mulheres que alugavam seus corpos não apareciam nos periódicos como vivenciadoras de experiências peculiares, mas como mulheres que eram

¹ SCOTT, Joan W. SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. In: *Projeto História*. Cultura e Trabalho n. 16. São Paulo: Educ, dez. 2002. p. 304.

prostitutas. O discurso sobre elas se erigiu sobre suas experiências corporais. Suas práticas cumpriam nesse caso função unificadora, aproximando pessoas diversas em um todo totalizante. Esse aspecto excluiu toda uma gama de outras atividades e papéis sociais performados por essas mulheres ao simplesmente não considerá-los.

Ressalte-se que as investidas das autoridades municipais e estaduais assim como as variadas investidas discursivas denotavam o desejo de “esconder” as prostitutas. Deslocá-las para territórios menos inconvenientes, contudo, nenhuma efetiva intenção de acabar com suas atividades. Conforme refletiu Foucault, “se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro”². A assertiva do estudioso francês, guardadas as devidas especificidades e proporções, pode ajudar a compreender o que a cidade de Itabuna pretendeu para as mundanas. Elas deviam deixar o centro da cidade, que não lhes pertencia mais, pois, neste território só havia espaço para um tipo de sexualidade: a consentida pelo matrimônio.

A tentativa de uniformização dos modos de viver e consumir o território urbano apareceu tanto no discurso dos periódicos, como nos projetos de remodelação urbana e legislações municipais. Os discursos, enquanto espaços de poder convergiram numa tentativa de condenação dos usos populares no tecido urbano de Itabuna. Todavia, nessas disputas, os segmentos menos favorecidos, dentre eles as mulheres que aqui enfoquei não se furtaram de defender suas maneiras de significar o território urbano, que ultrapassaram os projetos de cidade empreendidos pelos homens de “ciência”³. De acordo com a formulação da historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto, que estudou municípios mineradores de Mato Grosso, é possível observar nas cidades “iniciativas de resistência, em que outras formas de reapropriação do espaço emergem e oferecem combate: a cidade como palco de embates entre múltiplas verdades produzidas”⁴.

O fio condutor desta análise foi a tensão e os conflitos decorrentes da presença das prostitutas em espaços citadinos que elas tiveram de compartilhar com outros segmentos sociais, outras mulheres, comércio, profissionais liberais e etc. Todavia boa parte dessa “sociedade” não apreciava conviver ou compartilhar (seus maridos, negócios, territórios) com

² FOUCAULT, Michel. 1988, Op. Cit., p. 10.

³ PEREIRA, Cristiana Schettini. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Orientadora: Maria Clementina Pereira Cunha. (Tese de doutorado). p. 8.

⁴ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006. p. 22.

essas mulheres. Então o desejo expresso nos discursos, de que as prostitutas fossem apartadas da vida social apareceu nos planos de mudanças de localização do meretrício e denúncias dos distúrbios que provocaram. Mas, esse não foi um desejo realizado, aliás, quem pode demonstrar se sequer ele era tão imperativo?

Ocorre que esse desejo de pôr a parte foi expressado a ponto de marginalizar, criar um lugar social para as prostitutas, sem que fosse mesmo necessário reservar um lugar citadino para elas. Possivelmente esse plano tantas vezes apregoado não foi realizável porque aquelas mulheres não estavam à margem da sociedade, ao contrário, os vários casos narrados apontaram que elas estavam inseridas em redes sociais que extrapolavam a administração simples de seus negócios. Ou talvez a administração de seus negócios ou suas atividades não podiam ser exercidas no isolamento desejado pelos que pretenderam colocá-las num território demarcado.

Finalmente, que os fragmentos de vida das muitas Antonietas, Zildas, Gizélias Marinalvas, Palmiras, Marias, Izaurinhas, Jujús, Ernestinas, Corinas, Mindas, Madalenas, Caboclinhas e tantas outras abram portas, janelas e escancarem as histórias “mal-ditas”. Inspirem estudos preocupados em protagonizar mulheres. Que vocês leitores, pares, não se limitem a leitura desse trabalho, mas que as indagações e análises aqui urdidas possam suscitar outras questões, inspirar outras pesquisas. Afinal, nada é conclusivo na História...

FONTES E REFERÊNCIAS

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS

BPEBa – Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

APMIJD – Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas.

CEDOC/UESC – Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz.

APPJ – Arquivo Permanente do Poder Judiciário – Comarca da Vara Crime de Itabuna.

APEBa – Arquivo Público do Estado da Bahia Fundação Pedro Calmon.

Biblioteca virtual do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE

FONTES IMPRESSAS

Jornal A Época

Jornal O Intransigente

Jornal O Fanal

Jornal Voz de Itabuna

Jornal Diário de Itabuna

Jornal Oficial do Município de Itabuna

Anais da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Itabuna 1941-1942.

Código de Posturas do Município de Itabuna

Projeto de remodelamento e expansão da cidade de Itabuna.

Projeto de Saneamento de Itabuna (Estado da Bahia) – Relatório. F. Saturnino R. de Brito Filho.

Processo de empréstimo contraído entre a Prefeitura de Itabuna e a Caixa Econômica Federal (1935). Notação 3460-150.

Relatório de Provimento da Correção 1940, 1941, 1942 - Itabuna. Notação 3482-324.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ADLER, Laure. **Os bordéis franceses, 1830-1930**. Tradução Kátia Maria Orberg e Eliane Fitippaldi Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

_____. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru-SP: Edusc, 2007.

_____. “Às margens d'O Mediterrâneo: Michel Foucault, historiador dos espaços”. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio (org.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **A invenção do nordeste e outras artes**. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

AMADO, Jorge. Apontamentos sobre o moderno romance brasileiro. **Lanterna Verde**, n. 1, maio 1934.

_____. **Cacau**. Rio de Janeiro: RECORD, 2000.

ANDRADE-BREUST, Adriana. **História e estórias de Itabuna**. Ilhéus: Editus, 2003.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução Mário Laranjeira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

BENJAMIN, Walter. “Sobre alguns temas em Baudelaire”. In: **Benjamin, Habermas et alii**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BORGES, Jorge Luis. **O livro de areia** (1975). Tradução Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 2. ed.

CAPELATO, Maria Helena. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, Philipe Murillo Santana. **Uma cidade em disputa**: tensões e conflitos urbanos em Itabuna (1930-1948). Santo Antonio de Jesus: UNEB, 2009. (Dissertação Mestrado).

CAULFIELD, Sueann. “O nascimento do Mangue: raça, nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942”. **Tempo**. Rio de Janeiro, nº 9, pp. 43-63.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CERUTTI, SIMONA. “A construção das categorias sociais”. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e Editora FGV, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COSTA, José Pereira. **Terra, suor e sangue**: Lembranças do passado. História da Região Cacaueira. Salvador: EGBA, 1995.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**. Sociedade e cultura no início da França moderna. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado**: romance em tempo de utopia. Rio de Janeiro/Natal, Record/UFRN, 1996.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FALCON, Gustavo. **Os Coronéis do Cacau**. Salvador: Ianamá, 1995.

FILHO, Adonias. **Sul da Bahia, chão de cacau**: uma civilização regional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FILHO, Carlos Pereira. **Terras de Itabuna**. Rio de Janeiro: Elos, 1960.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 18. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de, e PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo**: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul, Ilhéus 1534-1940. Ilhéus: Editus, 2001.

FREITAS, Renan Springer de. **Bordel, bordéis**: negociando identidades. Petrópolis: Vozes, 1985.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaueira no Eixo Itabuna/Ilhéus – 1890-1930**. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado. Salvador: 1977.

GAY, Peter. **A experiência burguesa**: da Rainha Vitória a Freud. v. 2. A paixão Terna. São Paulo: Companhia das Letras, 1988-1990.

GOLDSTEIN, Ilana. **Literatura e Identidade Nacional**: o Brasil best-seller de Jorge Amado. São Paulo, FFLCH/Usp, 2000. Dissertação mestrado.

GONÇALVES, Oscar Ribeiro. **O Jequitibá da Taboca**: ensaios históricos de Itabuna, 1849 a 1960. Itabuna, Imprensa oficial da Bahia, 1960.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Cartografias do desejo**, Petrópolis: Vozes, 1996.

Guia Turístico do Cacau. Editora Panorama LTDA, Itabuna. 1964.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração**: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006.

LAGENEST, J. P. Barruel. **Mulheres em leilão, um estudo da prostituição no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: **Usos e abusos da história oral**. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. 8. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LOPES, Rosana dos Santos. **Morar, trabalhar, brincar e viver!**: Experiência de moradores do bairro Conceição, Itabuna, Bahia, 1950-1997. São Paulo, dissertação de mestrado PUC-SP/UCSal, 1999.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. (org.) **Jogos de escalas, a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, Roberto. **Danação da Norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. (Série Saber e Sociedade; v. n. 3).

MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico Porto Alegre, século XIX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930)”. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.

MENDES, Helena. **Figuras e fatos de Itabuna**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1967.

MOURA, Gissele Raline da Cunha Fernandes. **Capoeiras, valientes e construção de territórios: criminalização e modernidade em Itabuna na década de 1950**. Monografia de graduação (história). Ilhéus: UESC, 2007.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande**: EDUFCG, 2008.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o Gênero”. **Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v. 8, n. 2, 2000, pp. 14-15.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. (Conexões, 20).

OLIVEIRA, Carolina Dos Anjos Nunes. **As vizinhas indesejadas: representações e vivências do meretrício em Itabuna (1950-1960)**. Universidade Estadual de Santa Cruz, curso de licenciatura em história. Orientadora: Dra. Andréia da Rocha Rodrigues. Ilhéus: 2007. (Monografia de graduação em História).

PALAMARTCHUK, Ana Paula. **Ser intelectual comunista... escritores brasileiros e o comunismo (1920-1945)**. Campinas, IFCH/Unicamp, 1997. Dissertação mestrado.

_____. “Jorge Amado: um escritor de putas e vagabundos?”. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PANG, Eul Soo. **Coronelismo e oligarquia (1889-1934)**. A Bahia na Primeira República brasileira. trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PARENTE, Temis Gomes. “Sentimentos e ressentimentos de Eva, uma mulher de vida livre”. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes et alii. **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

PEREIRA, Ivonete. **As decaídas: prostituição em Florianópolis (1900- 1940)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

PERROT, Michelle. "A mulher popular rebelde" In: Perrot (org.) **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 185 - 231.

PIRANDELLO, Luigi. **Um, nenhum e cem mil**. São Paulo: Cosac&Naif. 2001.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCOTT, Joan. "Gênero, uma categoria útil para a análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul-dez, 1995.

_____. "A invisibilidade da experiência". In: **Projeto História**. Cultura e Trabalho nº 16. São Paulo: Educ, dez. 2002.

SILVEIRA, Adelino Kfoury. **Itabuna, minha terra!** Itabuna: Gráfica Santa Helena, 2002.

SOIHET, Rachel. "A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro". In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 177-197.

SOUZA, Erahsto Felício de. **O Conceição em retalhos de cidade, margens e dono**: uma Itabuna-Ba nos territórios subalternos. Monografia de graduação (história). Ilhéus: UESC, 2007.

_____. **Subalternos nos caminhos da modernidade**: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia. (Itabuna, década de 1950). Orientadora Dr^a Edilece Souza Couto. Salvador: 2010. (Dissertação de mestrado em História Social).

STRATHERN, Marilyn. **The gender of the gift**. University of California Press. Berkeley, Los Angeles, Landon, 1988.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao lar**, a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e terra 1985. (Coleção estudos Brasileiros v. 90).

_____. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. "Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940)". In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. (orgs.) **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. pp. 51-60.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Família, poder e mito**: O município de São Jorge dos Ilhéus. Ilhéus: Editus, 2001.

_____. **Memória e identidade**: Reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira (1880-1950). Ilhéus, Ba: Editus, 2005.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. As cores e os gêneros da revolução. In: **As cores da Revolução: a literatura de Jorge Amado nos anos 30**. Dissertação de Mestrado defendida na Unicamp/2004.

SCHETTINI, Cristiana. **"Que tenhas teu corpo"**: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

WEEKS, Jeffrey. “O corpo e a Sexualidade”. In: Louro, Guacira L. (org.). **O corpo educado – Pedagogias das sexualidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.